

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

CAMILA GONÇALVES SILVA FIGUEIREDO

**POR UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA: ESTRATÉGIAS DO PCB JUNTO
AOS TRABALHADORES URBANOS EM MINAS GERAIS (1945-1964)**

Juiz de Fora

2017

CAMILA GONÇALVES SILVA FIGUEIREDO

**POR UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA: ESTRATÉGIAS DO PCB JUNTO
AOS TRABALHADORES URBANOS EM MINAS GERAIS (1945-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Dr.^a Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gonçalves Silva Figueiredo, Camila.

Por uma vanguarda revolucionária : Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964) / Camila Gonçalves Silva Figueiredo. -- 2017.

279 f.

Orientadora: Valéria Marques Lobo

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Estratégias. 2. Trabalhadores. 3. Comunistas. 4. Minas Gerais.
I. Marques Lobo, Valéria, orient. II. Título.

CAMILA GONÇALVES SILVA FIGUEIREDO

**POR UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA: ESTRATÉGIAS DO PCB JUNTO
AOS TRABALHADORES URBANOS EM MINAS GERAIS (1945-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Dr.^a Valéria Marques Lobo

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Valéria Marques Lobo (UFJF) – Orientadora

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim (UFJF)

Prof.^a. Dr. Ignacio José Godinho Delgado (UFJF)

Prof. Dr.^a Dulce Chaves Pandolfi (FGV/CPDOC)

Prof.^a. Dr. Marco Aurélio Santana (UFRJ)

*À Vitor Fonseca Figueiredo, meu amor,
meu companheiro e melhor amigo*

Agradecimentos

Durante os quatro anos de realização desta pesquisa, várias pessoas contribuíram direta e indiretamente para que fosse possível concluir esta importante etapa da minha vida acadêmica. Esta parte do trabalho é o momento em que nós pesquisadores podemos expressar o carinho pelos conselhos, pelas palavras de apoio e amizade nos momentos bons e difíceis.

Agradeço a Deus pela oportunidade e proteção em todos os momentos.

Agradeço especialmente ao meu marido, Vítor Fonseca Figueiredo, companheiro na minha vida pessoal e acadêmica há mais de dez anos. Sem o seu carinho, amor e atenção esta pesquisa não seria a mesma. Agradeço pela paciência durante meus inúmeros momentos de preocupação e ansiedade no trajeto de execução desta pesquisa. Ademais, também agradeço pela leitura cuidadosa aos meus manuscritos.

A minha orientadora Dr^a Valéria Marques Lobo pela disponibilidade, paciência e interesse em orientar esta pesquisa desde a primeira ocasião em que a conheci. Pelas inúmeras reflexões teóricas e metodológicas e, pelo constante estímulo e confiança, fundamental nestes quatro anos.

A família Fonseca Figueiredo, em especial, Igor Talles, Maria Geralda e Vilmar, pelo carinho, apoio e, sobretudo, por compreenderem as ausências devido à distância e aos compromissos que a vida acadêmica demanda.

Ao amigo e padrinho de casamento, Daniel Eveling pelo companheirismo e pelas constantes conversas. À Priscila Alcântara, Alexandre Oliveira e Iverson, colegas de turma, pela amizade. As minhas amigas distantes fisicamente, porém próximas de coração, Camila Maréga, Jéssica Melo Prestes, Rayane Molinário e Deize Fonseca, pelas incontáveis horas de conversa on line, pelas risadas e pelo apoio quando precisava.

Aos excepcionais professores do Programa de Pós Graduação em História da UFJF que, desde 2008 foram préstimos ao receber uma “outsider”. Em especial me remeto às professoras Dr. Cláudia Viscardi, Dr. Mônica de Oliveira, Dr. Silvana Barbosa, Dr. Carla Almeida e aos professores Dr. Ignacio Godinho e Dr. Marcos Olender. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES pela bolsa de pesquisa que permitiu o custeio de todas as atividades da tese.

Aos professores Dr. Marco Aurélio Santana, Dr. Luís Eduardo Oliveira e Dr. Fernando Perllato Bom Jardim pelos preciosos apontamentos e sugestões, inclusive de fontes, na ocasião da banca de qualificação, que foram imprescindíveis para o resultado final desta tese.

E por último, porém muito importante nessa jornada, agradeço ao meu porquinho da índia Charlote. Um dos melhores presentes que meu marido e a vida me deram. Ele me fez companhia durante a etapa final da escrita, todos os dias, sempre sapequinha e feliz. Infelizmente pouco antes de escrever as últimas palavras da tese ele faleceu. Fica aqui a minha singela homenagem e a certeza de que meu carinho e gratidão por ele será eterno.

Resumo

A tese analisa as estratégias utilizadas pelo Partido Comunista Brasileiro/PCB no estado de Minas Gerais para estabelecer suas ações junto às classes trabalhadoras urbanas, entre os anos de 1945 a 1964. A escolha do recorte temporal se deve a dois fatores. O primeiro, em razão de este ter sido o momento em que o PCB realizou o processo de reestruturação e expansão das atividades em todo o estado e, por conseguinte, ampliou sua influência entre diversas categorias profissionais. Segundo, devido à identificação de fontes qualitativas e quantitativas que puderam subsidiar as análises desenvolvidas. A opção pelo estado de Minas Gerais contribui para aprofundar em temáticas relacionadas aos movimentos dos trabalhadores e sobre a trajetória do PCB para além do eixo comumente apreciado pelos estudos historiográficos. Em maior medida, pesquisadores têm se voltado para análises de âmbito nacional ou se concentram no exame das experiências da agremiação em cidades do interior, em localidades situadas na região sul e sudeste do país, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. A principal hipótese desta pesquisa está na concepção de que, apesar da clandestinidade e da repressão, os comunistas não deixaram de exercer suas ações na política e entre os movimentos dos trabalhadores. Para isso, constituíram estratégias, confirmadas a partir do estudo do caso mineiro. Dessa forma, inicialmente, realiza-se uma discussão teórica a respeito do objeto de estudo e discorre-se sobre as pioneiras experiências da agremiação em Minas Gerais. Posteriormente, analisa-se a trajetória de consolidação das ações pecebistas na capital e no interior. Realiza-se o trabalho de mapeamento das cidades que tiveram núcleos, células e sedes do PCB a fim de assinalar o raio de atuação do partido no estado. Salienta-se a identificação das regiões onde o PCB destinou maior atenção aos trabalhadores urbanos, como as localidades situadas no centro, sul e zona da mata. Disserta-se sobre as concepções teóricas, políticas e ideológicas que influenciaram os rumos e as estratégias adotadas pelos comunistas no chão das empresas. Observa-se, por meio do estudo de casos, as táticas empreendidas para estabelecer o intercâmbio de ações junto aos trabalhadores. Compreende-se não somente os êxitos e as contribuições dos pecebistas para os movimentos dos trabalhadores, mas também os fracassos e as dificuldades para o estabelecimento da articulação entre os sujeitos que não detinham concepções ideológicas de esquerda. Por fim, analisa-se em especial – por meio do uso de fontes orais – a trajetória de indivíduos cujas experiências pessoais e profissionais estão diametralmente ligadas a história do PCB. Por meio dessas trajetórias observamos as táticas adotadas pelo partido a fim de se manterem atuantes na dinâmica política do país, a despeito da clandestinidade. Esta pesquisa subsidia a difusão dos estudos sobre os trabalhadores e sobre a trajetória de resistência do PCB. Partido, cujo histórico de clandestinidade se confunde com o percurso de superação aos condicionantes desfavoráveis. A tese se vale de documentos partidários, materiais elaborados pelos agentes de organizações voltadas a repressão, além de jornais e entrevistas.

Palavras chave: Partido Comunista Brasileiro, trabalhadores, estratégias.

Abstract

The thesis analyzes the strategies used by the Brazilian Communist Party in Minas Gerais, to establish their actions with the urban working class, between the years of 1945 and 1964. The choice of the temporal cut is due to two factors: Firstly, because at this period PCB realized a restructuring process and expansion of their activities in the whole federation and, expands their influence in several working categories. Secondly, due to the identification of qualitative and quantitative sources which subsidize the analyzes. The option for Minas Gerais contributes to deepen the thematic related about the workers movements and PCB's trajectory, beyond the axis of what we have as commonly appreciated by the historiographic studies. To a greater extent, researchers turned to national scope analyzes or concentrate themselves about the examination of the experiences of the association in the inner cities, around the areas of the south or southeast of the country, like Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro and São Paulo. The research hypothesis lies in the conception of what, despite of the clandestinity and repression; the communists still exercise their actions in politics and in between the working class movements. Thereunto, they instituted strategies, supported by the study of Minas Gerais case. Thus, at the beginning, a theoretical discussion, about the study object, is developed and treats on the pioneer experiences of Minas Gerais association. Posteriorly, we analyze the trajectory of consolidation of the pecebistas actions in the capital and inner cities. We realize the work of mapping the cities which developed a nucleus, cellular and headquarters of PCB to point out the operating radius of the party in the state. We emphasize that the identification of the regions where PCB dedicated greater attention to the urban working class, in locations situated in downtown, south and in the forest area. We Discussed about the theoretical conceptions, politics and ideology that influenced the paths and strategies used by the communists in the "ground of corporations". We observe, based in case studies, the tactics taken to establish the exchange of actions together with the workers. It is understood, not only the successes and contributions of the pecebistas to the workers movements, but the failures and problems to the establishment of the articulation between the subjects whose didn't have conceptions of left wing ideology. Finally, we analyze, in particular, by the use of oral sources – the trajectory of individuals, which the personal and professional experiences are diametrically connected to the History of PCB. Through these trajectories we observe the tactics adopted by the party in order to keep themselves active in the political dynamics of the country, spite of the clandestinity. This research subsidizes the diffusion of the studies about the workers and their trajectory of resistance of PCB, party, which the historical of clandestinity confounds itself with the path of superation to the unfavorable determinants. The thesis uses party documents and materials done by the agents of organizations oriented by the repression, besides journals and interviews.

Key Words: Brazilian Communist Party, Workers, Strategies.

Lista de Ilustrações

Figura 1 Mapa Núcleos da Aliança Nacional Libertadora em Minas Gerais	87
Figura 2 Panfleto distribuído pelo PCB.....	91
Figura 3 Ficha de cadastro do filiado ao PCB	106
Figura 4 Questionário de Educação e Propaganda do PCB.....	117
Figura 5 Estrutura organizacional do PCB entre os anos de 1950-1954.....	129
Figura 6 Presença do comunismo em cidades de Minas Gerais (1930 a 1970)	168
Figura 7 Comparativo entre os mapas ferroviário e da distribuição do PCB em Minas Gerais (1930-1970)	171
Figura 8 Figura Trabalhadores comemoram decisão para realização de greve.....	195
Figura 9 Convite elaborado pela Comissão da greve e distribuído aos ferroviários da Central do Brasil.....	200
Figura 10 Exemplar do Jornal Carris Urbanos.	214
Figura 11 "Um marco em nossas lutas o IV Congresso da C.T.A.L"	242
Figura 12 Povo e mineiros de Morro Velho Confraternizam em Belo Horizonte	243
Figura 13 Marcha o povo com os mineiros	246

Lista de Quadros

Quadro 1 Zonas do Partido Comunista em Minas Gerais (1945)	108
Quadro 2 Comitês Regionais do Partido Comunista em Minas Gerais 1945.....	109
Quadro 3 1º Comitê Estadual do PCB fundado em 1945 - Belo Horizonte.....	113
Quadro 4 1º Comitê Municipal do PCB fundado em 1945 Belo Horizonte.....	113
Quadro 5 Estrutura do Comitê Estadual do PCB em 1946 e 1947.....	118
Quadro 6 Organização do Comitê Estadual do PCB em 1950.....	123
Quadro 7 Participação do PCB em eleições em Minas Gerais a partir de 1945.....	125
Quadro 8 Comitês Avançados do PCB em Minas Gerais na década de 1950.....	126
Quadro 9 Estrutura do Comitê Estadual de Minas Gerais em 1955.....	133
Quadro 10 Ligações entre as organizações de bases e as regiões de Minas Gerais (1955)....	134
Quadro 11 Estrutura Orgânica do Comitê Regional de Belo Horizonte em 1956	136
Quadro 12 Comitês Regionais de Minas Gerais em 1956.....	137
Quadro 13 Empresas prioritárias na atuação do PCB em Minas Gerais (1950-1960)	164
Quadro 14 Plano de Estudos do PCB	174

Lista de Tabelas

Tabela 1 Eleições presidenciais (1945)	44
Tabela 2 Minas Gerais, 1950: Participação dos Grandes Estabelecimentos (mais de 205 operários) na produção Industrial Mineira - Total e por Ramos	165
Tabela 3 Minas Gerais, 1950: Características gerais da participação de alguns ramos na estrutura industrial	166
Tabela 4 Áreas de atuação do PCB por regiões em Minas Gerais (1930-1960)	169

Lista de abreviaturas e siglas

ALN	Aliança Libertadora Nacional
APM	Arquivo Público Mineiro
CEMIG	Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COSEG	Coordenação Geral de Segurança
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSPOPS	Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
FAFICH	Faculdade de Filosofia Universidade Federal de Minas Gerais
FIESP	Federação da Indústria do Estado de São Paulo
FUI	Frente única sindical
MTIC	Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PSD	Partido da Social Democracia
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RMV	Rede Mineira de Viação
SESC	Serviço Social do Comércio
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USIMINAS

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O PERCURSO HISTÓRICO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (1945-1964)	31
1.1. A trajetória do PCB (1920- 1955)	32
1.2 Trabalhadores e militância comunista na conjuntura política de 1945 a 1964	49
1.3 Comunistas e trabalhadores na perspectiva historiográfica	60
2 O PCB EM MEIO AO MOSAICO MINEIRO: OBSTÁCULOS PARA CONSOLIDAÇÃO	74
2.1 O Partido Comunista em Minas Gerais nos anos 1930 a 1945	76
2.2 Um partido em transformação: As mudanças na estrutura orgânica do PCB nas décadas de 1945 a 1960	97
2.2.1 As contribuições de Luís Carlos Prestes para a formação do PCB em Minas Gerais	99
Exmo. Dr. Pimenta da Veiga	104
2.2.2 As transformações na estrutura orgânica do PCB	107
3 ENTRE CONCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS: A FORMAÇÃO TEÓRICA DO PCB MINEIRO	143
3.1 A influência do IV e V Congressos na dinâmica do PCB mineiro	145
3.2 Condições da política de organização do PCB em Minas Gerais	155
3.2.1 Estratégias de mobilização dos filiados para a nova política de organização	157
4 ENTRE LUTAS E AÇÕES: CONTRIBUIÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	178
4.1 Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil: a luta pelo abono de natal!	183
4.2 Carris Urbanos, trabalhadores da Companhia de Força e Luz e Acesita: “Pelo abono uni-vos!”	206
4.3 A interação dos comunistas entre os trabalhadores no interior do estado	216
4.4 As lutas trabalhistas na Saint Johnn D'el Rey Mining Company Limited	227

CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
FONTES	272
REFERÊNCIAS	273

INTRODUÇÃO

*O Partido: "[...] a vontade de buscar apoio da população, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior."*¹

Os estudos sobre as instituições partidárias, devido à sua complexidade, não devem ficar restritos ao mero exame da trajetória ou da dimensão ideológica que os constituem, muito embora o entendimento dessas questões seja significativo para compreender as motivações que impulsionam os homens a ordenarem e se organizarem em facções políticas. Para Berstein², a natureza dos partidos, bem como a sua integração nas diversas esferas da sociedade, deve impulsionar nos historiadores o interesse em entender como a sua existência e desempenho interferem na dinâmica da sociedade.

Esta tese propõe compreender como o desempenho do Partido Comunista Brasileiro/PCB interferiu na dinâmica de organização e de luta dos trabalhadores urbanos mineiros e quais as consequências dessa relação, entre os anos de 1945 e 1964. Na epígrafe selecionada para compor esta introdução, destacamos os motivos que impulsionam partidos a desenvolverem ações com vistas à promoção da interação entre os variados segmentos da sociedade: recrutar militantes que tenham interesses políticos ou ideológicos em comum e cativar novos eleitores. No período delineado para realização desta investigação, em apenas um curto período o PCB operou na legalidade (1945-1947). Apesar de ter tido limitado período de atuação regulamentada, a agremiação não deixou de empreender, inclusive na clandestinidade, ações contínuas para o recrutamento de novos membros. Historicamente, o objetivo tático do PCB era a formação de militantes e de quadros partidários capazes de conscientizar as massas trabalhadoras. Os comunistas sentiam-se responsáveis pela transformação dos trabalhadores em “sujeitos da sua própria história”³. Para eles, era pela conscientização política das massas que a transformação social seria realizada. Com a participação ativa dos trabalhadores, seria possível desencadear a revolução e, por conseguinte, a superação do capitalismo. Porém, para isso, o PCB se proclamava como o único partido capaz de orientar as classes trabalhadoras; assim, compreendia como essencial

¹ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. REMOND, René. (org) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.63.

² BERSTEIN. 2003. op.cit.

³PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **A estratégia e a tática do PCB**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/estrategia.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

estruturar a agremiação de modo que fosse possível integrar suas ações com várias categorias profissionais.

Nesse sentido, a dinâmica das relações empreendidas pelos pecebistas⁴ junto aos trabalhadores é o alvo central das reflexões deste estudo. Sobre este aspecto, isto é, a análise da dinâmica dos partidos com os diversos segmentos sociais, Berstein afirma que compete ao historiador examinar como são efetivadas as relações de poder em meio à complexidade das interações sociais. Nas palavras do autor:

[...] o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade.⁵

Em consonância com essa definição, analisamos a interação exercida pelo PCB nos espaços institucionais da agremiação, como comitês e células, e do mesmo modo as ações engendradas no interior de empresas e de fábricas. Neste estudo consideramos a necessidade de compreender o PCB não somente na dinâmica das suas relações no jogo eleitoral, mas também as ações que tiveram como finalidade a articulação junto aos trabalhadores urbanos, isto é, entre as massas. Ademais, abordaremos a heterogeneidade da relação entre trabalhadores sem vínculo ideológico com o PCB e trabalhadores filiados ao partido. O processo de interação entre pecebistas e trabalhadores não foi simplesmente aceito por ambos as partes, houve discordâncias resultantes da própria dinâmica de poder existente entre esses segmentos. Assim, tratar sobre o poder, sobretudo pela perspectiva proposta, de valorização das estratégias partidárias junto às bases, na tentativa de cooptação de novos membros e de possíveis eleitores, insere as reflexões deste estudo no campo que ficou conhecido na historiografia como Nova História Política.

No século XX, mais precisamente entre as décadas de 1970 e 1980, a história política passou por profundas modificações em seus métodos e fontes. A Nova História Política que despontou nesse processo é marcada pela valorização do fenômeno político com enfoque no indivíduo e suas relações, na diversidade dos campos da história (cultural, econômica, social), e pelo intercâmbio com as várias áreas do conhecimento humanístico.⁶ Seguindo essa

⁴ Para designar os membros do Partido Comunista do Brasil também adotaremos a alcunha de pecebistas.

⁵ BERSTEIN. 2003. op.cit. p.50.

⁶ Foge ao escopo desta pesquisa aprofundar nessa discussão, todavia, importante pontuar que nesta tese a valorização do papel do indivíduo, suas escolhas, práticas, estratégias e memória está presente em nossas análises, conforme apregoam os estudos da Nova História Política. Sobre esta vertente historiográfica e suas contribuições ver: BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995; FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**. v. 5, n.10, p. 265-271. 1992.; GOMES, Ângela de

perspectiva, examinamos a dinâmica do exercício do poder nas relações cotidianas, isto é, nas relações praticadas pelos comunistas não somente quando participam de pleitos eleitorais, mas na complexidade da vida cotidiana. Assim, este estudo compreende o exercício do poder conforme apregoa Michel Foucault⁷. Para o filósofo, o poder não se constituiu enquanto estrutura ou se funda enquanto uma “instituição”, mas se exerce por meio de estratégias complexas.⁸

Os estudos enviesados na História Política passaram por modificações em relação aos seus métodos, fontes e conceitos. Como salienta René Remond⁹, a assimilação de conceitos e métodos de outras áreas, como da antropologia e da sociologia denotou ao historiador a compreensão de fenômenos políticos e sociais de maneira multidisciplinar. Esta pode ser compreendida como uma das principais contribuições da renovação dos estudos da história ao longo do século XX, sobretudo porque rompeu com o isolamento acadêmico das produções. De todo modo, a renovação oportunizou o estudo das interações sociais que o universo político constitui, e não apenas daqueles indivíduos que se destacaram pela própria projeção dos cargos que ocuparam - as lideranças -, mas, também os sujeitos comuns que exerceram e influenciaram na dinâmica do poder. Neste trabalho seguimos esta concepção de renovação das pesquisas historiográficas, ao deslocarmos o eixo de análise da estrutura para as relações, para o exame da atuação dos indivíduos comuns, que permearam a trajetória dos trabalhadores e dos pecebistas em Minas Gerais.

Ademais, segundo Remond, é inevitável a influência da política no funcionamento de qualquer sociedade, mesmo na vida daqueles indivíduos que não se interessam pela política, nem tampouco participam das suas decisões. Porém, é importante salientar que a história política não tem a pretensão de postular a política como suprema e hegemônica em uma sociedade, contudo “constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”.¹⁰ Nessa perspectiva, não desconsideremos o papel do jogo político orquestrado pelos líderes do PCB como importante para compreender a função e a posição do partido no cenário nacional. Todavia, como mencionado, julgamos importante compreender o processo de articulação estabelecido pelos comunistas com os trabalhadores a partir de suas interações sociais, com o foco nos sujeitos comuns que integraram o corpo de militantes do partido.

Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Revista Estudos Históricos**. v.9, n.17, p.59-84. 1996; RÉMOND, René. Por que a história política? **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 7-19. 1994.

⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

⁸ FOUCAULT. 1989. op.cit.

⁹ REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹⁰ REMOND. 2003. op. cit. p.447.

Ao afirmarmos que esta tese intenta examinar as relações entre PCB e operariado, aproximamos nosso estudo à perspectiva da história social do trabalho. De acordo com Eric Hobsbawm¹¹, os pioneiros trabalhos viesados na perspectiva da história social se dedicavam, dentre as inúmeras temáticas, ao estudo das camadas subalternas, como os pobres em seu cotidiano e costumes. Em alguns casos havia a articulação com pesquisas em que o historiador examinava a estrutura econômica e a dinâmica social. Atualmente, a história social do trabalho denota como conceito de movimento operário as práticas resultantes de iniciativas orientadas pelas camadas trabalhadoras urbanas. Como parte integrante do movimento operário, estão os protestos, manifestações e greves realizadas no interior e fora do ambiente de trabalho. Estas ações são objetos de análise do historiador que se dedica ao enfoque da história social do trabalho.

Em vários trabalhos, Hobsbawm¹² priorizou objetos que até então tinham pouca atenção por parte dos pesquisadores. Ao examinar as condições da classe operária na Inglaterra, o historiador destacou a importância dos estudos das camadas subalternas, isto é, a história dos “de baixo”. Tal perspectiva também foi defendida por Edward Paul Thompson¹³, para quem a pesquisa histórica deve prestigiar o exame das camadas sociais “esquecidas”, em detrimento da ênfase sobre “grandes feitos” e personalidades de destaque. Entender aqueles que durante muito tempo foram marginalizados pela historiografia é necessário para uma percepção mais complexa da dinâmica cultural e social dos trabalhadores. Em muitos trabalhos, Thompson se dedicou ao estudo dos trabalhadores urbanos e camponeses, não com o viés econômico, mas por meio da compreensão das dinâmicas de luta, e de seus elementos culturais.¹⁴

Embasada pelos pressupostos da Nova História Política e da História Social, esta tese apresenta como principal hipótese a ideia de que, apesar do largo período em que esteve na clandestinidade¹⁵, o PCB mineiro não deixou de realizar o trabalho de articulação das suas ações junto às massas trabalhadoras. Pelo contrário, o partido criou estratégias para se manter “vivo” mesmo impossibilitado de concorrer a pleitos eleitorais. Pressupomos ainda que,

¹¹ HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹² Ver: HOBSBAWM. 1998. op.cit.; HOBSBAWM, Eric. História Operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹³ THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁴ Ver: NEGRO, Luigi Antônio; SILVA, Sérgio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.; THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.; THOMPSON, Edward Paul. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

¹⁵ No recorte temporal selecionado para este estudo (1945 e 1964), em apenas dois deles o PCB esteve na legalidade, 1945 a 1947.

embora tenha havido repressão e monitoramento aos militantes como consequência da clandestinidade, o PCB foi um ator importante na dinâmica social e política no país. Afora a ilegalidade, pecebistas insistiam em exercer suas práticas, participaram de variados movimentos grevistas e interagiram com várias categorias profissionais. Nas últimas décadas esse prognóstico vem sendo comprovado em pesquisas historiográficas de âmbito nacional, sobretudo àquelas direcionadas ao estudo dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo¹⁶. No entanto, a historiografia nacional ainda carece de pesquisas que ampliem o olhar analítico para outros estados, de modo a examinar a diversidade e a complexidade da atuação do PCB e sua relação com os movimentos sociais. Compreender como se deu a relação entre as massas trabalhadoras urbanas com os comunistas, bem como as táticas adotadas para estabelecer esta interação é o objetivo deste estudo. A fim de comprovar nossas conjecturas, analisaremos o caso mineiro.

O interesse em examinar a atuação do PCB de Minas Gerais despontou em meio às várias visitas ao Arquivo Público Mineiro/APM, em Belo Horizonte, durante a realização das pesquisas para a elaboração da dissertação de mestrado.¹⁷ Nessas ocasiões, o contato com as fontes do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS permitiu a identificação de existência de volumosa documentação a respeito do trabalho efetuado pelo Serviço de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais/SSPMG, entre os anos de 1927 e 1982, junto aos movimentos sociais e aos partidos políticos de esquerda.¹⁸

O acervo do DOPS mineiro contempla em sua maioria documentos resultantes do monitoramento e da repressão exercidos contra os movimentos sociais, sobretudo contra indivíduos e ou organizações ligados a sindicatos, partidos políticos com orientação de esquerda, bem como de sujeitos que eram considerados como “ameaças” a sociedade, os chamados “subversivos”. Na década de 1970 os arquivos do DOPS foram transferidos para a Coordenação Geral de Segurança/COSEG, e somente em 1988 foram enviados para a

¹⁶ Adiante, analisaremos a historiografia que aborda esta temática. Dentre os principais estudos, ver: MARANHÃO, Ricardo. As greves de 1948 a 1950. In: **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores, sindicatos e política** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo, 2001.

¹⁷ SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura em Montes Claros (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

¹⁸ O SSPMG foi criado a partir da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política/DSPPOP no ano de 1927, e tinha como função a promoção da ordem pública por meio da realização de investigações criminais. Em 1931 este órgão foi extinto e suas responsabilidades repassadas à Delegacia de Ordem Pública/DOP. Posteriormente, em 1956, esta delegacia deu origem ao Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, que possuía inúmeras funções, dentre elas a fiscalização de rodoviárias, aeroportos e ferroviárias, comércio de armas e munições, além do controle e repressão a crimes de natureza política e social.

custódia do APM. Tal documentação é formada por 97 rolos de microfilme, haja vista que os originais foram incinerados em 1982, conforme informado pela COSEG. Dessa forma, embora numeroso, o material acessível aos pesquisadores não se trata da documentação integral produzida pelo DOPS, mas do montante que não foi incinerado. Todo esse material foi digitalizado e, a partir de 2012, disponibilizado pelo APM para livre consulta pela internet, à exceção de documentos que permanecem em segredo de justiça. Para facilitar o acesso, foi feito um trabalho de organização dos documentos em pastas numeradas, mas foram mantidas as referências originais, feitas pela polícia civil. Em virtude desse aspecto, cada pasta contém uma multiplicidade de documentos que, na maior parte das vezes, não está ordenado cronologicamente ou conforme a tipologia documental. A complexidade do acervo dificultou a seleção das fontes e nos impôs a necessidade de incessante e minuciosa análise com o fito de “montar um quebra cabeças” sobre a trajetória e sobre as relações estabelecidas pelo PCB em terras mineiras.¹⁹

O uso desse tipo de fonte, embora reflita a perspectiva do censor, revela o olhar de quem investigava o antagonista político, ou seja, são fontes ricas em detalhes. Além da fragmentação das poucas fontes existentes e devido ao longo histórico de clandestinidade e repressão às suas ações, a agremiação não constituiu um acervo institucional completo e unificado, nem em âmbito nacional nem estadual. Sendo assim, a fonte mais viável para o estudo de uma organização ilegal é justamente a produzida por seu vigia.

O contínuo contato com as fontes disponibilizadas pelo APM permitiu a identificação de dados inéditos sobre o Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais. A análise das fontes indicou uma estreita relação entre pecebistas e trabalhadores, já que estiveram juntos em vários movimentos, interagiram nos locais de trabalho e compartilharam relações interpessoais. Para o desenvolvimento desta tese foram consultadas mais de 50 pastas, o que implicou na análise de 2.114 documentos²⁰. Dentre as tipologias documentais, o acervo do DOPS possibilitou a coleta de correspondências trocadas entre agentes e delegados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Além de autos de apreensão, relatórios policiais, inquéritos policiais, fichas processuais, mandatos de prisão, cartas, telegramas, panfletos e recortes de jornais. Ainda que tenham sido elaborados por indivíduos que apregoam forte discurso anticomunista e os textos apresentem a visão que

¹⁹ Há casos em que, por exemplo, documentos do ano de 1945 estão inclusos na mesma pasta que contém materiais de décadas diversas, já que o acervo aglutina, conforme já informado, o que foi produzido pela polícia política durante os anos de 1927 a 1982.

²⁰ No acervo do DOPS disponível no Arquivo Público Mineiro cada folha/lauda corresponde a um documento. O processo de coleta consiste em fazer o download de cada lauda no formato *Portable Document Format/pdf*. Este procedimento foi realizado com os documentos utilizados na redação das análises desta tese.

os órgãos de repressão tinham em relação às práticas da classe trabalhadora e dos comunistas, contêm informações importantes. A vasta produção de relatórios de monitoramento elaborados por agentes e policiais, que trabalharam disfarçados ou à paisana, quando articuladas com outras fontes, nos permitiram compreender detalhes do cotidiano do partido, suas estratégias e a relação entre trabalhadores e comunistas.

O acervo é composto ainda por cópias dos documentos originais do Partido Comunista Brasileiro e por materiais de organizações sindicais, ambos de várias regiões do estado de Minas, e que foram apreendidos no decurso do trabalho realizado pelos agentes. Enfim, este acervo detém dados que nos permitiram compor a estrutura orgânica e política do PCB mineiro, e identificar como se deu a sua relação junto aos trabalhadores urbanos da capital e do interior do estado. Ademais, como dissemos anteriormente, a ausência de um acervo do PCB mineiro justifica o uso dos documentos provenientes do DOPS e reforça a concepção de que para compreender a trajetória de atuação do partido perpassa a necessidade de superar o desafio de montar um ‘quebra cabeças’ a partir das fontes disponíveis.

No período em que este trabalho foi realizado encontramos apenas uma historiadora que fez uso da documentação do DOPS mineiro para examinar o PCB. Trata-se da pesquisadora Raquel Aparecida Pereira que, em sua dissertação de mestrado, intitulada "Bandeiras vermelhas nas ruas da cidade!"²¹, analisou a atuação dos comunistas nos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte, durante os anos de 1945 a 1951. Para seu estudo, Pereira apresentou como foi desenvolvida a organização política do PCB a partir das estratégias de ação nos espaços de sociabilidade da capital mineira.

Outro acervo consultado para o desenvolvimento desta pesquisa refere-se ao fundo documental “Coleção Informante do Regime Militar” que está sob a guarda do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro²². Ao contrário dos documentos provenientes do DOPS mineiro, o acervo da referida Coleção não detém informações precisas sobre a sua procedência, pois "é composta por um conjunto de documentos originalmente sem identificação, deixado na portaria do Arquivo Nacional por alguém que preferiu o anonimato."²³ Apesar da ausência dessas informações o acervo é atraente, pois além de conter materiais que foram confiscados de organizações e partidos de esquerda, ainda possui documentos relativos ao treinamento de

²¹ PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade!** Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

²² ARQUIVO NACIONAL. **Coleção Informante do Regime Militar**. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/Informante%20do%20regime%20militar.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

²³ ARQUIVO NACIONAL. op.cit. p.5.

agentes pelos órgãos oficiais e missões executadas por eles em distintos contextos da história do país. O acervo contempla os anos de 1946 a 1975, e trata de diversos estados, sobretudo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O uso das fontes da “Coleção Informante do Regime Militar” é relevante, pois, permite não só conhecer melhor o funcionamento dos aparelhos de repressão, mas também o modo como estes órgãos planejaram suas ações para monitorar os movimentos de esquerda. Dentre os materiais selecionados para compor esta pesquisa estão os documentos do PCB que foram apreendidos pelos agentes, como apostilas, resoluções, depoimentos de militantes presos, relatórios contendo informações sobre os procedimentos de “infiltração” dos membros do partido em indústrias e em empresas, além de textos sobre o operariado mineiro, listas de indivíduos ligados ao partido, boletins e informes. Coletamos fontes disponíveis em dez pastas, trabalho que resultou em um total de 100 arquivos. Além destas fontes, recorremos a exemplares do jornal *Imprensa Popular*, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O jornal *Imprensa Popular*, de orientação comunista, foi produzido no Rio de Janeiro na década de 1950 e foi um importante veículo de difusão de informações a respeito dos movimentos grevistas de Minas Gerais.²⁴

Não ficamos restritos ao uso de fontes de acervos do aparato repressor, recorremos a entrevistas realizadas com indivíduos que foram militantes do PCB mineiro e que fizeram parte de movimentos junto com trabalhadores. Em meio às buscas por acervos que contivessem informações sobre a história e trajetória do PCB, nos deparamos com várias transcrições de entrevistas realizadas pelo Núcleo de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. O acervo contém depoimentos realizados com indivíduos que fizeram parte de sindicatos e partidos políticos no estado de Minas Gerais ao longo do século XX.²⁵ As entrevistas foram feitas embasadas pela metodologia da história oral, e compõe o projeto “Visões de Minas”. Ao todo, utilizamos para esta tese 39 entrevistas²⁶. Selecionamos depoimentos que tratam de sujeitos que vivenciaram experiências no PCB mineiro e em

²⁴ REUNIÃO da Comissão Central pró-abono. **Jornal Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, Ano IV, n.592. p.1, 9 jan. 1951. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&PagFis=31&Pesq=central%20do%20brasil>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

²⁵ NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL. Centro de Estudos Mineiros – Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

²⁶ Não tivemos acesso aos áudios das entrevistas, mas às transcrições. A organização deste acervo se pautou em transcrever uma única entrevista em cada documento disponibilizado. Dessa forma, consultamos 39 documentos de entrevistas transcritas que são referentes a 39 entrevistas realizadas.

sindicatos no período estabelecido como recorte temporal desta pesquisa (1945 a 1964). Foram eles: Armando Ziller, Arthur Dianini, Anélio Marques, Dimas Perrin e João Dazinho Gomes Pimenta. A forma como foram estruturadas as entrevistas contribuiu para a realização da nossa proposta analítica. Os depoimentos consistiram na coleta de informações sobre a trajetória dos entrevistados - como a identificação da origem, formação, nascimento, atuação política, vida pessoal - de maneira que para cada fase da vida perguntas sobre o contexto histórico social foram realizadas. Dessa forma, as entrevistas permitiram compreender a história de vida dos comunistas, permeadas pela atuação em sindicatos, partidos, na sociedade e na política mineira.

As contribuições da metodologia da história oral são ressaltadas por pesquisadores dedicados ao estudo da memória como fonte e objeto de estudo. Para Michael Pollak²⁷, por exemplo, a memória é a reconstrução psíquica do passado, faz parte das experiências individuais do sujeito, e está imersa na coletividade na qual ele está inserido. Além da valorização das experiências pessoais, a oralidade apresenta-se como uma alternativa a pesquisas que detêm rarefeitas possibilidades de fontes materiais. Este não é o caso deste estudo, já que o aporte documental utilizado foi numeroso, todavia uma parcela considerável refere-se a documentos elaborados pelo aparato repressor e pelos originais do partido que foram apreendidos. O primeiro contém a perspectiva dos membros dos órgãos de repressão a respeito dos trabalhadores e dos pecebistas. Dessa forma, contém o viés que tende a menosprezar esses segmentos e a deturpar a sua imagem e representação. Já o segundo, apesar da relevância e qualidade, encontra-se fragmentado; em vista disso, os relatos orais contribuem para elucidar muitas lacunas.

Por outro lado, é preciso ressaltar que tais depoimentos contêm informações que dificilmente estariam expressas nos registros oficiais do partido e de sindicatos. Relatos a respeito do cotidiano, da dinâmica da interação entre pecebistas e trabalhadores, inclusive daqueles que não possuíam vínculo ideológico com o PCB, podem ser melhor compreendidos por meio das experiências daqueles que fizeram parte da agremiação. Além disso, parte significativa dos documentos partidários apreendidos está relacionada à orientação, às resoluções e ao planejamento de ações e estratégias. Isto é, são documentos oficiais e norteadores do partido. Por estes documentos podemos conhecer a estrutura e a constituição do partido oficial, e com os relatos orais temos algumas perspectivas do partido na prática.

²⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15. 1989.

Ainda em relação às contribuições da história oral, Pollack ressalta a oportunidade que os pesquisadores têm de valorizar memórias “subterrâneas”, ou seja, o conhecimento daqueles que muitas vezes foram marginalizados pela historiografia; em suas palavras:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional.²⁸

Além do emprego da memória individual, o uso de depoimentos orais nos permite o contato com as reminiscências da memória coletiva. Para Maurice Halbwachs²⁹ não é possível dissociar memória individual e memória coletiva, pois em sua concepção uma lembrança pessoal não pode estar separada da coletividade.³⁰ Assim, o autor define o conceito de memória como uma reminiscência ligada ao caráter coletivo do indivíduo. Assim, conforme o autor a memória é constituída pelas relações do indivíduo com o grupo do qual faz parte, e são estas relações que contribuem para a construção dos laços entre os indivíduos e formam reminiscências históricas. Por entender a memória como um fenômeno coletivo, o autor ressalta a importância do seu uso como fonte em estudos históricos e sociológicos. Ao se deparar com dada trajetória individual, temos a oportunidade de desvelar aspectos do agrupamento social do qual o sujeito faz parte, tais como: instituições, partidos, lugares. A compreensão da importância e uso da memória coletiva apregoado por Halbwachs influenciou pesquisadores de variadas áreas, como história, antropologia, sociologia e psicologia. Os pesquisadores Miguel Mahafoud e Maria Shimidt ressaltam a contribuição da memória individual para o entendimento dos grupos sociais. Segundo eles:

[...] destinos dependem da ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência. O grupo de referência do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado.³¹

A partir da valorização das memórias daqueles que foram membros do Partido Comunista em Minas Gerais e que participaram lado a lado com os trabalhadores de movimentos reivindicativos, nos deparamos com reminiscências das experiências partidárias dos grupos que vivenciaram o período abordado nesta pesquisa.

²⁸ POLLAK. 1989. op.cit. p.4.

²⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

³⁰ HALBWACHS. 2006. op.cit.

³¹ MAHAFOUD, Miguel; SHIMIDT, Maria Luíza Sandoval. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v.4, p.288. 1993.

Em relação à demarcação de Minas Gerais para o empreendimento desta pesquisa refere-se, pelo interesse em entender como se deu o processo de envolvimento dos comunistas com os demais trabalhadores, situados no perímetro urbano deste estado. Ademais, como dito anteriormente, ao elegermos o caso mineiro como foco de compreensão do processo de articulação entre comunistas e trabalhadores, deslocamos o eixo de análise comumente valorizado pela historiografia, isto é, os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, os quais aparecem em farta parcela das produções que se dedicam ao estudo tanto do PCB, quanto dos trabalhadores urbanos em âmbito nacional. Algumas dessas pesquisas são referências para esta tese, dentre as quais os trabalhos dos historiadores Marco Aurélio Santana e Ricardo Maranhão, para o estado do Rio de Janeiro e âmbito nacional, além das produções de Dulce Pandolfi, Ronald Chilcote, Eliezer Pacheco abordam a trajetória e a história do PCB e, ainda Anita Leocádia Prestes, que desenvolveu importantes pesquisas sobre a trajetória do líder pecebista Luís Carlos Prestes.³²

Em relação ao recorte temporal, delimitamos como marco inicial o ano de 1945, em razão de alguns fatores cardinais para o desenvolvimento da nossa proposta. O período de 1945 a 1964 corresponde à experiência democrática brasileira. Após o fim da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), comandada por Getúlio Vargas, tivemos um período de 19 anos, em que é possível examinar a atuação do PCB quando as instâncias políticas operavam sob a vigência de um estado democrático. Em 1964, após um golpe civil militar, este panorama é alterado com a ruptura do sistema democrático e a imposição de um estado autoritário. Interessa-nos examinar um contexto histórico em que a democracia estava vigente no sistema político brasileiro e, muito embora o PCB tenha vivenciado curto período na legalidade, trata-se de um período em que movimentos sociais de caráter progressista se fortaleceram e ganharam notoriedade na dinâmica sócio política do país. No decorrer da tese, embora os casos selecionados para compreender como se deu a interação entre trabalhadores comunistas e trabalhadores sem vínculo ideológico, estarem relacionados à década de 1950, as fontes selecionadas para compreender a disposição da estrutura e práticas do PCB perpassam o período de 1945 a 1964. Nesse sentido, optamos por manter o recorte temporal fixado até 1964 também em razão de termos utilizado tais fontes.

³² Ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001; SANTANA, Marco Aurélio. **Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945/1964)**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012, p.70-74. RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs). **Trabalho e Tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2001; PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luís Carlos Prestes e a política do PCB**. São Paulo: Brasiliense, 2010.; CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro, 1982. PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

Ademais, em âmbito nacional, o ano de 1945 foi significativo para o crescimento do PCB, já que retornou à legalidade³³. Este “novo” panorama possibilitou a participação no jogo eleitoral de 1945, e permitiu alcançar resultados positivos na seara política, tal como a eleição de 14 deputados federais no país e a vitória de Luiz Carlos Prestes, um dos dirigentes do PCB, como senador pelo Distrito Federal. Além disso, em função do relevante desempenho da União Soviética na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o PCB recebeu apoio e orientações internacionais para promover o crescimento do partido em todo o país.

Além disso, em Minas Gerais foi a partir de meados da década de 1940, que a agremiação iniciou o processo de reorganização da estrutura orgânica, com o intuito de estender o raio de atuação para várias regiões do interior do estado. Neste contexto, também observamos a execução da reestruturação da linha política adotada pelo partido, ação que refletiu ampliação das atividades de militância entre os trabalhadores urbanos, e que perdurou mesmo após ser relegado à clandestinidade em 1947.

Para a apresentação das análises propostas, a tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, “O percurso histórico do Partido Comunista Brasileiro (1945 a 1964)” apresentaremos as principais produções historiográficas, que tratam da atuação do Partido Comunista Brasileiro e sua relação com o movimento operário, no recorte temporal delineado para esta pesquisa. Constituindo-se como um capítulo essencialmente teórico, objetivamos problematizar o objeto de estudo conforme a produção historiográfica sobre o assunto. Desse modo, ressaltamos a contribuição desta pesquisa dentro do conjunto historiográfico dedicado aos estudos do movimento operário e dos partidos políticos de esquerda do Brasil republicano.

No segundo capítulo, intitulado “O PCB em meio ao mosaico mineiro: obstáculos para consolidação” o objetivo foi examinar o processo de constituição do PCB mineiro. Por meio da consulta de vasta documentação, sobretudo, relativa aos documentos do DOPS e de entrevistas com militantes, identificamos as localidades em que o PCB empreendeu as suas ações. Assim, examinamos a maneira pela qual o partido foi estruturado em termos teóricos e como se deu o planejamento para constituir a relação entre a classe trabalhadora urbana na capital e nos municípios do interior do estado. No capítulo, ainda abordamos os elementos que demarcaram a experiência pecebista em Minas Gerais, desde as pioneiras experiências de núcleos e células que contribuíram para o processo de consolidação do partido. Dada a

³³ No ano da fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), o governo do Presidente Epitácio Pessoa colocou a agremiação na ilegalidade. A regularização da sigla apenas ocorreu em janeiro 1927, mas por um curto período, já que em agosto do mesmo ano o registro eleitoral do partido foi cassado. Apenas em 1945 o partido obteve um novo registro.

heterogeneidade e a dimensão do estado, não foi uma tarefa fácil consolidar o funcionamento de uma agremiação que se auto postulava como a única possibilidade de representação da classe operária, mas, paradoxalmente passou a maior parte da sua existência na clandestinidade. Nesse ínterim, militantes do partido tiveram que lidar com o constante monitoramento do aparato repressor, com a desconfiança da sociedade em razão do discurso anticomunista e com problemas internos, tais como o “sectarismo”.

No intuito de possibilitar a análise acerca da perspectiva de formação do PCB analisamos, no terceiro capítulo, “A formação teórica do PCB mineiro: entre concepções e estratégias”, os pressupostos teóricos que nortearam a condução das práticas partidárias. Para isso, destacamos dois eventos, o IV Congresso realizado em 1954 e o V Congresso realizado em 1960. Muito embora esta tese situe as análises nos anos de 1945 a 1964, privilegamos neste capítulo a abordagem dos referidos eventos ocorridos em 1954 e 1960 respectivamente, em razão da influência destes na estruturação e expansão da agremiação em Minas Gerais. Compreender como esses tais eventos foram importantes para fomentar o processo de estruturação do Partido Comunista é fundamental, haja vista que delinearam as orientações para a criação de mecanismos que pudessem aproximar trabalhadores sem vínculo ideológico dos trabalhadores ligados ao PCB mineiro. Ademais, examinaremos o papel da chamada “Resolução”, documento expedido pelos dirigentes nacionais e estaduais na década de 1950, a fim de ordenar ações nas diversas esferas do partido, dentre as quais, o trabalho no meio sindical e a consolidação de núcleos e células. Este documento traz ainda orientações para a superação do que os dirigentes consideravam como “entraves” à constituição de um partido que ambicionava ser o “representante das massas”. No decurso deste do capítulo, apresentamos ainda dados que nos permitiram identificar as regiões do estado em que os comunistas lançaram maior atenção para a criação de núcleos partidários. Localizar manuscritos de membros do partido possibilitou também a identificação das categorias profissionais e dos segmentos empresariais que os militantes deveriam ter maior atenção no que se refere à articulação junto à classe trabalhadora urbana.

No quarto capítulo deste trabalho, “Entre lutas e ações: contribuições para a transformação da classe trabalhadora”, apresentamos exemplos da participação dos comunistas na dinâmica de movimentos dos trabalhadores em várias cidades de Minas Gerais. Se, no capítulo anterior, analisamos os princípios teóricos e norteadores do partido, neste agora objetivamos averiguar como seu deu, na prática a aplicabilidade das orientações dos dirigentes nacionais e estaduais. Para isso, abordamos os movimentos grevistas de variadas categorias profissionais, dentre as quais, os ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil,

os eletricitários e carris urbanos de Belo Horizonte, os mineiros da Saint John D'el Rey Mining Company Limited, e alguns exemplos de atuação dos trabalhadores em localidades do interior do estado, como, Juiz de Fora, João Monlevade, Uberlândia e Nova Era. Procuramos demonstrar, por meio dos casos selecionados, as estratégias, a dinâmica dessa interação entre trabalhadores militantes do PCB e trabalhadores que não eram ligados ao partido, além de identificar quais eram as principais demandas dos movimentos, bem como as dificuldades enfrentadas.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (1945-1964)

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais pesquisas historiográficas que examinaram a atuação do Partido Comunista Brasileiro/PCB e dos movimentos dos trabalhadores urbanos no período compreendido entre 1945 e 1964. Esta apreciação é importante para elucidar os pressupostos teóricos utilizados para a constituição das análises deste estudo. A partir da exposição do aporte teórico, refletiremos sobre alguns elementos relacionados à trajetória do PCB e dos movimentos dos trabalhadores no cenário sócio-político brasileiro. Do mesmo modo, analisaremos a interação ocorrida entre trabalhadores sem qualquer vínculo ideológico com o comunismo e trabalhadores vinculados ao PCB³⁴. Compreender a dinâmica das relações entre esses segmentos, mas, principalmente como foram analisados pela historiografia, é importante, pois indica não apenas a nossa base argumentativa, como também o viés historiográfico ao qual nos associamos.

Para o desenvolvimento das análises propostas, este capítulo foi estruturado em três seções, sendo a primeira intitulada “A trajetória do PCB no Brasil entre os anos de 1920 e 1955”. Nessa seção traçamos, ainda que maneira sintética, os marcos históricos do Partido Comunista na Europa e como eles influenciaram as pioneiras experiências partidárias da esquerda comunista no Brasil. Esta análise permite melhor contextualizar o objeto estudado. Os comunistas brasileiros esperavam promover a formação de um partido que representasse as massas operárias aos moldes da experiência russa, que resultou no êxito da Revolução de 1917.

Ao consultar os documentos do partido não é incomum nos depararmos com a exposição de um dos propósitos máximos da agremiação, que era o de consolidar a imagem de representante dos trabalhadores. Entretanto, compreender o comunismo brasileiro supõe a necessidade de examinar fatores que tenderam a obstar o fortalecimento da ideologia, e, em especial, de sua agremiação partidária no cenário nacional. A experiência do PCB possui, portanto, peculiaridades associadas à diversidade sócio-histórica do país, e também aos entraves para sua consolidação enquanto partido que pudesse se representar por uma legenda legalmente reconhecida.

³⁴ Criado em 1922 com a denominação de Partido Comunista do Brasil, no ano de 1962, em meio a inúmeras críticas e reformulações, a sigla teve o nome alterado e passou a ser reconhecido como Partido Comunista Brasileiro. No intuito de padronizar a menção ao partido, neste estudo optamos por referenciá-lo como Partido Comunista Brasileiro. Em alguns trechos, para evitar repetições, ao fazermos menção aos membros da agremiação, optamos por chama-los de pecebistas ou comunistas.

Na segunda parte deste capítulo, intitulada: “Trabalhadores e militância comunista na conjuntura política de 1945 a 1964”, discorreremos acerca da atuação e das contribuições do PCB para a dinâmica dos movimentos dos trabalhadores urbanos. Assim, as duas primeiras seções deste capítulo têm como fundamento a contextualização do objeto deste estudo ao apresentar, tanto os elementos que constituíram o PCB quanto as estratégias para a sua articulação junto aos trabalhadores urbanos. Na terceira seção, denominada: "Comunistas e trabalhadores na perspectiva historiográfica" analisamos a historiografia nacional dedicada ao exame da atuação dos comunistas no pós-1945 junto aos trabalhadores. Para isso, elencamos os principais estudos que abarcam o viés interpretativo tradicional acerca da atuação da trajetória do PCB no país e as produções de caráter revisionista, que priorizam não somente os marcos históricos, mas a influência do partido na dinâmica dos movimentos dos trabalhadores.

1.1. A trajetória do PCB (1920- 1955)

Na realidade, o movimento comunista foi o resultado de uma junção feliz entre uma importante ideia política e uma não menos importante força social. Por isso não morreu no nascedouro. Muito pelo contrário. Ameaçando destruir toda uma civilização, o surgimento do movimento comunista marcou o início de uma nova era. O seu produto foi a Revolução Russa de 1917. Foi no rastro dessa revolução que surgiram os diversos partidos comunistas, inclusive o PCB.³⁵

De acordo com Pandolfi, a Revolução Russa de 1917 pode ser entendida como um marco histórico para o pensamento revolucionário do século XX. Isto porque o êxito de 1917 representou a vitória do paradigma socialista, movimento que vinha sendo gestado não somente em suas premissas teóricas, mas pelas organizações dos trabalhadores ainda no transcurso do século XIX. Antes desse processo, tivemos a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, no ano de 1864. A Associação contou com a participação de vários países da Europa Central, Ocidental e com a liderança dos filósofos e teóricos do socialismo científico, Karl Marx e Friedrich Engels. Ambos os teóricos defendiam a concepção de que, por meio da união e organização da classe trabalhadora, seria possível conquistar o poder e, por conseguinte, realizar a transformação social. De maneira sucinta, podemos afirmar que o socialismo defende o fim da propriedade privada e o fim da divisão

³⁵ PANDOLFI, Dulci. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro, 1995, p.51.

por classes, bem como propõe a socialização dos meios de produção. Dessa forma, o socialismo seria uma etapa para chegar ao comunismo, ou seja, na supressão da propriedade privada e na organização socioeconômica baseada em socialização coletiva. Essas premissas ideológicas sofreram resistências entre os intelectuais de esquerda, devido ao surgimento de várias correntes socialistas, dentre as quais a de Mikhail Bakunin. Expoente da corrente filosófica anarquista³⁶, Bakunin era contrário à ideia de constituição de partidos operários como estratégia para alcançar o poder. Em sua concepção, a formação de partidos era uma derivação do absolutismo, e, por isso, cabia ao trabalhador tomar o poder diretamente, sendo desnecessária a presença de estruturas organizacionais aos moldes do Estado para ordenar a sociedade.

Devido à existência de várias discordâncias internas, a I Internacional Socialista³⁷ foi dissolvida em 1876. No entanto, apesar da heterogeneidade de concepções, ainda no final do século XIX a Europa vivenciou a criação de vários partidos liderados pelas classes trabalhadoras. Tal fato indica a influência dos ideais marxistas na formação de partidos operários. Dentre os partidos criados, estavam o Partido Socialista Português (1875), o Partido Socialista Espanhol (1879) e o Partido Socialista Italiano (1892). Todavia, pesava ainda para as lideranças dos partidos inspirados na social democracia a decisão em relação à maneira pela qual deveriam interagir com as instituições liberais. Isto é, para fazer parte da seara política, os adeptos do socialismo deveriam se envolver com as instâncias de atuação da classe burguesa ou optar pela via revolucionária para conquistar o poder? – esta última aceção era defendida pelos membros mais radicais do partido. A concepção favorável à participação do proletariado nas instâncias liberais representativas prevaleceu no século XIX como forma de adquirir forças para impetrar a “revolução social”.

Outras experiências foram importantes para o movimento dos trabalhadores socialistas europeus, dentre as quais, a criação do Partido Social Democrata Alemão/PSD, em 1869 e a criação da II Internacional Socialista em 1889, na cidade de Paris. Apesar de nos anos iniciais não ter tido relevo social em função da ilegalidade política, quando pôde participar das eleições, em 1890, o PSD alemão alcançou expressão eleitoral, obtendo 18% da votação do país.

³⁶ SIMÕES, Teotônio. **Anarquismo**: pequena introdução às ideias libertárias. 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/anarquismo.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

³⁷ As chamadas “Internacionais Socialistas” foram associações criadas com o objetivo de conglomerar experiências partidárias e operárias ligadas ao socialismo europeu em uma mesma instituição. A I Internacional Socialista vigorou entre os anos de 1864 a 1876; a II Internacional foi constituída em 1914 e vigorou até 1919, quando, mediante o êxito da Revolução Russa, em 1917, foi constituído o chamado “Komintern”.

A experiência positiva alemã nas eleições de 1890 denotou em reflexões dos chamados teóricos “revisionistas” da teoria marxista, com destaque para Eduard Bernstein. Ele era contrário à realização de uma revolução violenta e passou a defender que, mediante a participação nas instâncias liberais, os operários poderiam conquistar o poder. Dessa forma, ao estarem integrados ao parlamento e constituírem maioria, poderiam instituir reformas que priorizassem o fim do regime capitalista, de modo “lento, gradual e pacífico”. Eduard Bernstein propalou suas percepções como algo que poderia ser adotado em vários países europeus. Para ele, era viável a realização de reformas em caráter progressivo, orquestradas pelos membros do partido operário inseridos no parlamento. Tal ponto de vista foi questionado pela filósofa e marxista Rosa Luxemburgo, pois para ela este entendimento enaltecia de modo excessivo a atuação parlamentar e, além disso, desconsiderava o relevo da atuação dos opositores. Apesar de ter sido derrotada pela maioria dos seguidores da II Internacional, a ideia de Bernstein ainda se manteve viva no interior do movimento.

O êxito na Revolução Russa de 1917 - liderada por Vladimir Ilyich Ulyanov, conhecido como Lênin - consolidou a vitória da corrente socialista que defendia a tomada de poder via revolucionária. Lênin governou a República Russa durante os anos de 1917 e 1918, constituiu nos anos seguintes a República Socialista Federativa Soviética Russa (1919-1924) e, por fim a União Soviética (1922-1924) unificada sob a liderança de um único partido, o Partido Comunista da União Soviética, PCUS. De acordo com Pandolfi, uma das principais preocupações de Lênin referia-se à organização partidária. Em sua concepção, era imprescindível a organização da classe trabalhadora em partidos políticos, pois caso não fosse feito um efetivo trabalho de aparelhamento, as ações estariam circunscritas às lutas sindicais. De acordo com os pressupostos da II Internacional (1889-1916), a tomada do poder deveria ser em escala planetária, conduzida pelo proletariado a fim de liquidar com o capitalismo³⁸.

No processo de constituição do PCUS, uma das preocupações principais referiu-se às críticas quanto à “oligarquização”³⁹, ou seja, a formação de um partido liderado pelos

³⁸ PANDOLFI. 1995. op.cit.

³⁹ O sociólogo Robert Michels desenvolveu a teoria política sobre a formação e constituição de partidos políticos segundo a qual é inevitável a existência de uma “lei de ferro” em uma organização partidária democrática. No processo de crescimento e amadurecimento de um partido formam-se, naturalmente, o domínio oligárquico, ou seja, uma maioria comanda uma minoria. Segundo o pesquisador, tal processo culmina na formação de uma burocracia partidária que é necessária para a estruturação, comando e coordenação das ações no partido. Dessa forma, Michels desconstruiu a ideia de que é possível existir uma democracia no interior das agremiações (ideia bastante difundida, sobretudo pelos partidos progressistas no século XIX), haja vista que, segundo ele, para manter a ordem e o pleno funcionamento das deliberações partidárias, é necessário que um grupo – que é a ‘elite’ minoritária –, comande a maioria dos filiados. Para maior discussão sobre a temática, ver: GARCIA, Fernando Coutinho. A lei de ferro da oligarquia e o discurso da participação. **Revista de Administração de Empresas**. v.28, n.2, São Paulo, Abr./Jun, p.55-58, 1988. Disponível em:

chamados “homens da política” - intelectuais que tinham a função de estabelecer uma agremiação de massas – mas, na prática, organizava e executava suas ações distantes da “militância”, afastado de suas bases. Existia ainda a divisão de funções, de modo hierárquico, na medida em que o PCUS crescia, ampliava-se o aparato de funções. Parecia um tanto quanto contraditório, uma agremiação que apregoava uma sociedade sem divisões, de certa maneira, contribuía para reforçar essa desigualdade. Todavia, conforme explica o sociólogo Robert Michels, no processo de amadurecimento e crescimento de uma estrutura partidária é comum e, inclusive é necessário que seja realizada hierarquização das funções e divisão das responsabilidades entre os integrantes dos variados níveis. Dessa forma o partido terá condições de se organizar e colocar em prática seus objetivos.⁴⁰

Os paradigmas acerca dos rumos que a revolução socialista deveria seguir, seja opção pela via pacífica ou pela via revolucionária, reverberaram na própria trajetória do Partido Comunista Brasileiro. Muito embora no caso brasileiro não tenhamos vivenciado uma revolução aos moldes da russa, seja entre as lideranças, seja nas bases, a discussão referente ao modo como o partido deveria ascender ao poder foi constante. Nesse sentido, essa breve digressão justifica-se na medida em que repisar a trajetória e as disputas teórico-ideológicas do comunismo pode auxiliar na compreensão acerca das disputas no interior do PCB e nas alterações que se verificam na postura do partido no decorrer da sua história.

No Brasil, a experiência do PCB é marcada pela ilegalidade política e presença do discurso e práticas anticomunistas. Este último foi estrategicamente propalado a fim de evitar a difusão de uma cultura socialista em nosso país. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta⁴¹ define o conceito de anticomunismo como o projeto militante no qual as forças conservadoras estabeleceram estratégias que foram metodicamente implantadas no sentido de frear o avanço das concepções da ideologia de esquerda. Em outras palavras, trata-se de uma corrente de pensamento que arquiteta práticas, representações e imaginário com caráter depreciativo direcionado a aqueles considerados como “perigo vermelho”, adeptos ou simpatizantes do socialismo e do comunismo.

A repercussão da vitória socialista em solo europeu serviu para o respaldo das ações de vigilância e repressão aos indivíduos ligados à experiência comunista brasileira. De acordo com Motta, para difundirem a ideia de que ideologia de esquerda era algo nocivo para a

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901988000200007>. Acesso em: 1 mai. 2017; MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

⁴⁰ MICHELS. 1982, op. cit.

⁴¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Fapesp, 2002.

sociedade, os anticomunistas no Brasil recorreram a inúmeros recursos de imaginário e representação, “[...] essencialmente, o comunismo foi identificado à margem do 'mal', tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte.⁴²

Historicamente, em termos religiosos o Brasil detém maioria cristã, assim a estratégia de associar comunistas ao imaginário religioso foi um dos mecanismos frequentemente utilizados para frear o avanço da ideologia. Coligar a ideologia comunista a figuras maléficas, tais como, o demônio ou “príncipe das trevas” foi uma prática corriqueira. A ideia era demonizar os comunistas, ou seja, depreciar sua imagem de tal modo que indivíduos para serem considerados como cristãos “verdadeiros” não deveriam associar-se àqueles que compactuavam de uma ideologia que era classificada como de cunho “maléfico”. Motta ressalta que a escolha e uso da imagem do “demônio”, como figura de destaque no imaginário e representação anticomunista não foi por acaso. Esta imagem remete a um dos basilares preceitos religiosos, ou seja, a homilia cristã agrega entre seus pressupostos a luta do bem contra o mal, isto é, a luta de Cristo contra todos os males. O mal é comumente personificado na figura do demônio. Lutar contra o demônio, que passou a ser representado pelo indivíduo adepto ao comunismo, significava a defesa da fé cristã. Dessa forma, o catolicismo foi fundamental para a difusão dos preceitos anticomunistas, mediante o processo de “demonização” dos comunistas a Igreja Católica principalmente, justificava em seu discurso contribuir para a luta do “bem” contra o “mal”.

Em Minas Gerais, o discurso anticomunista vinculado à matriz católica esteve presente. Além de associar ao mal que o cristão deveria enfrentar, também era propalado que todo indivíduo ligado às ideologias de esquerda era ateu. Em um estado cuja tradição cristã é marcante, um indivíduo que se declarava ateu era tido como um desregrado espiritualmente. A ideia do comunismo ateu consistia em fazer com que os cristãos praticantes tivessem receio de se relacionar com pessoas que tinham algum tipo de envolvimento com ideologias ou partidos de esquerda⁴³.

É importante destacar que, as ações anticomunistas não devem ser consideradas apenas como práticas nacionais, mas integradas a um contexto internacional de ações estratégicas com vistas a coibir o avanço das ideologias de esquerda nos países capitalistas.

⁴² MOTTA. 2002. op.cit. p. 47.

⁴³ Analisaremos no segundo capítulo que o imaginário e a representação apregoados pelo anticomunismo católico se fez presente no interior de Minas Gerais e contribuiu para dificultar o processo de arregimentação de novos militantes para o PCB. Nas terras mineiras foi disseminada tanto a concepção do comunista ateu, quanto a representação demonizada da ideologia. Os pressupostos anticomunistas eram veiculados em sermões de padres e nos inúmeros tipos de impressos católicos, como jornais e panfletos.

Dessa forma, a preocupação quanto ao avanço do comunismo está vinculado ao cenário internacional, sobretudo, após o êxito da Revolução Russa de 1917 e a partir da consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. No entanto, anticomunismo não teve somente como pilar constitutivo a religião, pelo contrário. Foram diversas as estratégias utilizadas para desvalorizar a imagem do PCB em vários períodos. Dentre elas, a associação feita nos anos de 1920 e 1930 a doenças, em que a possibilidade de seu êxito nacional poderia representar a “infecção” do sistema político. Nos acontecimentos que antecederam ao golpe civil-militar de 1964, em meio à conjuntura da Guerra Fria, foi comum o uso dos termos “perigo vermelho” e “ameaça subversiva” ao país, difundidos nos discursos de políticos conservadores e da parcela da grande imprensa que apoiou o movimento.

Na virada do século XIX para o XX com o crescimento do processo de industrialização, ainda que pequeno, emergiram as pioneiras organizações operárias no país, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Essas organizações contavam com a atuação de imigrantes europeus, inspirados no anarquismo e anarcosindicalismo. No começo do século XX várias doutrinas ideológicas de cunho reformista influenciavam o movimento operário brasileiro. Embora as obras de Marx e Engels não haviam ainda sido traduzidas para o português, seus pressupostos eram difundidos de modo fragmentado entre os trabalhadores, principalmente por meio da imprensa. No Brasil, devido, principalmente à difusão de notícias sobre o êxito da Revolução Russa a primeira sede do PCB foi criada na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em 1922. Entre os dias 25 a 27 de março realizou-se um congresso para a fundação do partido na cidade. O evento contou com a participação de intelectuais e operários provenientes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul⁴⁴. A criação do PCB em 1922 teve, dentre outros motivos, influência das deliberações da Komintern, isto é, da III Internacional, realizada em 1919 na Rússia. Dentre os princípios defendidos durante a III Internacional, comandada por Lênin – líder da Revolução Russa – estava o desejo de expandir a criação de partidos comunistas em vários países. Entre os fundadores do partido estava o interesse em agilizar o processo da sua

⁴⁴ Os primeiros membros do Partido Comunista Brasileiro foram: Astrojildo Pereira; o professor pernambucano Cristiano Cordeiro; o gráfico paulista João da Costa Pimenta; o sapateiro e operário da construção civil pernambucano, morador do Rio de Janeiro, José Elias da Silva; o alfaiate sergipano, também trabalhador do Rio, Joaquim Barbosa; o vassoureiro fluminense Luís Peres; o electricista de Cruzeiro, Minas Gerais, Hermogêneo da Silva; o barbeiro de Porto Alegre Abílio de Nequete. Somente o alfaiate espanhol Manoel Cendón não tinha origem anarquista, mas socialista. A Comissão Central Executiva ficou formada por Abílio de Nequete, escolhido Secretário-Geral, Astrojildo Pereira, Antônio Bernardo Canellas, Luís Peres e Antônio Gomes da Cruz, com Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Antônio de Carvalho, Joaquim Barbosa e Manoel Cendón na suplência. Fonte: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **A fundação do PCB**. 2016. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/10702>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

constituição no Brasil para que pudessem enviar representantes para o IV Congresso da Internacional Comunista, que seria realizado em Moscou em novembro de 1922. Dessa maneira, esperavam obter o reconhecimento do PCB pelos dirigentes da União Soviética. Apesar dos esforços para a criação do PCB, o então presidente Epitácio Pessoa decretou a ilegalidade da agremiação ainda no ano de 1922⁴⁵. As oligarquias temiam a influência dos comunistas entre as classes trabalhadoras. Relegar a recém-criada agremiação comunista à ilegalidade representava conter a possibilidade de alcançarem representação nas instâncias liberais, tradicionalmente ocupadas pelas elites econômicas do país. Esta foi uma estratégia para obstar a atuação do PCB.

Embora estivessem na clandestinidade, os membros do PCB prosseguiram nos anos seguintes empenhados em constituir a agremiação. Segundo Alzira Alves de Abreu⁴⁶ o comunista argentino Rodolfo Ghioldi, em visita ao país a fim de avaliar as condições do PCB, conseguiu a sua admissão como participante do V Congresso da Internacional Comunista em 1924. Ainda conforme a autora, nesse período foram ampliadas ações com o intuito de interagir com os trabalhadores:

A divulgação das ideias comunistas no Brasil intensificou-se por essa época, com a publicação de livros e folhetos e a realização de palestras e conferências nas sedes dos sindicatos. O Manifesto comunista de Karl Marx, publicado pela primeira vez na *Voz Cosmopolita*, saiu sob a forma de livro em 1924. Em 1º de maio de 1925 foi lançado o jornal *Classe Operária*, com cinco mil exemplares, fechado pela polícia dois meses depois. Em São Paulo circulavam os jornais *Internacional* e *Solidário*.⁴⁷

Apenas em 1927, durante poucos meses, o PCB experimentou a legalidade partidária ao constituir a frente eleitoral nomeada como Bloco Operário, no qual elegeu para a Câmara dos Deputados o candidato Azevedo Lima. No mesmo ano, em agosto de 1927 a frente foi relegada à clandestinidade. Na tentativa de soerguer o partido, um dos dirigentes nacionais, Astrogildo Pereira, decidiu realizar uma viagem à Bolívia a fim de convidar Luís Carlos Prestes para fazer parte da agremiação. Devido a sua expressividade nacional⁴⁸, Astrogildo

⁴⁵ ABREU, Alzira Alves. Partido Comunista Brasileiro. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.1-31. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABblica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABblica.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2016.

⁴⁶ ABREU. 2015. op.cit.

⁴⁷ ABREU. 2015. op.cit. p.3.

⁴⁸ Luís Carlos Prestes havia sido líder da Coluna Prestes (1925-1927) - movimento de natureza política que contou com a participação de militares, intelectuais e variados segmentos que desejavam romper com a estrutura oligárquica vigente no país. O movimento foi sufocado pelo governo e seus membros foram exilados.

Pereira enxergou em Prestes um personagem que poderia ser interessante para se agregar ao PCB. Nesse período, Prestes já estava empenhado nos estudos sobre o marxismo.

No período correspondente às décadas de 1920 e 1930, movimentos grevistas aconteceram em vários estados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde trabalhadores reivindicavam melhorias nas condições salariais e laborais⁴⁹. Como afirmamos, a influência dos comunistas nesse contexto no Brasil está relacionada, em boa medida ao êxito da Revolução Russa. Este evento despertou a esperança de que a união entre trabalhadores poderia contribuir para a redução da exploração capitalista. Dessa forma, muitos comunistas e simpatizantes da ideologia, que também eram trabalhadores de fábricas, empresas indústrias, passaram a acreditar que poderia ser possível a constituição de uma sociedade em que trabalhadores seriam os protagonistas da transformação social.⁵⁰ A classe trabalhadora urbana no começo do século XX estava em formação, aspecto relacionado ao pequeno papel da indústria nacional neste período, como afirma Badaró Mattos: “A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13% em 1920.”⁵¹

Ainda segundo Mattos, a classe operária estava concentrada nas regiões dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, devido principalmente à exportação do café. Estas regiões foram as pioneiras na constituição de sedes do PCB. Na década de 1930, em termos quantitativos, o número de trabalhadores urbanos no país ainda era pequeno, sobretudo, se levarmos em conta que 66% da população economicamente ativa no Brasil, era formada por indivíduos que residiam no campo. Apesar de reduzida, isso não significou que trabalhadores da cidade estivessem alheios aos processos reivindicativos, pelo contrário. O período que vai da década de 1920 a 1935, embora longe de ser linear e uniforme, é por marcado por significativas mobilizações dos quais fortemente influenciadas, senão lideradas pelos comunistas. Como se sabe, é nesse período que inaugura a política de estreitamento das relações entre estado e classe trabalhadora, com a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, MTIC, em 1930. O MTIC efetivou a construção do modelo de sindicato oficial e

⁴⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Movimento Operário**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoOperario>>. Acesso em: 3 marc. 2016.

⁵⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

⁵¹ MATTOS. 1998. op.cit. p.36.

atrelado ao estado. Os sindicatos oficiais se tornaram subordinados ao governo e deveriam exercer a função de intermediar a relação entre trabalhadores e Estado.⁵²

Apesar da tentativa de controle exercida pelo Estado via MTIC, os trabalhadores não ficaram simplesmente a mercê das decisões do governo. De acordo com Mattos, este segmento resistiu ao que denominaram como “fascistização das organizações operárias”⁵³ - termo utilizado pelos trabalhadores para denominar o excessivo controle aos movimentos trabalhistas. Além da ocorrência de movimentos grevistas, trabalhadores vinculados ao PCB do estado de São Paulo, por exemplo, por meio do impresso “Voz do Povo,” publicaram em 1934 matérias nas quais teciam duras críticas à tentativa de controle exercida pelo governo Vargas. Tal prática foi exercida por militantes do partido e integrantes de sindicatos de várias partes do país⁵⁴. A lei 19.770 de 1931, que regulava a sindicalização das classes patronais e operárias, também foi tema das discussões da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, em 1932, do qual fazia parte membros trotskistas⁵⁵. Em discursos durante a realização do evento, sindicalistas criticaram a postura do governo em relação aos trabalhadores.⁵⁶ A criação de instâncias representativas para frear o avanço do controle estatal também foi uma estratégia adotada, a exemplo da criação no ano de 1934 da Frente Única Sindical/FUI, liderada por comunistas. Além disso, Mattos cita o crescimento do ritmo de greves no estado do Rio de Janeiro nesse período. Em 1930 foram realizadas 11 greves; em 1935, 20 movimentos foram registrados. Sobre o crescimento dos movimentos, Edgar Carone faz menção à participação de trabalhadores e comunistas em atos de cunho político - a exemplo da manifestação realizada em 16 de junho de 1935 em São Paulo organizada pela Aliança Nacional Libertadora – organização nacional criada com o objetivo de lutar contra o avanço do nazifascismo –, que contou com a adesão de cerca de 6.000 trabalhadores.⁵⁷ Os exemplos arrolados são significativos, pois demonstram as táticas utilizadas pelas massas trabalhadoras para obstar os instrumentos de controle do estado.

⁵² MATTOS. 1998. op.cit.

⁵³ MATTOS. 1998. op.cit. p.65.

⁵⁴ O processo de “estatização” dos sindicatos foi analisado, entre outros, por Luís Werneck Vianna que, identificou um duplo movimento de cooptação/coerção das lideranças dos trabalhadores nos anos 1930. Ver: VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.**

⁵⁵ No interior do Partido Comunista Brasileiro havia adeptos de várias correntes do marxismo, dentre elas a trotskista. Esta foi constituída com base nos escritos do ucraniano Leon Trótski. De maneira resumida, o trotskismo está relacionado à defesa da expansão da revolução para âmbito internacional, e à crítica a excessiva burocracia. Sobre este último aspecto, Trótski defendia a ideia de rotação dos indivíduos nos cargos ocupados pelo partido, para impedir que sujeitos pudessem se apropriar de cargos em causa própria. Esta corrente do marxismo foi importante para o comunismo russo, todavia, suas concepções divergiam do stalinismo, que, em linhas gerais, defendia a consolidação da revolução em um único país para posterior expansão internacional.

⁵⁶ MATTOS. 1998. op.cit. p.66.

⁵⁷ CARONE, Edgar (Org). **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p.130-135.

Nos anos de 1930, o PCB procurou realizar alianças no intuito de ganhar visibilidade no cenário político brasileiro. A aproximação com Luís Carlos Prestes, que, posteriormente, viria a se tornar um símbolo do partido, foi uma destas ações, muito embora não tenha sido uma novidade para o partido. Contatos anteriores já haviam sido feitos. Em 1935, com a criação da Aliança Nacional Libertadora/ANL é possível identificar a tentativa do partido em alavancar práticas que visassem à transformação social. Liderada por Luís Carlos Prestes, a ANL defendia propostas de cunho nacionalista, como a retirada das oligarquias do poder, reforma agrária, luta contra o fascismo e imperialismo.

Muito embora a ANL fosse liderada por comunistas, dela faziam parte diversos segmentos simpatizantes da causa nacionalista, como militares, católicos e socialistas. Esta organização foi posta na ilegalidade em 1935, apesar disso, em julho do mesmo ano ocorreu o primeiro levante na cidade de Natal, em 23 de novembro. Três dias depois, em 27 de novembro, ocorreram outros levantes na cidade do Rio de Janeiro. Estes movimentos foram sufocados e, sob o argumento de que o país estava na instabilidade política, no ano de 1937 foi instaurada a Ditadura comandada pelo então presidente Getúlio Vargas. A Ditadura do Estado Novo, como assim ficou conhecido o período em que Getúlio Vargas manteve-se no poder, entre os anos de 1937 a 1945, teve forte impacto na dinâmica do PCB. Além da ilegalidade, os membros do partido tiveram que enfrentar a perseguição política.⁵⁸

A concepção de que o país deveria livrar-se do que a direita considerava como a “ameaça vermelha” reverberou na redução das atividades do partido durante o período do Estado Novo. Inúmeras lideranças que compunham a estrutura orgânica do partido foram presas, dentre eles Luís Carlos Prestes, que, encarcerado em 1936, permaneceu nove anos na prisão. Entre os casos mais emblemáticos está o de Olga Benário, comunista alemã de origem judaica que veio ao Brasil enquanto agente russa responsável pela segurança de Prestes, e acabou sendo presa e deportada para a Alemanha. A essa altura, Olga estava casada e grávida de Prestes, quando em 1942 foi enviada ao campo de concentração em Bernburg, onde foi assassinada por meio da câmara de gás.

De acordo com Elieser Pacheco⁵⁹, o partido encontrava-se desmantelado após a derrota do levante em 1935. Poucos núcleos sobreviveram e com as lideranças que participaram do evento de 1935 presas ou exiladas, assim não havia muita perspectiva política. As tentativas de retomar os trabalhos foram efetuadas por militantes antigos somente entre os anos de 1941 e 1943. A repressão aos membros do partido não se concentrou apenas

⁵⁸ MATTOS. 1998. op.cit. p.74.

⁵⁹ PACHECO. 1986. op.cit. p.174-185.

após o fim da do levante. As sucessivas tentativas de organização dos membros restantes do partido, bem como o endurecimento quanto ao monitoramento dos movimentos trabalhistas e sindicais prosseguiram durante a Ditadura Vargas. Pacheco faz menção à repressão aos comunistas desencadeada em um núcleo na Bahia, ocasião em que muitos foram presos, dentre eles, Arruda Câmara, um dos fundadores do partido nos anos 1920 e que após ser solto seria um dos principais responsáveis pelo processo de reorganização do PCB no decurso dos anos 1940.

No entanto, de acordo com Pacheco, havia entre os comunistas discordâncias quanto aos rumos que o PCB deveria adotar. Isto é, se a agremiação prosseguiria com a concepção de que era prioritário promover posições anticapitalistas ou se deveria estabelecer uma coalizão política com a União Soviética, em prol da vitória na Segunda Guerra. A conjuntura internacional impôs outras reflexões no interior do partido que estava em processo de “ressurgimento”. Com a invasão da União Soviética por tropas alemãs em 1941 tornou forçoso o realinhamento das potências mundiais – Estados Unidos e URSS - em prol da vitória contra o Nazismo de Hitler. A Alemanha de Adolf Hitler tinha como objetivo a supressão da URSS através do emprego da força militar, no intuito de eliminar o avanço do comunismo.

No Brasil, neste período, havia alguns núcleos comunistas importantes, dentre eles os situados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em meio aos acontecimentos da Segunda Guerra, em 27 de agosto de 1943, foi realizada a Conferência da Mantiqueira, organizada por indivíduos interessados no processo de reorganização do partido⁶⁰. Dentre as temáticas discutidas estavam a definição da política do partido, organização e escolha das lideranças do Comitê Central. Ademais, foram discutidos esforços no sentido de fortalecer a agremiação para, posteriormente, obter a legalidade política. Ao fim do evento, foram aprovadas políticas de unificação nacional no intuito de apoiar o combate ao nazi-fascismo. Ainda na prisão, Prestes foi nomeado secretário geral do PCB. A sua escolha não era por acaso. Em sua jornada pela reestruturação, o PCB apregoava a necessidade de escolher um líder que pudesse representar o fortalecimento do partido. Diante do histórico em relação a sua participação na Aliança Nacional Libertadora e após nove anos no cárcere, os dirigentes consideravam que Prestes era a figura adequada para simbolizar o partido nesta etapa de “ressurgimento”.

⁶⁰ Dentre os estados participantes da Conferência da Mantiqueira estavam delegações oriundas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pará. CHICOLTE. 1982. op.cit. p.86.

Com a inserção do Brasil no grupo dos Aliados na guerra, a difusão da tese de “União Nacional” tornou-se um pilar importante do PCB. Essa decisão estava alinhada às determinações do comunismo internacional. Ainda, de acordo com Pandolfi,

A tese da "União Nacional", que teve em Prestes o seu principal idealizador, foi adotada oficialmente pelo PCB em 1943. De acordo com aquela proposta, todos os brasileiros deveriam cerrar fileiras ao lado do governo Vargas para derrotar o nazi-fascismo. Naquele período, mudanças significativas estavam ocorrendo no Brasil e no mundo. O Brasil, ao lado das Nações Aliadas, havia entrado na Segunda Guerra para combater os países do Eixo.⁶¹

Sobre a postura do PCB de apoiar Vargas durante em seu segundo governo (1951-1954), ainda seguindo a orientação de “união nacional” Pandolfi ressalta que, muitos militantes questionavam essa decisão. Isso porque, durante o Estado Novo (1937-1945), membros da agremiação foram perseguidos e presos, inclusive o próprio Prestes. Assim, não foi unânime a aceitação da tese de “união nacional” pelos membros do PCB. Além disso, durante o segundo governo Vargas, Prestes, enquanto líder do partido pregou a necessidade de “apertar os cintos” e evitar greves em prol da luta contra o fascismo. Em seus discursos apresentava a ideia de que era necessário trabalhadores e comunistas se unirem pelo crescimento do país. Tal conduta, que esteve voltada a orientar os filiados a não realizarem greves e manifestações em prol de uma “causa maior”, não foi homogênea.⁶² Muitos membros do partido questionaram a aliança com o governo e, sobretudo, a instrução quanto à redução de ações grevistas. Não obstante, o secretário geral do PCB, acreditava que este era o momento para fortalecer as bases do partido e conquistar, por meio do apoio a Vargas, o retorno à legalidade política.

Ainda sobre este contexto é importante pontuar a participação dos pecebistas no movimento que ficou conhecido como “Queremismo”. O movimento “queremista”, palavra que tem sua origem nas reivindicações populares que expressavam “queremos Getúlio!”, “Constituinte com Getúlio!” foi apoiado pelo PCB e contou com a participação de trabalhadores urbanos. Estes segmentos expressavam o interesse da abertura do regime, mas com enfoque na “constituinte com Getúlio!”. Assim, realizaram inúmeras manifestações em apoio à abertura do regime e a candidatura de Getúlio Vargas. Ao analisar o papel da bancada comunista nos debates parlamentares em prol da constituinte, Anita Leocádia Prestes afirma

⁶¹ PANDOLFI. 1995. op.cit. p.136.

⁶² Apesar da orientação para a “união nacional”, que apregoava a necessidade das bases ligadas ao movimento dos trabalhadores para frear o avanço das greves e reivindicações trabalhistas, no terceiro capítulo deste estudo analisamos que, no que se refere ao estado de Minas Gerais, a orientação para “tranquilidade” não foi plenamente aceita pelos militantes das bases locais.

que naquele contexto histórico, para os pecebistas apenas a partir da aprovação da Constituinte é que a democracia estaria assegurada no país. Assim, mediante a aprovação de uma cara magna que sepultaria as práticas oriundas do Estado Novo e evitaria que as forças conservadoras viessem a realizar um golpe.⁶³

Os últimos anos da Ditadura Vargas estava instável. Desde 1944, Francisco Campos, responsável por redigir a constituição vigente durante a Ditadura do Estado Novo, havia sinalizado o interesse em convocar uma Assembleia Constituinte.⁶⁴ Ademais, com o fim da Segunda Guerra Mundial, que consolidou a derrota do nazifascismo alemão, críticas à vigência de um regime ditatorial no país ampliaram no cenário político e social. De acordo com Pacheco, apesar de tentar se equilibrar no poder por meio da aproximação com as classes trabalhadoras, sobretudo, após a aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 e posteriormente, com a concessão da legalidade política ao PCB, Vargas encontrava-se pressionado e convoca eleições. Como se sabe, em meio a tal conjuntura, em novembro de 1945, o governo foi deposto pelo alto comando do Exército. O presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu o cargo até o desenrolar das eleições.

O PCB escolheu como candidato à presidência, o político da cidade de Petrópolis, Yedo Fiúza e obteve bons resultados nas urnas. Prestes foi eleito senador. Na Tabela 01 exposta adiante, extraída da obra do brasilianista Ronald Chicolte⁶⁵, apresentamos o desempenho do partido em alguns estados para o cargo de presidente. Destacamos os dados relativos ao estado de Minas Gerais, por ser foco espacial de nosso estudo.

Tabela 1 Eleições presidenciais (1945)

Candidatos				
Total de votos	Eurico Dutra (PSD)	Eduardo Gomes (UDN)	Yedo Fiúza (PCB)	Total de votos válidos
Guanabara	166.147	183.984	134.735	490.255
Minas Gerais	478.503	339.463	16.699	834.979
Rio Grande do Sul	447.462	110.444	50.199	1.353.445
São Paulo	780.546	377.613	192.867	153.445
Total em 4 estados	1.872.658 (56%)	1.011.504 (30%)	394.500 (12%)	3.287.125 (55,99%)
Total Nacional	3.251.507 (55,3%)	2.039.341 (34,7%)	569.818 (9,7%)	5.870.667 (100%)

Fonte: Adaptado de (CHICOLTE. 1982. op.cit. p.86).

⁶³ PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas e a constituinte de 1946**. Fundação Dinarco dos Reis, 2016. Disponível em < https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=125:os-comunistas-e-a-constituinte > acesso em outubro de 2017.

⁶⁴ PACHECO. 1986. op.cit.

⁶⁵ CHICOLTE. 1982. op.cit. p.86

As eleições referendaram a vitória de Eurico Gaspar Dutra. No entanto, durante o período de legalidade, os pecebistas conseguiram ampliar consideravelmente o número de filiados em todo o país. Em Minas Gerais, o ano de 1945 consagrou-se como a fase de reorganização das ações do partido, bem como pelo desenvolvimento de ações com o intuito de aprimorar em termos quantitativos e qualitativos a militância. Os dados disponíveis sobre a atuação dos PCs na América Latina nos dão conta de que em meados da década de 1940 apenas no Brasil o número de militantes ultrapassava os 200 mil. Em relação às eleições de 1945, no estado de Minas Gerais, Yedo Fiúza obteve 16.999 votos, e, em âmbito nacional, obteve um total de 394.500 votos. Em uma chapa recém-saída da clandestinidade, o resultado foi considerado no período como satisfatório.

Todavia, a legalidade foi obstada ainda na vigência do governo Dutra por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral/TSE. O TSE do Distrito Federal⁶⁶ decidiu pela ilegalidade do PCB em maio de 1947. Uma das justificativas que embasaram o pedido de cassação esteve no argumento de que a agremiação era um aparelho soviético instalado no país. Com a cassação do partido, Prestes ainda tentou estabelecer aliança com o governo, no intuito de constituir uma articulação com a “burguesia progressista” a fim de retomar a legalidade da chapa. Apesar da tentativa, não houve o efeito esperado. Em 1948, os mandatos dos representantes eleitos pela chapa do PCB também foram cassados. Segundo Pandolfi, apesar da ilegalidade os comunistas não deixaram de atuar. Em suas palavras:

A ilegalidade não fez os comunistas abandonarem, de imediato, os instrumentos da democracia liberal. Inicialmente o partido apelou para o Judiciário requerendo *habeas-corpus* para o livre trânsito nas sedes partidárias. O pedido foi indeferido. Em seguida, os comunistas tentaram articular uma nova agremiação partidária para continuar intervindo no processo político-eleitoral. O Partido Popular Progressista (PPP), cujo manifesto-programa veio a público em julho de 1947, incorporava as teses central do PCB. Definido como um partido de massas, pretendia lutar pela democracia, contra o latifúndio e o imperialismo. A tentativa foi rapidamente frustrada. O Tribunal Superior Eleitoral negou o registro para o funcionamento do PPP.⁶⁷

Em biografia que trata da trajetória de Luís Carlos Prestes, o historiador Daniel Aarão Reis afirma que o partido não estava preparado para a realidade da clandestinidade. Segundo o autor, apesar do curto período na legalidade (1945-1947), pôde se constituir como

⁶⁶ BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral. **Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, que definiu o cancelamento do registro do PCB.** Rio de Janeiro, 1947a. Disponível em: <<http://www.tre-sp.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/view>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

⁶⁷ PANDOLFI. 1995. op.cit. p.168.

um partido de massas e se orgulhava de ter conquistado 200 mil filiados no país. No dia 5 de agosto de 1947, Prestes discursou no Senado com o intuito não apenas de criticar o projeto de cassação dos mandatos dos comunistas, como também para reforçar a concepção de que o PCB tinha por objetivo contribuir para o crescimento do país e não o contrário:

Em seu discurso, o PCB seria herdeiro legítimo de toda essa gesta democrática. Antes de concluir reafirmou posições a favor da ordem, da união nacional, da Constituição e da democracia. O PCB era oposição, sim, mas dentro da lei, com disposição inclusive de apoiar propostas do governo, sempre e quando estas contribuíssem para a superação da crise em que o país se encontrava. [...] Um discurso de conciliação.⁶⁸

Para Pandolfi, no discurso proferido no Senado, Prestes tentou reverter a situação a partir da declaração de que os membros do partido estavam dispostos a colaborar com o governo Dutra e a participar de ações com vistas à eliminação de grupos fascistas existentes no país.⁶⁹ Aarão cita que Prestes recorreu a tribuna do Senado inúmeras vezes ainda em 1947, na tentativa de contornar a situação do partido, mas, seus esforços foram em vão. Em várias ocasiões ele era atacado pelos opositores que o acusavam de querer constituir no país uma “pátria socialista”.⁷⁰ Ao examinar a trajetória de Prestes durante o governo Dutra, Aarão faz menção ao crescimento do uso da repressão entre os anos de 1947 e 1948. Neste período, o objetivo era conter não apenas as manifestações dos trabalhadores, mas também dos membros do partido.⁷¹

Em resposta à situação, os dirigentes nacionais resolveram alterar a concepção partidária para uma proposta com viés radical. Esta decisão também se deu em meio a um processo de realização de autocrítica em torno do papel adotado nos últimos anos, considerado como deficitário, já que, embora tenha alcançado a ampliação do número de militantes, retomou à clandestinidade. De acordo com Prestes, a autocrítica iria além da linha política adotada pela agremiação, mas na própria concepção do partido: "perigosamente nos afastamos do caminho revolucionário, do marxismo-leninismo e fomos caindo de desvio em desvio, de erro em erro, no caminho do oportunismo e do reformismo".⁷² Diante deste cenário, os membros do PCB se preparavam para transitarem da condição de partido de massas para partido de quadros⁷³. Vários foram os militantes e dirigentes que se tornaram

⁶⁸ REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 248.

⁶⁹ PANDOLFI. 1995. op.cit.

⁷⁰ REIS. 2014. op.cit. p.249.

⁷¹ REIS. 2014. op.cit. p.255.

⁷² PRESTES, Luís Carlos. O nosso partido. **Revista Problemas**, n.9, junho-julho, p.65-72, 1949.

⁷³ De maneira sucinta podemos definir como partido de massas a organização que é constituída por um grande número de militantes e simpatizantes. Tais partidos, conforme postula o cientista político Maurice Duverger,

funcionários da agremiação, tornando-a uma instituição altamente burocrática. Dessa forma, foi preciso reorganizar e reestruturar o PCB no intuito de garantir a sua sobrevivência tendo em vista a condição clandestina. Campanhas entre os militantes para criar comissões específicas de finanças foram realizadas no intuito de manter o funcionamento do “aparelho”. Como abordaremos no capítulo posterior, este contexto coaduna com as várias alterações na estrutura do PCB mineiro e em sua expansão para áreas do interior do estado.

Nas relações cotidianas, a vivência do militante foi novamente alterada. A vida na clandestinidade revelou a necessidade de difundir a valorização do “revolucionário” comunista. Tendo em vista essa realidade, de acordo Pandolfi, nesse contexto cresceu em todo o país a criação das chamadas “bibliotecas marxistas” e “escolas de formação de quadros”. O objetivo era reforçar o treinamento dos quadros a partir da discussão entre a teoria “revolucionária”, de inspiração leninista, às práticas que viriam a ser adotadas pelo partido, com ênfase para o reforço na articulação junto às massas trabalhadoras. De acordo com os dirigentes nacionais, seria necessário o aprimoramento da formação dos militantes, pois suas concepções estavam deficitárias, sobretudo, em relação ao baixo nível teórico dos seus membros,

A maioria dos militantes do Partido foi educada no período em que seguíamos uma orientação política à base da colaboração de classes, [...] sendo assim facilmente atingida por influências estranhas ao proletariado. São grandes ainda as ilusões de classe em nossas fileiras, sobretudo as ilusões de caráter reformista. E, é devido à insuficiente preparação ideológica que o nosso Partido enfrenta sérias dificuldades em suas atividades.⁷⁴

As chamadas “escolas de formação” passaram a receber militantes que tinham mais de um ano de vinculação com o partido. Dentre os conteúdos abordados na formação do militante, estavam os cursos “Stalin” e “Lenin” direcionados aos indivíduos ligados as organizações intermediárias do partido. O PCB passou a adotar um discurso de teor radical. Em 1950 lançou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto de Agosto” no qual defendia o voto em branco nas eleições que seriam realizadas no respectivo ano e acusou o governo de traição nacional. O manifesto expressava a linha revolucionária que a agremiação estava disposta adotar, com destaque para o recrutamento de membros que deveriam compor

nascem a partir do crescimento do sindicalismo no século XIX. Já o partido de quadros propõe a formação de uma agremiação estruturada por partícipes filiados e organizados. Na formação de um partido de quadros prioriza-se a qualidade dos filiados ao invés da quantidade. Ver: DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1970. p.13-38; PERES, Paulo. Revisitando a teoria geral dos partidos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais – BIB**, n.69, v.2, p.17-58, 2009.

⁷⁴ PANDOLFI. 1995. op.cit.

o chamado "Exército Popular da Frente Democrática de Libertação Nacional". Essa guinada, denominada pelo partido de revolucionária, denotou ao PCB a criação de estratégias com o objetivo de estimular a participação dos militantes para além das instâncias democráticas burguesas. No que se refere à classe operária urbana, em vários estados, umas das orientações esteve relacionada à participação dos pecebistas nas ações dos sindicatos oficiais e à criação de comissões e sindicatos paralelos.⁷⁵ De acordo com Pandolfi o discurso de tom radical trouxe impacto ao cotidiano dos membros do partido. Acostumados com a orientação para constituir a chamada “união nacional”, passaram a ter que lidar com princípios teóricos e práticos até então desconhecidos pela maior parte dos membros.

De acordo com análise das fontes localizadas sobre o partido, bem como as entrevistas realizadas com os militantes, em Minas Gerais não houve um consenso acerca da aplicabilidade da guinada radical. Muito embora em termos teóricos esta recomendação tenha sido direcionada e difundida entre os filiados das várias regiões do país, o que vislumbramos por meio da análise das fontes relativas a Minas Gerais foi o comprometimento das bases com a continuidade da articulação entre trabalhadores e comunistas. O receio quanto à realização de ações drásticas, isto é, práticas ofensivas e violentas foi sentida entre os membros, e muitos se recusaram a praticá-la. Tal atitude foi justificada, inclusive, pela necessidade de manter as relações de confiança já estabelecidas no cotidiano de fábricas, empresas e indústrias e, devido à dificuldade pessoal em de fato aplicar ações de cunho radical. Aprofundaremos nos capítulos vindouros que a difusão do discurso radical prejudicou ainda a inserção de novos militantes.

Os historiadores Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva afirmam que a difusão do discurso com conotação radical prejudicou o partido. A relação entre trabalhadores e membros das bases da agremiação estava sendo fortalecida no período em que o partido estava na legalidade. Assim, o discurso radical não foi aceito de modo unânime. Os anos 1950 são caracterizados pelo reforço dos pecebistas em atividades ligadas ao “chão da fábrica”, o que promoveu o crescimento da influência do partido junto à classe trabalhadora.⁷⁶ Tendo em vista a necessidade de ampliar o debate historiográfico em torno das produções que abordam a experiência do PCB junto às massas trabalhadoras urbanas no período de 1945 a 1964,

⁷⁵ Conforme será abordado nos capítulos seguintes, na prática, os membros do PCB mineiro atuaram em comissões paralelas aos sindicatos. Todavia, os sindicatos oficiais não foram abandonadas pelos membros do partido, muito embora tenha sido reforçada a necessidade de cumprimento das determinações dos dirigentes nacionais.

⁷⁶ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores, sindicatos e política** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003a.

apresentaremos na seção seguinte como se deu a dinâmica dos movimentos sociais no referido contexto.

1.2 Trabalhadores e militância comunista na conjuntura política de 1945 a 1964

Os historiadores Negro e Silva⁷⁷ ressaltam que nos últimos anos do Estado Novo (1937-1945), os trabalhadores intensificaram lutas em prol da participação na dinâmica política do estado. Nesse período, ampliaram suas vozes reivindicativas e estruturaram dinâmicas organizacionais. Em abril de 1945, por exemplo, foi criado o Movimento de Unificação dos Trabalhadores/MUT. Liderado pelo PCB, o MUT tinha como objetivo unificar as demandas, bem como organizar a realização de congressos sindicais. Os referidos historiadores destacam ainda a influência do PCB e do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB na dinâmica das ações dos trabalhadores.

O PTB foi criado ainda durante a vigência do governo Vargas, em 1945, com a finalidade de promover a articulação do Estado com a classe trabalhadora urbana por meio da escolha de representantes ligados ao operariado. Embora não tenha sido fundado meramente com essa função, a sigla se tornou uma alternativa para os trabalhadores que não desejavam aliar-se às concepções do PCB. No entanto, em razão do longo período na clandestinidade, em várias eleições os comunistas optaram por concorrer aos pleitos pela legenda do PTB. Não obstante, a criação do Partido Trabalhista conteve, em certa medida, a influência do PCB entre os trabalhadores.

De acordo com Santana⁷⁸, após o fim Ditadura Vargas (1937-1945), as medidas adotadas pelo Presidente Dutra entre os anos de 1947 e 1948, tais como a intervenção nos sindicatos, prejudicaram a luta dos trabalhadores, mas não eliminaram a resistência. O autor observa que no intuito de constituir um recurso que pudesse ser mais incisivo contra as greves, em março de 1946, o governo aprovou o Decreto Lei 9.070⁷⁹. Este dispositivo buscava limitar o direito à greve, sendo apenas permitida a realização de movimentos paretistas caso houvesse esgotado as possibilidades de recorrer a meios legais para solucionar os impasses entre empregadores e seus funcionários. Isto é, passou a ser preciso informar ao

⁷⁷ NEGRO; SILVA. 2003. op.cit.; FERREIRA; DELGADO. 2003. op.cit. p.52.

⁷⁸ SANTANA. 2012. op.cit. p.70-74.

⁷⁹ BRASIL. Decreto N. 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Departamento Nacional do Trabalho ou às suas Delegacias Regionais sobre a iminência de greve e sobre os seus motivos⁸⁰. Assim, estes órgãos deveriam tentar promover a conciliação.

Caso não se chegasse a acordo, o trâmite era encaminhado à Justiça do Trabalho.⁸¹ O pesquisador Fernando Teixeira Silva⁸² em seu estudo sobre a justiça do trabalho no Brasil examinou o impacto do decreto lei 9.070. De acordo com o autor, meses após a sua aprovação alguns juristas no país alegaram que o decreto seria inconstitucional. Seis meses após a fixação do decreto a Constituição de 1946 foi aprovada e promulgada e, em seu artigo 158 que trata do direito à greve postula que: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.”⁸³ Se por um lado o decreto lei 9.070 regulamenta que greves somente seriam admitidas quando houvesse esgotado todas as possibilidades de diálogo e conciliação, por outro a Constituição de 1946 garantia a legalidade da sua plena realização. De acordo com Silva este debate foi realizado por alguns juristas no país. Embora não seja o objetivo da tese aprofundar nesta análise, é importante destacar que Silva problematizou a questão e averiguou que, mesmo após a aprovação da lei que regulamentou a realização das greves, movimentos ainda eram realizados. Assim, a despeito do decreto e embora possa ter reduzido em termos quantitativos o número de movimentos paredistas no período não foram totalmente obstados. Trabalhadores recorriam ao que estava expresso na Constituição para argumentar que os movimentos não eram ilegais, mas regulamentados.

Além do Decreto Lei 9.070, foi feita a regulamentação da intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, em casos de greve.⁸⁴ Sandoval apresenta dados que validam a afirmação de que, reduziram durante os anos de 1947 a 1949 o número de greves em razão do controle estatal, intervenção nos sindicatos e devido ao uso da repressão policial. Entre os anos de 1945 e 1946 foram registradas 59 greves de trabalhadores vinculados à indústria, mas nos anos de 1947 a 1949 esse número caiu para 21. Ademais, a redução dos movimentos paredistas se estendeu ao seu tempo de duração. No final do Estado Novo, a média de paralisações girava em torno de 5 a 6 dias, durante o governo Dutra passaram a abarcar

⁸⁰ O Decreto N. 9.070 não especifica o prazo de antecedência que o representante do sindicato deveria comunicar ensejo pela realização de greve ou paralisação. Assim, define, de modo genérico, que o movimento seria liberado apenas caso houvesse esgotado todas as possibilidades de diálogo e acordo. BRASIL. 1946. op.cit.

⁸¹ FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2. 2003b.

⁸² SILVA, Fernando Teixeira da; GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, v.1, 2013.

⁸³ BRASIL, Constituição de 1946. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm > acesso em agosto de 2017.

⁸⁴ SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Ática, 1994, p.27.

apenas 3⁸⁵. Foge ao objetivo desta pesquisa analisar as razões da retração dos movimentos grevistas, mas é importante salientar que, não obstante a repressão, o impacto e a organização destes são significativos e devem ser analisados com maior profundidade por outras pesquisas.

Em seu estudo sobre a interação entre comunistas e trabalhadores, Santana ainda cita a estratégia adotada pelos militantes para, apesar do forte controle governamental, estabelecer possibilidades de luta, como a criação de comissões de representação por categoria profissional nos locais de trabalho, paralelas às instâncias de representação oficial. Para o autor, o empenho dos trabalhadores na constituição dessas organizações foi fundamental para a permanência das atividades políticas. Esta foi, por exemplo, a prática adotada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, que, a partir de maio de 1947, passou a contar com a presença de um interventor que controlava todas as suas decisões.⁸⁶ A opção pela organização de comissões paralelas foi uma tática adotada para contornar a constante vigilância do governo, porém, isso não representou a saída integral dos militantes da esfera dos sindicatos oficiais. Nessa fase, o governo decretou a proibição da participação dos comunistas no comando dos sindicatos, conforme citam os historiadores Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana⁸⁷. Assim, mediante a impossibilidade de comando dos sindicatos oficiais, as comissões funcionaram como alternativa. Os estudos desenvolvidos por Santana⁸⁸ também reforçam a concepção de que trabalhadores e comunistas exerciam uma relação de reciprocidade. Os primeiros tinham consciência da necessidade de luta para conquistar os seus direitos, já os últimos se viam na necessidade de se empenhar para tornar a sua agremiação em um partido de vanguarda do operariado.

A historiadora Anita Leocádia Prestes⁸⁹, ao analisar a trajetória dos comunistas brasileiros e o papel de Luís Carlos Prestes enquanto líder do partido, destacou a divulgação do “Manifesto de 1948”, documento no qual a agremiação deu início à autocrítica dos seus posicionamentos no cenário político nacional. A análise principal do Manifesto refere-se à aliança travada com a burguesia, estratégia adotada para conquistar a legalidade política e, assim, adentrar na dinâmica das instâncias liberais. Para consolidar essa aliança o PCB tentou efetuar uma relação de colaboração entre patrões e trabalhadores, a exemplo da recomendação para as bases do partido tentarem reduzir o número de movimentos grevistas, nas palavras de

⁸⁵ SANDOVAL. 1994. op.cit. p.84-98.

⁸⁶ RAMALHO; SANTANA. 2001. op.cit.

⁸⁷ RAMALHO; SANTANA. 2001. op.cit.

⁸⁸ SANTANA. 2001. op.cit.

⁸⁹ PRESTES. 2010. op.cit.

Prestes “vamos apertar os cintos”.⁹⁰ De acordo com a autora, o resultado foi desastroso para o partido. Relegados à clandestinidade, o PCB rompeu com a perspectiva de união nacional, de “ordem e tranquilidade”, e lançou, em 1950, o “Manifesto de Agosto”. Este pregava a radicalização das ações da sigla, e, para isso, propunha a criação da Frente Ampla de Libertação Nacional e de Comitês de Libertação Nacional, a fim de organizar as lutas e diretrizes propostas pelo Manifesto. Com isso, houve mudança na linha política adotada pelo PCB, que passou a ter uma conotação mais radical.

Também Negro e Silva ponderam que, em termos gerais, em âmbito nacional as ações do partido entre 1945 e 1950 estiveram centradas na busca pela consolidação da aliança com os trabalhadores, seja via sindicato ou organizações paralelas. Nas palavras dos autores:

[...] entrando na ordem do dia a luta contra o "governo de traição", de Dutra: o PCB defende greves "a qualquer custo", repudia o corporativismo, exorta aos "sindicatos paralelos" e à organização de base, ataca as demais correntes e não evita o confronto aberto com a política⁹¹

O fragmento extraído apresenta o discurso difundido pelos comunistas após a guinada radical. No entanto, no decorrer das pesquisas desenvolvidas por Santana⁹² e por Negro e Silva, averiguamos que os comunistas oriundos das bases do PCB prosseguiram interagindo com os sindicatos oficiais, não os abandonando, embora também participassem da criação de comissões paralelas. Já no começo da década de 1950, houve a adoção de um discurso radical pelos dirigentes nacionais, que recomendavam, inclusive, que os trabalhadores que eram membros do partido saíssem das instâncias oficiais dos sindicatos, já que suas ações estavam sendo monitoradas pelo governo. Porém, muitos membros do partido já vinham desenvolvendo atividades articuladas às várias categorias profissionais, por isso não concordaram com as determinações para abandonarem as instâncias oficiais de representação sindical⁹³. Pelo contrário, muitos prosseguiram com a rotina de participação nas reuniões e assembleias, afinal, os pecebistas também eram trabalhadores das indústrias e fábricas. Eles não eram um corpo estranho ao sistema do qual faziam parte, estavam integrados, pois na dinâmica das relações no sindicato e no cotidiano de trabalho coexistiam com os trabalhadores que não tinham qualquer vínculo com o partido.

⁹⁰ PRESTES. 2010. op.cit.

⁹¹ NEGRO; SILVA. 2003. op.cit.; FERREIRA; DELGADO. 2003a. op.cit. p.60.

⁹² SANTANA. 2001. op.cit.

⁹³ No terceiro capítulo deste estudo analisamos que, em relação ao estado de Minas Gerais, trabalhadores vinculados ao PCB prosseguiram com suas ações no interior dos sindicatos, e inclusive no que se refere ao planejamento de greves e manifestações em prol de melhorias salariais. Apesar das orientações dos dirigentes nacionais, houve discordâncias quanto ao cumprimento da determinação para reduzir as ações entre os trabalhadores.

Santana afirma que o discurso com tom mais radical prejudicou o partido. Além do aumento da repressão do governo, em muitos casos, houve a desarticulação do PCB, além de demissões de trabalhadores suspeitos de serem comunistas ou daqueles que de fato tinham ligações com o partido. Em suas palavras:

[...] o esquerdismo também tinha lá seus limites. A ênfase na radicalização a todo custo significou também a desarticulação de importantes bases operárias, pois muitos militantes eram demitidos e outros recusavam-se ao confronto aberto com a polícia, chegando a abandonar o partido. Na prática muitos ativistas sindicais comunistas se articularam com outras forças sindicais para expulsar as juntas interventoras. [...] Com efeito, no início dos anos 50, as lutas mais importantes dos trabalhadores se destacaram no chão das fábricas. Esse período reavivou o PCB no meio proletário, de novo realçando a sua eficácia de organização e mobilização.⁹⁴ (Grifo nosso)

No trecho supracitado Santana expressa as consequências negativas vivenciadas pelos comunistas ao radicalizarem as suas práticas. Se por um lado a criação de instâncias paralelas aos órgãos oficiais foi importante para manter o partido “vivo” nos movimentos das classes trabalhadoras; por outro, houve perdas em suas bases. Como consequência da radicalização do discurso partidário, houve a perda de militantes das bases, que se recusavam a tomar medidas extremas, tanto pelo receio de perderem os seus empregos ou por não concordarem com atitudes abruptas que poderiam gerar derrotas em seus movimentos sindicais. Pacheco afirma que os resultados dessa política não foram profícuos para o PCB, com destaque para a redução do número de membros. Isso fica claro quando analisado o número de filiados ao partido, de 200.000 registrados em 1947, o PCB passou a ter em 1950 apenas 20.000. Isto é, cerca de 90% dos filiados deixaram a organização em apenas 3 anos⁹⁵. Essa redução se deve tanto a radicalização das ações quanto em razão do partido estar na clandestinidade. Este também foi o caso do estado de Minas Gerais. Nos capítulos seguintes veremos que o discurso e as práticas radicais não foram bem recebidos pelos militantes de base, que resistiram em colocar em ação as orientações dos dirigentes nacionais. Para eles, o discurso radical atrapalharia o trabalho de interação que vinha sendo desenvolvido junto aos trabalhadores sem vínculo ideológico com o partido. Ademais, seguindo a tendência nacional, muitos dos pecebistas mineiros não concordaram com a possibilidade de radicalização. O receio de perder o emprego e, assim comprometer o sustento da família era um fator que contribuía para que radicalismo não fosse bem recebido por muitos militantes de Minas

⁹⁴ SANTANA. 2001. op.cit. p.61.

⁹⁵ PACHECO. 1986. op.cit. p. 201.

Gerais, que também estavam cientes da possibilidade de repressão, na medida em que as ações do partido eram monitoradas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Na tentativa de conter os danos causados pela postura radical assumida pela agremiação desde 1947, a partir de 1952 os pecebistas optaram pela reaproximação com o PTB. Esta articulação se deu tanto politicamente, como uma possibilidade de legenda para seus filiados se candidatarem, quanto mediante o diálogo com os trabalhistas no interior dos sindicatos. O PCB trabalhou junto com o PTB em várias ocasiões, tanto que contou com o apoio deste para fortalecer movimentos importantes, dentre eles, a “Greve dos 300 mil”, realizada em São Paulo em 1953 e que teve duração de 29 dias.⁹⁶ Não se pode desconsiderar também que havia um partido atuando na legalidade que postulava a condição de representante dos trabalhadores, o PTB, e que em boa medida e de forma progressiva no período que vai da sua criação até o golpe de 1964, correspondia aos interesses dos trabalhadores, atuando no interior das instituições sindicais.

Entretanto, em agosto de 1954 o PCB entrou em uma situação paradoxal. Durante o Estado Novo o partido atuou em prol da “união nacional” ao conceder apoio a Vargas, mas no segundo governo (1951-1954) acusava o Presidente de ser um “traidor”. Porém, o suicídio do chefe de estado impôs à classe trabalhadora o receio de ter suas conquistas revogadas por governos posteriores. Várias capitais do país registraram protestos contra os opositores de Vargas, considerados, a partir de então, como os “culpados” pela morte do responsável pela CLT⁹⁷. Em contrapartida, no intuito de evitar que a revolta popular atingisse os comunistas, que até então teciam duras críticas ao governo, o PCB tentou utilizar a fúria popular para capitalizar a sua luta contra os demais opositores de Vargas, irradiando severas críticas, como por exemplo, ao líder da União Democrática Nacional/UDN, Carlos Lacerda⁹⁸. A respeito do suicídio de Vargas, Jorge Ferreira destaca o espanto quando da difusão da notícia: “Os comunistas, na verdade, foram pegos de surpresa no episódio do suicídio de Vargas. Se até a noite anterior faziam pesados ataques ao presidente, na manhã seguinte eles tentavam reverter mais um de seus “desvios”, para usar a linguagem partidária.”⁹⁹ Apesar disso, várias sedes do

⁹⁶ NEGRO; SILVA. 2003. op.cit.; FERREIRA; DELGADO. 2003a. op.cit.

⁹⁷ GOMES, Ângela de Castro (Org). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.65-96.

⁹⁸ Em 1954, o político e jornalista Carlos Lacerda, líder do partido União Democrática/UDN, utilizou o jornal do qual era proprietário, “Tribuna da Imprensa”, para realizar campanha contra o governo de Getúlio Vargas. Para aprofundar o assunto ver: DELGADO, Márcio. **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa (1949-1964). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Juiz de Fora, 2006.

⁹⁹ GOMES, Ângela de Castro (Org). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.83.

partido no país foram invadidas por manifestantes, a exemplo do ocorrido no Rio Grande do Sul onde o jornal “Tribuna Gaúcha” teve a sua sede alvo de protestos, sendo apedrejada.

Tal contexto também marcou o processo de revisão da linha tática do partido, isto é, a revogação da linha esquerdista radical e a realização do IV Congresso em novembro de 1954, que definiu as próximas ações da agremiação. Conforme Prestes, os dirigentes nacionais do PCB decidiram apoiar a realização de novas eleições mediante o receio de que ocorresse no país um golpe de Estado impetrado pelas forças conservadoras.¹⁰⁰

A tensão política desencadeada com a morte de Vargas foi atenuada com a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956. Tal governo resultou de uma aliança entre o PSD e o PTB, que teve João Goulart como vice presidente eleito. Este teve importante papel na política adotada durante a vigência do mandato de JK, sobretudo no que se refere às negociações com a classe trabalhadora. Muito contribuiu para isso a sua experiência enquanto Ministro do Trabalho do governo Vargas, e por ser um importante membro do PTB. De acordo com Gomes, Jango foi um exímio negociador junto às instâncias sindicais ao ocupar a função de intermediador nas demandas trabalhistas.

Os estudos historiográficos que examinam o governo JK (1956-1961) convalidam a concepção de que apesar de nesse período terem ocorrido manifestações da classe trabalhadora em prol de melhores condições, este não foi um contexto turbulento, tal como no período Vargas. Assim, uma das conquistas do período foi a manutenção de certa “paz e tranquilidade” das instâncias democráticas. Enquanto o presidente propalava o discurso do nacional desenvolvimentismo, segundo o qual o país deveria dar um salto de crescimento - fortemente apregoado pelo slogan “50 anos em 5” - , Jango ficou responsável por intermediar os conflitos que despontavam no mundo do trabalho. Dessa forma, para Gomes, Jango absorveu os desgastes políticos e preservou a imagem de JK junto aos segmentos econômicos.¹⁰¹

De acordo com Negro e Silva, durante o mandato de Juscelino Kubitschek, greves foram encabeçadas por metalúrgicos, ferroviários, marítimos e bancários, sobretudo em prol da conquista do abono de natal, porém, tais manifestações ocorreram em menor intensidade do que as desencadeadas durante a vigência do primeiro e do segundo governo Vargas. Além disso, houve crescimento da participação dos sindicatos, pois as lideranças ganharam mais espaço para dialogar com o governo pela intermediação possibilitada pelo ministro do trabalho João Goulart. Sobre esse aspecto, Sandoval afirma que: “[...] durante os cinco anos

¹⁰⁰ PRESTES. 2010. op.cit. p.130-143.

¹⁰¹ FERREIRA; DELGADO. 2003a. op.cit.

do mandato de Kubitschek, o governo habilmente contrabalançou os interesses conflitantes da burguesia, da classe média e dos trabalhadores”.¹⁰² Em relação ao PCB, Abreu afirma que, como resultado do planejamento dos anos anteriores, em 1958 a agremiação participou das eleições mediante o uso de legendas alternativas, em especial o PTB. Assim, obteve resultados significativos, como a eleição dos deputados federais Lício Silva Hauer, no Distrito Federal, e Fernando Santana, na Bahia.¹⁰³

Nas eleições presidenciais de 1960, Jânio Quadros saiu vitorioso e durante a sua gestão (1961-1962) adotou uma política econômica ortodoxa, conforme recomendado pelo Fundo Monetário Internacional/FMI. O seu governo foi marcado pelo crescimento dos movimentos sociais, resultado da política econômica adotada, que incluía medidas como o congelamento dos salários, a desvalorização da moeda em relação ao dólar e à inflação¹⁰⁴. Somada a estes fatores, é possível ainda fazer menção a sua contraditória política externa. Em um período marcado pela Guerra Fria, cuja principal característica era a bipolarização ideológica mundial (capitalismo *versus* socialismo), Jânio condecorou Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, e o astronauta soviético Iuri Gagarin, com a mais alta honraria do estado brasileiro, a Grã Cruz da Ordem Nacional Cruzeiro do Sul. Além disso, enviou João Goulart, então vice-presidente, para uma missão diplomática na China comunista. Como resultado das suas ações, progressivamente, o Presidente passou a enfrentar forte oposição no Congresso Nacional.

Em agosto de 1961, mediante pressão dos opositores ao seu governo, Jânio optou pela renúncia, que foi prontamente aceita pelo Congresso. À época, Jânio chegou a declarar que estava sendo impedido de governar devido à ação de ‘forças ocultas’, isto é, intensa pressão dos opositores que minaram progressivamente o seu governo. A renúncia agravou o cenário político nacional. A ala conservadora, encabeçada pelos militares e por políticos conservadores, tentou impedir a posse de João Goulart. Nesse ínterim, campanhas em prol da posse de João Goulart ocorreram em vários estados do país. Dentre elas, podemos destacar a atuação de Leonel Brizola, governador do Rio Grande Sul, que abriu o Palácio do Piratini, sede do governo estadual, para que militantes pudessem se preparar para um possível conflito em prol da legalidade democrática. O papel das instâncias sindicais também foi importante, a exemplo da realização da greve geral decretada pelos líderes sindicais, quando da

¹⁰² SANDOVAL. 1994. op.cit. p.97.

¹⁰³ ABREU. 2015. op.cit. p.18.

¹⁰⁴ SANDOVAL. 1994. op.cit.

constituição, após a renúncia de Jânio, da Junta de Ministros Militares, que teve o fito de coibir a posse do vice-presidente.

Nessa conjuntura, o PCB enfrentava variados conflitos resultantes de discordâncias internas e em razão do impacto de alguns eventos internacionais, como a Revolução Chinesa, em 1949, a repercussão provocada pela divulgação por Nikita Khrushchov, em 1956, do relatório acerca da repressão e crimes cometidos pelo russo Josef Stalin e, a Revolução Cubana, em 1959. Internamente, a situação do partido era tensa. As críticas em maior medida estavam relacionadas à aliança feita com a burguesia em vários momentos da trajetória histórica do partido. Como consequência, algumas lideranças descontentes com os rumos do partido, dentre os quais João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar realizaram, em 1962, uma conferência nacional. Ainda em 1962 ocorreu a separação da ala opositora e a criação de uma nova legenda partidária, o Partido Comunista do Brasil/PC do B. Com a saída dos referidos dirigentes, Jacob Gorender e Mario Alves ascenderam à liderança do PCB. Nesse contexto, os pecebistas se concentram em retomar relações com a URSS e a participar da campanha pelas Reformas de Base, proposta por João Goulart. Abreu ressalta que apesar da ruptura, em 1962 a agremiação realizou tentativas para se fortalecer, pois ainda tinha entre 30 e 40 mil filiados. Assim, nesse período os comunistas agiam pela:

[...] expansão de suas bases no campo através de seus sindicatos ligados à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Procurou incentivar a formação de grupos como a Frente de Mobilização Popular, formada em 1962 e integrada pelo CGT, a UNE e a frente parlamentar nacionalista. O objetivo era a formação de uma grande frente nacionalista e popular, capaz de mobilizar a massa para a obtenção de um programa mínimo de caráter “nacional democrático” para contrapor-se ao imperialismo.¹⁰⁵

Em relação a atuação do PCB em Minas Gerais, as décadas de 1940 e 1950 são marcadas pela participação em variados movimentos dos trabalhadores, com destaque para as lutas pela conquista do abono de natal. Abordaremos nos capítulos seguintes que umas das estratégias adotadas pelos membros da agremiação no estado consistiu em absorver as demandas das classes trabalhadoras como causa própria do partido. Dessa maneira, o PCB esperava angariar apoio de variadas categorias profissionais e, por ventura ampliar o número de filiados ao partido. Em Minas Gerais, sobretudo, durante os governos de Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek (1951-1955) foi intensa a realização de greves, sobretudo entre ferroviários e mineiros. Durante o governo Campos, as greves estiveram mais associadas aos recebimentos de salários atrasados, melhoria das condições de trabalho e em

¹⁰⁵ ABREU. 2015. op.cit. p.20.

relação ao alto custo de vida. Como descrito por Negro e Silva, assim como se deu em âmbito nacional, nos grandes centros econômicos e industrializados do país, apesar da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, a legislação em muitos casos não era cumprida. Dessa forma, foi comum a realização de movimentos paredistas para recebimento de salários atrasados, por exemplo.¹⁰⁶ No começo dos anos 1950, além destas demandas identificamos a reivindicação pelo abono de natal como uma das principais causas para a realização de movimentos grevistas.

Sobre momento político tenso na história do país na década de 1960, cumpre ressaltar o papel dos movimentos sociais, que atuaram não somente nas manifestações pelo cumprimento Constituição de 1946, em relação a garantia da posse de João Goulart como presidente após a saída de Jânio. Além, da forte pressão para que fossem aprovadas as medidas previstas pela "Reformas de Base", propostas pelo então presidente como meio para obtenção do crescimento e desenvolvimento econômico e social. No entanto, o governo João Goulart não foi permeado apenas de manifestações de apoio.

Entre os anos de 1961 a 1963, várias greves e manifestações despontaram em todo o país em razão da carestia de vida, e, sobretudo, com a finalidade de pressionar o empresariado por melhores condições salariais. Após a divulgação das propostas de "Reformas de Base", muitas manifestações eclodiram como forma de pressionar o então Presidente e o Congresso por sua aprovação. As reformas previam mudanças em vários setores, desde a reforma na educação, até alterações nas áreas bancária, fiscal, urbana, administrativa e de reforma agrária.

Na grande mídia, sobretudo a partir do final de 1963, a imagem de João Goulart passou a ser difundida como a de um Presidente antipatriótico e que ofendia a nação¹⁰⁷. Acusado pelas elites econômicas, pelos empresários brasileiros e pelos estrangeiros de tentar conduzir a “comunização” do país, o presidente ainda era apresentado como aquele que ofendia as crenças cristãs, devido à sua aproximação com parte dos setores de esquerda¹⁰⁸. Além disso, a profusão de manifestações sociais contribuía para ampliar a insatisfação do

¹⁰⁶ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores, sindicatos e política** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003a.

¹⁰⁷ Sobre o papel da imprensa no golpe de 1964 e sobre o contexto do Regime Militar (1964-1985), ver: AQUINO, Maria Aparecida: **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1967-1978)**: o exercício do cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999; KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 a Constituição de 1988**. São Paulo: Boi Tempo, 2004; SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

¹⁰⁸ Dentre os segmentos sociais podemos fazer menção às ligas camponesas, que apoiavam a reforma agrária e o próprio PCB, que contribuiu para mobilizar os trabalhadores para defender a aprovação das reformas de base.

empresariado, já que em sua concepção João Goulart estaria planejando uma guinada “comunista” no país por meio das reformas propostas. De maneira sucinta, podemos afirmar que a parcela imprensa atrelada a setores conservadores foi importante para arregimentar o clamor popular para a queda do governo, principalmente nos últimos meses que antecederam ao golpe civil-militar de 1964. Em capitais como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a classe média participou das chamadas "marchas da família" contra o governo, atemorizada pelas “Reformas de Base”.

De acordo com Pandolfi, Goulart também tinha ligações próximas com membros do PCB, e estes apoiavam a realização das reformas. Conforme a autora, os comunistas acreditavam que mediante forte pressão popular as reformas teriam maior chance de serem aprovadas:

A aproximação do PCB com Goulart foi tornando cada dia mais estreita. Em entrevista à TV Tupi, em 3 de janeiro de 1964, o dirigente máximo do PCB, Luiz Carlos Prestes, admitiu a possibilidade de apoiar a reeleição de Goulart à presidência da República. A declaração de Prestes teve um efeito desestabilizador, uma vez que um segundo mandato de Goulart somente seria possível através de uma emenda constitucional, pouco provável, ou através de um golpe de estado. [...] O otimismo do PCB atingiu o ápice com o comício do dia 13 de março no Rio de Janeiro. Em coordenação com o presidente da República, o ato foi convocado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fortemente influenciado pelo PCB. O movimento sindical declarou-se em estado de mobilização permanente.¹⁰⁹

Em meio a um cenário conturbado, os militares executaram com êxito um golpe de Estado em 31 de março de 1964¹¹⁰. Nessa conjuntura podemos destacar que a participação dos trabalhadores e membros de partidos de esquerda enquanto atores importantes que pressionaram pela aprovação das Reformas de Base, dão mostras de que as classes trabalhadoras não ficaram de fora das deliberações da política nacional. Pelo contrário, atuaram ativamente na luta por suas demandas. Na próxima seção detalharemos as principais obras da historiografia que tem como enfoque de análise a articulação entre os trabalhadores e os comunistas.

¹⁰⁹ PANDOLFI. 1995, op.cit. p.196-197.

¹¹⁰ Sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história, historiografia. **Tempo**, n. 28, p.123-143, 2009; DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981; FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004; FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

1.3 Comunistas e trabalhadores na perspectiva historiográfica

Até o momento, foi feito um breve histórico acerca do surgimento do comunismo no cenário internacional e, de modo sucinto, da trajetória do PCB em âmbito nacional até 1964. Diferentemente das demais seções, a proposta desta é apresentar reflexões realizadas por alguns estudos historiográficos voltados para a compreensão da articulação dos comunistas junto à classe trabalhadora brasileira. Para empreender estas análises, houve certa dificuldade em identificar referências com esse objetivo. Isto porque a maioria dos estudos tende a tratar ambos os segmentos de forma isolada, sendo escassas as pesquisas voltadas para a reflexão das estratégias adotadas pelo PCB para articular com a classe trabalhadora urbana.¹¹¹

Alguns estudos abordam, de modo sintético, a influência dos comunistas na constituição de sindicatos, como a pesquisa feita por Hans Fuchtner¹¹². O autor dedica o primeiro capítulo da sua obra à realização de uma breve análise sobre a participação do PCB nos sindicatos após a criação do partido em 1922. Todavia, não permanece com este tipo de análise ao longo da sua obra, haja vista que a mesma tem como enfoque a compreensão sobre a função política dos sindicatos brasileiros, bem como a maneira como estes se organizam.

Para Fuchtner, embora em âmbito nacional o PCB tenha sido criado com a participação de indivíduos ligados aos sindicatos, em suas primeiras experiências a agremiação não obteve grandes conquistas para os trabalhadores. Para o autor, três fatores contribuíram para enfraquecer as ações do partido, foram eles: a ilegalidade política, a repressão e a atuação de anarquistas, que concorreram com o trabalho feito pelos comunistas. Conforme Fuchtner, até a década de 1930, o anarquismo foi bem aceito por muitos trabalhadores que viviam em grandes centros urbanos, como por exemplo: Rio de Janeiro e São Paulo. Ademais, o autor considera que até o final dos anos 1920, o movimento sindical brasileiro ainda era incipiente. Para ele, o contingente de trabalhadores urbanos em todo o país era reduzido, e o número daqueles que estavam organizados em sindicatos era ainda menor. Segundo o pesquisador:

O movimento sindical era muito fraco: encarada em conjunto a situação da organização sindical no Brasil, parece ainda fraquíssima. Para 1.500.00 operários e assalariados da indústria em geral, apenas cerca de 100 mil acham-se organizados em sindicatos de ofício ou sociedade operárias mistas,

¹¹¹ Dentre os estudos, podemos fazendo menção às pesquisas desenvolvidas pelos historiadores Ricardo Maranhão e Marco Aurélio Santana. Ver: MARANHÃO, Ricardo. As greves de 1948 a 1950. In: **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.; SANTANA. 2001. op.cit.; SANTANA; RAMALHO. 2001. op.cit. p.165-211.

¹¹² FUCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros: organização e função política**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

sendo a maior parte daqueles no Rio de Janeiro (mais ou menos 40 mil). Ademais, com exceção de alguns sindicatos, a organização é primitiva, dispersa, fracionada, corporativista¹¹³

Apesar de considerar necessário o estudo sobre o papel do PCB nas lutas sindicais brasileiras, o autor não examina como foram planejadas e executadas as estratégias de interação dos comunistas junto aos trabalhadores, tão pouco avalia a diversidade da dinâmica interna e o cotidiano das ações dos militantes.

Em contraponto, outro estudioso, o Antônio Paulo Rezende¹¹⁴, avalia, ainda que de maneira breve, o papel do PCB na organização da estrutura sindical do país no decurso da segunda década do século XX. Conforme o autor, uma das contribuições do partido consistiu na defesa entre os trabalhadores da noção de unidade sindical como base para conquistar as reivindicações. Ações com vistas a consolidar a unidade sindical encabeçada pelo partido se intensificaram a partir de 1924, quando o PCB foi aceito oficialmente pela Internacional Comunista, como um dos seus representantes. Desde então, os militantes enfatizaram como objetivo central o trabalho de organização política dos trabalhadores, a fim de se consolidar como partido de representação das massas. Não obstante, por não ser o foco de sua investigação, Rezende faz apenas menção à influência exercida pelo PCB entre os trabalhadores urbanos nas primeiras décadas do século XX, assim não são feitas maiores análises acerca das estratégias do partido para promover a interação com esse setor da sociedade.

No conjunto historiográfico também é possível identificar outros estudos que detêm análises sobre a contribuição do PCB para a criação de sindicatos e para o estímulo a realização de greves em variados períodos da história nacional. Tais produções se dedicam ora à compreensão da trajetória da agremiação no Brasil, ora a análises sobre a influência do partido em movimentos de esquerda como as ligas camponesas, sindicatos e associações operárias. Nesta perspectiva algumas pesquisas se destacam. Augusto César Buonicore¹¹⁵, por exemplo, examinou o trabalho de militância e articulação dos comunistas com a classe trabalhadora entre os anos de 1948 a 1950. Para ele, alguns estudos utilizam o argumento da ilegalidade política e da repressão para afirmar que o PCB não teve um bom desempenho e visibilidade no país. Entretanto, mediante um exame apurado sobre a dinâmica da atuação do

¹¹³ FUCHTNER. 1980. op.cit. 1980. p.36.

¹¹⁴ REZENDE, Antônio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

¹¹⁵ BUONICORE, Augusto César. **Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

PCB, o autor identificou estratégias traçadas para que o partido pudesse sobreviver em uma conjuntura desfavorável. Dentre as estratégias identificadas pelo autor, podemos citar a criação, pelos comunistas, de instâncias representativas paralelas aos sindicatos oficiais já que muitos estavam sob a tutela do governo, situações vividas em muitos sindicatos do país durante o governo Dutra (1946-1951). Esta foi uma alternativa para que trabalhadores pudessem organizar suas demandas em um território mais “confiável”.

Na perspectiva da historiografia tradicional, temos trabalhos que tecem análises sobre a atuação do PCB junto à classe trabalhadora. Dentre eles, podemos citar as obras de Leôncio Rodrigues¹¹⁶ e de Francisco Weffort¹¹⁷. Para estes autores, o papel do PCB entre as classes trabalhadoras nas décadas de 1940 e 1950 era pouco expressivo em razão tanto das medidas adotadas pelo estado a fim de controlar a dinâmica sindical, quanto devido ao longo período em que o PCB esteve na clandestinidade. De acordo com Weffort¹¹⁸, o movimento sindicalista brasileiro, iniciado na década de 1940, é recente, e adquiriu relevo a partir de meados da década de 1950. Ainda sim, o autor expõe que, apesar das experiências entre os trabalhadores, o PCB não obteve êxitos significativos ao longo da sua trajetória de articulação. Weffort afirma que mesmo no início dos anos cinquenta, período em que para ele a atuação dos comunistas entre os segmentos de trabalhadores tornou-se mais efetiva, foi um momento que pode ser caracterizado como de subordinação à política nacionalista, em que o Estado exerceu a função de restringir as instâncias sindicais. Para Weffort, quando o partido foi relegado à clandestinidade em 1947 e optou pela constituição de organizações paralelas, a fim de manter a sua influência sobre a classe trabalhadora, ele perdeu expressão. Assim, para o autor, o que existiu nos anos de 1950 foi a formação de um sindicalismo populista, isto é, instâncias oficiais que mantiveram uma posição subalterna na relação entre o Estado e as classes trabalhadoras. Conforme Weffort, o sindicalismo populista se manteve até os primeiros anos da década de 1960, e declinou rapidamente com o controle exercido pelo aparato repressor após o golpe de 1964.

De acordo com Weffort, desde o Estado Novo a classe trabalhadora foi um alicerce importante para a política de Getúlio Vargas, já que, na perspectiva do autor foi constituída uma relação “paternalista” entre Vargas e as massas trabalhadoras, sobretudo devido à criação

¹¹⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sociedade industrial no Brasil: Introdução. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 88.

¹¹⁷ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

¹¹⁸ Foge ao escopo desta tese aprofundar na discussão teórica das obras da historiografia que compreendem o papel do PCB na trajetória política e social brasileira como pouco expressiva. Dessa forma, para evitar delongas restringimos nosso debate à exposição das ideias dos estudos produzidos por Francisco Weffort.

de Leis e Decretos relacionados ao salário mínimo e à própria promulgação da CLT. Estes elementos, na concepção de Weffort, foram fundamentais para a constituição do chamado regime populista brasileiro, em que os trabalhadores estariam em uma posição subordinada ao governo. Nesse processo, o “acordo” de “união nacional” feito entre Vargas com o PCB foi mais significativo para o presidente, pois o partido buscava a legalidade política, mas em troca trabalhou com o intuito de controlar as manifestações dos trabalhadores. A meta tornou-se a manutenção da tranquilidade nacional, e a constituição da linha política do partido voltada para a união do país em torno do governo.

O pesquisador Leôncio Rodrigues, ao analisar o sindicalismo e as ideologias operárias, afirma que, ao contrário do que ocorreu na Europa - onde a formação da classe operária esteve relacionada à difusão de ideologias que estimulavam a transformação social por meio do protagonismo em suas lutas -, no Brasil o proletariado recebeu maior influência das concepções populistas, tuteladas pelo estado. O autor ressalta que, historicamente, as classes trabalhadoras não tiveram forte participação em eventos históricos importantes, tais como a proclamação da República e a redemocratização após o fim do Estado Novo, por exemplo. E, embora ressalte a importância dos movimentos paredistas ao longo da década de 1950 para o autor, estes não foram suficientes para garantir esperança e confiança de que os trabalhadores poderiam protagonizar uma transformação social de fato. Ademais, em razão do longo período na clandestinidade, também ao contrário do que se deu na Europa, no Brasil o PCB não se tornou um grande partido da classe operária. Em suas palavras:

Do ponto de vista das orientações políticas e ideológicas dos trabalhadores, observou-se, por outro lado, a persistente predominância do populismo. Estamos entendendo por populismo os movimentos políticos urbanos que mobilizam, geralmente de modo assistemático e desorganizado, diferentes setores das populações pobres em torno de reivindicações que se situam no plano do consumo, no de melhorias urbanas ou de serviços assistenciais. Não são movimentos que se estruturam em bases “uniclassistas”, reunindo grupos sociais homogêneos, unidos por um mesmo modo de vinculação com determinados setores do sistema de produção.¹¹⁹

Ainda, para Weffort no decurso da década de 1950 os comunistas buscaram exercer maior atuação entre as classes trabalhadoras, sobretudo pela liderança de Luís Carlos Prestes. Contudo, acredita que mesmo a inserção do PCB nos movimentos dos trabalhadores sofreu um declínio nos primeiros anos da década de 1960. Weffort afirma que apenas no período do governo Goulart podemos observar uma retomada do crescimento da atuação do PCB junto a

¹¹⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sociedade industrial no Brasil: Introdução. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p, 91-92.

setores como o movimento sindical e o estudantil. Sobre este aspecto, Rodrigues não considera os sindicatos, por exemplo, como fonte de poder político. Em sua concepção os sindicatos, nesse contexto, devem ser considerados como “intermediários entre o poder político e a classe”. Ou seja, para ele, os sindicatos representam as reivindicações junto ao poder do estado, mas não tinham autonomia¹²⁰. Assim, não acredita na possibilidade de independência dos sindicatos, haja vista que, para ele, nas décadas de 1940 e 1950, estiveram atrelados ao governo.¹²¹ Do ponto de vista do presente estudo, tanto Weffort quanto Rodrigues apresentam conclusões generalizadas acerca da influência do PCB junto aos trabalhadores ao não considerar em sua análise a heterogeneidade das relações cotidianas como fundamentais para o entendimento das interações entre ambos os segmentos. Ademais, as obras apresentam conclusões para âmbito nacional baseadas, em maior medida, na performance política do PCB. Não consideram a diversidade da dinâmica interna do partido nos vários estados do país, nem tampouco examinam em que medida as discordâncias internas acerca dos rumos da agremiação podem ter estimulado ações distintas, de acordo com cada estado, ou, inclusive, conforme cada localidade. Ou seja, as nuances das ações entre as bases locais e os dirigentes nacionais.

Salientamos que para compreender as relações do PCB com os trabalhadores, é fundamental considerar a heterogeneidade na articulação empreendida junto aos trabalhadores, processo marcado por divergências e dificuldades para a sua efetivação. Além disso, precisamos considerar que os posicionamentos políticos adotados pelos dirigentes nacionais nem sempre foram aceitos de maneira homogênea por todas as instâncias da agremiação e nem por todos os militantes. De igual modo, é preciso ir além das afirmações de que o PCB, em termos políticos, seguiu homogêneamente as orientações dos dirigentes nacionais para manter a “ordem e tranquilidade”, haja vista que tal assertiva impossibilita compreensão aprofundada sobre a dinâmica interna e externa do partido, ao passo que fornece apenas conclusões gerais acerca da agremiação.

Ademais, no interior de uma organização política complexa, com representações em vários estados do país, estes com características sociais plurais, é necessário ponderar sobre as discordâncias e posicionamentos políticos variados frente às determinações da executiva nacional. Nesta perspectiva é forçoso questionar: se no decurso de 1945 ao início dos anos de 1960, o trabalho tivesse sido executado de maneira homogênea, sem divergências internas, porque houve cisões entre os militantes do PCB? Diante desse questionamento, e das

¹²⁰ RODRIGUES, 2009. op.cit.

¹²¹ WEFFORT. 1980. op.cit.

considerações já realizadas, avaliamos como primordial compreender as variáveis pelas quais a agremiação esteve imersa nesse contexto, antes de concordar com conclusões generalizantes.

Neste sentido, este estudo segue a perspectiva analítica adotada por Santana, que examinou as estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro com o movimento sindical no período de 1945 a 1992. Partindo da premissa de que o PCB, munido do interesse em adentrar no cenário político brasileiro, atuou ativamente no meio sindical, muito embora tenha vivenciado, ao longo da sua trajetória partidária, períodos de ilegalidade e perseguição política¹²². Santana ressalta que o processo de interação de trabalhadores vinculados ao PCB nos movimentos não foi homogêneo, houve resistências internas e externas, tornando-se necessário examinar:

[...] o cenário político geral e o quadro de alianças e competição travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical, bem como as resistências estabelecidas pelos trabalhadores e/ou pela própria militância comunista, que chegou a gerar na prática, a existência do que se chamou *dois* PCs”.¹²³

Portanto, é preciso considerar a heterogeneidade das relações entre militantes, trabalhadores e dirigentes. Em outros estudos, Santana desenvolve reflexões sobre a participação dos comunistas na dinâmica sindical dos metalúrgicos do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1945 e 1964.¹²⁴ Em meio a uma conjuntura em que a intervenção do Estado nos sindicatos se fazia presente, os comunistas optaram pela criação e manutenção de comissões paralelas como estratégias para manter “viva” a militância. Todavia, a criação de órgãos paralelos não representou o desprestígio dos órgãos oficiais. No decurso do estudo, Santana analisa que os comunistas não perderam o interesse em alcançar a liderança dos sindicatos, pelo contrário, este se manteve ainda como um dos principais objetivos do PCB. Para ele a estratégia de recorrer à criação de instâncias paralelas às oficiais foi necessária para ampliar o espaço de socialização e para consolidar a sua influência junto aos demais trabalhadores que não tinham ligação com o partido.

Também é possível identificar nos estudos de Santana a noção de que os membros do PCB, bem como o movimento sindical, não estiveram submissos à conjuntura política brasileira, nem tampouco foram vítimas ou heróis. O estudo se pauta na busca pela compreensão sobre como a inserção de integrantes do partido no movimento sindical ampliou o número de adeptos, e como também se tornou peça importante, não apenas na trajetória dos

¹²² SANTANA. 2001. op.cit.

¹²³ SANTANA. 2001. op.cit. p.21.

¹²⁴ SANTANA. 2012. op.cit.; SANTANA; RAMALHO. 2001. op.cit.

trabalhadores, mas para a história de lutas políticas travadas no Brasil por ambos os segmentos. O estudo também ressalta que trabalhadores sem qualquer vínculo ideológico não estiveram submissos à participação dos trabalhadores pecebistas em seus movimentos reivindicatórios. É possível compreender que esta relação não era unilateral, constituía uma via de mão dupla, no qual ambos os segmentos se uniam quando os interesses eram consoantes.

O referido autor afirma ainda que, em 1945, a bancada comunista era um elemento novo no cenário político brasileiro e o PCB se firmava como um partido ideologicamente organizado, com vários agrupamentos de militância, além de possuir um programa nacional. Diante da maior projeção política do PCB, as elites passaram a se movimentar no sentido coibir o seu crescimento. Além disso, do ponto de vista empresarial, a sua influência no meio sindical e operário não era vista com bons olhos, pois muitas greves eram estimuladas por funcionários comunistas, e muitos trabalhadores se viam representados pelas concepções ideológicas apregoadas pelo partido. Para exemplificar o crescimento do PCB no cenário político nacional, Santana se vale do exemplo das eleições de 1945, ocasião em que o partido obteve alguns resultados positivos, dentre os quais a eleição de 11 deputados para a Assembleia Constituinte de São Paulo, desses, oito eram operários. No Ceará o PCB também elegeu 11 deputados, dos quais sete eram operários.

Santana não desconsidera o fato de que apesar de ganhar certo relevo político, a bancada do PCB enfrentou dificuldades para concretizar os seus interesses durante o Governo Dutra. Neste período o governo conseguiu a aprovação do Decreto Lei 9.070¹²⁵ que coibia o direito à greve, sendo apenas permitida em caso de exaustão dos meios legais para conseguir a conciliação. Apesar disso, o PCB, embora isolado politicamente, tentou aprovar emendas que pudessem garantir o direito à greve, bem como o direito à organização sindical. Sobre este aspecto, o autor faz críticas às análises realizadas pela historiografia tradicional¹²⁶; para ele, estes estudos não examinaram a complexidade de atuação do PCB no cenário político, apenas se limitaram a verificar o resultado final de suas ações. Ou seja, o partido passou a maior parte do tempo na ilegalidade, portanto, considerou como inexpressiva sua influência no jogo político nacional. Ademais, em qualquer conjuntura política não basta apenas um único partido querer aprovar alguma proposta, é necessário que uma maioria concorde e valide por meio de votação. Ao estarem em minoria no parlamento e no congresso as chances de

¹²⁵ BRASIL. 1946. op.cit.

¹²⁶ Dentre os estudos, podemos destacar: RODRIGUES. 2009. op.cit. p.88.

¹²⁶ WEFORT. 1980. op.cit.

obterem êxito na aprovação de suas propostas não eram altas. Em vários momentos da obra de Weffort, o partido bem como os movimentos operários e sindicais, são compreendidos como inertes, ou apenas seguindo a cartilha da “ordem e da tranquilidade”. Para Santana, seguiu, mas também procurou avançar. Nas palavras do autor: “O que fica patente na participação comunista é que, apesar das consecutivas derrotas e “deslizamentos” de posições, o PCB e sua bancada puderam usar o espaço parlamentar para defender o movimento dos trabalhadores.”¹²⁷

No decurso desta tese o nosso enfoque consiste na investigação da complexidade das relações do PCB entre os trabalhadores para além das suas concepções teóricas. O intuito é compreender como foram exercidas, na prática, as ações, pois como assevera Santana: “[...] em relação aos partidos políticos, uma coisa são as crenças; outra bem diferente, as necessidades práticas.”¹²⁸ Nesta perspectiva, investigaremos as relações implementadas pelos pecebistas no estado de Minas Gerais, não apenas na capital, mas também nas regiões do interior em que o partido destinou maior atenção aos trabalhadores urbanos. Do mesmo modo, não nos restringiremos às lideranças, pois acreditamos que entender a dinâmica do partido a partir a atuação dos homens comuns que o compõem, pode fomentar análises significativas a respeito das dificuldades práticas vivenciadas pelos sujeitos históricos. Assim, consideramos que a nossa escolha reflete uma perspectiva pertinente ao intuito de compreender os obstáculos à atuação da militância comunista junto aos trabalhadores. Em consonância a tal proposta compreendemos a articulação entre trabalhadores ligados ao partido e trabalhadores sem ligação ideológica como práticas de reciprocidade, isto é, uma relação que atendia aos interesses de ambos. Ao PCB, que via na interação uma possibilidade de ampliar o número de adeptos, aos trabalhadores, que entendiam que a presença e experiência dos membros do partido poderiam contribuir para a dinâmica de lutas.

Sobre o desempenho do PCB, Santana ressalta que mesmo na ilegalidade, entre o período de 1954 a 1964, os membros do partido atuaram ativamente no movimento sindical brasileiro, tanto no auxílio à organização da estrutura sindical, como na orientação sobre direitos trabalhistas e no recrutamento de novos militantes. Membros do PCB, que também eram trabalhadores, se tornaram líderes de entidades sindicais, e estiveram presentes na coordenação de confederações que compuseram a estrutura sindical. Dessa maneira, como apresentamos na seção anterior, o partido esteve ligado à maioria dos movimentos de caráter radical realizados durante a década de 1950, e, posteriormente, nas reivindicações das

¹²⁷ SANTANA. 2001. op.cit. p.54.

¹²⁸ SANTANA. 2001. op.cit. p.24.

“Reformas de Base” propostas por João Goulart. Assim, em nossa concepção dizer que o PCB teve uma postura inerte nas décadas de 1940 a 1960 significa desqualificar a trajetória de lutas de trabalhadores e comunistas.

Cabe ressaltar que o trabalho de Santana não é a única pesquisa da historiografia brasileira que refuta algumas interpretações da vertente tradicional. Já fizemos menção a Buonicore, que estuda a participação dos comunistas na dinâmica sindical entre os anos de 1948 e 1952. Já o pesquisador Hélio da Costa¹²⁹ examina o papel dos comunistas nos sindicatos paulistas, nos anos de 1945 a 1953 e apresenta reflexões relevantes sobre as ações destes nos espaços sindicais. Para o autor, dizer que os trabalhadores e comunistas foram imóveis em suas ações, devido ao crescente monitoramento e a repressão efetuada pelo estado a partir de meados da década de 1940 é uma afirmação simplificadora e generalizante, em suas palavras: “[...] pensar nos sindicatos somente como agentes do capital e do estado, distante dos trabalhadores e dirigidos por burocratas e policiais, seria estreitar demais uma realidade, muito mais complexa do que se apresenta à primeira vista.”¹³⁰

Ademais, Costa também argumenta que os documentos elaborados pelos dirigentes comunistas reforçavam as orientações para que fosse feita a introdução de trabalhadores vinculados ao partido na dinâmica dos sindicatos oficiais, bem como fossem reforçadas o auxílio na organização dos trabalhadores em suas reivindicações. Para exemplificar, o autor cita o caso dos trabalhadores comunistas que atuavam no sindicato dos metalúrgicos da cidade de Santo André/SP, onde desde o ano de 1942 era feito o trabalho de organização e instrução dos militantes.¹³¹ Vale ressaltar que Costa não desconsidera a presença da repressão como um elemento inibidor das reivindicações, mas para ele a repressão não impediu que estratégias fossem implementadas com o intuito de dar continuidade à luta dos trabalhadores e dos comunistas.

Outro referencial significativo para esta pesquisa refere-se ao estudo desenvolvido pelo historiador Ricardo Maranhão.¹³² Maranhão examina a trajetória do operariado entre os anos de 1945 e 1950. Para entender a dinâmica dos trabalhadores, o pesquisador analisa a participação de trabalhadores pecebistas na organização e estruturação dos sindicatos e na condução das greves. Segundo o autor, somente nos anos de 1970 é que despontaram as primeiras pesquisas sobre o movimento sindical e operário brasileiro, especialmente, a partir

¹²⁹ COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo 1943-1953. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1993.

¹³⁰ COSTA. 1993. op.cit. p.37-38.

¹³¹ SANTANA. 2001. op.cit. p.39.

¹³² MARANHÃO. 1979. op.cit.

dos trabalhos de Francisco Weffort¹³³, Boris Fausto¹³⁴ e Luís Werneck Vianna¹³⁵. Até então, apenas existiam trabalhos sobre história do movimento operário escritos por ex-militantes. Tal situação era semelhante com relação ao PCB, cujos estudos existentes haviam sido produzidos por indivíduos ligados à própria trajetória da agremiação. Nesse rol, podemos citar as obras de Astrogildo Pereira¹³⁶ e Hermínio Linhares¹³⁷, responsáveis pelas pioneiras experiências do comunismo no Brasil. Estas obras, embora não sejam de cunho historiográfico são significativas para entender a história e trajetória do PCB, haja vista que possuem o “olhar” daqueles que atuaram diretamente nas fileiras do partido.

A publicação das análises de Maranhão, no final da década de 1970, contribuiu para alargar a interpretação sob o viés historiográfico acerca da dinâmica da atuação dos trabalhadores brasileiros, bem como para entender como o PCB influenciou nas ações deste segmento. Em sua obra, o autor certifica que:

Vários autores chegam a afirmar que o período de 1948 a 1950 foi de total refluxo do movimento operário. Se os sindicatos estiveram num dos níveis mais baixos de atuação da sua história, não se pode dizer o mesmo do conjunto do movimento; nesses três anos pudemos encontrar informações significativas sobre dezenove greves, só em São Paulo, o que é bem mais rico, como dado, do que aqueles referentes a vários outros períodos considerados como de refluxo, como o de 1969 a 1972. E isto com a totalidade dos sindicatos importantes de São Paulo sob intervenção, à exceção única do órgão dos Jornalistas Profissionais, e com muitos militantes sindicais na cadeia¹³⁸.

No tocante ao estado de São Paulo, foco de análise do autor, apesar de vários sindicatos estarem sob a tutela do estado, os trabalhadores buscaram formas alternativas para organizarem suas reivindicações, a exemplo da criação de associações e comissões paralelas, nesses, a participação de membros do PCB foi expressiva.

Outras pesquisas historiográficas também contribuíram para o embasamento das reflexões desta pesquisa. Dentre elas, podemos destacar o estudo do brasilianista Ronald H. Chilcote, em "Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração"¹³⁹. Esta obra é considerada referência nos estudos sobre a trajetória do PCB pelo fato de abarcar a gênese de formação do partido, em 1922, até a sua atuação em 1971. Sendo assim, contém dados quantitativos sobre

¹³³ WEFFORT. 1980. op.cit.

¹³⁴ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1983.

¹³⁵ VIANNA, 1976. op.cit.

¹³⁶ PEREIRA, Astrogildo. **A Greve de Leopoldina**. Rio de Janeiro: Editora Spartacus, 1920.; PEREIRA, Astrogildo. **Formação do PCB**. Vitória: Anita Garibaldi, 1962.

¹³⁷ LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Edgalit, 1962. LINHARES, Hermínio. **Memórias de um exilado**. São Paulo: s.n, 1977.

¹³⁸ MARANHÃO. 1970. op.cit. p.97.

¹³⁹ CHILCOTE. 1982. op.cit.

a participação de pecebistas em eleições no período da legalidade e fatos significativos para compreender marcos históricos da trajetória da experiência comunista no Brasil. Chilcote trata não somente da experiência do partido no país, mas também como o PCB integrou-se às instâncias políticas nacionais, locais e internacionais. Apesar de o trabalho ser considerado relevante para o entendimento da trajetória histórica do comunismo no Brasil, é preciso ponderar que as conclusões sobre a dinâmica e papel do PCB são gerais e, desta forma, não é possível averiguar a diversidade da atuação do PCB nos distintos estados e regiões do país.

Embora sejam poucas, as produções historiográficas sobre a atuação do PCB no estado de Minas Gerais também são pertinentes para o nosso estudo. A dissertação de mestrado da historiadora Raquel Aparecida Pereira¹⁴⁰, por exemplo, apresenta relevantes dados acerca da performance do PCB em Belo Horizonte, suas estratégias para o desenvolvimento dos trabalhos de recrutamento, militância e propaganda entre os anos de 1945 a 1947. A autora, por meio de rico aporte documental, apresenta os recursos utilizados pelos comunistas para o estabelecimento do contato com os trabalhadores em comícios, manifestações e datas comemorativas, tais como o dia do trabalhador, comemorado em 1º de maio. O estudo trata ainda das táticas utilizadas pelos militantes que, após a cassação do registro do partido, passaram ter que contornar a repressão dos agentes da polícia política. A autora argumenta que a maioria das produções sobre o desempenho dos comunistas no país está concentrada na perspectiva da trajetória política em âmbito nacional ou no percurso histórico do partido, por isso é importante a realização de pesquisas que tratem das estratégias e ações vivenciadas em outros estados do país e com enfoque nos espaços de sociabilidades frequentados pelos militantes. Ademais, é importante destacar que Pereira foi uma das pioneiras na produção de pesquisa historiográfica que utilizou a documentação do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS de Minas Gerais, do qual fazemos importante uso nesta tese.

Outra pesquisa que contribuiu para as reflexões neste estudo refere-se à produzida pela historiadora Yvonne de Souza Grossi¹⁴¹ que examinou os movimentos dos trabalhadores da empresa de mineração britânica conhecida como São João d'El Rey Mining Company, instalada na cidade de Nova Lima. O seu estudo analisa a trajetória de mobilização dos trabalhadores, suas dificuldades e estratégias para reivindicar melhores condições de trabalho entre os anos de 1930 a 1964. Embora não seja o enfoque central da sua pesquisa, a autora identificou a presença de trabalhadores que eram membros do PCB e analisou as

¹⁴⁰ PEREIRA. 2007. op.cit. p.26.

¹⁴¹ GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

contribuições dos pecebistas na dinâmica dos movimentos reivindicativos e atuação no sindicato. Este aspecto foi relevante para nossa proposta haja vista a carência de pesquisas que tratam da experiência dos comunistas mineiros junto aos trabalhadores urbanos.¹⁴²

Além dos estudos de Grossi, temos ainda a pesquisa desenvolvida pela historiadora Idalice Ribeiro Silva Lima, que analisou o papel do núcleo comunista presente na cidade de Uberlândia, localizada no Triângulo mineiro¹⁴³. Ribeiro examinou as estratégias dos comunistas para a propagação de sua ideologia, tanto na cidade, quanto na região, e o seu papel nas reivindicações de movimentos dos trabalhadores urbanos e de ligas camponesas no período de 1945 a 1954. Ao analisar a atuação dos comunistas, Lima também averiguou como os discursos e ações anticomunistas foram utilizadas para coibir o avanço dos segmentos de esquerda em Uberlândia.

Por fim, não podemos deixar de fazer menção à obra da historiadora Dulce Pandolfi¹⁴⁴ referência imprescindível para a proposta desta pesquisa. A autora analisou a estreita relação entre a história dos membros que compõe o partido e a construção coletiva dos sujeitos que constituiu a memória do “Partidão”, alcunha que a agremiação recebeu de seus militantes. A partir do emprego da metodologia da história oral, Pandolfi realizou várias entrevistas com ex-militantes e com dirigentes do PCB, no intuito de entender as interpretações feitas pelos membros a respeito da própria história. No transcurso da obra, a pesquisadora destaca algumas das contribuições do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores pecebistas junto aos demais trabalhadores que não tinham vínculo com o partido. Dentre as contribuições, a autora faz menção ao estímulo quanto à criação de sindicatos para organizar e nortear as ações de variadas categorias profissionais. Sobre este aspecto, pairava o interesse dos militantes em constituírem um partido de massas, mas para isso era fundamental a articulação das bases no cotidiano dos trabalhadores. Todavia, não é enfoque da obra entender de modo aprofundado a dinâmica da interação entre os indivíduos comunistas junto àqueles que não tinham ligação e nem interesse de vincular-se ao PCB. Dessa forma, podemos destacar a pertinência de estudos que aprofundem esse tipo de análise, ou seja, relacionadas à compreensão das estratégias utilizadas pelos comunistas para promoverem a articulação junto às classes trabalhadores. Não obstante, de modo geral a pesquisa de Pandolfi nos forneceu análises importantes sobre a trajetória e história do PCB em âmbito nacional.

¹⁴² GROSSI. 1981. op.cit.

¹⁴³ LIMA, Idalice Ribeiro Silva. "**Flores do Mal**" na "**Cidade Jardim**": comunismo e anticomunismo em Uberlândia. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

¹⁴⁴ PANDOLFI. 1995. op.cit.

Este capítulo demonstra o esforço para contextualizar a trajetória do comunismo no Brasil, o surgimento do Partido Comunista Brasileiro/PCB em âmbito nacional e, posteriormente em Minas Gerais. Além disso, apresentamos a historiografia que se dedicou ao estudo das experiências dos pecebistas e dos trabalhadores urbanos em variados contextos históricos. Realizamos, dessa forma, uma contextualização do nosso objeto de estudo e o panorama das produções historiográficas que dialogam com a nossa proposta.

A partir dessas análises foi possível compreender que, mesmo estando na ilegalidade na maior parte da sua trajetória, o partido não deixou de atuar. No recorte temporal selecionado para esta pesquisa (1945 a 1964), em apenas dois deles os comunistas gozaram da legalidade (1945 a 1947). A clandestinidade não tirou o partido de cena. A história e a trajetória do PCB vão além do interesse de eleger representantes nas instâncias liberais. Muito embora atue constantemente com o desígnio de conquistar a legalidade, este não foi o único objetivo da agremiação.

Este estudo segue uma perspectiva revisionista ao entender o partido para além da sua participação no jogo eleitoral. Nosso enfoque é examinar o PCB na dinâmica das relações junto às massas trabalhadoras urbanas. Na seara eleitoral, estando ou não na legalidade, a agremiação encontrou alternativas para entrar nas disputas eleitorais, a partir do uso de outras legendas, a exemplo da opção pelo PTB. No entanto, historicamente, é por meio da interação e integração entre as massas trabalhadoras que o partido exerceu papel de destaque.

Esta é a gênese da constituição da agremiação, ou seja, ideologicamente defendem a tese de que a transformação da sociedade capitalista para a socialista se dará a partir da união da classe trabalhadora, sendo o PCB o representante desse segmento. Contudo, para isso, precisam estar integrados na dinâmica das massas. Nas relações de trabalho, das quais os pecebistas também fazem parte, ocorre a cooptação de pessoas interessadas em se tornar um militante do partido. Além disso, estratégias são criadas com a finalidade de mobilizar a classe trabalhadora – que não possui vínculo com o partido e nem possui interesse em ter - quanto à importância da participação ativa na conquista dos seus direitos e melhorias das suas condições. É nesta dinâmica de conquistar novos militantes e defender a transformação nas condições da classe trabalhadora que o PCB se mantém “vivo” apesar da clandestinidade.

Ademais, neste capítulo indicamos alguns trabalhos da historiografia tradicional e revisionista que se dedicaram ao exame da atuação do PCB e dos trabalhadores urbanos em âmbito nacional. A par das contribuições destes estudos, nos capítulos seguintes abarcaremos

o viés da perspectiva local e regional do caso mineiro, de compreensão do trabalho desenvolvido no cotidiano pelos comunistas nos sindicatos, em comissões de fábricas, células, núcleos... Enfim, nas instâncias e entre os segmentos que constituem a essência do PCB: as massas trabalhadoras.

2 O PCB EM MEIO AO MOSAICO MINEIRO: OBSTÁCULOS PARA CONSOLIDAÇÃO

Neste capítulo, examinaremos a constituição da estrutura orgânica do Partido Comunista Brasileiro/PCB em Minas Gerais a partir de 1945. O referido ano é o marco inicial desta pesquisa por dois motivos. O primeiro está associado ao fato de ter sido o período em que ações para expandir o raio de atuação do partido para o interior do estado foram implementadas por seus militantes. Já o segundo se deve às atividades de reestruturação orgânica e política da agremiação. Pela análise proposta, constatou-se como foi delineada a criação de comitês e sedes da sigla no interior e como se deram as ações para integrar os membros do partido entre as classes trabalhadoras urbanas. Ressaltamos que não há o intuito de apenas apresentar a estrutura partidária constituída, a intenção é apresentar, por meio das fontes coletadas, como a estrutura orgânica criada estava em consonância com a teoria e, principalmente, como eram as práticas adotadas pelos militantes entre os anos de 1945 a 1964. Esta análise é necessária, pois permitirá comparar se os pressupostos teóricos do partido foram aplicados por seus integrantes na prática cotidiana. Além disso, por meio do cruzamento de fontes, sobretudo das entrevistas com indivíduos que foram integrantes do partido, identificamos quais foram as dificuldades enfrentadas pelas bases e dirigentes partidários.

Para o desenvolvimento dessas análises utilizamos entrevistas realizadas com indivíduos que foram trabalhadores ligados ao PCB e a sindicatos. As entrevistas utilizadas neste capítulo são provenientes do acervo do Núcleo de História da Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado ao Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH. Este acervo contém entrevistas realizadas, conforme a metodologia da História Oral com sujeitos que em suas trajetórias de vida se relacionaram com o PCB e com os movimentos sindicais no estado de Minas Gerais em diversos momentos ao longo do século XX. Para esta tese utilizamos um total de dezesseis entrevistas realizadas com homens e mulheres que tiveram suas vidas marcadas por trajetórias de luta em prol da ideologia comunista e da trabalhista entre os anos 1940 e de 1960. Este período foi marcado pela ilegalidade do PCB e pelo constante monitoramento dos movimentos sociais feito, sobretudo, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.

Além dessas fontes, para o desenvolvimento das análises deste capítulo utilizamos documentos apreendidos em várias sedes do PCB de Minas Gerais provenientes do acervo "Coleção Informante do Regime Militar", que estão sob custódia do Arquivo Nacional,

localizado na cidade do Rio de Janeiro. Cumpre ressaltar que, tanto o processo de pesquisa quanto a análise acerca da constituição da estrutura orgânica do partido não são tarefas fáceis, em função da fragmentação e da incompletude da documentação existente, provavelmente um reflexo da forte repressão a que o partido foi submetido ao longo da sua existência. Em virtude desse aspecto, não nos restringimos ao uso de um único acervo, também utilizamos os documentos do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS disponíveis no Arquivo Público Mineiro, sediado em Belo Horizonte. Dentre as fontes coletadas nesses acervos temos ainda aquelas que foram produzidas pelo partido, ou seja, os documentos originais que foram apreendidos, como os manuscritos ou datilografados, relatórios, fichas de filiação, material de sindicatos, correspondências, panfletos e jornais. Além disso, contamos ainda com as fontes produzidas pela própria Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e pelo DOPS, dentre as quais podemos destacar os relatórios de monitoramento, correspondências policiais e os inquéritos.

Em termos qualitativos e quantitativos, a capital do estado, Belo Horizonte, foi a cidade em que, a partir dos acervos consultados, identificamos o maior aporte documental, sendo possível aferir dados a respeito da constituição orgânica e sobre o funcionamento da agremiação. Por isso, obtivemos a composição da estrutura orgânica tanto do Comitê Central Estadual quanto do Comitê Municipal do período compreendido entre 1945 e 1956. Embora o foco dessa tese não seja o desenvolvimento de análises profundas sobre a origem e história do PCB em terras mineiras, consideramos necessário compreender como o partido consolidou as suas bases no estado a despeito do amplo período em que esteve na clandestinidade associado aos vários períodos de repressão a que esteve sujeito.

Assim, compreendemos que examinar a trajetória do PCB é necessário, haja vista a relação contígua entre esta, as suas ações e as estratégias definidas e implementadas. Isso porque o processo de constituição do PCB em Minas Gerais não foi uma tarefa fácil, existiram muitos obstáculos. Além de enfrentar largo período na ilegalidade, a agremiação teve que realizar diversas alterações, tanto em sua estrutura orgânica quanto na linha política adotada, com o intuito de melhorar o seu desempenho a partir da ampliação do seu raio de atuação para várias regiões do interior no estado. Estas análises serão referendadas no transcurso da primeira seção deste capítulo, intitulada "O Partido Comunista em Minas Gerais nos anos de 1930 a 1945".

Posteriormente, na segunda seção, "Um partido em transformação: as mudanças na estrutura orgânica do PCB entre 1945 a 1960," apresentaremos as transformações vivenciadas pelo PCB mineiro no decurso dos anos de 1945 até o início da década de 1960. Após a

implantação da Ditadura do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas (1937-1945) ampliou-se a perseguição não apenas aos comunistas, mas a todos os adeptos e simpatizantes das ideologias de esquerda. Muitos comunistas foram presos, inclusive Luís Carlos Prestes, figura de destaque na história do PCB. A limitação política colaborou para a desarticulação da estrutura orgânica do PCB, mas não minou por completo a sua existência e as suas atividades. Somente em 1945 é que a agremiação obteve o registro eleitoral, fator que impulsionou o processo de reformulação da estrutura orgânica do partido em âmbito nacional. Estas alterações foram sentidas em vários estados no país. Com o regresso ao processo democrático, a partir de 1945, o PCB fortaleceu a sua inserção nos movimentos dos trabalhadores ao organizar e ao participar das suas ações.

Neste contexto correspondente aos anos de 1945 a 1964 examinamos o processo de reestruturação e consolidação do PCB em Minas Gerais. Ademais, veremos que, além do estado possuir vasta multiplicidade social econômica e cultural, várias cidades onde foram constituídas as sedes do partido receberam influência de outros estados. Sendo assim, examinar a origem do PCB em Minas Gerais, perpassa pela necessidade de compreender as distintas experiências vivenciadas em sua história e os obstáculos enfrentados pela agremiação no ato da criação e consolidação de suas sedes em cada região do estado. A partir das análises efetuadas neste capítulo, compreenderemos que as alterações realizadas em seu decurso influenciaram a forma como lideraram e atuaram junto às classes trabalhadoras.

2.1 O Partido Comunista em Minas Gerais nos anos 1930 a 1945

Esta seção tem por objetivo apresentar as primeiras experiências do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais. Apesar de farta documentação coletada durante o processo de pesquisa sobre o partido e sua atuação junto aos trabalhadores, não temos a pretensão de realizar um amplo histórico, sobretudo devido à fragmentação das fontes disponíveis nos arquivos consultados. Boa parte dos documentos é proveniente do acervo do Departamento de Ordem Política e Social e da Coleção Informante do Regime Militar. Em vista disso, advertimos que apresentaremos, em alguns momentos, a versão dos membros destes órgãos a respeito do funcionamento e organização da agremiação em Minas Gerais. Julgamos pertinente acrescentar a esta pesquisa a percepção dos agentes do aparato repressor sobre a trajetória do PCB no estado, em razão da riqueza de detalhes de seus relatórios, atas e informes, mas sem perder o cuidado analítico necessário para lidar com documentos eivados

de juízo de valor. Alguns registros angariados para a composição desta seção são originais produzidos pelo partido, mas coletados nas apreensões efetuadas pelos agentes do DOPS em suas várias sedes instaladas em Minas Gerais. Apesar de considerarmos que pode ter havido critérios para seleção dos documentos arquivados e preservados nestes acervos, salientamos a pertinência destes materiais para compreender a trajetória da divisão mineira do PCB entre os anos de 1930 e 1945.

No decurso desta pesquisa, localizamos um relatório elaborado pelos agentes do Serviço de Segurança de Minas Gerais com informações a respeito das primeiras experiências do PCB no estado.¹⁴⁵ Neste documento, os agentes apontam as cidades em que os primeiros núcleos do partido foram instalados, além da descrição das atividades desenvolvidas por eles. Embora o material possua várias informações incompletas, os dados elencados dão mostra sobre como foram as primeiras iniciativas dos que aderiram à ideologia comunista, e que se dedicaram a difundir os seus preceitos em várias cidades do território estadual. Estes relatórios, que eram elaborados de maneira contínua pelos agentes, apresentavam informações detalhadas sobre o trabalho de monitoramento realizado pelos agentes do DOPS, cujo foco era as atividades dos comunistas.

De acordo com o relatório intitulado: "Ligeiras considerações sobre o aparecimento do comunismo no estado de Minas Gerais", o PCB iniciou sua atuação no estado em 1925, mais especificamente na cidade de Juiz de Fora. O aparecimento do comunismo neste município tem uma explicação simples, o primeiro congresso do Partido Comunista Brasileiro foi realizado em março de 1922, no estado do Rio de Janeiro, e contou com a presença de alguns juiz-foranos simpatizantes do comunismo.¹⁴⁶ O referido relatório não informa nominalmente quem eram os mineiros presentes no Congresso, mas cita dois homens como os responsáveis pela fundação do primeiro núcleo do PCB em Juiz de Fora, foram eles: Adelyno Decola dos Santos e Luiz Zuddio.

Em vários trechos, o relatório¹⁴⁷ faz menção à presença de comunistas em Minas entre os anos de 1920 e 1935 provenientes dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que passaram a residir em cidades como Uberlândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Em busca de

¹⁴⁵ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

¹⁴⁶ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

¹⁴⁷ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

oportunidades profissionais nestas cidades, eles passaram a trabalhar em indústrias e empresas.¹⁴⁸ Para os agentes do DOPS, essas pessoas foram responsáveis pelo início da divulgação da ideologia comunista no estado devido à interação que promoviam com os trabalhadores do campo, com os da cidade e devido à criação de jornais voltados para a divulgação dos ideais do partido, conforme exemplificamos no fragmento a seguir:

Em Uberlândia, no Triângulo mineiro, cidade que em face do grande comércio de exportação de arroz, vinha sendo muito procurada por gente de a toda parte, urgiu um jornal periódico dirigido por um viajante da praça do Rio de Janeiro, intitulado "A vida do campo", que sutilmente veiculava a doutrina comunista. Tanto que nas eleições municipais de 29 de dezembro de 1927, foram apurados votos avulsos para candidatos de um pretense Bloco Operário Camponês, a que não se deu maior importância tão ridículo que foi os votos computados.¹⁴⁹

A citação apresenta alguns pontos que precisam ser analisados. Em primeiro lugar, não podemos desconsiderar que podem ter existido sujeitos que se dedicaram a elaborar e distribuir materiais (jornais, panfletos) de caráter comunista em Uberlândia ainda nos anos de 1920. Todavia, é preciso relativizar a preocupação dos agentes ao que eles consideram como perigo comunista, haja vista que, neste contexto, o comunismo ainda era incipiente no país e passava pelas suas pioneiras experiências no estado. Ademais, a historiografia carece de pesquisas que possam elucidar o impacto dos pecebistas na dinâmica da economia do Triângulo Mineiro nas décadas de 1920 e 1930.

Além disso, o ano ao qual a citação faz menção, 1927, está há pouco mais de cinco anos da instalação da primeira sede do PCB no país, no estado do Rio de Janeiro. De todo modo, os dados do relatório informam que nas eleições municipais de Uberlândia, também ocorridas em 1927, "[...] foram apurados votos avulsos para um candidato de um pretense Bloco Operário Comunista". Muito embora possamos averiguar um discurso que tende a depreciar o papel dos pecebistas, a informação é importante para verificarmos que estes, apesar de diminutos, já eram notados a ponto de receberem votos nas eleições por simpatizantes.

Embora não desconsidere a importância das experiências iniciais dos pecebistas, a historiadora Raquel Aparecida Pereira ressalta que o comunismo no Brasil na década de 1920 ainda era limitado quando afirma que:

¹⁴⁸ O documento não apresenta uma data específica para a confirmação desta informação.

¹⁴⁹ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Em 1928, cerca de 60% dos seus membros estavam localizados no Rio de Janeiro. Os demais membros encontravam-se distribuídos entre os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco; e em grupos menores na Bahia e nas cidades de Vitória, Campos e Juiz de Fora. O crescimento dos quadros partidários foi relativamente pequeno até a década de 1930, quando Luís Carlos Prestes levou ao conhecimento público sua adesão aos ideais do Partido Comunista do Brasil.¹⁵⁰

A afirmação de Pereira tem lastro nas fontes disponíveis nos relatórios DOPS. A cidade de Juiz de Fora protagonizou a criação da primeira sede do PCB em Minas Gerais. Por este motivo, alguns nomes são recorrentes nos relatórios, como os dos pioneiros na divulgação do ideal comunista aos trabalhadores mineiros. Dentre os citados nos relatórios, está o já mencionado Adelyno Decola, que transitou pelos municípios de Uberlândia, Belo Horizonte e Juiz de Fora nas décadas de 1920 e 1930. Os materiais analisados informam que o carioca Adelyno foi uma pessoa que participou ativamente da criação e distribuição de materiais com orientação comunista em empresas e indústrias.

Além dele, também o pernambucano Ascendino Ramos é citado. Este cooperou para a fundação da Associação Profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários e, posteriormente, no final dos anos de 1920, participou da criação de um núcleo do Partido Comunista no Triângulo Mineiro. Ainda nesse contexto, foram criados periódicos e núcleos comunistas em várias cidades mineiras. Este é o caso do jornal *O Lábaro*, que circulou na cidade de Leopoldina em 1922, e contava com a direção do professor Antônio Ferreira Cabuculo.

Uma análise mais apurada das fontes consultadas revela que, apesar desses sujeitos apresentarem como objetivo o interesse em constituir uma rede comunista, mediante a criação de núcleos partidários e meios de comunicação, eles também se articularam junto aos trabalhadores urbanos e participaram de movimentos reivindicativos. Dessa forma, em suas relações pessoais e profissionais buscavam novos adeptos a partir da apresentação de argumentos que relacionavam as suas concepções ideológicas à alternativa para alcançar a conscientização dos trabalhadores, e, por conseguinte, a transformação social. Em Belo Horizonte, por exemplo, o comunismo encontrou simpatizantes a partir de 1927, especialmente entre os trabalhadores de bondes. Para isso, muito contribuiu a atuação dos intendentes Minervino de Oliveira e Otávio Brandão, oriundos da cidade do Rio de Janeiro. Ambos foram a Belo Horizonte para proferir uma conferência no “Centro das Casas Laboriosas” ocasião em que divulgaram a ideologia comunista e conquistaram

¹⁵⁰ PEREIRA. 2007. op.cit. p.26.

simpatizantes¹⁵¹. De acordo com os relatórios elaborados pelos agentes do DOPS, entre os trabalhadores dos bondes da capital havia muitos que eram adeptos da ideologia comunista, desde a década de 1930. O trecho do documento: "Ligeiras considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais" exemplifica esta afirmação ao ressaltar que:

Até pelos idos de 1935 os trabalhadores de bondes de Belo Horizonte constituíram um agrupamento nitidamente revolucionário e inteiramente dominado pelas ideias comunistas. Todas as greves até então ocorridas tinham início entre tais trabalhadores e foram vários os seus choques com a polícia, alguns dos quais houve até mortes.¹⁵²

Na citação averiguamos a ênfase dos agentes do DOPS ao referirem-se aos comunistas com adjetivos e palavras como: “revolucionários” e “inteiramente dominado”. Estas expressões têm a finalidade de indicar o possível grau de “periculosidade” desses indivíduos. Apesar da exaltação dos agentes, o trecho é significativo, pois expõe o fato de que os comunistas estavam, mesmo que paulatinamente, ganhando espaço entre os trabalhadores da capital.

A historiadora Idalice Ribeiro Silva Lima¹⁵³ teceu significativas reflexões a respeito da existência do comunismo no interior de Minas Gerais nas décadas de 1920 e 1930. A autora concentrou seu estudo na cidade de Uberlândia e afirma que, quando se trata do surgimento do comunismo no estado, é comum os segmentos conservadores demonstrarem receio em constatar que, desde a década de 1920, havia alguma presença da ideologia em cidades do interior do estado. Em se tratando da pesquisa relativa à Uberlândia, esta perspectiva não foi diferente, conforme a pesquisadora:

A presença comunista tem sido vista com certa desconfiança no cenário local, tanto pelos estudiosos, no meio acadêmico, quanto por outras pessoas que tem interesse pelo tema. Afinal, a existência de comunistas nessa cidade, teria sido 'utopia', 'mito', no dizer de alguns, ou arremedo comunista? Será que eles eram comunistas de verdade ou tudo não passou de uma paixão anticomunista propalada pelos discursos das elites dirigentes e de seus arautos, com vistas a manter a ordem de outros segmentos sociais e, em consonância, de uma perseguição exacerbada/infundada da polícia, que fincou nos comunistas (e nos assim alcunhados) a pesada pecha 'vermelha'?¹⁵⁴ (Grifo nosso)

¹⁵¹ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <http://www.memorias_reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

¹⁵² LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <http://www.memorias_reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

¹⁵³ LIMA. 2000. op.cit.

¹⁵⁴ LIMA. 2000. op.cit. p.19-20.

O questionamento proposto por Lima também é pertinente a este estudo. Distinguir entre o discurso produzido pelos agentes e identificar quais dados são de fato corretos não é uma tarefa simples. As fontes coletadas para esta tese revelaram que as primeiras experiências do comunismo em Minas Gerais estiveram relacionadas a trabalhadores provenientes de outros estados, mas simpatizantes da ideologia. Estas pessoas, ao se mudarem para o interior de Minas, seja por motivos pessoais ou profissionais, procuraram dar continuidade à sua relação com o partido a partir da criação de células ou sedes de partido nas urbes em que passaram a residir.

Em seu estudo, Lima conseguiu apresentar elementos que confirmaram a existência de comunistas em Uberlândia. Apesar de não existirem em grande número, nas décadas de 1920 e 1930 trabalhadores que militavam pela causa do comunismo residiam na cidade. A autora, inclusive, conseguiu reunir informações a respeito da existência de simpatizantes do comunismo no Triângulo Mineiro antes mesmo dos anos 1920. Em consulta a jornais e obras de memorialistas locais, Lima compilou dados importantes, como:

Em 1892, foram realizados congressos socialistas no Rio de Janeiro e em São Paulo, a fim de arregimentar trabalhadores brasileiros em partido político de caráter social democrata ou trabalhista. Quase cinco anos depois, foi fundada a entidade socialista uberabense e seu órgão jornalístico, "O Socialista", e delineados os propósitos de criar o Partido Socialista do Triângulo Mineiro. Nesse período, podem-se observar as influências do movimento socialista de São Paulo nessa região, uma vez que a iniciativa dos socialistas uberabenses ocorreu aproximadamente um ano após o lançamento do jornal 'O Socialista' de São Paulo, que, como afirmou Moniz Bandeira, teve vida curta. Conforme Astrogildo Pereira, tanto antes, quanto depois do Congresso Operário de 1906 - que segundo ele, desencadeou um processo nacional de organização europeia -, registraram-se várias tentativas de fundação de partidos socialistas estaduais e municipais em alguns lugares do Brasil, com finalidades predominantemente eleitorais, as quais puderam ser constatadas nos propósitos dos socialistas uberabenses.¹⁵⁵ (Grifo nosso)

Ainda de acordo com a referida autora, foi a existência de pessoas envolvidas com o comunismo no Triângulo Mineiro que motivou a divulgação, nos jornais locais, de propagandas anticomunistas. A autora alerta que estas propagandas tinham mais função de “prevenir do que remediar”, já que os comunistas ainda não haviam conseguido constituir uma agremiação. Conforme o seu estudo, as experiências comunistas até 1930 eram relativamente limitadas, concentradas nas cidades de Uberlândia e Uberaba. Nesse sentido, Lima afirma que nos anos seguintes o partido prosseguiu:

Projetando-se como expressiva força política do país, o PCB instalou seus comitês municipais em várias cidades brasileiras. Em Uberlândia, o Comitê

¹⁵⁵ LIMA. 2000. op.cit. p.85.

Municipal do PCB foi fundado em 12 de agosto de 1945 e, a partir desse momento, os comunistas passaram a atuar na cidade e no campo, coordenando, inclusive, as atividades do partido na região, uma vez que o Comitê Zona (Regional) do Triângulo Mineiro estava instalado em Uberlândia. De junho a dezembro de 1945, processou-se também a organização e instalação de diversos comitês do PCB em outros municípios do Triângulo Mineiro e do Sudoeste Goiano. Além desses aspectos, o ano de 1945 é marcado pela mobilização dos comunistas em defesa da democratização do país e pelas campanhas pelo sufrágio dos candidatos comunistas de Uberlândia no pleito eleitoral de dezembro.¹⁵⁶

Além das informações obtidas a partir do estudo de Lima, tivemos acesso a depoimentos de indivíduos que eram jovens comunistas na primeira metade do século XX. Dessa forma, aferimos que o surgimento do comunismo em Minas não esteve relacionado apenas a indivíduos oriundos de outros estados, mas também de imigrantes europeus. Estes contribuíram para a difusão no estado de ideologias como o comunismo, o socialismo e o anarquismo. Em entrevista concedida ao Núcleo de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH, o senhor Anélio Marques Guimarães¹⁵⁷, que aos 21 anos era trabalhador da Mina de Morro Velho, situada em Nova Lima/MG, explica que espanhóis, alemães e italianos que detinham orientações ideológicas de esquerda em seus países de origem, ao chegarem ao Brasil, influenciaram na criação de associações nas empresas onde passaram a trabalhar. No dia a dia junto aos trabalhadores conversavam sobre a necessidade de lutar por melhores condições de trabalho. Muitos indivíduos que não tinha ligação com o partido acabavam por se identificar com os preceitos comunistas passaram a se interessar pelas atividades da agremiação. No cotidiano, a relação entre trabalhadores ligados ao PCB junto aos demais funcionários de indústrias, empresas e fábricas contribuiu para a dinâmica de lutas de modo geral. Conforme Guimarães, a criação de associações de socorro mútuo, por exemplo, foi feita por imigrantes envolvidos com o comunismo, em suas palavras:

Nova Lima tinha uma... não é bem predominância, mas uma influência espanhola muito grande, e italiana. Eles vieram com um nível mais avançado para aqui, eles vieram com uma mentalidade de criar organização de socorro mútuo. Que ali era uma forma de trazer a turma de italianos todos para aquela, a casa do italiano, a casa do espanhol, quer dizer, eles vieram e já eram operários, a maioria com nível mais elevado de consciência, mais elevado de nível. Isso vai influenciando também. Por exemplo, em Nova Lima foi criada uma sociedade, Sociedade União Operária de Socorros Mútuos, um trem assim, que foi um exemplo de organização operária na época. Isso é nos idos de 19, 1920 até 24 por aí, ou 25. Essa organização, para a época foi

¹⁵⁶ LIMA. 2000. op.cit. p.21.

¹⁵⁷ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 21, 1991. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 19 out. 2015.

uma coisa doida. Porque uniu muitos os trabalhadores. Tinha operário que morria lá ou de acidente, ou morria de morte natural que levavam às vezes 1000 pessoas acompanhando o enterro do sujeito. [...] Bem, eu não posso dizer assim que houve organização anarquista lá, eu não posso, eu não sei. Mas a influência, eles vieram com essa influência de anarquista e para aqui, eles sofreram a influência lá. O anarquismo na Espanha e na Itália foi bem forte, foi bastante forte no movimento operário, pelo que me é dado saber. E eles que vieram de lá para cá eram operários mais avançados para trabalhar. E eles devem ter trazido a influência. Agora, não posso dizer assim que havia uma organização anarquista, mas eles devem ter trazido na cabeça alguma coisa de bom do anarquismo para cá.¹⁵⁸

Em Nova Lima já nos primeiros anos da década de 1930¹⁵⁹, passou a contar com um núcleo do Partido Comunista. O comunista Anélio Marques explica que uma das primeiras orientações da agremiação na cidade consistiu na mobilização em prol da criação de um sindicato dos trabalhadores da Mina. Em entrevista, Anélio Marques afirma que: "A primeira coisa foi, uma das tarefas primeiras que o Partido lá, recebeu, através dele, e depois de outros companheiros, foi trabalhar para a criação do Sindicato. Tarefa do Partido era a tarefa da formação do Sindicato dos Operários da Mina de Morro Velho."¹⁶⁰

Ainda sobre as pioneiras experiências do PCB em Minas Gerais, em meio aos depoimentos feitos pelo Núcleo de História Oral da FAFHIC, nos deparamos com as realizadas com a militante política e farmacêutica Helena Greco¹⁶¹. Nascida em 1916 na cidade de Abaeté/MG, ela conta que, devido a influência do pai, de origem italiana, sempre esteve envolvida em discussões relacionadas ao comunismo e ao fascismo. Greco relata que apesar de o pai receber correspondências da Itália com propagandas do fascismo de Benito Mussolini, a maioria dos seus filhos acabou sendo influenciados pelas ideologias de esquerda. Em depoimento, ela relata que seu pai atribuiu ao primeiro filho o nome do chefe político italiano, Mussolini. O primogênito, por sua vez, na fase adulta adotou o fascismo como ideologia, fato que resultou em dificuldade de relacionamento com os demais irmãos. Ela faz menção ao fato de seu irmão ter adotado o nome Mussolini como sobrenome, repassando, posteriormente, aos seus filhos, em suas palavras:

¹⁵⁸ GUIMARÃES. 1991. op.cit. p.21.

¹⁵⁹ Em entrevista Anélio Marques não soube precisar a data de criação da primeira sede do PCB em Nova Lima. No decorrer da análise das fontes, também não encontramos uma referência exata do ano de criação, apenas a menção a ter sido constituída nos primeiros anos da década de 1930.

¹⁶⁰ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFHIC/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 7, 1991. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

¹⁶¹ GREGO, HELENA. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFHIC/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p.4, 1995. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

Que dizer, era uma família normal. E agora, havia uma diferença muito grande na questão de ponto de vista de ideologia. Ideologia. Sobre isto, eu tenho que explicar uma coisa, que eu tenho irmão que se chama Mussolini. Por que é que ele se chama Mussolini? Meu pai, ele morreu quando o Mussolini estava conseguindo alguma coisa na Itália, mesmo. Não tinha ainda começado aquelas conquistas, aquelas missões. E a gente recebia, recebia enxurradas de propagandas. Até, eu ainda tenho umas lá, dos fascistas. Então eles nos chamavam de italiano al stere. Que dizer, nós éramos italiano no exterior. Porque acontece que, lá na Itália não é como aqui. É jus-sanguini mesmo. Quer dizer, se você tem sangue italiano... [...] E dado à tendência dele, que ele falava que era fascista mesmo, nós não conseguimos ter um relacionamento bom. Com esse meu relacionamento [irmão] era ruim mesmo. Tanto de pessoa, como de ideal.¹⁶²

O depoimento de Helena Greco é interessante não apenas para exemplificar as diversas correntes ideológicas presentes no país no transcurso da primeira metade do XX. Temos em seu relato a figura de uma mulher que fez parte da trajetória do PCB em um contexto em que mulheres envolvidas com a política era algo pouco comum. Dessa forma, uma mulher envolvida com a política nas primeiras décadas do século XX era algo notável. Dos dezesseis relatos coletados para desenvolver este estudo, apenas dois são de mulheres. Embora seja relevante, ultrapassa os objetivos deste estudo a análise do papel da mulher no campo político. No entanto, a trajetória de Greco é interessante porque revela que, apesar da influência fascista do pai, as suas experiências pessoais resultaram na adesão às ideologias de esquerda justamente no contexto de criação e expansão do PCB em Minas Gerais.

Helena Greco mudou-se com a família para Belo Horizonte em 1924, e, em 1937, aos 21 anos passou a ter mais interesse pela política. Com a instalação da Ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas (1937-1945), ela passou a acompanhar a política, pois membros da sua família foram presos e perseguidos devido ao envolvimento com a militância comunista. O primeiro governo Vargas atuou no sentido de frear o avanço do comunismo no país, para isso prendeu e perseguiram sujeitos ligados ao partido, ou mesmo aqueles que eram meros simpatizantes. Outro irmão de Helena Greco, apesar de não ser legalmente filiado ao partido, se dizia comunista, o que constituiu motivo suficiente para ser preso. Na medida em que se inteirava dos preceitos do comunismo, Greco assumia uma postura crítica quanto às decisões tomadas pelo PCB. De acordo com a sua concepção, a transformação social apregoada pelos comunistas deveria ser alcançada a partir de uma revolução. No entanto, historicamente a agremiação trabalhou para conquistar a legalidade da sigla a fim participar das instâncias liberais e, por conseguinte lutar pela transformação social. Todavia, Greco afirma que:

¹⁶² GREGO. 1995. op.cit. p.4.

Eu queria revolução. Quer dizer, naquela ocasião eu sabia que não podia ter revolução, mas eles podiam pelo menos ter fincado o pé e feito alguma coisa. O meu grande amigo [Luís Carlos Prestes], que ele era um grande amigo meu, o... Aquele da marcha no Brasil inteiro... [...] Sempre que ele vinha aqui a gente encontrava. E depois, na época da anistia, em todos os lugares que a gente ia, ele fazia questão de estar lá também¹⁶³. (Grifo nosso)

A fala de Greco exemplifica que as decisões tomadas pelo partido não eram aceitas de modo homogêneo pelos filiados e simpatizantes. Ademais, o fragmento da entrevista faz menção ao fato dela ter sido uma pessoa próxima a uma figura importante para o PCB, Luís Carlos Prestes. Segundo ela, o contato com Prestes nas ocasiões em que o mesmo estava em Belo Horizonte foi um fato relevante para que mantivesse contato com os comunistas da capital do estado. No decorrer do seu depoimento, mesmo que de modo superficial, Grego faz menção a outras mulheres que assim como ela também tinham interesse nas demandas políticas do período, e que se envolveram nas ações do partido. Estas informações estão presentes no fragmento dispostos a seguir:

A Olga Boromolets, que foi minha companheira no colégio, e depois continuamos muito amigas. E ela era comunista. E eu, que tinha minhas ideias, mas nunca pertenci a partido nenhum.[...]E essa Olga, ela era uma cientista formidável mesmo. [...] E ela fez uma carreira de cientista muito boa. E ela teve que sair do Brasil porque ela era comunista e naquela ocasião, não podia ficar. E ela, até o final da vida dela nós fomos muito amigas mesmo.¹⁶⁴

Além dos depoimentos de Helena Grego e de Anélio Marques, mencionamos no início desta seção que as primeiras experiências dos comunistas mineiros também foram relatadas pelos agentes do DOPS no documento intitulado "Ligeiras considerações sobre o aparecimento do comunismo em Minas Gerais."¹⁶⁵ Ele cita a criação, em algumas cidades do interior, de núcleos da Aliança Nacional Libertadora/ANL na década de 1930. A ANL contou com o apoio e com a participação de membros do PCB, além de outros segmentos, tais como trabalhadores e intelectuais contrários a influência nazifascista no Brasil. Pela consulta aos acervos documentais utilizados para desenvolvimento deste estudo foi possível identificar a

¹⁶³ GREGO, HELENA. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 22, 1995. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

¹⁶⁴ GREGO, HELENA. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 19, 1995. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

¹⁶⁵ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

criação e atuação de vários núcleos da ANL em cidades do interior de Minas. Em Juiz de Fora, por exemplo, núcleos da ANL foram constituídos pelo médico Júlio Torres; em Uberlândia, foram coordenados pelo professor David Rabelo; e, em Belo Horizonte, pelo médico Manoel Thomáz de Souza.

Mediante a compilação dos dados disponíveis no acervo do DOPS mineiro, a pesquisadora Raquel Aparecida Pereira localizou os núcleos da ANL existentes em Minas Gerais, conforme indicado na Figura 1.

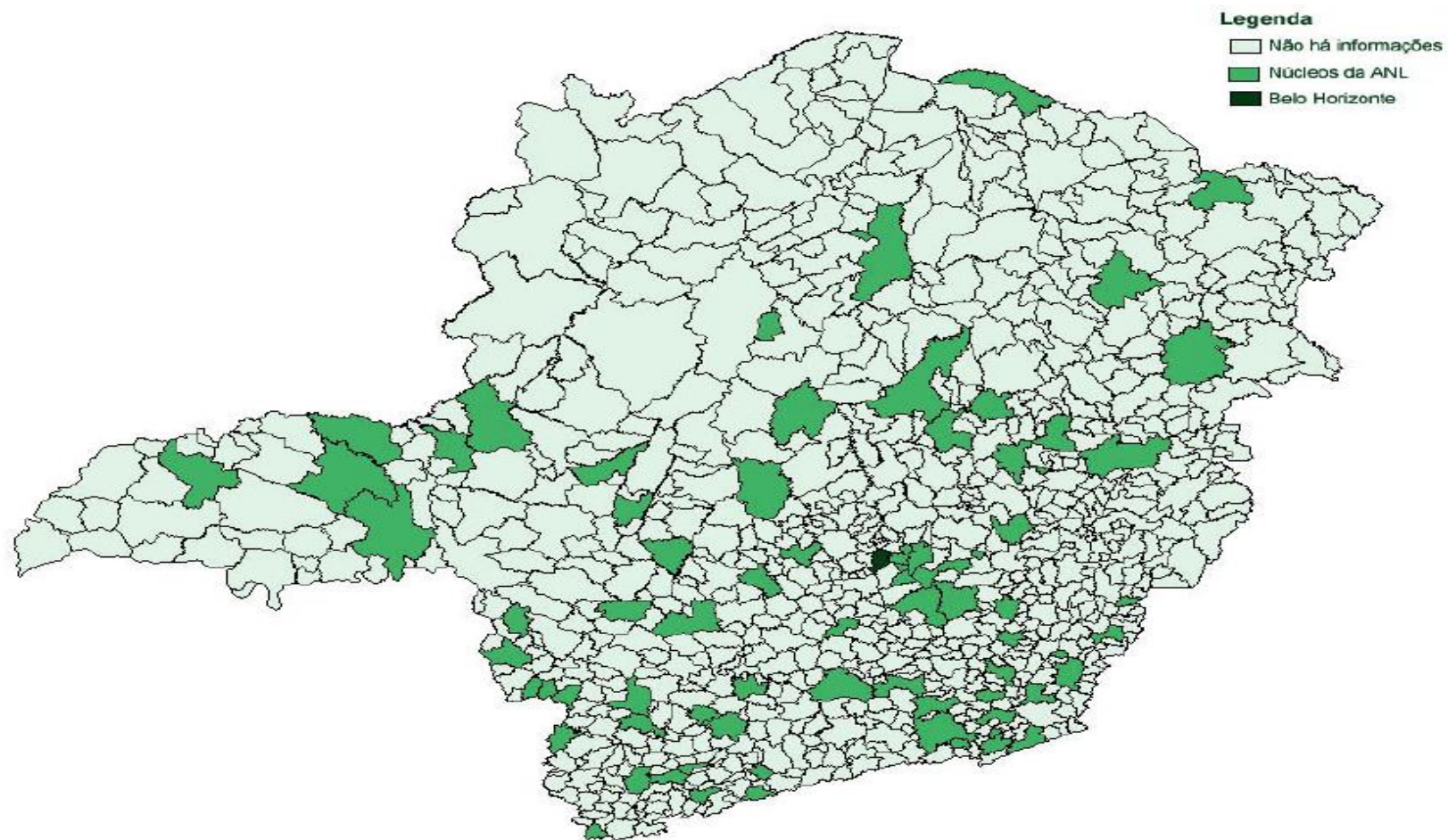


Figura 1 Mapa Núcleos da Aliança Nacional Libertadora em Minas Gerais

Fonte: (PEREIRA, 2007. p.34).

Difundir a ideologia comunista em âmbito estadual não foi uma tarefa homogênea ou simples. Documentos apreendidos na sede do PCB, em Belo Horizonte, e relatórios da polícia política apresentam informações sobre as dificuldades dos militantes em efetuar a propagação de seus ideais nas cidades do interior mineiro. Muito embora o documento tenha sido elaborado por um agente do DOPS, o conteúdo do mesmo é relevante, pois, devido à ampla vigilância aos comunistas, o agente aponta o que, em sua concepção, eram os dois fatores principais que dificultavam a expansão das ideias de esquerda.

O relatório aponta a religiosidade do mineiro, que associava o comunismo ao ateísmo, concepção muito difundida pelos anticomunistas como um fator significativo para obstar a adesão dos mineiros ao PCB. Podemos somar a este fator os relatos dos próprios pecebistas, que faziam menção à situação clandestina do partido, haja vista que tal panorama desestimulava aqueles interessados em uma carreira política a se filiarem a um agrupamento ilegal, com futuro político incerto¹⁶⁶. Apesar de esses argumentos serem oriundos de um relatório policial, não podemos desconsiderá-los, sobretudo, porque em várias cidades do estado houve experiências do uso do discurso anticomunista como recurso para “frear” os avanços das ideologias de esquerda. Em seu estudo sobre as práticas anticomunistas exercidas em Uberaba, Lima destaca que o objetivo de inculcar na população o temor com relação a essa ideologia não era uma estratégia apenas local, estava articulada com as orientações transmitidas pelo Vaticano a todas as instituições religiosas. Nas palavras da autora:

Nas recomendações da Igreja, os católicos não só poderiam como deveriam participar da 'vida coletiva', cumprir os seus deveres cívicos e também aderir aos partidos políticos, desde que, seus programas não hostilizassem nem condenassem os princípios fundamentais da Igreja e nem defendessem doutrinas que, de uma ou outra maneira, concorressem para a degeneração da pátria, da propriedade e da família. Em poucas palavras, desde que os seus programas não se aproximassem, nem de longe do comunismo. [...] 'os católicos, que compõem uma boa parte do eleitorado têm sobre os ombros a pesada responsabilidade de constituírem a corrente conservadora, que é aquela que mais fielmente encarna as tradições e as aspirações da nação.'¹⁶⁷

Lima ainda ressalta que os anos de 1930 foram marcados pela implantação de ditaduras fascistas na Europa, com destaque para a Itália e para a Alemanha. Na América Latina, alguns países que possuíam governos com caráter conservador reforçaram a perseguição aos comunistas. No Brasil, podemos fazer menção à repressão ao movimento

¹⁶⁶ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

¹⁶⁷ LIMA. 2000. op.cit. p.101.

conhecido como “Intentona Comunista”, realizado em novembro de 1935. O governo, respaldado pela Lei de Segurança Nacional, além de manter o PCB na ilegalidade ampliou as ações de coerção aos comunistas.

Para a historiadora Rosângela Aparecida Abreu, nas primeiras décadas do século XX o Estado direcionou investimentos na criação de órgãos repressores e em constantes investigações sobre indivíduos considerados subversivos. De acordo com a pesquisadora, além da conjuntura mundial, com destaque para o êxito da Revolução Russa, a preocupação também se voltava para a possível influência de trabalhadores que eram imigrantes estrangeiros e que já eram militantes comunistas.

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, houve o crescimento do processo migratório no país, muitos indivíduos fugiam das suas nações de origem – sobretudo italianos, alemães, poloneses e espanhóis – em função dos conflitos da Primeira Guerra Mundial. Em suas experiências antes da chegada ao Brasil, alguns destes imigrantes detinham conhecimento de ideologias como o fascismo, o anarquismo e o comunismo. Todavia, diante da eclosão de movimentos grevistas em todo o país, ao longo da década de 1920, a polícia política mineira dedicou maior atenção aos sujeitos com orientação comunista, por considera-los os principais responsáveis pelas greves. Ainda, nas palavras de Abreu:

Apesar de observarmos neste período grande preocupação por parte da polícia em relação ao perigo para a ordem social e política representado pela força dos ideais anarquistas nos movimentos operários o comunismo começava a ser motivo de especial atenção por parte desta mesma polícia. As greves dos operários, que se intensificaram a partir dos anos 1920 nos grandes centros urbano-industriais do país, eram identificadas pela polícia como movimentos sob a influência de ideologias estrangeiras perigosas à ordem política e social. As greves dos operários, que se intensificaram a partir dos anos 1920 nos grandes centros urbano-industriais do país, eram identificadas pela polícia como movimentos sob a influência de ideologias estrangeiras perigosas à ordem política e social¹⁶⁸.

No acervo do DOPS localizamos diversos materiais que foram apreendidos entre as décadas de 1920 a 1930 em residências e em núcleos do partido comunista existentes em várias cidades de Minas Gerais. Dentre eles, podemos fazer menção às circulares do partido, que foram distribuídas em todo estado. Uma dessas circulares trata da necessidade de organização dos comunistas, em 1935, para depor o governo Vargas, bem como críticas à Lei

¹⁶⁸ ABREU, Rosângela Pereira. **DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)** 2006. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006, p.30.

de Segurança Nacional¹⁶⁹. Criada em 1935, a Lei de Segurança Nacional definiu quais eram os considerados crimes contra a nação e quais as ações poderiam ser classificadas como subversivas, além de indicar as punições àqueles que descumprissem a Lei. Esta lei foi apelidada pelos comunistas de “Lei Monstro”, haja vista que eles foram um dos segmentos mais perseguidos. O fragmento exposto trata de uma das circulares que foram distribuídas, não somente em âmbito estadual, mas também nacional.

Circular URGENTE

A todos os comitês regionais e comitês locais

Camaradas:

O governo de Getúlio Vargas tomou todas as medidas para que a Lei Monstro seja aprovada o mais rápido possível. Com esta lei, Getúlio quer levar o auge a opressão feroz que já exerce sobre o proletariado e as massas populares do Brasil. A Lei Monstro vai converter o Brasil em vasto presídio, vai permitir e legalizar todos os crimes, todas as arbitrariedades. De todo o Brasil se levanta uma onda imensa de indignação contra os desmandos do governo e suas medidas de repressão. O Partido tomou parte das massas populares. É incontestável que à frente da luta contra a Lei Monstro está o partido proletariado arrastando parte da pequena burguesia das cidades e dos campos, vastas camadas populares.¹⁷⁰

Nele, o partido tece duras críticas às ações do Governo Vargas que, àquele período realizava crescente repressão, e, de certa maneira, antecipava a instalação do Estado Novo. A circular expressava a necessidade de união nacional contra o que os comunistas consideram como “desmandos do governo”. Como mencionamos anteriormente, a Lei de Segurança Nacional foi um mecanismo utilizado durante o Governo Vargas para reprimir indivíduos ligados às ideologias de esquerda. É pertinente pontuar que com o fracasso do Movimento Comunista de 1935, não apenas comunistas foram presos - dentre os quais Luís Carlos Prestes -, mas também trabalhadores e membros de sindicatos de todo o país. Antes de prosseguirmos com nossas análises, adiante apresentamos, a título de exemplo, um panfleto veiculado, em 1935, na cidade de Barbacena. Os dizeres do folheto convocam a população para participar da “união nacional” contra o imperialismo e contra o fascismo. Além disto, o panfleto convida diversos segmentos a conhecerem o programa do Partido Comunista e a discutir temáticas variadas.

¹⁶⁹ BRASIL, **Lei de Segurança Nacional**. Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 publicada durante a vigência do governo Vargas define crimes contra a ordem política e social. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

¹⁷⁰ “Sobre os Aimorés”. Pasta 4829. imagem 94, 1935, 21/03. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4829>>. Acesso em: 5 jan. 2014.



Figura 2 Panfleto distribuído pelo PCB

Fonte: Panfleto distribuído pelo PCB. Pasta 4505, Barbacena, imagem 18. 1935.
 Disponível em:
 <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4505&imagem=24> Acesso em 2015

Em relação às dificuldades de expansão do comunismo em solo mineiro, durante as primeiras décadas do século XX, o relatório "Ligeiras considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais" aponta a rarefeita organização operária em várias regiões do estado, em grande medida em razão da industrialização tardia em áreas como o Norte de Minas. Este fator retardou o processo de ampliação da militância entre os trabalhadores urbanos, pois este trabalho, muitas vezes, ficava restrito às cidades de médio e grande porte.

Para fazermos uma rápida comparação, basta citar algumas regiões que, historicamente, detiveram progresso industrial, como as regiões do Centro de Minas e da Zona da Mata. Estas já possuíam, desde o começo do século XX, a atuação do movimento operário, em grande medida encabeçado por imigrantes oriundos da Itália e da Alemanha. Essas também foram áreas pioneiras na instalação de núcleos do Partido Comunista ainda em meados dos anos 1920, e foram também as regiões em que o comunismo mais se fortaleceu no estado, assim como as regiões do Sul e do Triângulo Mineiro. Em contrapartida, regiões com rarefeito desenvolvimento industrial, a exemplo do Norte do estado, somente em 1951 experimentaram a criação de um Comitê do PCB, cuja sede, ficou localizada na cidade de Montes Claros.

Nesse sentido, o processo de consolidação do Partido Comunista em Minas Gerais foi paulatino, e ocorreu pioneiramente nas regiões de maior desenvolvimento econômico e industrial. Em sua dissertação, Pereira igualmente faz menção aos primeiros núcleos do partido que foram criados no estado. A autora convalida a hipótese de que as primeiras cidades a contar com instalação de sedes do partido estiveram situadas nas regiões próximas aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, regiões com maior desenvolvimento, com destaque para Juiz de Fora, Uberlândia e, posteriormente, para a capital do estado, Belo Horizonte. Para um partido que pregava como objetivo se tornar o representante da classe operária no país, dentre os critérios para instalação de seus núcleos e sedes, em boa medida, o desenvolvimento da localidade esteve presente. Afinal, cidades com maior quantitativo de empresas e indústrias também são as que possuem o maior número de trabalhadores.

Em relação aos anos de 1930, Pereira afirma que neste período a organização do PCB era deficitária, haja vista que muitos integrantes não tinham domínio dos mecanismos de funcionamento do partido. Dessa forma, havia desarticulação entre os núcleos, fator que prejudicava o pleno funcionamento e expansão para as várias regiões do estado.

Assim como Pereira, em nossa pesquisa também confirmamos estas informações a partir do exame dos materiais do PCB apreendidos pela polícia política¹⁷¹. Entre o período correspondente as décadas de 1930 a 1940, observamos a existência de núcleos do PCB em cidades com franco desempenho econômico voltado para a mineração, como São João Del Rei, Ouro Preto e Diamantina, para a autora:

O aliciamento nos meios operários se restringia a certos núcleos ferroviários da Central do Brasil, da Rede Mineira de Viação e da Leopoldina, além do

¹⁷¹ Dados disponíveis no fundo documental do Departamento de Ordem Política e Social. DOPS, Arquivo Público Mineiro.

que se fez na mina de Morro Velho e entre gráficos e jornalistas aglutinados na UTLJ (União dos Trabalhadores em Livros e Jornais).¹⁷²

Ainda nos anos de 1930 o Partido já começava a discutir sobre a possibilidade de ampliar sua área de atuação para as localidades em que era observado o crescimento do número de trabalhadores e cidades que tinham maior número de fábricas, empresas e indústrias. Uma carta elaborada pelo Comitê Central do PCB e destinada ao Comitê Regional de Juiz de Fora, no ano de 1930, o partido reflete, por exemplo, sobre a necessidade de mudança da sede regional do município da Zona da Mata para Belo Horizonte. No fragmento da carta podemos verificar, ainda, o interesse em organizar comitês por zonas em cada região do estado:

Há um equívoco dos camaradas a respeito deste [do Comitê Regional]. Anteriormente, como não havia nessa capital nenhum organismo do Partido e porque Juiz de Fora era uma Zona industrial havíamos resolvido localizar ali a sede da região mineira. Entretanto, depois verificamos que os companheiros daquela cidade estavam fracos para esta incumbência e isto iria de alguma forma prejudicar o nosso trabalho. Dahi resolvemos transferir para essa capital a sede da região e, neste sentido, lhes escrevemos e aos camaradas de Juiz de Fora. Depois disto recomendamos aos camaradas organizar ahi a Zona ou Zonas que forem necessárias, o que, de modo nenhum quer dizer que a sede da região não esteja localizada ahi. Como os camaradas sabem, além do C.R [comitê regional] é necessário organizar a ou as Zonas, que são constituídas das células de um ou mais bairros da cidade e, às vezes, de uma cidade, villa aldeia etc. Os camaradas em vez de pedir deverão enviar instruções para Juiz de Fora, e tanto isto é certo, que os camaradas desta última cidade enviaram para ahi as papeletas dos novos adherentes.¹⁷³

O fragmento exposto exemplifica a preocupação do PCB em expandir sua atuação em outras regiões do estado cujo desenvolvimento industrial era crescente. Todavia, neste ponto é preciso ressaltar que a expansão da atuação do PCB em Minas Gerais não esteve condicionada a mera existência de classes operárias nas cidades. Integrar suas ações junto às massas trabalhadoras urbanas era uma estratégia central para a ampliação das fileiras do partido, mas não foi a única. Os membros da agremiação também irradiaram suas ações em distintas áreas e segmentos, como no funcionalismo público, na imprensa, nas faculdades nas escolas e no meio rural¹⁷⁴. Todavia, o foco desta tese recai na identificação da inserção de

¹⁷² PEREIRA. 2007. op.cit. p.57.

¹⁷³ “Carta do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil ao Comitê Regional”. Rio de Janeiro, 18 jan. 1930. APM Fundo DOPS – Pasta 3834. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=3834>> Acesso em: janeiro de 2015.

¹⁷⁴ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

integrantes do PCB nos locais de maior concentração da classe trabalhadora, em especial nas indústrias, nas empresas e no comércio. Em entrevista Dimas Perrin¹⁷⁵, que foi membro do Partido Comunista e participou do processo de estruturação da agremiação no estado nas décadas de 1940 e 1950 citou as principais categorias profissionais em que o partido mais atuava e exercia influência no campo e na cidade:

Nós tínhamos influência aqui, num período mais recuado, era nos transportes urbanos, bondes, uma coisa que você não lembra. Um setor, antigamente, hoje se fala em metalúrgicos e nos rodoviários que decidem os movimentos, as greves. Naquele tempo era os bondes. Quando os bondes paravam, a cidade parava. Então nós tínhamos uma grande influência nos bondes. Nós tínhamos também influência nos tecelões. Construção civil tinha também. Marceneiros. Bondes, construção civil, tecelões, marceneiros, ferroviários. Ferroviários, o partido sempre teve muita força, os ferroviários. Nesses segmentos. Agora tínhamos no campo, Uberlândia, Uberaba, Canápolis, Capinópolis, nós tínhamos grande força. Chegamos até a realizar um Congresso em Capinópolis, não sei se em 48 ou 49, em que nós pretendíamos iniciar o movimento armado lá.¹⁷⁶

Paulatinamente, sobretudo a partir dos anos 1940 os comunistas expandiram o aparato partidário para áreas que detinham significativo desenvolvimento econômico ligado ao processamento de minério, como as cidades de Conselheiro Lafaiete e Nova Lima. Ademais, em consulta aos registros, identificamos que houve atuação de comunistas em localidades que detinham indústrias têxteis, dentre elas, podemos citar as cidades de Itabira e de Itabirito. Sobre este aspecto, os pecebistas concentravam em maior medida o interesse em constituir agremiações em localidades com maior contingente de trabalhadores.

Ao desenvolver pesquisas sobre desenvolvimento demográfico no estado de Minas Gerais, os economistas Fausto Brito e Cláudia Júlia G. Horta explicitaram que entre a década de 1940 e a de 1960, em razão dos investimentos econômicos voltados para a industrialização, sobretudo, na região central do estado, houve progressivo crescimento da população que residia no perímetro urbano. Na década de 1940, Minas tinha 6.743.416 habitantes, destes, cerca de 25% residiam no perímetro urbano. Em 1950 essa taxa subiu para 30%, o que significa um crescimento anual de 3,21%¹⁷⁷. Durante a vigência do programa do governador do estado de Minas, Juscelino Kubitschek (1951 a 1955), a meta para desenvolvimento econômico

¹⁷⁵ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p.16, 1995. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

¹⁷⁶ PERRIN. 1995. op.cit. p.16.

¹⁷⁷ BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. **Minas Gerais: Crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da região**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002. Diamantina. Sessão Temática XIII – Mobilidade Espacial e Urbanização. **Anais...** Diamantina: CEDEPLAR/UFMG. Disponível em: <<http://www.cedeplar.face.ufmg.br/diamantina2002/textos/D56.PDF>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

pautada no binômio “energia e transportes” possibilitou a expansão das áreas de siderurgia, metalurgia e indústria.

De acordo com o Otávio Soares Dulci, a estratégia de desenvolvimento econômico adotada no período esteve circunscrita à aplicação de recursos estatais na realização de obras de infraestrutura, especialmente nos setores de energia e transporte. A finalidade era a de incentivar a instalação de parques industriais em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico do estado¹⁷⁸. No decurso do seu estudo, Dulci ainda analisa as relações entre estado, elite empresarial e industrial na constituição de um projeto que recuperação e modernização da economia mineira. O autor avalia o papel dos projetos dos governadores Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek (1951-1955) para compreender a importância do papel do estado na dinâmica de implementação do desenvolvimento industrial de Minas. Muito embora fuja do escopo da proposta desta pesquisa analisar o perfil da economia mineira entre os anos de 1945 a 1964, é pertinente compreender que o modelo de desenvolvimento econômico adotado contribuiu para o aumento do fluxo migratório para as regiões em que havia oportunidades de trabalho. Brito e Horta corroboram desta análise ao apresentar os seguintes dados:

Nos anos 50, Minas teve a maior taxa de crescimento populacional da sua história, 2,39% ao ano, assim mesmo menor do que a do Brasil, 3,04%, que também bateu todos os recordes. A combinação de um alto crescimento vegetativo com a intensificação da migração rural-urbana (a população rural cresceu apenas 0,98% ao ano), fez com que as cidades mineiras crescessem a uma taxa média anual de 5,49%.¹⁷⁹

Em meio ao processo de desenvolvimento econômico do estado e crescimento da classe trabalhadora urbana, o PCB realizou nas décadas de 1940 e de 1950 importantes mudanças na linha política e tática do partido com o intuito de participar ativamente nos movimentos dos trabalhadores. Neste período inicial encontramos indícios de indivíduos em várias cidades mineiras integrados no meio operário que já tinham contato com a ideologia comunista. Mesmo que de modo rarefeito e pulverizado em algumas cidades do estado, não podemos desconsiderar o trabalho desenvolvido pelos pioneiros pecebistas, bem como suas experiências. Ademais, nesse período, Juiz de Fora, Uberlândia e Belo Horizonte já contavam com comitês e com filiados em constante trabalho de militância.¹⁸⁰

¹⁷⁸ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

¹⁷⁹ BRITO.; HORTA. 2002. op.cit. p.4.

¹⁸⁰ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <http://www.memorias_reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/ X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Em documento elaborado em 1945 que trata dos informes e resoluções do PCB mineiro, após fazer uma análise das necessidades da agremiação para efetuar a expansão entre os trabalhadores urbanos, o texto apresenta as recomendações sobre como o trabalho no interior dos sindicatos deveria ser desenvolvido. No documento em questão, a orientação especifica a necessidade de o militante não apenas estar presente no sindicato, mas de participar ativamente das reuniões, além disso, trata da importância da criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores/MUT, órgão intersindical de envergadura nacional que foi criado em 1945, conforme apresentamos no fragmento relativo ao Pleno do Comitê, a seguir:

Todos os comunistas aos sindicatos

Esta é mais uma palavra de ordem do Partido: todos os comunistas devem estar dentro de seus sindicatos, não só como espectadores, mas como os mais participantes, primando pela assiduidade às reuniões, pela parte saliente nas resoluções, discutindo e levantando problemas que signifiquem o que há de mais sentido entre os trabalhadores. Esclarecendo que só da união de todos poderá resultar a vitória. Procurar formar comitês pró-sindicalização em todos os setores onde houver grande número de operários, levando-os para os sindicatos e esclarecendo-os sobre a necessidade de se organizarem, tudo sem sectarismo. É preciso não esquecer que foi o sectarismo dos comunistas que fez com que perdessem a liderança do movimento trabalhista no Estado. É preciso intensificar o desenvolvimento do MUT, pois foi através do MUT que pela primeira vez na história do proletariado brasileiro o Brasil se fez representar no Congresso Mundial Sindical realizado em Paris. Essa tarefa pertence aos Comitês Municipais e às células que deverão organizar secretariados sindicais a fim de evitar as debilidades já observadas em Minas, até marchar para a Federação dos Trabalhadores.¹⁸¹

Durante as pesquisas ao acervo do DOPS mineiro, identificamos a existência de vários registros de indivíduos presos devido à ligação com o comunismo na década de 1930. A trajetória do PCB em Minas Gerais foi acompanhada de monitoramento e repressão. Esta foi a situação vivenciada pelo militante Oscar Vieira, preso pela Delegacia de Ordem Pública, na cidade de Aymorés, em 1935, por atuar em prol do partido em sua cidade.¹⁸² Também, podemos fazer menção aos comunistas Antônio Abrantes da Silva, Miguel Timotheo, José Victorino Gouvêa e Maria Anitta, residentes em Barbacena. Em 1931 todos estes foram

¹⁸¹ “Pleno do Comitê Estadual de Minas Gerais. Informes e Resoluções”. Secretaria de Divulgação do Comitê Estadual. Belo Horizonte, 1945, p.05. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0190&imagem=914> Acesso em: janeiro de 2016

¹⁸² “Comunismo”. Pasta 4821, imagem 07. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Conteúdo disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4821>> Acesso em: outubro de 2014.

investigados devido à apreensão de material referente às instruções sobre as ações que o PCB deveria executar na cidade e que estavam em posse deles.¹⁸³

Muitos comunistas de Juiz de Fora, de igual maneira, foram alvo de intenso monitoramento e repressão quando do início das ações da agremiação na cidade, na década de 1930. São várias as pastas do acervo do DOPS¹⁸⁴ que contêm relatórios de monitoramento, listas de suspeitos investigados e autos de apreensão realizados em Juiz de Fora por vários órgãos de investigação e repressão, como pela Polícia Civil e pela Delegacia de Ordem Pública. Este é o caso de Argemiro Alves da Silva, Sebastião Silva Primeiro e Idelfonso Cunha, que foram indiciados por roubo em 1937, mas, em ofício encaminhado ao Chefe do Serviço de Informações de Belo Horizonte, são acusados de comunismo.¹⁸⁵ Na seção seguinte analisaremos o processo de formação da orgânica do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais a fim de entender como a organização da agremiação, bem como seus membros, articularam suas ações junto às classes trabalhadoras urbanas.

2.2 Um partido em transformação: As mudanças na estrutura orgânica do PCB nas décadas de 1945 a 1960

A historiadora Dulce Pandolfi afirma que durante os anos 30 e, de maneira mais intensa no período da Ditadura de Vargas (1937-1945), o PCB quase foi suprimido em razão da forte repressão política a que esteve sujeito. Somente a partir de 1945, quando obteve a legalidade política, foi que o partido alcançou projeção em âmbito nacional e conseguiu consolidar-se enquanto uma organização de massas. Neste período, uma figura se destacou na constituição do PCB e enquanto um ator significativo no cenário político partidário brasileiro. Não é possível falar da trajetória dos comunistas no Brasil sem fazer menção à presença e influência de Luís Carlos Prestes. A influência de Luís Carlos Prestes em Minas Gerais foi relevante, tanto para a constituição do partido nos anos 1940, quanto para a adesão de novos

¹⁸³ “Comunismo em Barbacena”. Pasta 4505, imagem 35. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4505> > Acesso em: outubro de 2014.

¹⁸⁴ Informações disponíveis no fundo documental do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?conteudo=comunismo&conteudo_tp=1&local=&dt_tipo=ini&dt_mes=&dt_ano=&pasta=&descriptor=&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUIREST=d31e24a208f710a3a975c3dd6e0c64eb > Acesso em: outubro de 2014.

¹⁸⁵ “Comunismo”. Pasta 1787, imagem 6. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=1787> > Acesso em: outubro de 2014.

adeptos à facção na capital e no interior. A sua imagem foi difundida através do material de propaganda e instrução utilizado pelos dirigentes estaduais em Minas Gerais.

Em seus estudos, a historiadora Anita Leocádia Prestes¹⁸⁶ problematiza o uso do chamado “mito Prestes”. O culto à figura de Prestes teria sido utilizado para influenciar novos militantes e para alçar o prestígio do partido em deter uma figura de destaque no cenário nacional. Para a historiadora, não devemos compreender o "mito Prestes" apenas sob a perspectiva da sua intensa atuação na Coluna Prestes, do qual trataremos adiante, mas também pela sua participação na Aliança Nacional Libertadora/ANL e pelo seu comportamento intrépido durante os nove anos de prisão, entre os anos de 1936 a 1943. Ainda, para autora, é preciso entender o chamado "mito" sob uma perspectiva ampla, isto é, como parte de um fenômeno presente em vários partidos comunistas que seguiram o modelo soviético.

Dessa forma, Anita Prestes afirma que não entende a concepção do "mito" na perspectiva comumente abordada pela historiografia, de que o PCB objetivava a construção de um partido de cunho totalitário com vistas à uniformização dos seus militantes. Essa concepção foi defendida pela historiadora Bereni Cavalcanti¹⁸⁷ segundo a qual Prestes foi um indivíduo importante para a constituição do PCB, pois através da sua figura almejava-se a construção de uma organização cuja identidade do líder deveria ser centrada em sua imagem. Dessa forma, cabia aos militantes seguir o líder em suas ações e decisões. Para Cavalcanti, o tratamento que Prestes recebeu após a sua saída da prisão e, mesmo anteriormente, ao tomar posse como secretário geral do partido, no período que ainda estava no cárcere, consolidou a sua imagem como "mística de um homem excepcional, insuspeitável, criando-se uma situação única, que não fora vivida por nenhum outro ocupante daquele cargo."¹⁸⁸ Anita Prestes não compartilha dessa perspectiva, e afirma que a conjuntura brasileira não pode ser comparada como semelhante às experiências do totalitarismo adotado por Josef Stalin na União Soviética. Isso porque, ao contrário do comunismo de Moscou, o PCB não estava no poder e, nem tão pouco Luís Carlos Prestes presidia o país. Dessa forma, de acordo com a historiadora, para entender o culto em torno da figura de Prestes é necessário, a priori, ponderar a respeito das especificidades da conjuntura brasileira. Para isso, Anita L. Prestes destaca vários fatores presentes na realidade nacional que contribuíram para a formação de Prestes enquanto figura expoente do PCB. Em suas palavras:

¹⁸⁶ PRESTES. 2010. op.cit.

¹⁸⁷ CALVACANTI, Berenice. **Certezas e ilusões:** os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFF, 1986. (Tempo brasileiro).

¹⁸⁸ CALVACANTI. 1986. op.cit. p.180.

Em nosso país, existiam as condições propícias para a criação do "mito Prestes". A miséria em que vegetava grande parte da população, o analfabetismo e o atraso cultural presentes no Brasil e, principalmente, a tradicional marginalização de numerosos setores populares de uma participação política efetiva na definição dos destinos da Nação - aspecto para o qual a representação policial desempenhou sempre papel importante - condicionariam, em grande medida, o aparecimento de lideranças messiânicas e/ou "salvadores da pátria".¹⁸⁹

Em razão dos objetivos propostos pela nossa pesquisa, não iremos nos ater de modo arraigado ao exame da figura de Luís Carlos Prestes, muito embora, reconhecamos a sua inevitável presença em pesquisas que detém como objetivo de estudo o Partido Comunista Brasileiro. Todavia, compartilhamos da concepção de Anita L. Prestes, segundo a qual é importante elencar não apenas um único fator como o responsável para a constituição do *status* de mito. É preciso, pois considerar a complexidade de aspectos que coadunaram na formação de uma figura, cuja função foi além das ações políticas gerais, mas também para a dinâmica da militância e atuação dos membros na seara cotidiana da agremiação. Em virtude desse aspecto, consideramos que o "mito Prestes" deve ser entendido de modo complexo, respeitando os condicionantes nacionais. Do mesmo modo, não podemos deixar de mencionar os interesses presentes no interior do partido em constituir uma figura que pudesse representar os anseios de transformação da sociedade. Nesse sentido, trataremos nas linhas adiante, mesmo que de modo sucinto, da figura de Luís Carlos Prestes. O nosso objetivo com a seção adiante será apresentar quem foi este personagem para delinear a influência dele para a dinâmica de formação de militantes nas pioneiras experiências do PCB mineiro.

2.2.1 As contribuições de Luís Carlos Prestes para a formação do PCB em Minas Gerais

Filho de um capitão do exército e de uma professora, Luiz Carlos Prestes estudou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e chegou à patente de Segundo Tenente. O seu envolvimento com a política teve início nos anos de 1920, quando procurou combater as ingerências da Primeira República (1889-1930), em especial as lideranças oligárquicas.

Em defesa dos seus objetivos, entre os anos de 1925 e 1927, Prestes se uniu a militares paulistas com o intuito de estabelecer oposição armada ao governo. Este movimento, que ficou conhecido como "Coluna Prestes", iniciou o seu percurso no Rio Grande do Sul e alcançou 13 estados. A iniciativa contou com a participação de vários militares que

¹⁸⁹ PRESTES. 2010. op.cit. p.32.

coadunavam dos mesmos ideais. Os integrantes da "Coluna Prestes" percorreram cerca de 25 mil quilômetros no interior do Brasil com o intuito de expor críticas com relação ao governo de Artur Bernardes. Devido a sua participação no movimento, Prestes ficou conhecido como o "Cavaleiro da Esperança".

Com o fim da Coluna, alguns membros, dentre os quais o próprio Prestes, foram para a Bolívia à procura de asilo. Posteriormente, Prestes passou a residir na Argentina, onde se dedicou as leituras marxistas-leninistas. No começo dos anos de 1930 viajou para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS e retornou ao Brasil apenas em 1934. No período em que residiu na URSS casou-se com a Olga Benário, integrante do Partido Comunista Alemão. Olga era uma agente da URSS e havia sido designada pela Internacional Comunista a missão de escoltar e proteger Luís Carlos Prestes. Ela se disfarçou de esposa de Prestes durante as viagens que ambos fizeram pelo Brasil e em países Europeus. Devido à convivência ambos se apaixonaram e o casamento tornou-se real.

No Brasil, Prestes participou da criação da Aliança Nacional Libertadora/ANL, que dentre as prerrogativas, defendia o combate ao fascismo, à nacionalização das empresas estrangeiras e o não pagamento da dívida externa. As várias revoltas encabeçadas pelos membros do PCB e militares simpatizantes da ANL que objetivavam a destituição de Getúlio Vargas do poder, realizadas em 1935, ficaram conhecidas como "Intentona Comunista". Com o fracasso do golpe, Prestes foi preso e Olga entregue à Polícia Política da Alemanha Nazista. Olga foi executada em 1942, em um campo de concentração.

Na década de 1940, devido a pressões políticas, o presidente Getúlio Vargas teve que realizar algumas ações. Cabe ressaltar que, neste contexto, o Brasil vivenciava o regime ditatorial de Vargas, que vigorou entre os anos de 1937 e 1945. A pressão para o fim da ditadura imputou na tomada de decisões importantes pelo presidente, dentre as quais: convocar eleições presidenciais, anistiar os presos políticos e conceder liberdade para que os partidos que haviam sido cassados pudessem participar das eleições de 1945. Ainda na prisão, em 1943 Prestes foi nomeado Secretário Geral do PCB, no entanto, graças à anistia, pôde deixar o cárcere e participar do pleito eleitoral de 1945. Com a legalidade política obtida pelo PCB, elegeu-se como o primeiro senador comunista do país, em 1945.

Após ser eleito secretário geral do partido, cargo central na estrutura do PCB, Prestes permaneceu nesta função até o ano de 1978. Pandolfi assevera que os 35 anos em que Prestes permaneceu no principal cargo do PCB possibilitaram a sua transformação em um personagem com forte prestígio popular, não apenas entre os comunistas, mas entre a própria população brasileira de modo geral. Ele havia ficado durante nove anos na prisão, mas se

manteve firme em suas convicções durante esse período. A trajetória pessoal e a política de Prestes se fundiram de tal modo que mesmo aqueles que não faziam parte do PCB o admiravam.

A imagem de Prestes esteve metodicamente vinculada à própria história do partido. Ao examinarmos entrevistas realizadas com militantes pecebistas, Prestes é citado como um indivíduo que, dada a sua trajetória política e pessoal, foi importante influência para os membros do partido. O comunista Anélio Marques, por exemplo, que era membro do PCB no período em que Prestes se tornava referência para os militantes, ressaltou a sua relação com o partido:

Bom, Luiz Carlos Prestes, sabemos que é um brasileiro que faz hoje parte da história do nosso país, não é? Isso, não tenha dúvida. A marcha da Coluna Prestes consta na história do nosso país, como um marco de bravura e um espírito de brasilidade. Então, a influência dele no movimento só poderia ter sido grande, porque ele não foi um fundador do Partido Comunista brasileiro, mas nessa marcha, nessa coisa toda, ele deve ter sentido e assimilado a teoria marxista, o papel do Partido. E ingressou no Partido. E ele teve um papel de liderança, pela posição dele, como brasileiro, como oficial do exército, como homem que comandou a Coluna Prestes. Quer dizer, a influência da pessoa dele foi muito grande.¹⁹⁰

Em outros depoimentos, ex-militantes do PCB enfatizaram o papel de liderança que Prestes exerceu, muito embora também sejam encontradas críticas à sua ausência na atuação como secretário geral. Sobre estes aspectos, temos o fragmento do ex-militante Cristovão Mourão:

Prestes era respeitado. Ainda é. Tinha a delegação da Bolívia, do Peru, que o cara era índio, camponês, índio lá é camponês. E ele me contando que ele conheceu... que ele entrou para o Partido por intermédio do livro que chama Cavaleiro da Esperança. É interessante. Então ele contando que não era só ele não. A maioria dos comunistas da Bolívia, do Peru, foi por causa do livro do Jorge Amado. Eles tinham o Prestes como figura suprema, quase um mito. O Prestes era sectário demais. No tempo que eu tive lá ele foi lá umas quatro vezes. Ele ia visitar, tinha uma sala, chegava, a gente era comunicado, ia para lá, cumprimentava, cada um cumprimentava, falava do Estado que era.¹⁹¹

¹⁹⁰ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 03. p. 7, 1991. Arquivo Disponível em : <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

¹⁹¹ MOURÃO, Cristovão. **Entrevistas realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 03, p.7, 1990. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos/Cristovam-Mourao>>. Acesso em: 18 out. 2015.

De acordo com o fragmento anterior, Cristovão Mourão afirma que "Prestes era sectário demais". De acordo com Anita Leocádia Prestes, a crítica em torno da ausência ou superficialidade quanto à participação de Prestes nas ações cotidianas entre os militantes tem uma explicação. Um dos fundadores do partido, Diógenes Arruda Câmara foi um dos principais responsáveis por alavancar a ideia de tornar Prestes um ícone da agremiação. No entanto, para a autora, Arruda integrou Prestes em um cargo administrativo da organização no intuito de controlar a formação do "Mito Prestes". Dessa forma, Arruda pôde manter seu controle sob o funcionamento do partido e, ao mesmo tempo, usufruir do carisma e prestígio que a figura de Prestes exercia sobre os militantes. Em virtude desse aspecto, não são raras as reclamações dos militantes quanto à ausência física da figura que era fortemente utilizada no cotidiano para respaldar e fortalecer a agremiação. Na maioria das vezes Prestes era visto em eventos públicos, ocasiões em que seus discursos eram aclamados.

Os dirigentes do PCB procuraram não apenas reforçar esta imagem mítica, mas também consolidá-la como uma insígnia de um novo líder, atrelado à própria estrutura da agremiação. Assim foi de tal modo que Prestes passou a representar a "esperança", não somente para o PCB, mas, fundamentalmente, para os trabalhadores da nação. Esta perspectiva está atrelada ao interesse internacional em consolidar no Brasil uma figura que pudesse realizar a revolução social. Este é um fenômeno característico das experiências dos partidos comunistas conforme analisa Pandolfi:

É importante frisar que a ascensão de Prestes na estrutura partidária se deu durante o período de excelência do modelo comunista. Na década de 40, o fenômeno do culto à personalidade perpassava os diversos partidos comunistas do mundo. Ao analisar os mecanismos que propiciaram a fabricação do carisma de Stalin, Bronislaw Baczko explora o papel exercido pelo marxismo, considerado "a única doutrina capaz de decifrar o sentido e a marcha da História. [...] No processo de construção do culto à personalidade, Prestes era tratado como o dirigente mais capaz, o melhor conhecedor da doutrina marxista. Por isso, poder ler na história aquilo que os pobres mortais não conseguiam perceber.¹⁹²

Enquanto o PCB esteve na legalidade, de 1945 a 1947, Prestes obteve a primazia na divulgação das ações comunistas entre os brasileiros. Seja em reuniões realizadas internamente pelo partido, seja durante as manifestações públicas, ele ocupou a função de porta voz. As ocasiões de sua aparição foram propícias ao fortalecimento e consolidação do "culto" à sua personalidade. Todavia, Anita Leocádia Prestes afirma que o retorno à legalidade política do PCB trouxe dificuldades para gerir o partido, do qual Prestes se viu na

¹⁹² PANDOLFI. 1995. op.cit. p.132.

incumbência de traçar estratégias que pudessem solucioná-las. No período em que esteve na ilegalidade o PCB perdeu muitos membros. Todavia, ao se encaixar novamente na seara política, a estrutura partidária não estava preparada para o desenvolvimento dos trabalhos, por exemplo, de propaganda e arregimentar novos de modo efetivo. De acordo com Anita Leocádia Prestes, em pouco mais de dois anos de legalidade o PCB experimentou um intenso crescimento, atingiu cerca de 200 mil filiados.¹⁹³ Dessa forma, a estrutura partidária viu-se diante de um desafio, constituir uma política organizacional que pudesse coordenar esse aumento de filiados e, ao mesmo tempo, progredir na atuação e articulação entre os trabalhadores. Em Minas Gerais, a figura de Prestes foi igualmente utilizada como exemplo a ser seguido pelos militantes.

Ao analisar a atuação do Partido Comunista nos espaços públicos na cidade de Belo Horizonte, Pereira cita a importância dos discursos de Prestes, que eram transmitidos via rádio. Para exemplificar, a autora cita a transmissão do primeiro discurso feito por Prestes após ele ter obtido a anistia, em 1946. O comício foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, mas vários militantes da capital mineira organizaram caravanas para representar o PCB de Minas Gerais. Aqueles que não participaram da caravana puderam acompanhar o discurso em várias ruas da cidade, pois os militantes nas sedes dos comitês e das células convocaram os membros para participarem do evento. Conforme Pereira: “foram promovidas pequenas assembleias preparatórias em bairros populares da cidade como Cachoeirinha, Horto Florestal e Renascença. A população era convocada a se reunir para ouvir o líder “que se entregou, desde a mocidade, à causa do povo”¹⁹⁴. Recém saído da prisão, Prestes passou a ser visto como o “herói” comunista.

Farta parcela da historiografia descreve as aparições de Prestes nas grandes cidades do país, como no Rio de Janeiro e em São Paulo. No entanto, o secretário geral e Senador pelo PCB realizou várias visitas, tanto à capital mineira, quanto a cidades do interior do estado. Nesse período da história política brasileira era comum a realização de comícios, mesmo que não houvesse pleito eleitoral. As ocasiões em que Prestes esteve em Minas Gerais tiveram como objetivos a realização de comícios e homenagens públicas a ele.¹⁹⁵

Os comícios eram ocasiões importantes para o estreitamento dos laços entre militantes e representantes, bem como para divulgação das propostas do partido. Apesar de estar na legalidade, em Minas Gerais o PCB teve suas ações constantemente monitoradas por

¹⁹³ PRESTES. 2011. op.cit.

¹⁹⁴ PEREIRA. 2007. op.cit. p.70.

¹⁹⁵ PEREIRA. 2007. op.cit.

diversas instâncias da segurança estadual. Em virtude desse aspecto, a realização dos comícios ou manifestações públicas dependia de autorização oficial da prefeitura. Como dissemos, Luiz Carlos Prestes visitou várias cidades mineiras, como, por exemplo, Uberlândia, Belo Horizonte e Barbacena, durante o período da legalidade do PCB. Em uma dessas visitas foi feita vigilância pelos segmentos especializados do estado. Em consulta ao acervo do DOPS, um telegrama chama a atenção. O presidente do PSD, Luiz Mamede, enviou, em julho de 1946, telegramas ao gabinete do Interventor Federal do Estado de Minas, João Geral Juvenal, com o intuito de solicitar um Delegado Militar para prestar vigilância ao comício que seria realizado pela Liga Camponesa na sede de Canápolis, onde estava prevista a presença de Prestes.

Gabinete do Interventor Federal do Estado de Minas
Uberlândia,

Recebido em: 31/7/1946

Excelentíssimo Interventor Dr. João Geraldo,

Belo Horizonte

Constando que Luiz Carlos Prestes venha à Canápolis neste município no dia 06 de agosto convite liga camponesa fazer comício comunista julgamos conveniente a vinda do Delegado Militar a fim manter a ordem verificar legalidade da referida liga.

sds

Juvenal Luiz Mamede Presidente do PSD

Leoni Dutra Alvim 1º Secretário

[Recebido em: 3/Ago/1946]

Opino que se radiográfe ao Delegado Regional de Uberlândia, recomendado seja impedida a realização do comício comunista em Canápolis, de vez que tais manifestações partidárias só podem ter lugar em recinto fechado.

Pedro Delgado (escrivão)¹⁹⁶

05/07/1946

Exmo. Dr. Pimenta da Veiga

Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais

As células do Partido Comunista do Brasil do bairro do Horto veem, por meio deste, levar a conhecimento de V. Excia que farão realizar no dia 13, às 20 horas no final da linha de bondes um comício de apoio e solidariedade às declarações do Senador Luiz Carlos Prestes na Assembleia Nacional Constituinte.

Saudações democráticas,

P. Ferreira,

Comitê Municipal de Belo Horizonte.¹⁹⁷

¹⁹⁶ “Uberlândia”. Pasta 5054, imagem 38. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5054> > Acesso em: setembro de 2014.

¹⁹⁷ “Barbacena”. Pasta 4905, imagem 53. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4905> > Acesso em: setembro de 2014.

Em seu estudo, Lima afirma que após o retorno à legalidade política, várias ações foram impetradas pelo PCB no sentido ampliar o número de militantes no interior do estado. Dentre as ações, a realização de comícios foi uma estratégia rotineira com o objetivo de convocar a participação de trabalhadores para atuar no partido. De acordo com a autora, Prestes visitou a região do triângulo mineiro, todavia, em 1945 membros do partido se mobilizaram para que os comícios proferidos por ele em São Paulo e Rio de Janeiro fossem ouvidos pelos integrantes do partido e pela população da região. Esta prática não foi exclusiva dos mineiros, para Silva esta ação foi realizada em várias localidades do país:

No decurso das campanhas eleitorais, muitas cidades brasileiras prepararam-se para no mesmo dia e hora dos comícios de Prestes, manifestar homenagens ao líder e ao "Partido do Povo". No Triângulo e no Sudoeste Goiano, os comunistas mobilizaram os esforços para que grande parte da população pudesse ouvir o que Prestes tinha a lhes dizer, por meio da realização de comícios locais e da retransmissão de seus discursos pelos - serviços de alto-falantes instalados em frente às estações de rádio e em outros lugares, como aconteceu em Uberlândia.¹⁹⁸

Em entrevistas com indivíduos que foram membros do PCB mineiro, entre os anos de 1940 a 1950, não é difícil identificar menções à relevância de Prestes para a decisão de, inclusive, em permanecer no partido. Na entrevista realizada com o pecebista Dimas Perrin, ele faz menção à ocasião em que ouviu um dos discursos de Prestes, quando esteve em Belo Horizonte: "Porque o Prestes veio aqui para Belo Horizonte, fez uns discursos aqui, não é, e eu ouvi os discursos dele e falei: - Ah. Essa é a minha mesmo. Não tem jeito não. E acabei por aderir aquele negócio."¹⁹⁹

De maneira análoga à pesquisa de Silva, a de Pereira também analisa que o culto à personalidade de Prestes foi um instrumento significativo para angariar maior número de adeptos na capital mineira no período em que o PCB desfrutou da legalidade política. Mesmo quando não pôde estar presente em Belo Horizonte, a sua imagem foi bastante difundida mediante o uso de fotografias nas sedes do partido, em comícios transmitidos via rádio e através dos materiais de propaganda que detinham sua imagem e nome. Em nossa pesquisa no acervo do DOPS, nos deparamos com fichas de recrutamento utilizadas para adesão de militantes às células do partido instaladas na cidade de Caeté. Com o título: "Recrutamento Luiz Carlos Prestes", a ficha solicita que o futuro militante fornecesse informações como, por

¹⁹⁸ LIMA. 2000. op.cit. p.165.

¹⁹⁹ PERRIN. 1995. op.cit. p.21.

exemplo, o nome, o endereço residencial, a atuação profissional, o local de trabalho e o valor do salário recebido.

Embora não seja o objetivo da tese analisar a figura de Prestes, consideramos significativo demonstrar a relevância do uso de sua imagem no cenário estadual, em especial no período em que o PCB operou na legalidade, entre os anos de 1945 e 1947. Nas imagens a seguir, que finalizam esta seção, apresentamos duas fichas de recrutamento que aludimos. Uma ficha em nome de Antônio Vieira, contador e, de Sylvio Goyats, datilógrafo, ambos trabalhadores da Companhia de Ferro Brasileira.

ENTRE PARA O Partido Comunista do Brasil

"RECRUTAMENTO LUIZ CARLOS PRESTES"

NOME Antônio Vieira
 RESIDENCIA João grande
 BAIRRO -
 PROFISSÃO contador
 LOCAL DE TRABALHO Ca Ferro Brasileira S.A
 SALÁRIO R\$ 1050,00 - 100% de comissão em
 CONTRIBUIÇÃO 100,00 - 100% em
 IDENTIDADE Carteira Prof. 100
 NASCIDO EM Juiz de Fora NO DIA 27 DE maio DE 1923
 Est. CIVIL solteiro CELULA 'Lindantes'
 ASSINATURA Antônio Vieira
 PROPONENTE José Gonçalves dos Santos Junior
 DATA 3 de Abril de 1946

ENTRE PARA O Partido Comunista do Brasil

"RECRUTAMENTO LUIZ CARLOS PRESTES"

NOME Sylvio Goyats
 RESIDENCIA Caeté
 BAIRRO João Bonifácio
 PROFISSÃO Datilografista
 LOCAL DE TRABALHO Ca Ferro Brasileira S.A
 SALÁRIO 600,00 - 100% de comissão
 CONTRIBUIÇÃO 6,00 - 100% de comissão
 IDENTIDADE Carteira de Residência
 NASCIDO EM Caeté NO DIA 10 DE maio DE 1917
 Est. CIVIL solteiro CELULA Vários de 1946
 ASSINATURA Sylvio Goyats
 PROPONENTE José Gonçalves dos Santos Junior
 DATA 02 de Janeiro - 1946

O PARTIDO COMUNISTA é o Partido da Classe Operaria e do Povo

Figura 3 Ficha de cadastro do filiado ao PCB

Fonte: "Ficha de recrutamento distribuída em Caeté". Pasta 4527, imagem 55 e 47. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4527 > acesso em jan 2015.

2.2.2 As transformações na estrutura orgânica do PCB

A partir de 1945, o Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais vivenciou uma série de mudanças em sua estrutura orgânica que interferiram, inclusive, na redefinição da linha adotada nos anos de 1950. Como indicamos na introdução deste capítulo, as fontes consultadas para o desenvolvimento das análises sobre a constituição do PCB em Minas Gerais são provenientes dos acervos "Coleção Informante do Regime Militar", disponíveis no Arquivo Nacional, e de documentos do DOPS que estão sob a custódia do Arquivo Público Mineiro/APM. Ambos os acervos contêm ricos materiais que foram apreendidos em sedes do PCB pelos agentes da Polícia Política durante o período de 1927 a 1982.

Embora a documentação sobre a organização do PCB nas várias regiões do estado esteja fragmentada e dispersa em centenas de pastas, foi possível identificar as alterações centrais efetuadas na estrutura da agremiação durante o período de 1945 a 1960, e que influenciaram nos rumos da atuação do partido junto à classe trabalhadora. Ademais, no intuito de ampliar nosso olhar a respeito do funcionamento da estrutura orgânica do PCB, utilizamos entrevistas realizadas com membros do partido que atuaram no contexto analisado por este estudo. A memória, isto é, a reconstituição psíquica do passado daqueles que conduziram cotidianamente o trabalho na agremiação, nos oportunizou uma visão para além das informações produzidas pelas apreensões produzidas pelos agentes do sistema repressivo.

Portanto, as memórias foram úteis, já que registros relacionados à criação de sedes do PCB antes de 1945 são precários. A maioria dos dados identificados sobre momento anterior a este período são provenientes de investigações efetuadas pelos agentes do DOPS. Reiteramos que, embora sejam informações elaboradas por aqueles que tiveram como meta monitorar e coibir, enquanto pesquisadores não é possível desconsiderá-los, pois são fragmentos pertinentes para que possamos ter indícios sobre como era o funcionamento do partido. Assim, tentaremos articular as informações emitidas pelos membros do partido com os dados documentados pelos agentes, e também registros dos membros do PCB apreendidos em suas sedes.

Pelo cruzamento de informações, foi possível identificar que uma maior intensidade no que se refere à criação de organizações de base e sedes partidárias somente foi possível identificar em Minas Gerais a partir da legalização do PCB, em 1945. Antes deste período, as fontes consultadas indicam a criação de sedes da agremiação preferencialmente em cidades de maior porte, como por exemplo, em Uberlândia, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena e

Nova Lima. Contudo, foi somente quando ocorreu a legalização política que o PCB consolidou uma estrutura com maior consistência em Minas.

Em documento elaborado pela polícia política, intitulado: "Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais" o agente informa que a partir de 1945 foram definidas sedes do PCB em nove regiões do estado. De acordo com o referido documento, as regiões mineiras selecionadas para desenvolvimento das ações do partido foram denominadas como "Zonas" essenciais para o estabelecimento da hierarquia da agremiação e das estratégias de propaganda e orientação política. A escolha de cada cidade teve como mote dois fatores basilares: o primeiro, relativo às condições estratégicas, como a seleção por municípios que já possuíam maior número de simpatizantes e adeptos, e, em segundo, pela projeção econômica e industrial. Cidades cujo desenvolvimento industrial era mais intenso, tiveram prioridade na instalação de Zonas, haja vista o interesse em agregar seus filados às ações realizadas junto à massa trabalhadora. Nesse sentido, localidades com maior número de indústrias e empreendimentos comerciais eram priorizadas pelos pecebistas. A organização em Zonas e a indicação de suas respectivas sedes deu-se conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 Zonas do Partido Comunista em Minas Gerais (1945)

Zona por região	Sede
Zona do Triângulo Mineiro	Uberlândia
Zona do Noroeste ou Mucuri	Teófilo Otoni
Zona do Vale do Rio Doce	Aimorés
Zona do Sul de Minas	Três Corações
Zona do Rio Paraíba	Porto Nova da Cunha
Zona Oeste	Divinópolis
Zona Central do Brasil	Conselheiro Lafaiete
Zona do Minério	Nova Lima
Zona Central	Belo Horizonte

Fonte: Dados compilados. "Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais". Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Além da organização de cidades como "Zonas Centrais", também foram selecionados os municípios do interior onde foram realizadas ações com vistas à divulgação da ideologia comunista e à ampliação das fileiras da agremiação. O período de legalidade política foi significativo para a expansão do PCB em Minas e para difusão de suas concepções em meio a diversos segmentos, tais como: entre os trabalhadores da indústria, do comércio e no meio

estudantil. Por conseguinte, a atuação do PCB em Minas Gerais expandiu vertiginosamente a partir de meados da década de 1940, quando alcançou mais de 100 cidades mineiras, conforme evidenciamos no Quadro 2 a partir dos dados coletados nas fontes disponíveis.

Quadro 2 Comitês Regionais do Partido Comunista em Minas Gerais 1945

Regiões de atuação dos Comitês Regionais	Municípios de Atuação
Triângulo Mineiro	Uberlândia, Uberaba, Monte Alegre de Minas, Canópolis, Araguari, Tupaciguara, Ituiutaba, Campina Verde, Campo Florido, Veríssimo, Monte Carmelo, Araxá, Conquista.
Oeste de Minas	Paracatu, Patrocínio, Patos de Minas, Ibiá, Lavras, Formiga, Divinópolis, Itaúna, Campo Belo, Ribeirão Vermelho, São João Del Rey, Bom Despacho, Dolores de Indaiá, Abaeté, Oliveira.
Sul de Minas	Passa Quatro, São Lourenço, Soledade de Minas, Itanhandu, Conceição do Rio Verde, Três Corações, Vargina, Alfenas, Eloi Mendes, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Ouro Preto, Jacutinga, Campanha, Cambuquira, São Gonçalo do Sapucaí, Caxambu, Andrelândia, Poços de Caldas, Guaxupé, Andradas, Botelho, Passos, São Sebastião do Paraíso, São Tomaz de Aquino, Jacuí, Camanducaias.
Linha Central	Conselheiro Lafaiete, Santos Dumond, Barbacena, Juiz de Fora, Matias Barbosa e Lima Duarte
Zona do Minério	Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Itabirito, Congonhas do Campo, Sabará, Caeté e Monlevade.
Vale do Rio Doce	Itabira, Nova Era, Acesita, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Resplendor, Caratinga, Aimores, Turumirim e Conselheiro Pena.
Zona da Mata	Carangola, Muriaé, Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Bicas, Ubá, Viçosa, Rio Branco, Manhuassú, Ponte Nova, Rio Casca, Raú Soares e Abre Campo.
Zona do Centro	Ouro Preto, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Pará de Minas.
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni e Medina.
Norte de Minas	Montes Claros, Diamantina, Corinto, Buenópolis, Curvelo, Pirapora e Vale do Rio São Francisco.

Fonte: Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Os depoimentos de antigos militantes atestam a intensificação da estruturação do PCB a partir de meados da década de 1940. Como vimos na seção anterior, Anélio Marques, que iniciou a militância pelo PCB ainda na década de 1930, ressaltou que o trabalho de ampliação das ações do partido intensificou-se antes do retorno à legalidade política. Mesmo na clandestinidade, os membros do partido buscaram se relacionar com comunidades de várias regiões por meio da realização de palestras e de incentivos à organização dos

trabalhadores em sindicatos. Em entrevista, Marques cita, ainda, a relação do partido com outras entidades, como a Força Expedicionária Brasileira:

Agora, quando chegou 43, que a gente recebeu a primeira orientação da direção do Partido, a coisa melhorou demais, ampliou mais. Nós levamos, em Nova Lima e Raposos, um trabalho de apoio à FEB - Força Expedicionária Brasileira. Nós fizemos campanha de finanças. Campanha de finanças, nesses lugares, para ajudar a Força Expedicionária Brasileira. Fizemos palestras, conferências; levamos general da Cruz Vermelha em um lugarejo, era um povoado. Raposos era um povoado. Organizamos a campanha lá e levamos o presidente da Cruz Vermelha brasileira para fazer palestra lá sobre a posição do país. Fizemos passeata com general nas ruas. Angariamos dinheiro nas ruas, na campanha. Nós tínhamos filhos de operário que era parte na Força Expedicionária Brasileira. Quer dizer, tudo aquilo a gente aproveitava para esclarecer o povo. Não, campanha comunista, porque o Partido Comunista era ilegal, e não precisava também. Se fazia aquilo que era necessário ao nosso trabalho: reforçar o sindicato. Organizamos uma delegacia do sindicato.²⁰⁰ (Grifo nosso)

Anélio Marques era funcionário da empresa de mineração Morro Velho, localizada nas cidades de Nova Lima e de Raposos. As condições de trabalho na mineradora não eram satisfatórias e, em vista disso, na década de 1940, trabalhadores se mobilizaram para criar um sindicato a fim de canalizar as demandas por melhoria das condições de trabalho. O carioca Armando Ziller, que aos três anos de idade veio com a família para Minas Gerais, falou sobre as suas primeiras experiências com o comunismo ainda nos anos 1930. Com apenas 15 anos, fundou uma liga comunista na cidade de Itacaré, mas foi em 1932 que se filiou ao PCB. Ziller foi uma figura fundamental para o partido, pois, como veremos adiante, ocupou vários cargos na organização, dentre os quais o de Secretário Geral do PCB em Minas na década de 1940, em suas palavras:

Nós fizemos uma liga de comunistas e vamos tocar o barco. Também não sabíamos o que fazia com aquilo. Mas estudávamos e discutíamos. Em 45, quando o Partido veio para legalidade, eu já tinha saído de Itararé 15 anos antes, fundou-se lá em Itararé um Partido Comunista e o embrião foi aquele grupinho que nós deixamos lá, aquela semente. Em Franca foi a mesma coisa. Que, com a Revolução, a Revolução de 30, que alguns pensam que não foi revolução, também não tenho muita idéia sobre isso, nós perdemos o Ginásio e voltamos para Franca, onde nós já tínhamos estado, onde tínhamos amigos... Lá fizemos também. Está lá, está lá até hoje, o núcleo de Franca [] é o começo, a raiz, foi aquela. Fizemos lá. E nós estávamos procurando o Partido para todo lado. De maneira que eu me considero comunista desde que eu... De Franca, eu voltei para Juiz de Fora, porque em Franca veio a revolução de, de... a contra-revolução de 32, em São Paulo, nós estávamos contra ela, porque aí eu já era comunista convicto, embora não tivesse no

²⁰⁰ GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 03. p. 16, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

Partido, porque não achava o Partido em lugar nenhum. Não havia mesmo naquela cidade. Fundamos aquele negócio, mas não podemos ligar com... com a Central porque não sabíamos aonde. Então, saindo de... [] em Juiz de Fora. Voltamos para Juiz de Fora. Em Juiz de Fora já havia o Partido, aí eu me liguei à ele²⁰¹.

Adiante em sua entrevista, Ziller afirma que após o retorno do Partido ao jogo democrático, houve o processo de definição de uma estrutura orgânica melhor aparelhada. Até então, o partido contava com células e sedes espalhadas pelo estado em zonas, mas, em razão das dificuldades de interação, a dinâmica das ações ainda era fragmentada. Veremos no decurso deste capítulo que Ziller atuou em cargos de destaque no PCB. Em sua entrevista, o militante explica que, um dos membros do partido, por volta de meados da década de 1940, o indicou para ocupar o cargo de secretário geral da agremiação no estado. No fragmento adiante, além de tratar desta questão, Ziller faz menção a um importante líder e fundador do PCB brasileiro, João Amazonas. De acordo com o pecebista, no processo de organização da estrutura do partido, nos anos de 1940, foi comum a presença de lideranças provenientes de outros estados, a fim de auxiliar na definição da organização. Em Minas Gerais, João Amazonas foi uma figura importante. Em seu relato, as dificuldades e a falta de experiência em efetuar o trabalho de aparelhamento do partido também foram expressas:

Mas é [...] difícil mesmo. [...] Éramos uns oito ou dez. Reuníamos aí, o Amazonas trabalhava aí, então ele... Reuníamos, fazíamos umas reuniões e fomos... fomos, fomos fazendo. Nenhum de nós entendia muito bem a organização de partido. Nem mesmo o Amazonas não tinha, assim, ainda muita experiência de organização. É... mas... eu até me lembro que quando eu... e o Amazonas foi embora, porque o Partido agora já podia se equilibrar sobre as patas traseiras, então estava... não precisava mais de ajuda para andar, o Amazonas fez uma reunião e como [já?] éramos doze, se não me engano, o Celius Aulicus, o... o Jardim também estava nisso, esse jornalista que tem a... temos aí até hoje. A Valquiria, a irmã dele, Valquiria Jardim, uma professora, também estava. Daí a pouco apareceu, sabe quem?, no Partido, um estudante chamado Darcy Ribeiro, membro do Partido; aliás, muito bom. [...] É, é. Foram esses... foram esses assim que nós fizemos aí e o Amazonas então, quando foi para ver como é que vamos ficar, quem é que vai dirigir agora, que o Amazonas ia embora, não é? Então, o Amazonas para não ofender... Talvez por isso, porque éramos todos ali, para não dizer: fica o fulano; não, os outros ficam... poderiam... Então ele resolveu distribuir aquele grupo de doze, em três... três... também por motivo de segurança, em três grupos. E de então, de cada um desses três grupos um ficava responsável. Aí o Fritz... Eu me lembro que o Fritz falou: - "A organização aqui em Minas... em Belo Horizonte tem que ter um... um secretário que dirige tudo, não pode ser três ilhas, não é um arquipélago, não é? Tem que

²⁰¹ GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 6-7, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

ser um bloco só”. Então, eu fui indicado, e eu fiquei como o... Bom, eu não entendo muito disso. Eu só tenho boa vontade. Eu posso ficar aqui até que consigamos uma pessoa capaz de dirigir. Eu fico aí na... Muito bem; e assim foi.²⁰²

No intuito de compreender melhor a dinâmica de organização do PCB mineiro, apresentaremos alguns dados que destacam a cidade de Belo Horizonte. Em razão do maior número de fontes identificadas, apresentaremos a constituição do PCB na capital mineira a partir das informações contidas no documento que trata sobre a estrutura da agremiação nas décadas de 1940 e 1950.²⁰³ Sobre as informações contidas neste documento podemos fazer algumas considerações. Por ter sido elaborado pelos agentes vinculados à polícia política, consideramos pertinente cruzar os dados desta fonte com as informações expressas pelos membros do PCB em entrevistas.

O 1º Comitê Estadual do PCB foi fundado na cidade de Belo Horizonte no ano de 1945. O Comitê Estadual era responsável por realizar a articulação das informações e ações junto ao Comitê Nacional. Assim, também era responsável por articular as atividades do Comitê Municipal de Belo Horizonte, e por direcionar as deliberações para o âmbito das diversas localidades no estado.

O Comitê Estadual era formado, principalmente, por indivíduos ligados ao comércio e ao funcionalismo público, mas também havia ferroviários, gráficos e mineiros. Apenas o gráfico Augusto da Silva Gilbert, secretário político do Comitê Municipal, atuava simultaneamente como suplente junto ao Comitê Estadual. Na estrutura orgânica deste período, o Comitê Estadual estabeleceu uma função específica para a atuação no meio sindical, ao direcionar o padeiro Adelino Roque Vieira para esta tarefa. Tal aspecto reforça o objetivo de promover o envolvimento dos pecebistas junto às classes trabalhadoras ao destinar um indivíduo voltado à organização das ações sindicais a partir da criação de uma secretaria sindical. No Quadro 3, exposto adiante, dispomos a composição do Comitê Municipal de Belo Horizonte e sobre a função que cada indivíduo ocupou. Objetivamos apresentar os indivíduos que faziam parte do Comitê Central, a função exercida no partido, bem como a ligação profissional.

²⁰² ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p.23-24, 1985. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

²⁰³ GUIMARAES. 1991. op.cit. p.6-7.

Quadro 3 1º Comitê Estadual do PCB fundado em 1945 - Belo Horizonte

Nome	Função	Profissão
Armando Ziller	Secretário Geral	Funcionário do Banco do Brasil
José Militão Soares	Secretário de Organização	Cozinheiro do Grande Hotel
Adelino Roque Vieira	Secretário Sindical	Padeiro
Marco Antônio Tavares Coelho	Secretário de Divulgação	Estudante de Direito
Membros Efetivos		
Nome	Profissão	
Lindolfo Hill	Construção Civil	
Nelson Gomes Cordeiro	Gráfico	
Afonso Bicalho	Bancário	
Geraldino Natividade	Funcionário Público	
Jacinto Augusto de Carvalho	Mineiro	
Claudionor Gomes	Ferroviário	
Vicente Santandrea	Funcionário Público - Tesoureiro do Comitê Central	
Suplentes		
Nome	Profissão	
Augusto da Silva Gilbert	Garçom	
Pedro Carvalho Bandeira	Gráfico	

Fonte: Dados compilados. "Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais". Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

**Quadro 4 1º Comitê Municipal do PCB fundado em 1945
Belo Horizonte**

Nome	Função
Augusto da Silva Gilbert	Secretário Político
Moacyr Salles	Secretário de Organização
Adauto do Nascimento Pedrosa	Secretário de Divulgação
Geraldo Veloso	Secretário Eleitoral
João Manuel dos Santos	Secretário de Finanças
Membros Efetivos	
Antônio Geremim Antônio da Silva Campos Luiz Nicolau dos Reis	
Suplentes	
Iracema Veloso Luiz Nicolau dos Reis	

Fonte: Dados compilados. "Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais". Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Para ampliarmos nossa visão a respeito do processo de definição da estrutura orgânica do PCB na década de 1940, recorreremos às informações expressas por Ziller na série de entrevistas concedidas ao projeto "Memória e História: visões de Minas". Em um dos depoimentos, Ziller faz menção aos vários nomes de pessoas que faziam parte do partido nesse período, segundo ele:

[...] em 40, o Partido aqui praticamente não existia [] foi esfacelado. A polícia conseguiu... o Estado Novo conseguiu aquilo: liquidar o Partido. Havia uns seis ou oito comunistas daqueles antigos, tão duros, como nós falamos, não é? Que... Era um, era barbeiro ali perto do Cine Glória, ali na... avenida Afonso Pena, o Chrispim. Bom, então todo... todo sujeito que chegasse à barbearia do Chrispim, ali estava sempre gente da polícia, vendo quem é que freqüentava aquilo, não é? Tanto que o Chrispim quase não tinha ninguém nenhum freguês... [riso] [...]Aí, chegava um ali, já ficava de... de olho. Toda a pessoa que vinha de São Paulo, do Rio, para reorganizar o Partido, se metia... ..na barbearia, que era o homem de ligação. Então, no dia seguinte estavam presos [] [riso] [aquela coisa?] [riso]. E o Partido não ia para diante. [Botaram outro?], tinha o Gamaliel, tinha outros que... o Mauro, o Mauri... Mau... Moacir [] Quando eu vim pra cá em 40, eu comecei a procurar o Partido aqui. Não encontrava, porque o pessoal estava tudo assustado [aí?]. Um sujeito novo, quando [vem de fora?] [] Meu pai já morava aqui, era muito conhecido. O [Grabois?] esteve aqui uma vez, tentando fazer partido e tal, teve relações de... contatos com o meu pai e tal, por causa do... por causa do meu nome lá do... de... em Santos e em Curitiba. Mas aí ficamos procurando e eu estava então... eu disse: - “Bom, [] pelo menos, porque eu quero dar uma contribuição, pelo menos, para o partido, porque eu sei que eles precisam”.²⁰⁴ (Grifo nosso)

Dentre os nomes que Ziller cita está o de Moacyr Salles, que, nesta época, era secretário de organização do comitê municipal, conforme apresentamos no Quadro 4. O fragmento exposto reforça algumas percepções. A primeira delas refere-se ao constante monitoramento e repressão a que os membros do partido estavam sujeitos, razão pela qual Ziller afirma que, nos anos 1940 a agremiação estava enfraquecida. Em segundo, o perfil dos membros do partido era diversificado. Armando Ziller era bancário e fazia parte do sindicato desta categoria profissional em Belo Horizonte. Muitos eram profissionais liberais, como Chrispim, que trabalhava como barbeiro. Ademais, é preciso destacar a presença de outro fundador e dirigente do PCB nacional, Maurício Grabois, que teve uma longa trajetória de militância pelo partido, sendo morto em 1973 devido a sua participação na Guerrilha do Araguaia.

²⁰⁴ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 15-16, 1985. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015

Pouco tempo antes de filiar-se ao PCB, Dimas Perrin também faz referência às dificuldades de estruturação do partido no estado. Perrin afirma que filiou-se oficialmente ao partido no limiar do processo de reestruturação a partir de meados da década de 1940. Ele cita o papel da conferência da Mantiqueira, realizada em 1943 e que teve dentre os seus objetivos a discussão sobre qual linha política seria adotada pelo PCB. De acordo com Perrin, como reflexos deste evento, o partido em Minas Gerais teve suas ações aperfeiçoadas. Em suas palavras:

Primeiro eu quero dizer que muitas coisas eu desconheço ainda, porque quando eu comecei a me aproximar dos comunistas já foi por volta de 1941, 42. E, sendo eu iniciante, naturalmente sabia muito pouca coisa, algumas outras coisas vim a saber depois. O que eu sei é que, durante o Estado Novo, principalmente depois de 35, o partido se limitava a pequenos núcleos existentes nos Estados. Em Minas Gerais havia um núcleo em Juiz de Fora, outro em Belo Horizonte, em Uberlândia. É evidente que também havia comunistas, pessoas simpatizantes, em outras cidades. Mas nessa ocasião eu não conhecia nada a esse respeito. Tinha contato com um ou outro, a minha visão era muito pequena sobre essa questão. Agora, depois que houve, então, o Congresso da Mantiqueira²⁰⁵.

Na ocasião da realização da conferência da Mantiqueira, o PCB encontrava-se na ilegalidade, e, dentre as definições estabelecidas estava a concepção de união nacional contra o fascismo, além do estabelecimento de estratégias com vistas ao retorno ao jogo democrático. Ao fazer menção ao papel deste evento para a dinâmica de estruturação do partido em Minas Gerais, Perrin cita alguns nomes que foram fundamentais tanto para a organização do partido como também para as suas ações, são eles: José Militão Soares, que atuou como secretário da organização do Comitê Estadual a partir de 1945 (ver Quadro 4) e, Lindolfo Hill, que, anos depois foi o primeiro vereador comunista da cidade de Juiz de Fora, eleito em 1946. Hill era funcionário da construção civil e Soares era cozinheiro. Sobre o perfil dos membros que compunham a direção do partido, é importante ressaltar o caráter diversificado do PCB mineiro. Dimas Perrin destaca este aspecto em entrevista:

Aí é que o partido passou realmente a se estruturar. O Congresso teve um bom número de delegados, aqui de Minas eu conheci uns 2 delegados, aqui de Minas. Um foi o Militão, e o outro foi o Lindolfo. O Lindolfo era um pedreiro em Juiz de Fora. Camarada muito bom, que chegou a ser vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. E o José Militão Soares era um preto, cozinheiro, uma figura extraordinária, que, para minha felicidade, morava perto da minha casa. Então ele tinha por mim um carinho muito especial, porque eu era muito novo, e os comunistas

²⁰⁵ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 1, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

antigamente tinham uma preocupação em preparar substitutos. Então, ele ficava na minha casa quase que toda noite, para me ensinar como é que era, como é que eu devia me conduzir no sindicato²⁰⁶.

Os trechos das entrevistas de Perrin e Ziller, além de conterem informações relevantes sobre a dinâmica do partido em sua fase de consolidação no estado, apresentam dados que convalidam informações compiladas pelos agentes da polícia política. Dentre essas, podemos citar os nomes dos integrantes da cúpula do partido no estado, bem como a presença de um perfil diversificado entre os integrantes. Além disso, no fragmento anterior, Perrin também cita a preocupação dos membros do partido em “ensinar” seus militantes a lidarem com a organização e trabalho no interior dos sindicatos. Cabe ressaltar que, o trabalho junto à classe trabalhadora era considerado a base de ação do PCB, haja vista que o objetivo era realizar a transformação social a partir da atuação das classes trabalhadoras.

Não obstante, em 1945, embora ainda estivesse em fase de consolidação da sua estrutura em Minas Gerais, o PCB já realizava planejamentos com vista ao acompanhamento das ações executadas nas cidades onde operava. O objetivo era criar mecanismos que pudessem gerar dados e informações capazes de subsidiar a elaboração de estratégias que pudessem contribuir com o aperfeiçoamento das ações de recrutamento e militância.

Assim, foram criados os chamados "Planos de Trabalho", ações padronizadas que deveriam ser metodicamente cumpridas por todos os dirigentes dos comitês municipais nas várias regiões do estado. Como exemplo, podemos citar uma correspondência, do dia 01 de março de 1947, endereçada a todos os comitês mineiros com o título: "Instruções sobre o controle das tarefas do Plano de Trabalhos iniciados em 01/3/47 para terminar no dia 23/5/47"²⁰⁷. Nesta correspondência, o Secretário Estadual encaminhou um questionário com o objetivo de compilar dados relativos aos trabalhos realizados. As orientações eram para efetuar o preenchimento do questionário a cada 15 dias. Desta forma, seria possível acompanhar o avanço ou recuo dos trabalhos da organização. Neste questionário, os dirigentes de cada comitê deveriam responder sobre êxitos e dificuldades relacionadas ao trabalho de formação do militante, quantificar a realização de palestras e seminários, emitir informações sobre as finanças do partido e ações de propaganda. Após o preenchimento, os

²⁰⁶ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 2, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

²⁰⁷ “Barbacena”. Pasta 4505, imagem 40. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4505> > Acesso em: jan 2015.

questionários eram encaminhados quinzenalmente ao Comitê Estadual. Adiante, apresentamos um exemplar do questionário.

Figura 4 Questionário de Educação e Propaganda do PCB

QUESTIONÁRIO DE EDUCAÇÃO E PROPAGANDA

Cidade _____
(P.F. 1-3-47 a 23-5-47)

Data _____ Nº _____

1) Quantas palestras, reuniões ou conferências foram realizadas?
(Responder indicando as datas)

2) Quantos livros e folhetos foram vendidos? (Responder dando a es-
pecie)

3) Quantas assinaturas de "Jornal do Povo" foram conseguidas?
4) De quantas a "Classe Operária" aumentou a remessa que recebe?

5) Quantas foram as assinaturas? _____
6) Quantas jornais murais foram afixados? _____

7) Qual a propaganda impressa feita? (Juntar 4 exemplares de cada
espécie com a tiragem de cada um)

8) Quantas vezes usaram o Rádio como propaganda? _____
9) Quantos aparelhos de alto-falante, tem esse organismo? _____

10) Quantas publicações na imprensa burguesa tem feito? (Responder,
juntando os recortes)

11) Qual o tipo de propaganda que mais resultado deu?

Jacinto Augusto de Carvalho
Jacinto Augusto de Carvalho
Secretário Estadual

Fonte: "Barbacena". Pasta 4505, imagem 41. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4505>

Ao examinar a composição da estrutura do Comitê Estadual, durante os anos de 1946 e 1947, conforme indicamos no Quadro 5, não foi possível identificar a existência de um indivíduo voltado unicamente para trabalho junto ao segmento operário, responsável por ocupar a função específica de secretário sindical, tal como havíamos localizado para o ano de 1945. Todavia, não consideramos que a ausência dessa função signifique desinteresse em desenvolver ações junto ao operariado, já que a identificação de farta parcela de fontes analisadas nas seções seguintes que indicam o crescimento do desempenho do PCB junto a este setor.

As informações do Quadro 5, exposto adiante, foram compiladas a partir dos dados disponíveis nas fontes consultadas, por isso, fazemos uma ressalva, tais documentos, por serem fragmentados, possuem ausência de algumas informações, dentre as quais a indicação de secretarias importantes na constituição do partido, porém presentes em outros períodos, como as funções de secretário geral e secretário de divulgação e, como indicamos, o de secretário sindical. Todavia, consideramos pertinente apresentar as informações identificadas, pois nos permite conhecer, mesmo que parcialmente, a constituição da estrutura do Comitê Estadual do PCB nesse período.

Quadro 5 Estrutura do Comitê Estadual do PCB em 1946 e 1947

Nome	Função
Domingos Pereira Marques	Comissão de Organização
Elson Costa	Comissão de Organização
José Militão Soares	Tesoureiro
Membros efetivos	
Marco Antônio Tavares Coelho Augusto da Silva Gilbert Sebastião Ferreira	
Suplentes	
Geraldo Policarpo de Souza Nelson Cupertino Rubens dos Santos Oliveira José Claro Clemente Ribeiro da Luz Adelino Roque Vieira Anélio Marques Guimarães	

Fonte: Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL302. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Esta estrutura do Comitê Estadual do PCB em Minas Gerais se manteve até maio de 1947 quando o partido foi novamente proscrito, através da resolução nº 1.841.²⁰⁸ Em virtude desse aspecto, a estrutura do partido passou por algumas transformações. Em janeiro de 1948 o partido sofreu mais um duro revés, ocasião em que foram cassados os mandatos dos comunistas que haviam sido eleitos durante o período da legalidade. No cenário internacional, vivíamos a chamada guerra fria, a dicotomia entre o capitalismo, encabeçado pelos Estados Unidos, e comunismo, liderado pela União Soviética, se expressou na caça aos comunistas no

²⁰⁸ BRASIL. 1941. op.cit.

Brasil. Isto é, passados dois anos desde o final da Segunda Guerra, o cerco para frear o avanço das ideologias de esquerda esteve fortemente presente no país. Neste sentido, o depoimento de Ziller analisa as razões pelas quais, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, o partido regressou à ilegalidade. Para ele, muito embora seja relevante considerar a influência do cenário político internacional, o trabalho junto à classe trabalhadora e a vitória nas eleições em vários estados foram os principais motivos que conduziram à decisão de colocar o partido na ilegalidade.

[...] Um... um dos erros que eles apontam como causa para nos pôr na... e colocar na ilegalidade... não foram [esses?], a causa é a luta de classes, e os comunistas estavam... A causa verdadeira é o seguinte: o Partido Comunista nas... na eleição ge... nas eleições gerais elegeu 15 deputados, e um senador na capital federal, que foi o Prestes! A capital federal [] Todo mundo ficou muito assustado, não é? - Os comunistas estão tomando o poder! [riso] Daqui há pouco... Na... na eleição seguinte nós elegemos uns 70 deputados estaduais. Em São Paulo nós tínhamos uma bancada de 11 deputados estaduais. E em algumas capitais nós fomos majoritários mesmo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santos, Recife... Fortaleza... Eu não me lembro mais onde. Tudo isso assustou muito a burguesia. E mais ainda os latifundiários. E até então o... Esses êxitos nossos foram, a meu ver, a causa principal, de nos colocar... dessa... desses... intenção de nos colocar na ilegalidade.²⁰⁹ (Grifo nosso)

Contudo, a inserção do PCB na seara política foi obstada. Isso alterou significativamente a linha adotada pelo PCB. Luís Carlos Prestes então divulgou um Manifesto em 1948, em que tecia duras críticas ao governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, ao regime democrático brasileiro e aos partidos de origem burguesa. As críticas de Prestes reverberaram no Manifesto de 1950, onde ele reafirma o papel de oposição que o PCB deveria representar para o cenário político nacional. Em sua fala, Prestes salienta a necessidade de conclamar o povo para a luta armada:

Estamos em face de um governo de traição nacional que entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios anglo-americanos, governo que constitui a maior humilhação até hoje imposta à nação, cujas tradições de altivez, de independência, de convivência pacífica com todos os povos são brutalmente negadas e substituídas pelo servilismo com que esse governo se submete à política totalitária e guerreira do Departamento de Estado norte-americano. [...] Nós comunistas, não vacilamos – sempre lutamos pela libertação nacional, contra o jugo do opressor estrangeiro pelo progresso do Brasil. Nenhuma reação conseguiu quebrar nossa vontade de luta, e hoje, apesar da brutalidade de todas as perseguições, lutamos com energia redobrada pelos mesmos objetivos, convencidos de sua nas

²⁰⁹ ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 9, 1985. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015

condições atuais do mundo e do país, nunca foram tão grandes como agora os fatores favoráveis ao sucesso de nosso novo na sua luta pela independência nacional e pelo progresso social. E é justamente por isso que, hoje, mais uma vez, nos dirigimos a todos vós, democratas e patriotas e, diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente.²¹⁰

Nos dizeres do Manifesto de 1950, Prestes conclama a organização partidária para a realização da "Frente Democrática de Libertação Nacional". Esta é compreendida como a organização de luta e ação através da intensificação da atuação cotidiana dos comitês nos espaços de ocupação popular, como fábricas, escolas e instituições públicas. A "Frente Democrática" apresenta a classe operária como elementar na mobilização das suas forças articuladas ao PCB no objetivo de libertar o país dos ditames do imperialismo e da exploração latifundiária. De igual modo, o programa da "Frente Democrática" também fazia menção à necessidade de ampliar os laços e ações junto ao trabalhador do campo, aos estudantes e às mulheres.

Em relação a Minas Gerais, curiosamente, a documentação proveniente do DOPS e da Coleção Informante do Regime Militar não apresenta informações sobre a repercussão do Manifesto de 1950, nem tampouco identificamos orientações para que o trabalho dos militantes fosse direcionado para a radicalização das ações. Ao contrário do que esperávamos, apesar do discurso exaltado de Prestes, os agentes de monitoramento no estado não identificaram comportamentos extremos dos militantes. Ao examinar as entrevistas com membros do PCB neste período, encontramos menção ao Manifesto de 1950, mas no sentido de aplicá-lo como direcionador da reestruturação orgânica da agremiação.

Em tempos de clandestinidade, a preocupação dos militantes mineiros esteve centrada em constituir estratégias com vistas à manutenção da existência do partido. Sobre este aspecto, Dimas Perrin esclarece que os membros do partido foram influenciados pela concepção bolchevique de revolução. Na Rússia, no decurso do século XIX, foram criados partidos inspirados no socialismo marxista. Dentre eles, havia os bolcheviques, liderados por Wladimir Lênin defendiam a ideia de que o governo nacional deveria ser liderado pelas classes trabalhadoras. Influenciados pelas concepções bolchevistas, Perrin afirma que esta

²¹⁰ PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de 1950. **Jornal Voz Operária**. Rio de Janeiro, p. 1-2; e 4, 5 ago. 1950. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=89:o-manifesto-de-agosto&catid=1:historia-do-pcb>. Acesso em: 15 mai. 2015.

visão passou a ser como um “modelo” para a que o partido pudesse, por meio da organização de suas ações, tornar-se vitorioso. Ainda, em suas palavras:

[...] Então, o partido caiu mesmo nesse trabalho de organização. As linhas principais disso era essa conclusão, de que não havendo mais condições o que o partido deveria fazer era organizar uma chamada Frente Democrática de Libertação Nacional, composta por todos os partidos que quisessem derrubar o governo que existia e criar um outro governo favorável àquele programa de reformas. E dentro disso existia o Exército Democrático de Libertação Nacional [tinha sido formado]. E o partido nessa ocasião, foi se tornando muito mais rígido, e a palavra que a gente usava era “bolchevização” do partido. Então, o orgulho de todo mundo era ser bolchevista. Você sabe que na União Soviética houve uma diferença entre bolchevistas e menchevistas. Os bolchevistas faziam parte da maioria, era a turma do Lênin, e tinha os menchevistas que eram a minoria, era a turma que discordava dele. E como os bolchevistas eram aqueles que haviam provado na luta que eram os mais firmes, os mais corajosos, os mais decididos, aqueles que realmente ganharam, triunfaram, nós todos queríamos ser. E a gente partia dessa orientação, bolchevização do partido. Então, era o nosso orgulho, era ter essa capacidade de trabalhar sem cansar, fazer tudo, qualquer tarefa, aquela coisa toda. Então, nós estávamos iniciando a luta pela formação do Exército Democrático de Libertação Nacional. E nós fazíamos o recrutamento das pessoas para... primeiro para o partido, e depois procurava orientar a pessoa para ver se queria fazer parte desse Exército.²¹¹

Sobre a possibilidade dos membros do partido terem recebido instruções para radicalizarem suas ações, nas entrevistas consultadas este aspecto foi pouco referendado. Perrin afirma que a divulgação do manifesto em âmbito nacional teve repercussão negativa no estado. Ampliou-se o medo em torno daqueles que faziam parte do partido, bem como acentuada redução do número de militantes na capital:

Bom, mas interessante é que essa nossa linha muito radical serviu, nacional à parte, para desligar o partido da massa. Em Belo Horizonte nós chegamos a ficar reduzidos a um pequeno número que talvez não passasse de uns 100. Porque todo mundo tinha medo. Você andar perto de um comunista era mesma coisa que andar perto de uma bomba, estava para estourar naquela hora. Então, todos que tinham medo foram se afastando.²¹²

Mediante a análise das fontes, verificamos que, em vez de radicalizar as ações, o trabalho de militância entre os demais trabalhadores no estado foi mantido e reforçado. Prestar auxílio e acompanhar reivindicações de trabalhadores era uma das ações mais recorrentes. Ainda de acordo com Perrin, os trabalhadores comunistas eram responsáveis por

²¹¹ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 06. p. 4, 1995. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

²¹² PERRIN. 1995. op.cit. p.4.

contribuir financeiramente com os movimentos grevistas. Este foi o exemplo da greve realizada no começo do ano de 1950, feita pelos trabalhadores da empresa Companhia do Rio Acima, na cidade homônima à empresa. Os trabalhadores, comunistas e sem vínculo partidário da referida companhia iniciaram greve após cinco meses sem receber os salários, conforme relata Perrin:

Agora, então, o partido orientou o seguinte, nós precisamos é tomar iniciativa. Onde houver possibilidade de tomar o poder, tomar. Bom, aí veio o que aconteceu em Rio Acima. Havia uma greve em Rio Acima, numa empresa do Américo René Gianetti, a Companhia Santo Antônio, parece. E havia 5 meses que o pessoal não recebia os seus salários, estava atrasado. Mas lá em Rio Acima têm muitos pés de manga. Então, os operários depois explicaram que enquanto eles puderam passar comendo manga, passaram. Mas chegou um ponto que a manga acabou também. Então eles resolveram fazer greve. O advogado deles, do sindicato de lá, era o Orlando Bonfim. Um ótimo companheiro nosso, foi assassinado pela ditadura em 1975. O Orlando Bonfim era um advogado competente, consciencioso, começou a dirigir o movimento, a organizar, tudo direitinho. Eu fiquei sendo destacado como elemento de ligação entre a direção estadual do partido e Orlando Bonfim que estava lá na frente do movimento. Então, eu ia sempre lá. E num determinado dia, o meu sindicato dos gráficos me encarregou de levar lá algum dinheiro como solidariedade. Porque nós havíamos esse costume também. Quando havia uma greve, os operários de outros setores eram orientados para fazer trabalho de solidariedade. Então, recolhia dinheiro, recolhia mantimentos, roupas, remédios, e alguém levava aquilo lá para poder garantir.²¹³

Em relação à constituição do partido, no ano de 1950, verificamos uma estrutura orgânica distinta, mais enxuta em comparação aos anos anteriores. Identificamos a existência de suplentes oriundos de várias cidades do interior do estado, e não apenas residentes na capital, como estavam definidos até 1947. Através das fontes consultadas, notamos uma dispersão dos membros do comitê central, que passaram a estar situados nas várias regiões do estado. A nossa hipótese é de que esta situação se deve ao processo de reajustamento das ações em razão da ilegalidade política e, inclusive, devido ao monitoramento das ações pelos órgãos de segurança no estado. Apesar deste panorama, o PCB não deixou de operar em Minas Gerais. Na composição da sua estrutura, permaneceu a ocupação nos cargos por indivíduos oriundos do comércio e por operários. Outra informação pertinente a esta pesquisa é a localização de dados que permitem afirmar que, em 1950, a estrutura orgânica do partido possuiu um indivíduo voltado para o trabalho entre o meio sindical, como o comunista Augusto da Silva Gilbert, que ocupou a função de Secretário Sindical. Conforme destacamos no Quadro 5, nas fontes consultadas relativas aos anos de 1946 e 1947, não encontramos o

²¹³ PERRIN. 1995. op.cit. p.5-6.

exercício desta função pelos militantes, talvez devido à incompletude dos documentos²¹⁴. No Quadro 6 fornecemos os dados compilados sobre a constituição do Comitê Central /Estadual no período da clandestinidade.

Quadro 6 Organização do Comitê Estadual do PCB em 1950

Nome	Função
Domingos Ribeiro Viotti	Secretário Político
Armando Ziller	Secretário de Organização
Augusto da Silva Gilbert	Secretário Sindical
Roberto Canarro Costa	Secretário de Finanças
Edir Pena Oliveira	Secretário de Massas
Carlito Sena Cardoso	Sua célula foi requisitada para compor a Frente Democrática de Libertação Nacional
Suplentes	
Nome	Função/Cidade
Constâncio Dulce	Ferrovário / Santos Dumond
José Walter Moreira	Comerciário / Juiz de Fora
João Augusto Correa	Alfaiate / Conselheiro Lafaiete
Orlando Lavoisier	Ferrovário / Além Paraíba
Laelson Godoy de Vasconcelos	Fiscal / Poços de Caldas
João Gomes Diniz	Motorista / Uberaba
Ruy Metzker	Não informado / Teófilo Otoni
Adilson Mendonça	Médico / Monte Alegre de Minas
Arnóbio Guimarães	Médico / Governador Valadares
Milton Vilela	Fazendeiro / Uberlândia

Fonte: Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Augusto da Silva Gilbert é citado no depoimento de Dimas Perrin, o que confirma os dados coletados no documento que contém a lista de nomes daqueles que faziam parte da estrutura do PCB neste período, em suas palavras²¹⁵:

O Augusto Gilbert era secretário sindical do comitê estadual. Nessa ocasião, eu já não estava no municipal. Eu estava na comissão sindical do estadual e a minha função era procurar organizar os operários, orientar os sindicatos, aquela coisa toda. Na medida do possível, nessa ocasião nós já estávamos numa posição bastante radical, tinha surgido no final do governo Dutra, surgido o famoso Manifesto de Agosto²¹⁶.

²¹⁴ Não desconsideramos a possibilidade de existência desta função entre os anos de 1945 a 1950, todavia, os acervos consultados não possuem dados que nos permitem fazer essa afirmação.

²¹⁵ Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

²¹⁶ PERRIN. 1995. op.cit. p.5.

Outra significativa alteração na organização das ações do PCB, no início da década de 1950, consistiu na substituição das Zonas ou Comitês Regionais pelos chamados Comitês Avançados. A razão para esta mudança não se deve exclusivamente ao fato do PCB estar na clandestinidade, embora diante dessa conjuntura tenha se tornado necessário uma redefinição, tanto das ações, quanto da maneira pela qual a agremiação estava constituída. Assim, foi nomeadamente a partir da avaliação negativa realizada pelo Comitê Nacional a respeito da atuação e gestão dos Comitês Regionais no interior que algumas transformações significativas aconteceram.

De acordo com a avaliação feita pelos dirigentes nacionais do PCB, o trabalho dos membros no interior de Minas não foi profícuo e, as gestões, de modo geral, não alcançaram de maneira expressiva o objetivo central do PCB, ou seja, engrossar as fileiras do Partido e influenciar as ações do movimento operário. O documento que consta essas informações não apresenta muitos dados que convalidem essa afirmação dos dirigentes nacionais, apenas aponta quais as decisões foram tomadas por eles a partir desta avaliação. Todavia, os dados indicam que, no período em que operava na legalidade, o PCB em Minas Gerais não atingiu 14 mil filiados, que era a meta estabelecida pelo Comitê Nacional. As cidades com maior desempenho foram Uberlândia, com 2.800 filiados; Belo Horizonte com 1.083 filiados, Poços de Caldas com 531 filiados; Juiz de Fora com 514 filiados, e, Uberaba e Itajubá, cada qual com 400 filiados.²¹⁷ Localizamos outro documento que fornece informações sobre o desempenho do PCB em Minas Gerais em pleitos eleitorais de 1945 a 1952.²¹⁸

Observamos que uma das alternativas utilizadas pelo partido em Minas após ser posto na ilegalidade foi introduzir membros em outras legendas, sobretudo no Partido Trabalhista Brasileiro/PTB. Mesmo ao utilizar deste artifício, o desempenho não foi considerado suficiente pelos dirigentes para garantir que o PCB pudesse ostentar projeção estadual, nem tão pouco nacional.

No documento também verificamos que o número de militantes alcançados em todo estado foi reduzido, se comparado à meta estabelecida, que era de 14 mil filiados. O total de membros do PCB mineiro não passou de 8 mil, e apenas chegou à quantidade de 15 mil

²¹⁷ Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

²¹⁸ Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

quando somamos este número ao número de simpatizantes, que até meados de 1950 girava em torno de 7 mil (conforme especificamos na Quadro 7)²¹⁹.

Quadro 7 Participação do PCB em eleições em Minas Gerais a partir de 1945

Eleição	Cargo	Nº de votos ou cidade	Votos em legenda
Eleição de 19/01 de 1946	Deputado Estadual Armando Ziler	4.700 votos	Partido obteve 18.000 em legendas.
Eleição de 23/11 de 1947	28 vereadores em câmaras municipais	18 municípios	Partido obteve 17.500 em legendas
Eleições de 03 de 1949	3 vereadores	Raposos	-
Eleições de 1950	4 vereadores eleitos em outras legendas	1 em Uberlândia - 2 em Medina, 1 em Além Paraíba	4 mil votos
Eleições de 1952	1 vereador pelo PTB	Ribeiro Vermelho	-
Militantes em MG até meados da década de 1950* (aproximadamente)			
Militantes	8 mil		
Simpatizantes	7 mil		
Total	15 mil		
* O documento expõe informações sobre o PCB até o ano de 1954, mas em relação aos dados quantitativos de militantes e simpatizantes, não indica exatamente. Foi possível identificar que os números referem-se à no máximo o ano de 1954.			

Fonte: Dados compilados. LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

De acordo com a perspectiva dos dirigentes nacionais, era necessária uma reestruturação e intervenção no PCB mineiro. Nesta ocasião, a modificação não foi somente em relação à nomenclatura, que passou a denominar cada cidade sede nas diversas regiões do interior estado como: Comitês Avançados, e não mais como Zonas ou Comitês Regionais. Dessa forma, o Comitê Nacional retirou a autonomia dos Comitês Regionais, num primeiro momento, como uma atitude de punição a cada região em razão de considerarem que o trabalho realizado até então havia sido pouco efetivo. Em seguida, repassou a responsabilidade pela condução das ações do partido para os membros do PCB de outros estados. Em vários depoimentos de membros do PCB no período, não é raro encontrar afirmações de que, no decurso da trajetória do partido, indivíduos de outras unidades

²¹⁹ Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

federativas, participaram do processo de reestruturação do PCB mineiro, sobretudo dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Na prática, a intervenção realizada pelo órgão nacional expôs ainda mais a influência já exercida pelos comitês de outros estados no de Minas, o que já ocorria desde o período de criação das sedes do PCB no estado. Isso porque, no ato da intervenção à sede do Comitê Estadual do estado, as determinações nacionais foram para que os comitês regionais se mantivessem subordinados aos dos estados que participaram da sua criação e consolidação. Assim, o Comitê Regional de Belo Horizonte, agora Comitê Avançado, além de se submeter às demandas nacionais, teve revogada a autonomia em sua gestão, e, igualmente, perdeu o controle ao deixar de exercer qualquer influência sobre as demais regiões de Minas. No Quadro 8 assinalamos as cidades que passaram a serem conhecidas como Comitês Avançados e indicamos o estado para o qual se tornaram subordinadas.

Quadro 8 Comitês Avançados do PCB em Minas Gerais na década de 1950

Cidade do Comitê Avançado	Seção a que o Comitê estava subordinado
Belo Horizonte	Nacional
Juiz de Fora	Rio de Janeiro
Uberlândia	São Paulo
Aimorés	Espírito Santo
Sul de Minas e Triângulo Mineiro	São Paulo
Vale do Rio Doce	Espírito Santo
Montes Claros e Conselheiro Lafaiete	Não identificado

Fonte: Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Não identificamos informações sobre qual estado ficou responsável pela condução das ações nas cidades de Montes Claros e de Conselheiro Lafaiete. Em razão da proximidade geográfica, nossa principal hipótese é de que o Comitê Central de Belo Horizonte, nesse período subordinado às determinações nacionais, tenha sido agregado à gestão do Comitê de Conselheiro Lafaiete. Em relação ao Comitê Regional de Montes Claros, identificamos a existência de frequente intercâmbio de correspondências de membros da agremiação com o Comitê Estadual do estado da Bahia.

Tal intercâmbio de missivas pode indicar que a Bahia tenha ficado responsável pela condução das ações na região do Norte de Minas, mas ressaltamos que não foi identificado documento que possa endossar a hipótese. Por isto, é preciso considerar também a possibilidade do Comitê Nacional ter ficado com a responsabilidade de gerir as ações do PCB nas áreas do sertão norte mineiro. Além disso, apenas no ano de 1951 é que a região do Norte de Minas passou a contar uma sede consolidada do PCB. No período anterior, localizamos a existência de núcleos e indivíduos ligados ao partido, sobretudo em Montes Claros, mas não encontramos indícios de uma sede ou organização consolidada na região. Conforme as definições estabelecidas pelo Comitê Nacional, a disposição organizacional do PCB em Minas Gerais ficou definida de modo que as ações das várias instâncias da agremiação fossem articuladas. Havia uma hierarquia cuja coordenação das ações era o Comitê Estadual, mas a ideia era promover o ajustamento das atividades de modo dinâmico.

Em 1950 o PCB organizou seus Comitês em sete regiões no estado, conforme destacamos no Quadro 7. Outra importante medida adotada a partir da criação dos Comitês Avançados foi a ampliação do número de células e comitês municipais atuantes em cada cidade. Em Juiz de Fora, por exemplo, foram criados 16 comitês municipais e 64 células e, em Uberlândia, foram gerados 14 comitês municipais e 84 células.²²⁰

A orientação para elaborar mecanismos de interação que pudessem aproximar o militante comunista das pessoas comuns coaduna com a formação das chamadas Organizações de Base, que historicamente são a gênese da atuação do PCB. A Base são os locais de trabalho dos militantes, tais como as instituições de ensino, as residências e o ambiente de trabalho. Estes eram espaços comuns de sociabilidade para os comunistas, neles se discutia assuntos relacionados à política e eram divulgadas as resoluções e a literatura utilizada pelo partido, conforme esclarece o documento do partido que trata desta questão: "É na Base que o militante estabelece uma relação orgânica entre o Partido e o movimento social."²²¹ O principal desafio da base era consolidar a aplicabilidade das concepções políticas do partido à prática cotidiana entre as massas da sua área de operação. Com a finalidade de superar esse desafio, aumentar o número de células foi fundamental.

A criação das chamadas células era tida pelos dirigentes como ação fundamental para a ampliação das fileiras do partido, em função do estímulo ao contato próximo e impessoal com indivíduos, que geralmente eram amigos, parentes ou conhecidos daquele que organiza e

²²⁰ Dados compilados. "Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais". Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

²²¹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **O que é o Partido Comunista.** [s.n.t]. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

mantém o funcionamento da célula. São mecanismos que já existiam historicamente na constituição do Partido Comunista Brasileiro, mas que ganharam evidência em Minas Gerais a partir do processo de intervenção dos dirigentes nacionais.

As células são compreendidas como parte integrante dos organismos de base, o cerne de atuação do partido, como um modelo reduzido da agremiação, sendo, pois, imprescindível a sua existência para a manutenção de um partido de massas. O conceito de “célula”, expresso pelo documento de orientação do PCB, destaca o seu peso dentro da constituição enquanto organização de base:

[...] [as células] São uma espécie de modelo reduzido do próprio partido possuindo – dentro de seu espaço de atuação – as diversas funções do todo partidário. Por isso, são também chamadas de “células”. Elas são o partido organizado em espaços comuns de atuação e luta (a fábrica, a empresa, o bairro, a escola, os movimentos sociais). As bases têm a finalidade de ligar o partido às massas, num sentido de mão dupla. De um lado, devem participar da vida das massas, procurando levá-las a conhecer, assimilar e pôr em prática a linha política do partido. De outro lado, devem recolher delas suas experiências, reivindicações e tendências, para capacitar o partido a elaborar propostas políticas justas para as necessidades do seu tempo.
(Grifo nosso)²²²

Conforme o fragmento exposto, a célula exerce a função de estabelecer a ligação entre as massas, sobretudo, promover o contato direto com os trabalhadores que não tinham relação com o partido. Daí a sua importância, pois era por esta instância micro que se concretizavam as reuniões e discussões com a apresentação dos objetivos, dos documentos e das resoluções partidárias. Portanto, era por meio das células que os militantes integravam novos adeptos a Organização de Base. Os comitês municipais eram instalados em bairros e as células eram conduzidas, principalmente, por integrantes dos comitês. Nos documentos do PCB mineiro há menções sobre a existência de núcleos e comitês municipais em uma mesma cidade. Sobre este aspecto, não encontramos documentos que pudessem explicar a diferença de função de ambos. Da mesma maneira, há indicações quanto à existência de mais de um comitê municipal em uma mesma cidade. Na Figura 4 apresentamos de modo sucinto a representação da estrutura organizacional do PCB na primeira metade da década de 1950.

²²² PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. s.n.t. op.cit.

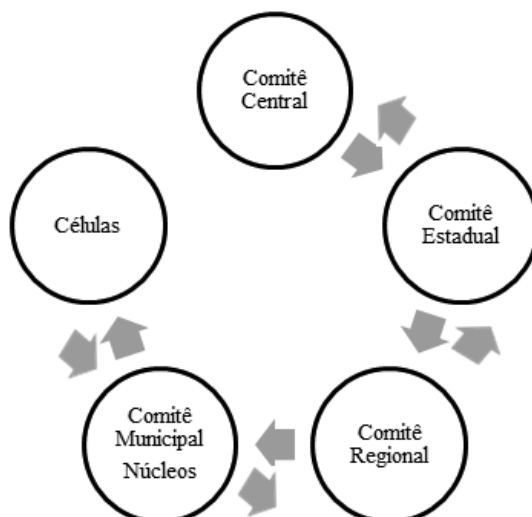


Figura 5 Estrutura organizacional do PCB entre os anos de 1950-1954

Fonte: Elaboração própria a partir das informações coletadas em documentos disponíveis no acervo da Coleção Informante do Regime Militar. O documento apresenta informações relativas até o ano de 1954. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional

Em relação à importância das células, a estratégia de organizar reuniões em pequenos grupos oportunizava a um operário, a um comerciante ou mesmo a uma dona de casa o conhecimento sobre a ideologia comunista de uma maneira particular. Era o momento em que os trabalhadores ligados ao PCB interagiam com os demais trabalhadores que não tinham vínculo e não tinham qualquer conhecimento sobre o que representava a agremiação. Em nossa pesquisa foram identificadas várias atas e relatórios referentes à realização das reuniões das células, muitas delas efetuadas nas residências dos filiados. Era nessas ocasiões que, por ventura, eram estabelecidos laços de intimidade. Alguns fragmentos dos depoimentos de Dimas Perrin, Arthur Dianini e José Henrique de Oliveira nos dão mostras da dinâmica de funcionamento da célula. De acordo com eles, as células eram criadas em bairros e nas empresas, de acordo com o segmento profissional que o comunista trabalhava, por exemplo. As reuniões eram esporádicas e, para a manutenção das atividades das células eram cobradas pequenas taxas conforme afirmar José Henrique de Oliveira. Adiante apresentamos alguns fragmentos em que os referidos pecebistas falam sobre a importância e funcionamento das células:

E tinha essa atividade sindical, atividade de massa e mais as bases trabalhando, as bases trabalhando, as células do partido. Trabalhava, tínhamos na Cachoeirinha, tínhamos aqui em Santa Teresa, tínhamos na Sagrada Família, tínhamos no Calafate, no Prado, tínhamos na Companhia

Força e Luz, tínhamos entre os operários da construção civil. Enfim, éramos um número pequeno mas muito atuante.²²³

Ah, é a 1º de Maio. Chamava-se 1º de Maio. [...] Porque cada uma tinha um nome para diferenciar de uma para outra das classes. Porque tinha a construção civil, tinha a tecelagem esse negócio do sindicato do tecido, tinha a de curtume. Então os nomes das células eram para diferenciar de uma categoria para outra. [...] Nós, por exemplo, nós tínhamos a turma do dia e a turma da noite. Quando a gente trabalhava na turma do dia, a gente reunia a noite, de 15 em 15 dias mais-ou-menos, às vezes passava 1 mês. E o quê que fazia a turma da noite, que estava de noite, reunia na outra. Então que nós éramos mais-ou-menos numa média de uns 12, 10, 12, então dividia não é. [...] Não, eu tinha um cargozinho, na nossa célula, eu era tesoureiro. [...] É. Aqueles que pagavam mensalidade, eu recebia. Venda de bônus, venda de, essas coisas que o Partido trazia para a gente vender. Nós às vezes vendia, uma rifa, a gente pegava uns cartões e vendia para o povo não é.²²⁴

[Em Juiz de Fora] Entrei// para a célula do... do... do Carris Urbano. Naquela célula tinha uma série de com... de... de companheiros. [...] Ali, ali começou a trabalhar. Reunia umas vezes uma vez por semana reunia a célula. vinha o... tinha o instrutor, vinha de Belo Horizonte... O... o... tinha o... o instrutor, vinha de Belo Horizonte, não é?, dava instruções para nós, nós estava ali discutindo, não é? E... tinha os que [vinha?] de Belo Horizonte, ficava aqui em Juiz de Fora, membro do Comitê Estadual, e organizando o Partido aqui, não é? Além da... das reuniões das células do Partido, que a gente discutia os problema ali, dali nós saía... as diretrizes, que nós teria que cumprir, não é? Também, sempre de mês em mês nós tinha um... um... um [círculo?], espécie de um [círculo?] de estudo... Mas essa já era de todas as bases, todas as células do partido. Tinha. [célula em vários bairros] nós íamos discutir... [isso?]... essa já era de um... nível municipal. Então nós íamos discutir aquilo. E nós, através... nós, dos Carris, já tinha instruções como se dirigia um sindicato, não é? Como se preparava para uma... um... para uma greve. Quer dizer, então nós ia 'catequizando' os companheiros, mostrando para um, para outro, o problema, não é? Dentro da assembléia, como nós procurava agir dentro da assembléia [...]²²⁵

Esse contato próximo, realizado por meio das células, ensejava o debate e participação nas ações do partido, o qual conquistava, dessa forma, adeptos interessados em suas concepções. Ademais, essa era uma tática que permitia ao partido conhecer o perfil dos seus militantes e as suas experiências. Por conseguinte, os dirigentes da agremiação poderiam obter subsídios para a elaboração de propostas e estratégias articuladas com as necessidades dos seus militantes, e, assim, garantir o apoio e permanência dos filiados.

²²³ PERRIN. 1995. op.cit. p.2.

²²⁴ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 16-17, 1992. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

²²⁵ OLIVEIRA, José Henrique. **Entrevista realizada Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 11, 1992. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

Este modelo de cooptação de militantes tinha por objetivo agregar apenas aqueles que estavam interessados de fato em aprender e seguir a ideologia comunista. Por conseguinte, é uma forma de gestão que oportunizava aos integrantes o direto à crítica e à autocrítica, conforme o princípio de organização comunista denominado como centralismo democrático, conforme expressa o documento do partido:

[...] Nos processos congressuais e nas conferências para debater a linha política, a tática e a estratégia de ação do partido, os militantes discutem exaustivamente as propostas até chegarem a um consenso ou a uma posição majoritária. Construída esta posição, adotada coletivamente como resultado de um amplo processo democrático de participação nas decisões, o conjunto do partido deve se empenhar para pôr em prática aquilo que foi decidido, de forma unitária e coesa. Todas as decisões, mesmo relativas a questões cotidianas, são adotadas desta forma: coletivamente.²²⁶

Dentre as obrigações dos indivíduos que faziam parte das células, havia a necessidade de elaborar jornal em tipografia, mesmo que esta ação fosse ilegal, já que o partido operava sem autorização do poder público. Caso não fosse possível, dadas as condições financeiras, um dos recursos utilizados era a confecção do jornal mimeografado. Havia inclusive materiais como o "Boletim de Propaganda e Agitação", que forneciam instruções sobre manuseio das máquinas de tipografia, bem como sobre o design gráfico do jornal, a fim de manter a padronização de todos os jornais ou panfletos elaborados pelos comunistas. O objetivo era possibilitar a ampla divulgação das ações e concepções ideológicas do partido²²⁷. Apresentamos adiante dois fragmentos que exemplificam o tipo de material distribuído e confeccionado para as células:

Povo Brasileiro!

É chegada a hora da libertação nacional. Confiemos à bandeira da revolução e no nosso sincero camarada Prestes, único que poderá arrastar as massas para as barricadas e também o único que continua sincero ao nosso ideal revolucionário²²⁸.

Multipliquemos nossos jornaes de Cellulas

Reforcemos toda a nossa imprensa partidária e de massa. Várias tentativas vem sendo feitas, ora numa região ora noutra, num sector ora noutro, a fim de criar, desenvolver jornaes de cellulas entretanto em nenhuma parte eles só não consolidaram como não se mantiveram. Isso é uma grande deficiência e debilidade a superar. A imprensa do Partido é um formidável factor de

²²⁶ Partido Comunista Brasileiro. s.n.t. op.cit.

²²⁷ "Boletim de propaganda e agitação". Pasta 4821, imagem 116. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4821> > Acesso em: setembro de 2014.

²²⁸ "Material de propaganda". Pasta 4821, imagem 111. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4821> > Acesso em: setembro de 2014.

ligação com a massa, um elemento poderoso de preparação, organização e orientação das lutas.²²⁹ (Grifo nosso)

Observamos que os fragmentos dos boletins de propaganda continham instruções para que os membros do partido elaborassem jornais para divulgar as ideias comunistas. Além disso, faz menção à dificuldade para concretizar essa ação, e ressalta a necessidade em obter êxito nesse processo, em razão dos jornais serem compreendidos como instrumento de ligação com os trabalhadores.

Além desses recursos, que podemos considerar como artesanais, o PCB também detinha alguns periódicos oficiais, tal como o *Jornal do Povo*, que, na década de 1950, possuía tiragem semanal. Em nossa pesquisa no acervo do DOPS mineiro, localizamos vários exemplares do *Jornal do Povo* em meio aos documentos de diversas cidades do estado. No final da década de 1940, na cidade de Uberlândia, operava o jornal *Tribuna do Povo*, com tiragem diária. Sua circulação perdurou por mais de dez anos, até que em 1951 teve todo o seu maquinário apreendido pelos agentes da polícia política. Outros periódicos, com tiragem irregular, atuaram em cidades na década de 1950, como em Governador Valadares com o *Gazeta do Rio Doce* e, em Belo Horizonte, havia o *Grito*, editado pelos ferroviários, e *Vai Rodá*, gerido pelos motoristas de bonde da capital²³⁰.

Embora estes órgãos de imprensa tenham sofrido intensa repressão e muitos não tenham conseguido vigorar até o final da década de 1950, a identificação da existência desses periódicos é significativa, já que comprova os esforços para difusão do comunismo no interior de Minas. De igual modo, algumas fontes sugerem a existência de emissoras de rádio clandestinas no estado, e, muito embora não apontem nominalmente, há descrição sobre a intensa propaganda comunista que executavam²³¹. Porém, a forte fiscalização da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos juntamente com a Delegacia de Ordem Pública impediram o funcionamento contínuo das emissoras.

Em relação aos mecanismos de financiamento do partido, nesse contexto, também eram diminutos, e concentravam-se no montante arrecadado do pagamento de mensalidades pelos filiados. Outras formas para angariar recursos também eram corriqueiramente utilizadas,

²²⁹ “Boletim de agitação e propaganda”. Fonte: Pasta 4821, imagens 115 e 116. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4821> > Acesso em: setembro de 2014.

²³⁰ “Boletim de propaganda e agitação.” Pasta 4821, imagem 116. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4821> > Acesso em: setembro de 2014.

²³¹ “Boletim de propaganda e agitação”. Pasta 4821, imagem 116. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4821> > Acesso em: setembro de 2014.

tais como a venda de livros, fotografias de líderes como Luís Carlos Prestes, rifas, leilões de prendas e, inclusive, quantias eram obtidas pela realização de festas e bailes em que eram vendidos ingressos. O que podemos observar através da análise das fontes, é que, durante a década de 1950, o PCB mineiro, além atuar vigorosamente no trabalho de recrutamento de militantes, o que lhe permitiu ampliar a sua área de atuação, lutava para concretizar a sua consolidação no estado, não apenas em termos de ampliação, mas no próprio custeio e manutenção de sua estrutura.

Na medida em que avançava em seus planos de expansão no estado, apesar de estar na clandestinidade, a estrutura organizacional do PCB em Minas Gerais foi sendo modificada. No Quadro 9 expomos a composição estrutural do partido no ano de 1955. Esta organização se difere em vários aspectos quando comparada com a composição em 1950. A existência de um número maior de secretários e funções é algo que evidencia a preocupação em materializar uma atenção maior e direcionada a distintos setores da sociedade. Por conseguinte, observamos o retorno de uma secretaria dedicada exclusivamente à orientação e organização sindical, e uma secretaria de Orientação Política e Relações Proletárias.

Quadro 9 Estrutura do Comitê Estadual de Minas Gerais em 1955

Função	Nome
Secretário de Orientação Política e Relações Proletárias	José Adjunto Filho
Secretário de Orientação Ideológica e Propaganda	Orlando Bonfim Júnior
Secretário de Orientação Financeira e Arrecadação	Roberto Costa
Assistente para o Interior	Oto M. Pereira
Secretário de Arregimentação Eleitoral	Armando Ziller
Assistentes	D. Diniz e G. Alvim
Assistente	Dimas Perrin
Secretário de Orientação das Agremiações Democráticas e de defesa das Liberdades	Dimas Perrin
Assistentes	Walter e Mudado
Secretário de Orientação e Organização Sindical	Afonso Campos
Coordenador do Serviço de Imprensa	O. Dias Leite
Coordenador dos Servidores Públicos Estatais	João de Deus Rocha
Coordenador da Juventude Democrática	Roberto Drumond
Assistentes	Melmann, Zimer e Loyola
Coordenador Bancário	Geraldo M. Ávila
Coordenador Universitário e Estudantil	Sebastião Nery
Assistente	Mauro G. de Freitas
Coordenador de Artes e Ciências	F. Teixeira Sales
Coordenadores Judiciários	José Adjunto, Fábio Medeiros, Bráulio Diniz, Raimundo Lima

Fonte: Dados compilados. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP101PDF, p.1.

Além disso, o partido especificou em sua estrutura o trabalho e envolvimento com múltiplos segmentos da sociedade, e não apenas junto às camadas operárias, tais como: servidores públicos, estudantes e bancários. Para cada segmento foi criada uma secretaria responsável pela condução das ações. Ademais, na Tabela 10 apresentamos a distribuição de regiões que detinham núcleos do PCB com as respectivas lideranças responsáveis pelas ações. Observamos, neste período, o aumento do número de regiões em que o partido desenvolvia as suas ações. Interessante ressaltar que, no documento que descreve essas informações, há menção às lideranças que exercem o papel de articulação da agremiação mineira com as de outros estados, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo. Tal aspecto reforça não apenas a relação contígua com pecebistas destas unidades federativas, mas também a manutenção de sua influência na agremiação comunista mineira.

Quadro 10 Ligações entre as organizações de bases e as regiões de Minas Gerais (1955)

Região	Nome
Sul e Sudeste	Trindade
Noroeste	Siqueira
Mata	Jorge
Triângulo	Lúcio e Carvalho
Juiz de Fora	Fernandes e Catarino
Sapucaí	Paiva
Rio de Janeiro	E. Alkimim
Vale do Paraíba e São Paulo	Marco
Estudantes	Geraldo
Norte de Minas	Mário
Vale do Rio Doce	Bandeira
Teófilo Otoni	Não identificado
Conselheiro Lafaiete	Não identificado

Fonte: Dados compilados. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP101PDF.

Vimos que, historicamente, foi forte a influência das agremiações dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, desde a criação dos primeiros núcleos do PCB nas terras mineiras, à tutela comitês regionais, quando da reestruturação do partido no início dos anos 1950. Todavia, a partir de 1955, os dirigentes regionais passaram a deliberar sobre a necessidade de refutar a interferência dos referidos estados frente aos Comitês regionais. Em ata da reunião realizada pelo Comitê Regional de Belo Horizonte, sede do PCB no estado, no dia 16 de dezembro de 1956, propõe como temáticas a serem discutidas, a necessidade de romper com a

estreita ligação com outros estados, sobretudo, em razão da dificuldade da direção em realizar uma profícua articulação junto aos demais comitês do interior de Minas:

O Comitê Central acha que não está havendo um certo trabalho de equipe entre as direções dos Comitês Regionais de Minas Gerais. Nesse sentido, veio ouvir a opinião dos dirigentes desses organismos a fim de que possa estudar uma melhor solução para resolver esta questão um tanto complexa. Por exemplo, o Sul de Minas está ligado com São Paulo, sendo que uma parte tem sede em Taubaté e outros em Campinas. Isto não pode continuar. Separemos essas regionais somente dentro de Minas. Isso veria facilitar muito o nosso contato.²³² (Grifo nosso)

Se, a priori, a subordinação dos comitês do PCB no interior mineiro aos dos estados que contribuíram para a sua criação e constituição foi importante para controle e reestruturação dos trabalhos, com o passar dos anos os dirigentes estaduais identificaram algumas dificuldades resultantes desta ação. Dentre as dificuldades, está a ausência de um trabalho articulado entre as regiões. Porém, alterar esse panorama não era uma tarefa simples, era necessário que o Comitê Central levasse a proposta de ruptura da tutela junto ao Comitê Nacional, para que fosse discutido e aprovado.

Enquanto não houvesse uma decisão concreta, foi definido nesse encontro a realização de reuniões com os secretários regionais e com comissões partidárias, a cada dois meses, a fim de consolidar uma maior articulação nas decisões e deliberações. A subordinação dos comitês do interior aos estados que fazem divisa com Minas Gerais perdurou até o final da década de 1950. Não identificamos, na consulta aos manuscritos do partido, uma data específica em que ficou definido o desligamento, apenas menção ao retorno do controle de todos os comitês a Minas. De maneira análoga, nas entrevistas utilizadas neste estudo, aqueles que fizeram parte do PCB neste período apenas mencionam a interferência de pessoas de outros estados na composição da estrutura organizacional. Não houve, pois, por parte dos entrevistados, a indicação do momento em que a “tutela” de outros estados deixou de ser realizada. Em relação aos depoimentos orais, nossa hipótese é a de que o entrevistador não se atentou para a pertinência desse fato na história do partido e, por isso, não inquiriu os entrevistados sobre este assunto.

Podemos afirmar, por meio da análise das fontes escritas e orais, que a realização de mudanças na estrutura orgânica do PCB se deu ao longo da década de 1950. Observamos tanto a rotatividade de membros, quanto a variação das funções. A redefinição das nomenclaturas também foi frequente neste período. Os chamados comitês avançados

²³² “Atividades do PC em Minas Gerais. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP107PDF. p.05-06, 20 de dezembro de 1956.

passaram, a partir de 1956, a serem denominados apenas como comitês regionais. Cada comitê estadual passou a ser organizado em sub-regionais, acunhadas de “comitês de zona”. Este é o caso da regional de Belo Horizonte, que passou a contar com cinco localidades subordinadas à capital: Itabira, Conselheiro Lafaiete, Paracatu e Piuí. A disposição organizacional do PCB em Minas Gerais indica, em sua perspectiva teórica, que havia uma articulação entre as várias instâncias do partido.

A escolha das cidades para sediar o Comitê de Zona estava relacionada à identificação das áreas de maior concentração industrial, mineradoras e metalúrgicas. Nos Quadros 11e 12, expostos adiante, apresentamos a disposição organizacional do Comitê Regional de Belo Horizonte, e, posteriormente, os responsáveis pela direção de Comitês nas outras regiões de Minas Gerais.

Quadro 11 Estrutura Orgânica do Comitê Regional de Belo Horizonte em 1956

Secretariado	
Secretário Político	Tim (nome de “guerra”)
Secretário de Organização	Anélio Marques Guimarães - (nome de “guerra”: Ari)
Secretário de Massas	Luiz de Carvalho Bicalho - (nome de “guerra”: Pedro)
Secretário de Agitação e Propaganda	Orlando Bonfim Júnior - (nome de “guerra”: Carlos)
Tesoureiro	Aroldo Roichman
Direção Intermediária	José Militão Soares, Adalto Alves dos Santos, Cosme Simplício, Milton Barbosa, João Gomes (articula as ações com o Comitê Regional do Triângulo Mineiro)
Auxiliar de Secretaria e Organização	Francisco Teixeira Campos
Seções	
Seção de Estudos do Comitê Regional	Wenceslau de Oliveira Moraes - (nome de “guerra”: Hélio) e Stanislau Alkmim
Seção Sindical	Armando Ziller - (nome de “guerra”: Ivo), José Bougioni - (nome de “guerra”: André), Augusto Gilbert - (nome de “guerra”: Joel)
Escritório de Advocacia	Raimundo de Lima e Silva

Fonte: Dados compilados. LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Quadro 12 Comitês Regionais de Minas Gerais em 1956

Cidade	Direção
Ponte Nova	Jesus Paulo Marques
Montes Claros	Fernando Dapieve
Conselheiro Lafaiete	Fabio de Faria Medeiros
Patos de Minas	Manoel Correa Sá Bandeira

Fonte: Dados compilados. LIGEIRAS, considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. acesso em janeiro de 2014.

Um aspecto particular dos documentos que apresentam essas informações refere-se à indicação do apelido ou como é apresentado nos manuscritos, o “nome de guerra” dos integrantes do partido. Apesar do uso de pseudônimos não ser uma ação nova por parte dos comunistas, tal prática esteve presente ao longo de sua trajetória, em virtude da vigilância dos órgãos de repressão. No entanto, a identificação do uso de pseudônimos nesta pesquisa se deu apenas quando localizamos os dados sobre a estrutura orgânica do partido em 1956. Veremos no capítulo seguinte, que a vigilância aos membros do PCB mineiro foi intensificada a partir dos anos 1950, não apenas em função do partido operar na ilegalidade, mas, em especial, diante da crescente participação na organização e realização de greves em várias regiões do estado. Dessa forma, o uso de “apelidos” foi importante para dificultar o monitoramento dos agentes. Em sua entrevista, Arthur Dianini cita a existência dos apelidos como elemento estratégico dos pecebistas para ocultar as suas identidades. Interessante que, apesar de terem se passado mais de cinco décadas - na ocasião em que foi realizada a entrevista - durante o diálogo entre entrevistador e entrevistado, Dianini não revelou seu apelido ao afirmar tê-lo esquecido.

AD: Ah, eles não falavam o nome não.

LN: Nunca falava o nome.

AD: Ah não, o nome não. Tinha pessoa, mais eles falavam o apelido dele lá, mais normalmente a gente esquecia não é, do apelido das pessoas.

LN: Hum... hum.

AD: Os nomes não dava não. E nós também no Partido, nas reuniões, nós tínhamos os nome, os apelidos.

LN: Como é que era o apelido do senhor?

AD: Eu esqueci o apelido meu.

LN: O senhor esqueceu o apelido do senhor?

AD: No movimento de... Que foi passando, o tempo foi passando. Depois veio a ditadura, na ditadura a gente ficou desligado, acabei esquecendo o meu apelido lá dentro.

LN: Do Partido.

AD: Que era medida de prevenção, porque se caso a polícia chegasse de noite e ficasse escutando, ela não sabia quem que era.²³³

Por meio da análise das fontes, não foi possível aferir se as constantes alterações, tanto da nomenclatura dos segmentos da agremiação quanto da troca constante dos dirigentes foram benéficas para a redução da influência que outros estados exerciam na condução das ações do PCB no interior do estado. Em documento que trata as definições relativas à nova orientação político partidária do PCB na década de 1950 há explicações referentes ao paulatino processo de reestruturação a que o partido vinha se submetendo com o interesse em consolidar-se como partido de grandes massas e eliminar os entraves que barravam a conquista deste objetivo²³⁴. Além desse material, uma Resolução foi elaborada com o intuito de apresentar os avanços e os problemas vivenciados pelo PCB mineiro. Este documento destaca como positivas as ações com vistas à reestruturação, sobretudo em relação ao aumento do número de adeptos. Tais questões serão analisadas no capítulo seguinte.²³⁵

Em 1956, um importante fato incidiu sobre os partidos comunistas em todo o mundo. Em discurso proferido no dia 25 de fevereiro do corrente ano, durante uma reunião com vários líderes dirigentes comunistas estrangeiros no XX Congresso do Partido Soviético, o líder da URSS Nikita Khrushov apresentou o chamado “Relatório Secreto”. Neste relatório Khrushov expôs informações a respeito das inúmeras repressões e expurgos contra os opositores da URSS realizados por determinações de Josef Stalin.²³⁶

Muito embora inicialmente o relatório tenha sido apresentado apenas para os principais dirigentes estrangeiros, o seu conteúdo foi divulgado entre vários PCs em todo o mundo. Não há consenso entre os pesquisadores a respeito da validade das informações expressas por Kruchov, e tal discussão foge de certa maneira ao escopo da proposta dessa pesquisa. Dirigentes do PCB não participaram da reunião em que foram divulgadas tais

²³³ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 17, 1992. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

²³⁴ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

²³⁵ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias-reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

²³⁶ Stalin era líder da URSS e governou durante os anos de 1927 a 1953 estabeleceu um regime com características autoritárias de esquerda, adotou a concepção de um governo comandado por um único partido, o Partido Comunista. Além disso, empregou significativa propaganda que tinha por objetivo exaltar a sua personalidade.

informações e alcunhadas, posteriormente, de “crimes de comunismo”. No entanto, a divulgação do relatório trouxe impactos importantes para o PCB.

O período correspondente aos anos de 1956 a 1962 na trajetória do PCB é classificado pelo historiador Eliezer Pacheco²³⁷ como um período de grande crise interna, no qual foram feitas várias análises de autocrítica do partido e mudanças sobre a maneira pela qual a sigla deveria conduzir suas ações. Pacheco faz menção ao fato de que o relatório de Kruschov, apesar de não ter sido discutido nem tampouco apresentado anteriormente aos demais PCs, pode ser considerado o documento que causou a maior comoção entre as fileiras dos militantes. Além de responsabilizar Stalin por todos os crimes e problemas que permearam a URSS entre os anos em que ele esteve no poder, a problemática do culto à personalidade respingou na utilização contínua da imagem de Prestes como expoente do PCB. Os historiadores Pacheco, Pandolfi e Reis fazem menção ao fato de que após a divulgação do relatório de Kruschov, em termos oficiais, o PCB ficou em silêncio. Nos primeiros meses após apresentação do texto, os dirigentes procuraram ignorá-lo, provavelmente com receio do impacto que esta questão teria entre os militantes²³⁸. No entanto, no interior do partido, críticas em torno das opções tomadas pelos dirigentes ao longo dos anos, progressivamente se uniam às informações que eram pulverizadas entre os militantes a respeito do relatório.

De acordo com Reis, nesse período ampliou-se o debate em torno dos “desvios”, isto é, dos erros cometidos pelo partido. Dentre eles o sectarismo, a difusão da ideia do partido como uma “entidade” em que o militante precisava seguir metodicamente as orientações do partido. Para alguns militantes, a forma como eram conduzidas as ações do partido, muitas vezes, parecia que eram filiados a uma “seita”. Muitas regras eram expostas, moralismo em relação ao comportamento e espionagem a fim de investigar a vida dos próprios militantes. Aqueles que não seguissem a risca todas as regras impostas eram expulsos sumariamente. Além disso, não podemos deixar de mencionar as críticas relacionadas ao culto à personalidade de Prestes. Em relação aos fatos de 1956 para o PCB mineiro, ao examinarmos as entrevistas de indivíduos que eram membros do partido no período, poucas foram as menções sobre o relatório divulgado por Kruschov. Das dezesseis entrevistas utilizadas, apenas em uma delas a questão foi mencionada e analisada pelo entrevistado.

O mineiro Dimas Perrin, ao ser questionado sobre quais seriam os principais problemas de funcionamento do PCB mineiro em meados dos anos 1950 e sobre a posição dos dirigentes estaduais em relação às ocorrências de Moscou, frisou as sucessivas tentativas

²³⁷ PACHECO. op.cit. 1986, p.207-223.

²³⁸ PANDOLFI. 1995. op.cit.

de constituir uma imagem de Prestes como um “herói”, ou seja, o uso da sua imagem como representante do partido assim como foi feito com Stalin na URSS. Conforme Perrin, o uso da imagem de Prestes remonta aos anos 1930, devido à sua trajetória. Todavia, para Perrin, o chamado “culto à personalidade” contribuía para ocultar os problemas internos. Ainda segundo ele, em âmbito estadual, membros que ocupavam cargos com maior prestígio dentro do partido se apropriavam da concepção do culto à personalidade, e, por consequência, muitas vezes os dirigentes se distanciavam da realidade da agremiação, em função da concepção de ocupar um cargo de poder. Ainda em suas palavras:

O Prestes sempre foi considerado um companheiro merecedor de todo respeito, de toda a consideração. Agora, o que acontece é o seguinte, é que o companheiro Prestes, quando ele entrou para o partido, ele já possuía uma grande aureola de herói. Era um herói, era o homem mais prestigiado em 1930, era o homem, o político mais prestigiado do Brasil, foi indicado para ser Presidente da República. Então ele entrou para o partido com essa aureola. Ele era um homem de um temperamento muito forte. Os seus pontos de vistas, ele defendia com muito ardor mesmo. E dotado desse também, possuidor dessa aureola também, a minha opinião, eu tenho impressão que um grande número de companheiros compreendem essa minha opinião, ele também se deixou contaminar pelo chamado “culto à personalidade”, que existiu e que num determinado momento, com esse nome ou com outro nome, subiu à cabeça de alguns dirigentes do movimento comunista internacional. E essa fé, no tempo do Stálin, estava se transferindo também para ele, principalmente para ele. Então era o caso de o Stálin, com esse poder todo, em cada país tinha também o seu principal dirigente, como detentor desse poder. Aqui no Brasil era o companheiro Prestes. Aqui em Minas Gerais tinha um companheiro também. E onde não tinha, sempre levantava um se arvorando em ser o dono daquele poder.²³⁹

A partir das análises das fontes, a respeito das consequências da divulgação do relatório de Kruschov, não foram localizados fortes indícios de que esta problemática foi alvo de discussão intensa pelos dirigentes estaduais. De todo modo, como abordaremos no capítulo seguinte, a partir de meados dos anos 1950, inúmeras transformações foram conduzidas no PCB mineiro a fim de ampliar o número de adeptos e de corrigir o que os comunistas definiam como os “desvios” do partido.

²³⁹ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 18, 1992. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

Neste capítulo foi feito um esforço para compreender como estava disposta a estrutura orgânica do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais durante o período de 1945 a 1960. Dentre as alterações que foram implementadas na estrutura no transcorrer deste período, podemos citar o retorno à ilegalidade política, as mudanças na linha política adotada e a definição de táticas que os comunistas consideraram serem mais eficazes para o estabelecimento da interação junto aos trabalhadores. Dessa forma, examinamos as ações realizadas com a finalidade de concretizar o objetivo maior do PCB, que é tornar-se um partido das grandes massas trabalhadoras. Para isso, a atenção do partido concentrou-se, principalmente, na construção de estratégias que pudessem concretizar a inserção dos comunistas em meio aos espaços de atuação da classe trabalhadora.

Em Minas Gerais, a partir de meados da década de 1940 o PCB realizou várias alterações na composição de sua estrutura orgânica, no intuito de melhorar o seu desempenho no cenário estadual. No decorrer deste capítulo, vimos que a expansão das atividades feitas através das células, bem como a reorganização das atividades do partido, foram algumas das práticas realizadas neste período. Ademais, não podemos deixar de fazer menção do processo de intervenção externa que a agremiação mineira sofreu em razão dos dirigentes nacionais considerarem que o andamento das atividades do partido não estava satisfatório.

Mediante o uso de fontes orais, documentos produzidos pela polícia política e materiais apreendidos em sedes dos partidos e, em residências dos comunistas, conseguimos traçar, mesmo que com algumas lacunas, como estava disposta a estrutura orgânica do PCB, entre os anos de 1945 a 1960. Mediante o cruzamento das informações disponíveis nas fontes, foi possível compreender como era a dinâmica do partido, suas dificuldades e, sobretudo, como era desenvolvido o trabalho na capital do estado. Neste capítulo compreendemos que, apesar da ilegalidade política, o partido prosseguiu desenvolvendo ações no sentido de ampliar o número de filiados e para eliminar os problemas que dificultavam o seu crescimento.

De acordo com a análise feita pelos dirigentes do partido, o “sectarismo” era um dos principais entraves às ações junto aos trabalhadores. Assim, esforços no sentido de instruir as bases a aperfeiçoarem o trato com os trabalhadores e a eliminarem os entraves causados pelo “sectarismo”, estiveram presentes no processo de reestruturação das ações do PCB. Desta forma, entre os anos de 1945 até a década de 1960, o PCB esteve em vias de consolidação no estado ao mesmo tempo em que expandia suas ações. No capítulo seguinte, avaliaremos o

papel de eventos importantes, tais como o IV e V Congressos realizados pelo PCB nos anos de 1954 e 1960, respectivamente, para o processo de reestruturação e organização das ações do partido no estado.

3 ENTRE CONCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS: A FORMAÇÃO TEÓRICA DO PCB MINEIRO

Um dos objetivos desta tese consiste em entender o processo de articulação do PCB junto aos trabalhadores urbanos. Para isso, é importante recorrer às concepções teóricas apregoadas pelo partido para examinar como na prática as suas ideias foram aplicadas. As fontes utilizadas para empreender estas análises foram o documento que contém a "Resolução" das ações do partido²⁴⁰, materiais elaborados por membros do PCB, que estão sob custódia do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS de Minas Gerais e da Coleção Informante do Regime Militar, além de entrevistas realizadas com ex-militantes. O cruzamento das informações presentes nessas fontes possibilitou entender o planejamento das ações do partido.

Na primeira seção deste capítulo, denominada “A influência do IV e V Congressos na dinâmica do PCB mineiro” examinaremos a influência das orientações dos dirigentes nacionais nas demandas de cunho estadual. O IV²⁴¹ e V²⁴² Congressos do PCB, realizados em 1954 e 1960, respectivamente, resultaram em significativas alterações na estrutura orgânica e na linha política adotada pelo partido em âmbito nacional e, posteriormente, para a divisão mineira. Sendo assim, nesta seção avaliaremos a influência desses dois eventos para a dinâmica interna do PCB de Minas Gerais. Para isso, utilizamos como ponto de partida para as análises as orientações expressas pelas resoluções publicadas ao término desses acontecimentos. As referidas convenções nacionais contaram com a participação de representantes do estado de Minas que, ao regressarem para suas bases, buscaram divulgar orientações estratégicas para implementação das disposições de ordem nacional.

Mediante essas análises será possível avaliar, na segunda seção, intitulada “Condições da política de organização do PCB em Minas Gerais” como foram realizadas as alterações na linha política adotada, e, por conseguinte, como se deu a prática destas. A partir dessas considerações, foi possível identificar como ficou disposto o funcionamento do partido e quais foram as regiões de maior atuação do PCB junto à classe trabalhadora urbana em Minas Gerais.

²⁴⁰ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2.

²⁴¹ IV Congresso do PCB. Disponível em: <
https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm > Acesso em: maio de 2015

²⁴² Resolução do V Congresso do PCB. Disponível em: <
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb > Acesso em: maio de 2015

Sobre este aspecto, precisamos fazer uma ressalva. O foco analítico deste estudo consiste na compreensão das ações estratégicas do PCB para promover a sua articulação com as classes trabalhadoras urbanas. Por isto, neste capítulo iremos mapear as regiões onde o PCB destinou maior atenção para articular com este segmento. Tal advertência é necessária, haja vista que o PCB, para se constituir enquanto um partido de grandes massas, desenvolveu variadas ações voltadas à interação com os trabalhadores do campo e da cidade. Todavia, como o foco deste estudo é o segmento urbano, nem todas as regiões serão contempladas. Do ponto de vista estratégico, o PCB planejou suas atividades de acordo com o tipo de projeção econômica vivenciada por cada região na medida em que expandia o raio de atuação no interior de Minas Gerais. Sendo assim, em cidades cujo desenvolvimento econômico esteve voltado à agricultura e pecuária, por exemplo, o foco do trabalho dos comunistas esteve na aproximação aos trabalhadores camponeses.

Outro aspecto acerca das transformações na estrutura orgânica do partido será contemplado neste capítulo. Isto é, devido à análise realizada no começo da década de 1950 pelo Comitê Nacional de que o estado de Minas não havia obtido bom desempenho no trabalho de propagação da ideologia comunista, os dirigentes nacionais realizaram intervenção nos comitês estaduais. Esta ação fez com que o PCB de Minas Gerais perdesse autonomia. O poder decisório acerca da divisão mineira da sigla ficou a cargo dos estados como Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, interessa-nos compreender como estes fatores (condicionantes nacionais e diligências estaduais) interferiram na condução das demandas do partido no período de 1950 a 1960. Cabe salientar que o entendimento acerca das continuidades e rupturas da estrutura organizacional do PCB em Minas Gerais é essencial para examinar as táticas e mecanismos utilizados pelos militantes no estabelecimento da relação com o movimento operário ao longo do tempo.

No intuito de fortalecer o trabalho de ampliação do número de militantes, as orientações dos dirigentes nacionais estiveram voltadas à eliminação dos entraves do “sectarismo”. Para isso, além da responsabilidade de orientar militantes e simpatizantes acerca das concepções ideológicas, os integrantes de células e sedes partidárias foram instruídos ao compromisso de identificar as demandas das classes trabalhadoras. Isso porque, durante a década de 1950, o PCB estabeleceu como meta tornar-se um “partido de ação”. Para isso, promovia ações práticas e coordenadas com os trabalhadores que resultassem em respostas concretas e imediatas às suas necessidades. Dessa forma, os dirigentes esperavam que ao tornar-se de fato um “partido de ação”, conquistaria o interesse de muitos trabalhadores em se filiarem à sigla. Nesse sentido, aliar as concepções subjetivas às objetivas foi destaque ao

longo do processo de reestruturação do PCB em Minas Gerais. Para isso, foram traçadas estratégias com o objetivo de fortalecer as organizações existentes, formar quadros que soubessem articular as concepções teóricas com os objetivos práticos dos pecebistas, ou seja, interagir nas instâncias sindicais e, por conseguinte se tornar a vanguarda da classe trabalhadora. Na última seção deste capítulo, veremos ainda que ao passo que realizava as alterações expressas pelas resoluções nacionais e corrigia os “desvios”²⁴³, a divisão mineira definiu as regiões e as categorias profissionais em que concederia maior atenção em relação ao trabalho junto ao setor urbano, conforme aprofundaremos na abordagem ao longo deste capítulo.

3.1 A influência do IV e V Congressos na dinâmica do PCB mineiro

O documento intitulado: "Resolução sobre a Política de Organização do Partido", divulgado pelos dirigentes a partir de meados da década de 1950, traz significativas análises a respeito das deficiências do trabalho de organização e sobre a atuação do PCB em Minas Gerais, sobretudo em relação às experiências da década de 1950. Apesar dessas reflexões, o documento fornece instruções sobre como o partido deveria se mobilizar a fim de criar condições para estabelecer uma nova linha político-partidária. Ademais, o texto ainda contém orientações sobre como deveria constituir um novo *modus operandi* da sua estrutura organizacional.

Tendo em vista a riqueza de informações expressas pela "Resolução", consideramos pertinente discorrer sobre seus principais pontos. Antes disso, é significativo assinalar a influência do IV Congresso do Partido Comunista, realizado em novembro de 1954 no Rio de Janeiro, haja vista que o referido documento faz menção ao impacto deste evento para as perspectivas da agremiação. No informe geral sobre a atuação do PCB no país, expresso durante o mencionado evento, Luís Carlos Prestes enfatizou o papel dos militantes na articulação junto à classe operária. Para ele, era fundamental não apenas a interação, mas, sobretudo, a participação de trabalhadores vinculados ao partido na realização de greves e reivindicações em empresas e indústrias:

Dando o mais decidido apoio às direções sindicais, devemos dispensar uma atenção especial ao trabalho nas empresas e à organização dos conselhos

²⁴³ Conforme analisamos no capítulo anterior, ao longo da década de 1950 o PCB realizou várias mudanças em sua estrutura orgânica e na linha política com o objetivo de identificar os erros cometidos, denominados pelo partido como “desvios”, e traçar estratégias que pudesse reerguê-lo diante de tantos obstáculos.

sindicais nos locais de trabalho. A vitória das greves está fundamentalmente nas empresas. Depende também, em grande parte das ligações estabelecidas com os bairros, isto é, com todo o povo, que pode e deve ser ganho para o apoio aos movimentos grevistas e neles participar ativamente. Em especial na luta contra a carestia da vida e pelo congelamento de preços, como na luta em defesa das liberdades e da Constituição, é sempre possível estabelecer relações diretas e estreitas com toda a população dos bairros. Não há nada que justifique o isolamento da classe operária, cujos interesses cada vez mais coincidem com os das demais camadas e setores da população. É preciso ganhar as mulheres, os jovens, os estudantes, os elementos das profissões liberais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os trabalhadores por conta própria e os artesãos para o grande movimento contra a carestia da vida e pelo congelamento dos preços²⁴⁴.

Ainda conforme o trecho do informe, Prestes reforça em seus argumentos o papel das organizações sociais e sindicais, pois em sua concepção são elas que interagem cotidianamente com as massas, tanto no trabalho quanto nos bairros. Além da ilegalidade, que não permitia a inserção do PCB na seara política, o trabalho de interação com as massas era o principal desafio. Isto porque não bastava interagir com a população em busca da ampliação dos filiados ao partido, era necessário conhecer e compreender a realidade dos indivíduos para, dessa forma, trazer para a discussão no interior do partido as demandas mais imediatas das massas. Por isso, era preciso seguir metodicamente o que postulava o Programa do Partido Comunista, ou seja, os militantes deveriam participar do atendimento às demandas imediatas, apoiar as reivindicações do sindicato e estimular o ensejo à luta em busca da libertação nacional.²⁴⁵

Essas orientações são reforçadas de maneira recorrente ao longo da "Resolução sobre a Política de Organização do Partido". Na introdução, inclusive, o documento informa sobre as tensões partidárias que existiam em âmbito nacional, e que influenciavam diretamente na condução das ações da esfera estadual. As tensões a que o documento se refere são relativas à repercussão dos crimes cometidos por Stalin durante o período em que governou URSS. Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética/PCUS, realizado em fevereiro de 1956. Neste evento foi apresentado pelo Secretário do Partido, Nikita Kruschov, um relatório sobre as práticas autoritárias que teriam sido adotadas durante o governo de Stalin (1927-1953).

²⁴⁴ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB. 7 a 11 de novembro de 1954. Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. **Problemas:** revista mensal de cultura política. n.64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/cap02.htm#ii4>>. Acesso em: 11 set. 2014.

²⁴⁵ Tanto no informe quanto no Programa do Partido Comunista há claras orientações para o desenvolvimento do trabalho junto às mulheres e aos trabalhadores camponeses. Todavia, trazemos para a discussão apenas as informações relativas às orientações para a classe trabalhadora, por ser o foco central da presente pesquisa.

Eliezer Pacheco afirma que o partido tentou conter as discussões a respeito do relatório durante os primeiros meses após a sua divulgação, inclusive, para o autor, o PCB tentou ignorá-lo ao afirmar que o texto poderia ser fruto de uma farsa para denegrir a imagem do comunismo soviético. No entanto, à medida que as informações do XX Congresso PCUS foram difundidas entre dirigentes e militantes brasileiros, surgiram uma série de conflitos entre lideranças e intelectuais do PCB. Uma dos impactos foi a discussão sobre o uso excessivo da imagem de Prestes para angariar e fidelizar novos adeptos. Ainda conforme Pacheco, o impacto do relatório trouxe consequências importantes que afetaram o planejamento da linha política adotada pelo partido nos anos posteriores. Outra consequência direta da repercussão do relatório de Khrushov para o PCB foi a realização do exame crítico da experiência dos comunistas.²⁴⁶

De acordo com Daniel Araão Reis²⁴⁷, Diógenes Arruda Câmara, um dos dirigentes do partido, era chefe da delegação brasileira que participou do XX PCUS. Após retornar ao Brasil, somente após seis meses é que ele reuniu-se com os demais dirigentes nacionais para tratar do assunto. Reis ressalta que, no tocante às críticas em relação ao “culto a personalidade” no interior do partido, estas atingiram não somente a Prestes, mas ao próprio Arruda, conhecido como indivíduo de pulso firme da agremiação e que controlava as aparições de Prestes. As críticas a respeito dos erros cometidos pela facção também foram direcionadas a ele. Foram meses de tensão para a cúpula nacional, conforme explica Reis:

Somente no final de agosto, cerca de seis meses depois da primeira leitura do relatório, ele se reuniu com dirigentes partidários. Inicialmente, com a Comissão Executiva. Confirmou então as versões publicadas pelos jornais no Ocidente e no Brasil. Foi um choque. Prestes, presente nessa reunião, também ficou perplexo. Arruda soltava os cachorros não apenas contra Stalin, mas contra toda a direção do Partido Comunista Soviético, permitindo-se insultá-la, inclusive com palavrões. Uma reviravolta drástica. A surpresa de Prestes transformou-se logo em inquietação. [...] No encontro com o Comitê Central que se seguiu, houve gente vomitando e chorando. O impossível acontecera. Khrushov, o maior dirigente soviético, realmente dissera, com todas as letras, que Stalin não passara de um reles criminoso. Arruda Câmara, mais uma vez apareceu como um campeão das críticas a Stalin e aos soviéticos. Talvez imaginasse que o “Stalin brasileiro” seria Prestes. Enganou-se. Quem arcou com as consequências foi ele próprio. Arruda, e em ponto menor, seus camaradas de Executiva, Amazonas e Grabois²⁴⁸.

Apesar das discordâncias, paulatinamente o partido conseguiu se manter e, em 1958 divulgou a chamada “Declaração de Março”, em que foram expressas estratégias para alçar o

²⁴⁶ PACHECO. 1986. op.cit.

²⁴⁷ REIS. 2014. op.cit

²⁴⁸ PACHECO. 1986. op.cit. p.270.

socialismo no Brasil em longo prazo²⁴⁹. De acordo com Ronald Chilcote²⁵⁰, o processo de reformas já vinha sendo planejado desde a publicação do "Projeto de Programa"²⁵¹, resultante das discussões do IV Congresso de 1954. Este documento tornou-se base para reformar o partido. De modo geral, o "Projeto de Programa" apresentava quatro tarefas que deveriam ser empreendidas pelos membros da agremiação. A primeira, referia-se à luta contra o imperialismo norte-americano, já que, de acordo com a ótica comunista, os Estados Unidos exerciam ações no sentido de tentar controlar as reservas minerais do país. Dessa forma, o PCB entendia que o seu papel estava circunscrito à defesa da soberania nacional. A segunda trata da nacionalização das propriedades rurais por meio do confisco e distribuição aos camponeses sem-terra. Ações no sentido de promover a interação junto aos trabalhadores do campo foram entendidas como basilares.

Ademais, temos na terceira tarefa o objetivo de constituir um governo democrático com a finalidade de promover a “libertação nacional”, ou seja, os comunistas estavam desejosos de retirar latifundiários e capitalistas das instâncias do poder nacional. Para isso, compreendiam que era necessário constituir uma coalisão entre camponeses, classe operária, intelectuais e pequena burguesia nacional. Por conseguinte, temos na quarta tarefa a formação de uma etapa de transição através da formação da “frente anti-imperialista, conforme explica Chilcote²⁵²:

Sob muitos aspectos, o programa dava um esclarecimento das posições políticas por meio da apresentação de uma 'rigorosa autocrítica' para corrigir 'nossos erros e fraquezas' e para superar 'as tendências sectárias e espontaneístas persistentes nas fileiras do partido. [...] o partido estimulava uma aliança da classe operária com os camponeses, os intelectuais, a pequena burguesia e a burguesia nacional 'controlada pelo proletariado' e pelo partido comunista.²⁵³

De acordo com Chilcote, desde a divulgação do Manifesto de Agosto de 1950, de autoria de Prestes, no qual apresentava um tom voltado à orientação de que os militantes deveriam realizar a radicalização das ações, a influência entre os indivíduos sindicalizados

²⁴⁹ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. Declaração de Março de 1958. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: < <http://www.ifcs.ufrj.br/eventos/marco1958.htm> > Acesso em: setembro de 2014.

²⁵⁰ CHILCOTE. 1982. op.cit.

²⁵¹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB. 7 a 11 de novembro de 1954. Aprovados por unanimidade os Informes de Prestes, Arruda e Amazonas — O Programa e os Estatutos do P.C.B. aprovados em meio a grande entusiasmo — Eleito o novo Comitê Central do Partido — Mensagens dos Partidos Comunistas e Operários de 40 países. **Problemas**: revista mensal de cultura política. n.64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm>. Acesso em: 11 set. 2014.

²⁵² CHILCOTE. 1982. op.cit. p.112-113.

²⁵³ CHILCOTE. 1982. op.cit. p.113.

recuou em todo o país. Em relação a Minas Gerais, tantos os relatos orais quanto as demais fontes examinadas não nos dão mostras de que tenha havido no estado ações de cunho radical. O comunista Dimas Perrin²⁵⁴, por exemplo, afirmou em entrevista que cresceu o receio de outros indivíduos de fazerem parte das ações do partido em virtude do discurso exaltado de Prestes, em 1950.²⁵⁵

Chilcote aponta ainda que, ao identificar que o discurso radical não havia tido o resultado esperado, desde o ano de 1952 os líderes do partido passaram a rever a condição do trabalho feito pelos militantes. Dessa forma, foi retomada a ênfase na articulação dos membros do partido no interior dos sindicatos. Durante o V Congresso Nacional do PCB, realizado em 1960 na cidade do Rio de Janeiro, foi ressaltado a meta central do partido, ou seja, o estabelecimento de uma sociedade socialista baseada na propriedade social dos meios de produção, a partir do fim da exploração do homem pelo homem. Para o alcance deste objetivo, a obtenção da legalidade política partidária foi considerada algo imprescindível. Dessa forma, as orientações foram para que o partido lutasse por meio de recursos jurídicos e pela mobilização da opinião pública.

O debate em torno das deliberações tomadas durante o V Congresso do PCB foi fundamental para que o partido não fizesse apenas uma crítica da sua atuação em âmbito nacional, mas também para que direcionasse o julgamento acerca das suas deficiências junto a cada estado da federação no período relativo à década de 1950. Em consonância a esse processo, em Minas Gerais ecoou a necessidade de materializar os princípios do centralismo democrático²⁵⁶ através da articulação da teoria marxista-leninista às condições da política e da sociedade brasileira. Sendo assim, a preocupação dos dirigentes esteve direcionada ao reajuste dos princípios do partido à realidade da sociedade e da classe operária, conforme especifica a “Resolução”:

[...] o V Congresso constituiu, em particular, expresso balanço prático do caminho até então percorrido na elaboração da nova política da organização. Pode-se afirmar que foi a primeira vez na história de nosso Partido que o coletivo partidário debateu e estabeleceu dentro de normas do centralismo

²⁵⁴ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 10. p. 6, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

²⁵⁵ PRESTES, Luís Carlos. **Manifesto de Agosto de 1950**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/view>. Acesso em: maio de 2015.

²⁵⁶ De maneira sucinta podemos conceituar o centralismo democrático como a maneira pela qual os partidos comunistas leninistas se organizavam. Seus preceitos estão ligados a práticas que oportunizam a participação dos indivíduos ligados às bases nas deliberações da agremiação. A discussão é livre, sendo possível inclusive constituir núcleos decisórios para debate e participação. Embora todos os membros do partido tenham que responder aos dirigentes nacionais, o centralismo democrático em termos teóricos permite a participação nos debates e decisões cotidianas de todos os membros da facção.

democrático, a sua linha política e os seus Estatutos, elegendo ao mesmo tempo as suas direções desde baixo até em cima livremente sem imposições, e assentando, a partir das Assembléias das Organizações de Base, as premissas concretas de todo um plano de trabalho para o Comitê Central e os órgãos dirigentes intermediários eleitos.²⁵⁷

Até então, nas bases do partido farta parcela das críticas era referente à excessiva centralização do trabalho, que, na prática, era percebido por meio dos inúmeros planos e tarefas impostos às estruturas secundárias da agremiação. No processo de implementação das ações, muitas vezes não era realizado de maneira efetiva o exame das condições existentes, nem tampouco os dirigentes promoviam a valorização das ações espontâneas do trabalho dos filiados. Embora, como tratamos na seção anterior, o PCB já contasse com Organizações de Base que tinham a finalidade de estreitar laços entre os militantes e as massas, salientamos que o principal desafio expresso pela "Resolução" era materializar tais princípios na prática cotidiana. Considerava-se que a centralização e ausência de um trabalho efetivo obstruíam a concretização dos princípios. Tal postura distanciava o partido da sua razão central, ou seja, consolidar-se enquanto partido de massas, pois o indivíduo, ao integrar-se às suas fileiras, apenas recebia e executava ordens. De acordo com Chilcote, nesse período, o debate realizado pelo Comitê Central girava em torno da excessiva centralização e rígida hierarquia que caracterizava o partido. A aplicabilidade dessa concepção foi defendida nos anos seguintes ao V Congresso. Um das principais lideranças do partido em âmbito nacional, Agildo Barata, defendia a renovação e o fortalecimento do partido através da aplicação de uma resolução que contemplasse o centralismo democrático, conforme explica Chilcote:

[...] o Comitê Central resolveu encerrar as discussões e conclamou à unidade do partido, declarando 'inadmissível' qualquer crítica aos princípios marxistas-leninistas e proclamando o partido como vanguarda do povo e defensor dos princípios do centralismo democrático e da liderança coletiva. Em grande medida, a resolução do Comitê Central era uma resposta à crítica severa de Agildo Barata [...] Ele defendia uma orientação independente para os partidos comunistas (inclusive o PCB), cujo marxismo, dizia ele, devia ser coerente com a 'realidade concreta de cada país'. De acordo com isso, o PCB deveria elaborar um novo programa que refletisse a participação coletiva da liderança e das bases partidárias; deveria haver uma democratização do partido na prática assim como na teoria e a eliminação do 'centralismo ditatorial' [...]²⁵⁸

De acordo com o texto da "Resolução," o diagnóstico a respeito da situação do partido já vinha sendo feito desde o início da década de 1950, e o planejamento das práticas

²⁵⁷ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. p. 03-04.

²⁵⁸ CHILCOTE. 1982. op.cit. p.120.

para contornar a situação foi paulatinamente implementado, conforme abordamos anteriormente. Todavia, em Minas Gerais as alterações efetivas apenas foram praticadas após as reformulações propostas pelo V Congresso e partir da intervenção feita pelos dirigentes nacionais no estado. Alguns consideravam que a falta de articulação entre base e dirigentes era um entrave significativo, outros atribuíam à excessiva burocratização e à centralização das decisões os fatores que obstavam o crescimento quantitativo da agremiação.

A nova orientação política do PCB, tanto em âmbito nacional quanto estadual, se concentrou na consolidação da linha de direção coletiva, através do estreitamento das relações entre os órgãos dirigentes centrais, intermediários e de base. Na correção do centralismo excessivo, que era tido como uma das principais deficiências apresentadas ao longo da trajetória do PCB, um dos métodos apresentados referia-se à eliminação do que os pecebistas chamavam por “sectarismo”, problema que era há muito identificado pelos dirigentes partidários. Muitos líderes nacionais, estaduais, filiados e simpatizantes atuavam como se estivessem seguindo uma “seita”. Em seus discursos, Luiz Carlos Prestes reforçava a necessidade de crescimento do partido, que, em sua concepção, detinha como entrave a presença do “sectarismo”. Sobre este aspecto, Chicolte faz menção a uma sessão plenária realizada pelo Comitê Nacional do PCB no dia 4 de janeiro de 1946, ocasião em que membros do partido expressavam as principais fraquezas da agremiação. A primeira estava relacionada à dificuldade em constituir um partido homogêneo, que fizesse um trabalho de ligação com os trabalhadores, isto é, de modo concreto com as massas. A segunda fraqueza apontada por Prestes era o “sectarismo”: “Estas fraquezas poderiam ser resolvidas, dizia ele através do estabelecimento de uma poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) e através das discussões do próximo IV Congresso do Partido”.²⁵⁹

Por seu turno, Dimas Perrin afirma que a presença do “sectarismo” dificultava o crescimento do partido e, somente a partir do final da década de 1950, com as mudanças feitas na organização é que este panorama foi atenuado. Ademais, Perrin faz menção ao discurso nacional, direcionado após o retorno à ilegalidade, de radicalização do partido. Para ele, a difusão desse discurso foi responsável por enfraquecer a ação entre os trabalhadores, em suas palavras:

[...] durante o governo do Juscelino, o partido teve mais liberdade. Começou a se organizar, a desenvolver e tudo. E começou também a intensificar a corrigir os erros que ele tinha praticado anteriormente. Porque até 1958, o partido tinha permanecido muito trancado, fechado, muito sectário, desligado das massas, fazendo um trabalho paralelo em relação aos

²⁵⁹ CHILCOTE. 1982. op.cit. p.99.

sindicatos. E a verdade é que, a partir de 52... 53... assim, principalmente depois da morte do Getúlio, o partido já estava, também, saindo fora daquela linha de luta armada. Já estava saindo fora daquela questão da luta armada. Não por decisão política, mas pela falta de realismo da coisa. Principalmente o pessoal do movimento sindical procurava mostrar para o partido que era irrealizável. Por mais força que a gente fazia para organizar um comitê de libertação nacional, ninguém aderiria. Era uma coisa que estava se tornando até uma certa... um pouco ridícula²⁶⁰.

De sua parte, quando questionado sobre as dificuldades do partido e de como era a relação das bases com a direção, Anélio Marques cita a falta de preparo teórico e experiência dos membros da base. Para ele, este panorama dificultava o desenvolvimento do partido. As determinações feitas pela direção eram aplicadas sem muito critério. Muito embora em termos teóricos o partido apregoasse a necessidade de articulação, para ele, na prática, a presença do “sectarismo” e a ausência de maior preparo das bases para lidar com a dinâmica partidária foram empecilhos significativos para o partido:

[...] O Partido, apesar de nosso sectarismo, da nossa pouca visão, de ver os homens como eles são, mas, nós tivemos um papel importante. Às vezes combatíamos ele, mas também foi fator de crítica para ele melhorar. A gente pagou muito por essas coisas, mas valeu a pena. [...] O Partido também tem a bússola. Nós temos uma bússola que guia o navegante, essa coisa. Porque primeiro o navegante andava sem rumo, não é? Andava por acaso. Então, nós também temos uma bússola. Mas, às vezes a gente não usa bem essa bússola. Você não calibra bem a bússola, você perde um pouco. Você foi para lá, não era para ir para lá. Tinha que ir para cá, não é? Então é por isso que eu gosto de colocar, nós não somos sábios, como diz assim, que ninguém não erra. Então, a gente erra. Erra, mas eu tenho certeza, com a intenção de ser útil a alguma coisa, a alguém. Então, eu gosto sempre de colocar que sempre houve erro nosso, e vai haver. Porque só não erra quem não faz nada, não é? É isso²⁶¹.

De acordo com a "Resolução", a presença do “sectarismo” impedia, além da participação efetiva dos militantes, a realização do diálogo na tomada e execução das demandas internas. No entanto, Anélio Marques afirma que havia tentativas de interação entre as bases e a direção. Para ele o maior problema era a falta de experiência para lidar com a dinâmica e com as funções de um partido: "A gente sempre dava opinião. Nós, eu, por

²⁶⁰ PERRIN. 1995. op.cit. p.6.

²⁶¹ GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 7-8, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

exemplo, e os meus companheiros, dávamos a nossa opinião, mas pouca, porque nós não tínhamos cabeça. E as bases tinham uma confiança muito grande na direção do Partido."²⁶²

Apesar da institucionalização das células partidárias como um instrumento para angariar adeptos, de acordo com a "Resolução", estas tinha seus resultados pouco significativos em grande medida devido ao "sectarismo". A necessidade de adequar o discurso teórico às condições reais de seus militantes foi fundamental para o processo de redefinição da estrutura organizacional do PCB, inclusive em Minas Gerais.

Vinculado ao problema do "sectarismo" havia também o desinteresse de alguns militantes em efetuar o trabalho de contato com as massas, com vistas ao ensinamento dos estatutos e orientações sobre o funcionamento do PCB. O trabalho militante nas ruas era considerado por algumas lideranças como algo que deveria ser feito apenas pelos subordinados. Contraditoriamente ao interesse em ampliar as fileiras a partir do fortalecimento do contato direto com a sociedade, alguns filiados consideravam essa atividade como um trabalho inferior dentre as funções exercidas no interior do partido. À medida que o PCB crescia e aperfeiçoava o aparelho institucional, é possível observar por meio das fontes e relatos de ex-militantes que a agremiação incorporou a lógica de estruturação dos partidos políticos. Isto é, paulatinamente trabalhava em prol da formação de um partido de quadros, com cargos e funções definidas. Era necessário definir estratégias e organizar a facção para que pudessem ser realizadas ações efetivas e eficazes.²⁶³ No entanto, à medida que ampliava e organizava burocraticamente o funcionamento, ocorria o distanciamento da relação entre bases e dirigentes.

Muito embora o PCB detivesse em sua concepção ideológica o interesse de se tornar um partido condutor das ações das grandes massas, entre muitos integrantes da agremiação, o trabalho intelectual era mais valorizado do que o labor prático. Contudo, de acordo com o diagnóstico feito pelo Comitê Nacional, nem mesmo a demanda intelectual estava sendo feita com êxito pelas organizações de base, poucos eram os seminários e estudos realizados pelas lideranças. Por conseguinte, enraizavam entraves para o estabelecimento de organizações de base sólidas, para a ampliação dos filiados, por fim, prejudicava o fortalecimento do partido no cenário político brasileiro. Nesse sentido, o documento que trata das "Resoluções" aponta ainda que, muito embora o PCB estivesse mobilizado no trabalho de reestruturação orgânica

²⁶² GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 03. p. 6-7, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

²⁶³ DUVERGER. 1970. op.cit. p.13-38; PERES. 2009. op.cit. p.17-58.

em âmbito nacional e estadual, as dificuldades operacionais cotidianas, referentes à militância, basilar em qualquer constituição partidária, ainda eram fortemente presentes nas décadas de 1950 e de 1960.

As conclusões a que as lideranças do PCB chegaram após a realização do V Congresso, em 1960, revelaram que, apesar das metas estabelecidas para romper com o que os comunistas consideravam como “fraquezas”, estas ainda eram presentes no cotidiano. Além de condenar a influência do Manifesto de 1950, os dirigentes expressavam o “sectarismo” e o “excessivo centralismo” como entraves ao avanço do trabalho entre as massas trabalhadoras. Em Minas Gerais, no período de 1954 a 1960, intervalo entre o IV e V Congressos, o partido trabalhou no sentido de aperfeiçoar a dinâmica das ações entre os trabalhadores do campo e da cidade. Ao consultar a “Resolução Política do V Congresso” averiguamos o reforço quanto à necessidade de que a articulação junto às massas trabalhadoras fosse convertida em melhorias de suas condições. O fragmento adiante, retirado da referida resolução, apresenta anseios de que o partido pudesse contribuir para o estímulo às reivindicações de reajuste salarial, participação de representantes da classe trabalhadora na direção de instituições ligadas a sua condição, bem como constituição de leis trabalhistas desprovidas de caráter coercitivo:

Os comunistas consideram que, nas condições actuais do mundo e de nosso país, as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais. A fim de que os frutos do desenvolvimento económico não sejam monopolizados por uma ínfima minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão, a todos os trabalhadores, do salário família de que gozam os servidores públicos; pela modificação da lei do salário mínimo, a fim de garantir sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência. Cabe aos trabalhadores pugnar pela contenção da carestia da vida, exigindo a adopção de medidas concretas para incentivo à produção e controlo dos preços, inclusive a participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento e preços. Ao mesmo tempo que lutam pelo aperfeiçoamento e moralização das instituições de previdência social, devem os trabalhadores exigir a participação de representantes operários em sua direcção, de acordo com a nova lei de previdência. A actual legislação trabalhista precisa ser efectivamente aplicada e aperfeiçoada, com a eliminação dos dispositivos de carácter reaccionário da Consolidação das Leis do Trabalho, e sua adaptação, no que se refere à estrutura do movimento sindical, aos dispositivos constitucionais e às conquistas práticas do movimento operário²⁶⁴.

²⁶⁴ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Resolução política do V Congresso. In: **Problemas políticos do movimento comunista e operário internacional**. n.9; Editorial Avante!: Lisboa, 1976, p.9-41. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

Após realizar o exame de suas deficiências, o PCB estabeleceu um planejamento de estratégias com a finalidade expurgar os problemas que o impediam de se tornar, de fato, um partido de massas. Com esta finalidade, organizou seu trabalho em duas frentes a partir do final da década de 1950. A primeira, a partir da definição das condições objetivas e subjetivas da política de organização do partido, e, a segunda, através da definição de estratégias de mobilização dos filiados para a prática da política de organização. Tendo em vista o fato de terem sido aplicadas no recorte temporal analisado pela presente pesquisa, e dada a influência das ações na condução do trabalho junto ao movimento operário, examinaremos pormenorizadamente ambas as frentes na próxima seção.

3.2 Condições da política de organização do PCB em Minas Gerais

Ao examinar o contexto no qual estava inserido, isto é, a conjuntura da década de 1950, os dirigentes do PCB compreenderam que, embora o trabalho de militância tenha passado por dificuldades - que vão desde ações repressivas, ao sectarismo e à ilegalidade - , o Brasil já possuía significativos avanços no que se refere às ações comunistas junto ao operariado. A título de exemplo, desde 1922 o país contava com núcleos comunistas instalados em diversos estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Além disso, as manifestações de descontentamento das massas frente aos problemas econômicos e sociais estiveram presentes ao longo da sua história. Muitos movimentos sociais, inclusive, contaram com a participação de comunistas. Assim sendo, a pioneira orientação do PCB referia-se à necessidade de cumprir o papel que a agremiação absorvia como de sua responsabilidade, ou seja, a atuação enquanto "vanguarda revolucionária" na condução das massas nas manifestações e reivindicações de melhoria das condições sociais.

De acordo com esta concepção, o partido precisava assumir e manter a responsabilidade de vanguarda por meio da diversificação de suas ações. O trabalho de propaganda e agitação, por exemplo, deveria permanecer, mas como ação complementar e articulada à tarefa de ampliação das fileiras do partido. Assim, a sua concretização como um partido de vanguarda e dirigente das grandes massas, deveria, obrigatoriamente, ser combinada ao trabalho prático cotidiano, e não se limitar ao nível teórico, ideológico. Sem uma prática efetiva, o discurso ideológico apenas resultaria na manutenção dos entraves que impediam a concretização do apoio e adesão da classe trabalhadora. Deste modo, o PCB

poderia perder a credibilidade no cenário político brasileiro. A preocupação em concretizar essas proposições estava expressa na "Resolução" do partido, que definia:

Sabemos que não basta considerar-se vanguarda, ou apresentar-se como vanguarda, ou fazer chamamentos às massas com pretensões a um papel dirigente para nos transformarmos em vanguarda. Jamais poderemos obrigar as massas a que nos sigam. Esse papel dirigente deve ser por nós conquistado. Lutamos pelo socialismo e pelo comunismo. Esses objetivos correspondem aos interesses vitais dos trabalhadores. Os trabalhadores devem compreender êsses objetivos finais de luta, sem o que o Partido não poderá exercer o seu papel dirigente. [...] E será através de nossos atos, do nosso trabalho, da nossa política, das nossas iniciativas, de nossa fidelidade à luta diária pela solução dos problemas das massas que as massas se convencerão de que somos realmente os defensores dos seus interesses. Então, nos darão seu apoio e nos seguirão. Então exerceremos plenamente o papel de vanguarda.²⁶⁵ (Grifo nosso)

Mediante a análise da "Resolução", é possível compreender que, um dos desafios a que estava submetido o PCB para efetuar o seu processo de reestruturação orgânica no final da década de 1950 e durante a década 1960, era o exercício, em seu labor diário, das suas concepções teóricas. Vimos que desde o V Congresso, o centralismo democrático foi enfatizado como um significativo pilar para a materialização das ações de um partido forte e dirigente das massas. Em virtude desse aspecto, a "Resolução" aponta algumas possibilidades para que esse desafio fosse superado. Por compreender a capacidade das massas, quando organizadas, em interferirem nas decisões da vida em sociedade, os dirigentes deveriam orientar suas organizações a ampliarem o trabalho de inserção em diversos quadros e segmentos da sociedade capitalista. Dessa maneira, seria possível influenciar as decisões, fossem elas de natureza política ou econômica, de modo que as classes dominantes se veriam obrigadas, mediante a pressão exercida pela massa, a realizar concessões em prol das demandas sociais.

A integração entre ideologia e prática cotidiana deveria ser progressiva. Objetivamente, os comunistas deveriam se infiltrar, realizar as estratégias de inserção e, subjetivamente, diagnosticar os problemas que afligiam as massas, para, por fim, integrá-las ao discurso de ordem do partido. O processo de infiltração, grosso modo, era menos problemático, já que, os comunistas que também eram trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, em seu cotidiano estavam junto a indivíduos que não tinham a mesma orientação ideológica, ou sequer tinham alguma orientação política. Nesse sentido, o papel desses trabalhadores comunistas seria o de conquistar novos adeptos para o partido. Para isso, os

²⁶⁵ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. p.13-14.

dirigentes orientaram que seus membros deveriam unificar os desejos da massa aos interesses do partido. Isto é, as demandas dos trabalhadores deveriam ser entendidas como demandas próprias do partido. De acordo com a concepção dos pecebistas, esta ação, além de atrair novos militantes, fortaleceria a organização dos trabalhadores.

Para que esta ação obtivesse êxito, a articulação entre os interesses do partido e as necessidades das massas proporcionaria uma relação de maior proximidade e identificação às concepções teóricas do programa socialista. Na prática, os comunistas deveriam proferir suas orientações ideológicas através do uso do discurso unificador, ou seja, um discurso que articulasse os interesses do partido às necessidades das massas, estabelecendo desta forma "uma linha geral única". Cumpre ressaltar que esta estratégia não era propriamente uma novidade em termos de orientação do rumo das ações da agremiação ao longo da sua história. Todavia, ao consultar os documentos atinentes ao período compreendido entre 1950 e início da década de 1960, identificamos maior empenho no emprego desta determinação através de resoluções e orientações.

Até então, a atuação do PCB em Minas Gerais tinha como objetivo a instrução dos simpatizantes às concepções ideológicas, no intuito de conseguir a filiação partidária dos mesmos. A partir de então, as orientações acumularam um objetivo mais palpável, ou seja, apresentar às massas respostas concretas às suas necessidades de caráter emergencial a partir da coordenação das suas lutas com as demandas do partido. Desde a década de 1930 as primeiras experiências do comunismo em Minas Gerais estiveram relacionadas à interferência e auxílio na criação de sindicatos e associações profissionais de classe. Além de este trabalho ser mantido, a orientação firmada estabeleceu que os comunistas devessem atuar diretamente na gestão, e, principalmente, na liderança das ações; não apenas como infiltrados nas distintas camadas da sociedade, mas parte integrante e ativa delas. Tornar-se um "Partido de Ação" e não somente um segmento político que através da ideologia influencia decisões, foi também uma estratégia para garantir a plena reestruturação política do PCB na década de 1950.

3.2.1 Estratégias de mobilização dos filiados para a nova política de organização

Mediante a definição das disposições teóricas que deveriam ser seguidas pelos filiados com vistas à concretização da meta de se tornar um partido de "vanguarda revolucionária" das massas, o PCB estabeleceu como deveriam ser executadas as

determinações para efetivar a concepção de "Partido de Ação."²⁶⁶ Dentre as orientações, podemos destacar:

- A partir do empenho em ampliar o recrutamento de militantes.
- Por meio do fortalecimento das organizações de base existentes e criação de novas organizações.
- Com o fortalecimento dos órgãos dirigentes das organizações intermediárias mais importantes.
- Mediante a ampliação da formação dos quadros partidários.
- Por meio da aplicação concreta dos princípios partidários.
- A partir do estabelecimento da elevação do nível teórico e ideológico dos membros do partido

O empenho em ampliar o número de filiados através do recrutamento feito pelos militantes foi expandido com o processo de reestruturação da linha política do partido. Embora ainda estivesse na ilegalidade, a necessidade de aumentar o número de filiados tinha como objetivo expandir a projeção e a influência do partido em âmbito nacional, para que dessa forma aglutinasse forças capazes de alcançar a legitimidade. Não havia claramente uma indicação em termos numéricos de metas ou percentuais a serem alcançados no processo de expansão, mas, era nítido o interesse em deixar de ser uma agremiação com poucos militantes, conforme fragmento extraído da “Resolução”:

Não podemos ser um partido de "poucos e bons". Devemos ser um partido de centenas de milhares de membros, para ligar-se estreitamente às massas onde elas estejam, viver seus problemas, organizá-las, levá-las a luta, aprender com elas, educá-las, dirigi-las²⁶⁷.

A classe operária, foi descrita na “Resolução” como o segmento da sociedade em que os esforços do partido deveriam ser concentrados no sentido de integrar e participar de suas ações, em especial, a partir do trabalho nos sindicatos. De acordo com Dimas Perrin, era mais difícil o trabalhador entrar para o partido sem antes ter tido um contato prévio com outros trabalhadores que eram militantes. O espaço sindical em sua concepção era como uma “escola” para os iniciantes:

Então, a classe operária não entra diretamente no partido, é muito difícil entrar muita gente. Primeiro ela tem que passar pela escola, que é o

²⁶⁶ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2.

²⁶⁷ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. p.17.

sindicato. Então, o partido sempre considerou tarefa primordial dos comunistas a militância sindical. [...] Era uma escola para a formação de quadros.²⁶⁸

O fragmento exposto é importante, pois o interesse em ser um partido de massas está associado à ideia revolucionária, ou seja, de tonar-se a vanguarda de representação da classe trabalhadora a fim de realizar a transformação de uma sociedade capitalista para socialista. Para que o objetivo revolucionário seja efetivo é necessário arremeter grande contingente de trabalhadores. Um partido diminuto, pouco expressivo, pouco pode intervir na realidade socioeconômica de um país, sobretudo no caso de uma agremiação que busca a subversão dos parâmetros sociais e econômicos então vigentes. Conforme Perrin em seu depoimento, em Minas Gerais os profissionais apontados como prioridade no trabalho de interação e estímulo à participação na dinâmica do partido deveriam ser os metalúrgicos, os mineiros, os operários têxteis, os ferroviários, os rodoviários e os aviários. A opção por estas categorias profissionais, segundo Perrin, está ligada ao fato de serem numerosos no estado e importantes para a dinâmica da economia estadual. Em segundo lugar, o recrutamento deveria ser realizado entre os trabalhadores do campo, nomeadamente os camponeses pobres e assalariados agrícolas. O terceiro setor da sociedade que o PCB deveria direcionar suas forças eram os estudantes, os intelectuais e a classe média.

Não obstante, a escolha dos indivíduos provenientes destes setores possuía também um critério qualitativo, ou seja, a prioridade no recrutamento deveria ser para aqueles que já haviam se destacado como líderes em suas comunidades, pessoas politicamente orientadas e, em vista disso, eram selecionados sujeitos que tinham ou tiveram atuação no círculo social no qual estavam presentes. Sendo assim, apesar da meta de expandir quantitativamente o número de filiados, havia o interesse em aperfeiçoar qualitativamente os novos membros, a fim de evitar desistências nas fileiras. Dessa forma, as organizações de base seriam fortalecidas.

Importante destacar que, quando o partido utiliza a designação “organização de base” não se refere apenas à estrutura orgânica do partido, como células e comitês, mas também às organizações que são compreendidas por eles como base para a constituição do aparelhamento da sociedade. O trecho exposto adiante, extraído da “Resolução” esclarece este aspecto importante da formação da experiência do partido:

²⁶⁸ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01, p. 6, 1995. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

É indispensável que as Organizações de Base se tornem e se desenvolvam como vanguarda, como forma superior de organização, no local de trabalho ou de moradia. Devem por isso viver em permanente atividade no seio das massas, estar presentes e atuantes em todos os seus movimentos, participar de suas variadas formas de organização, permanentes ou temporárias. Levando em conta que a frente única nacionalista e democrática deve ser uma frente única de massas, as Organizações do Partido devem preocupar-se fundamentalmente com a organização das massas pela base — nas empresas, bairros, fazendas, escolas, etc.²⁶⁹ (Grifo nosso)

Conforme podemos evidenciar na citação, as orientações para realização do trabalho de recrutamento eram complexas, pois no processo de reestruturação, o PCB compreendia que as organizações constituídas pelas massas não deveriam se tornar meros suplementos para novos filiados. As atividades de interação deveriam ser feitas "dentro, através e entre" as organizações de base, por meio da direção da luta dos setores utilizados pelas massas e através do embasamento político e ideológico. Essas instruções estavam expressas na "Resolução" e foram citadas em entrevistas pelos membros do PCB, como Dimas Perrin, Anélio Marques e Armando Ziller.

De acordo com as concepções dos dirigentes, somente os comunistas estavam "habilitados" a conduzir as massas, haja vista o conhecimento ideológico orientado à ruptura com o sistema capitalista. Os instrumentos utilizados para aproximação junto à sociedade direcionavam atenção especial às classes trabalhadoras, por isso as atividades deveriam ser realizadas pelo estabelecimento de intensa atividade de propaganda, como o uso de panfletos e cartazes. Ademais, a ampliação da execução de comícios em entradas de empresas e indústrias, nos bairros, a realização de visitas às residências, e a criação de pequenos jornais, foram algumas das estratégias apregoadas pelos dirigentes. A aplicabilidade dessas determinações garantia o processo de descentralização da atividade de propaganda para além das instâncias oficiais do partido, mas nos *locus* frequentados no dia a dia pela classe trabalhadora. Até então, as organizações de base operavam majoritariamente nos espaços institucionais, como nas células e nos comitês. Somente dessa forma, os dirigentes consideravam ser possível que o PCB se tornasse um partido de ação.

Como forma de garantir a plena execução das determinações, a "Resolução" aponta a necessidade de realização de reuniões periódicas, através de assembleias para que as organizações de base pudessem fazer o balanço das ações concretizadas. Cabe ressaltar que tais reuniões deveriam ser feitas em espaços como associações e sindicatos dos trabalhadores

²⁶⁹ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. p. 20.

que já existiam. Quando não houvesse instâncias constituídas, caberia aos militantes criá-las para que a classe trabalhadora pudesse ter acesso aos instrumentos de representação. Aspecto que reforça o interesse dos pecebistas de não restringir como *locus* de atuação dos filiados as sedes oficiais do partido.

Para isso, era fundamental alinhar o discurso das massas à orientação política e ideológica do partido, através da capacitação teórica dos membros. Deste modo, a capacitação deveria ser feita pela realização de cursos que deveriam apresentar aos militantes conhecimentos sobre a trajetória do PCB no Brasil e no exterior, além da realização de palestras e, principalmente, por meio do estudo orientado da literatura marxista.

Assim, o processo de reestruturação do partido apresentava atividades complexas, que ainda incluíam o trabalho de finanças e de manutenção da agremiação. No entanto, a preocupação com o problema do que os comunistas denominavam como “sectarismo” ainda se fazia presente. A fim de evitar sobrecarga de tarefas e de coibir que os membros se dedicassem ora somente as atividades teóricas, ora as ações práticas, a organização da dinâmica interna das ações foi importante. A exposição de orientações que estimulavam o contato de cada indivíduo e a pluralidade de obrigações que um militante comunista deveria exercer esteve presente, sobretudo, em suas “Resoluções”:

O trabalho da Organização de Base deve ser orientado no sentido de um justo aproveitamento desses camaradas, estimulando sua atividade por menor que seja, atraindo-os para reuniões especiais, estreitando os laços entre a Organização de Base e eles, de modo a que paulatinamente se integrem na vida orgânica partidária. O essencial é irmos ativando, na luta permanente pela aplicação dos Estatutos, o maior número possível de membros do Partido.²⁷⁰

O cuidado com os novos membros também estava presente nas orientações, haja vista o interesse em evitar que houvesse perda de interesse em prosseguir, mediante a ocorrência de desfiliações e flutuações (entrada e saída do partido), o que tendiam a prejudicar a continuidade do trabalho desenvolvido. Em virtude deste aspecto, os membros com maior tempo no partido realizavam o trabalho de integração dos novos membros e deveriam evitar o uso de discursos que pudessem conferir ares de superioridade. O respeito às experiências dos mais jovens era tido como fundamental para garantir o intercâmbio de ideias e objetivos. Somados às mudanças realizadas no partido, os iniciantes proporcionariam a renovação dos filiados e contribuiriam com a percepção das necessidades sociais contemporâneas.

²⁷⁰ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. p. 22.

Aos dirigentes e líderes da organização, uma das principais orientações estava relacionada ao reforço no cumprimento dos mecanismos de seleção de novos membros. Atenção e rigor quanto à conduta de cada membro para que houvesse o respeito às normas e aos estatutos do partido era condição indispensável para tornar uma agremiação forte. Mesmo antes dessas orientações expressas na "Resolução", o estatuto do PCB divulgado em 1945 especificava os critérios para tornar-se um militante. Não havia quaisquer distinções de sexo, cor, gênero ou crença religiosa, o candidato a membro do partido apenas deveria respeitar “o papel histórico da classe operária”²⁷¹, conhecer as resoluções políticas, pagar as contribuições e comprovar lealdade. Apenas eram admitidos no partido maiores de 18 anos e exercício de no mínimo um ano de militância partidária. Além disso, era necessário que a Organização de Base aceitasse o pedido de inserção feito pelo candidato. Deste modo, caso tivesse sido aceito, o candidato deveria realizar o seguinte juramento perante Assembleia organizada pelo partido:

Prometo a mais firme lealdade e completa dedicação aos sagrados interesses da classe operária e do povo. Prometo, assim, trabalhar ativamente pela defesa da democracia e da paz, pela derrota definitiva do fascismo, pelo desaparecimento de todas as formas de opressão nacional e da exploração do homem, até o estabelecimento do socialismo. Com este objetivo, juro solenemente, juro permanecer fiel aos princípios do Partido Comunista do Brasil; lutar dentro do máximo de minha capacidade que procurarei aumentar sempre, pela sua unidade e pelo crescimento, trabalhar incansavelmente no cumprimento do seu programa.²⁷²

Determinações sobre padrões disciplinares também eram previstas pelo estatuto. Membros do partido que desrespeitassem as regras estabelecidas, como o não pagamento das contribuições, ou mesmo prejudicassem a influência do partido no meio operário, seriam advertidos conforme a gravidade da situação. As punições variaram desde a advertência verbal, suspensão dos trabalhos ou a expulsão do partido.

Nos manuscritos da década de 1950, verificamos que o rigor para a entrada e permanência dos membros do partido ainda eram fortemente mantidos. Na "Resolução" há destaque para a necessidade de constante estudo das obras marxistas pelos filiados e discussões sobre a realização de reuniões periódicas nos locais de funcionamento das organizações de base. O papel das lideranças em relação à permanência do trabalho de cada membro era considerado necessário, para que o líder não deliberasse apenas hierarquicamente, como um mero superior, mas sob a prática do centralismo democrático.

²⁷¹ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2.

²⁷² “Estatuto do Partido Comunista do Brasil”. Pasta 4905, imagem 122. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4905> > Acesso em: setembro de 2014.

Sendo assim, o fortalecimento da dinâmica interna do partido deveria ser efetuado pela contínua articulação entre os membros.

De acordo com os documentos consultados, desde meados da década de 1950 parece ter havido um paulatino processo de retomada da tutela dos comitês regionais de Minas Gerais, que, até então estavam sob responsabilidade de outros estados. O exercício cotidiano do centralismo democrático permitiu uma maior articulação em prol dos interesses dos comunistas mineiros. Como dito anteriormente, houve o estímulo à ampliação do número de organizações de base, como a orientação para criação de novos comitês municipais e, principalmente, de novas células. A prática dessas determinações se deu, sobretudo, a partir da ampla divulgação pelas lideranças da “Resolução” pelas sedes dos comitês estaduais. De acordo com a análise das fontes, foi preciso um paulatino trabalho para concretização em meio à permanência do partido na ilegalidade política. Os entraves não foram superados por completo, mas significativas alterações foram sentidas a partir da década de 1960:

Iniciou-se assim um processo de formação de direções estaduais e territoriais que, apesar das grandes deficiências de que continuam ainda a ressentir-se, começaram a desenvolver com certa rapidez sua capacidade de tomar nas mãos e enfrentar os diferentes problemas de direção no âmbito de suas circunscrições.²⁷³

No processo de reestruturação do PCB também foi dada atenção especial a dois aspectos. O primeiro relativo à percepção da necessidade de analisar a diversidade econômica e regional de Minas Gerais, a fim de concentrar esforços na inserção de comunistas do interior nos setores com maior projeção. O segundo aspecto foi relativo à ênfase na aplicação da estratégia de articular suas ações em diversos segmentos, além da ênfase na classe operária, tais como funcionalismo público, comércio, imprensa e no meio rural. Desta forma, o partido não ficaria isolado frente a outros setores da sociedade.

Em documentação apreendida pela polícia política pertencente ao comunista Elson Costa²⁷⁴ - que foi um dos principais dirigentes do PCB em Minas Gerais -, localizamos manuscritos que informam quais eram os setores fundamentais de trabalho entre classe operária urbana e quais profissionais os comunistas deveriam concentrar atenção. O material destaca a prioridade em desenvolver ações articuladas aos seguintes profissionais: ferroviários, siderúrgicos, metalúrgicos, indivíduos que atuam em indústrias têxteis e em

²⁷³ Resolução sobre a Política de Organização do Partido. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP4/2. p. 23.

²⁷⁴ Membro da Comissão de Organização do Comitê Estadual do PCB entre os anos de 1946 a 1947. Vários registros indicam a sua atuação no PCB durante a década de 1950. Pasta 0096, imagem 21. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0096> > Acesso em: set de 2014.

empresas de mineração. O documento também informa as empresas em que o PCB mineiro deveria introduzir militantes atuantes, tanto na consolidação e criação de sindicatos, como no envolvimento das demandas trabalhistas, conforme detalhamos no Quadro 13.

Quadro 13 Empresas prioritárias na atuação do PCB em Minas Gerais (1950-1960)

Setor	Empresas citadas	Localidades
Ferrovias	RMV - Rede Mineira de Viação	Vitória-Minas-Leopoldina
Siderurgia	Acesita, Cesiminas, Mannesmann, Belgo Mineira, Companhia de Aços e Laminados de Itaúna, Eletroquímica de O. Preto, Queiroz Júnior.	Caetés, Ouro Preto, Itaúna, Itabirito
Têxtil	Santa Elizabeth, Bezerra de Melo, Bernardo Mascarenhas.	Belo Horizonte, Juiz de Fora, Curvelo.
Mineração	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	Itabira, Trindade

Fonte: Dados compilados. “Material Apreendido do comunista Elson Costa.” Pasta 0096, imagem 21. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0096> > acesso em setembro de 2014.

A indicação das empresas que o partido destinava prioridade no desenvolvimento dos trabalhos de ampliação demonstra uma das principais estratégias utilizadas pelo PCB mineiro para efetuar a sua inserção entre as classes trabalhadoras urbanas. Ou seja, a escolha por empresas e indústrias que possuíam uma quantidade significativa de trabalhadores. Ao analisarmos o Quadro 13, verificamos que as empresas apontadas como prioridade para inserção de militantes comunistas eram de destaque econômico, tanto em âmbito nacional quanto estadual, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional, referência no setor de mineração, e a Acesita, empresa siderúrgica de porte nacional.

No recorte temporal delineado para este estudo (1945-1964), vários empreendimentos voltados ao desenvolvimento econômico no estado foram implementados, resultantes de investimentos do governo federal e estadual. Em 1951, Vargas incentivou os alemães a instalarem uma siderúrgica no estado, e o então governador, Juscelino Kubitschek, tornou possível o projeto a partir de investimentos estaduais na Companhia Energética de Minas Gerais, para que ela pudesse suprir de energia a Mannesmann. O objetivo do governo estadual era fomentar o desenvolvimento econômico da capital com o intuito de impulsionar a criação de um polo industrial na região e, por conseguinte, estimular a modernização da economia mineira.

Outro empreendimento foi a Acesita, Aperam South América, atualmente conhecida como Arcelor Mittal Inox Brasil, que havida sido fundada em 1944, na cidade de Timóteo. Nesse período era a única produtora de aços inoxidáveis da América Latina. A expansão da Acesita na década de 1950 estimulou o desenvolvimento da região de Timóteo, Coronel Fabriciano e Itabira, a partir da construção de estradas e da Hidrelétrica Sá Carvalho, subsidiária da CEMIG. Ainda podemos fazer menção à criação, em 1956, das Usinas Siderúrgicas e Minas Gerais, USIMINAS, responsável pela produção e comercialização de aço no estado e que passou a atender, sobretudo, a indústria automotiva. Para Dulci, a criação da USIMINAS foi resultado do esforço das elites empresariais e políticas para promover o desenvolvimento regional. Esse esforço, fomentado pelo estado e articulado com as elites empresariais e industriais, constituiu regiões com significativo crescimento da classe operária nos anos de 1950.²⁷⁵

Sobre este aspecto, o historiador Ignacio Godinho Delgado²⁷⁶, em seu estudo sobre a atuação do empresariado mineiro durante os governos de Milton Campos e de Juscelino Kubitschek, fornece significativas informações acerca da participação dos estabelecimentos com mais de 250 operários no desenvolvimento industrial mineiro. Setores como metalurgia, mecânica, material elétrico e têxtil em Minas Gerais na década de 1950 possuíam em torno de 34.690 operários, conforme apresentamos nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 Indústria e operários em Minas Gerais na década 1950

Classe	Estabelecimentos	%	Operários	%	Produção %
Metalurgia, mecânica, transporte e material elétrico	10	3,6	11.551	70,4	77,1
Têxtil	45	32,6	23.139	82,1	69,9
Alimentos	04	0,06	814	4,7	1,7
Outras	22	0,1	10.918	20,5	18,2
Total	81	0,7	46.422	41,6	25,1

Fonte: Adaptado de: DELGADO. Ignacio Godinho. A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUUFJF, p.52, 1997.

Mediante os dados apresentados na Tabela 2, Delgado afirma que as indústrias metalúrgicas, mecânica, material elétrico e transportes eram, na década de 1950, os setores de maior crescimento no estado. Ademais, nesse contexto, a estrutura industrial mineira era marcada ainda pelo predomínio de pequenos estabelecimentos industriais. Outra estratégia

²⁷⁵ DULCI. 1999. op.cit.

²⁷⁶ DELGADO. 1997. op.cit.

utilizada pelos comunistas para escolha das localidades refere-se à identificação daquelas em que houvesse estabelecimentos de pequeno e médio porte. Nas cidades que não possuíam indústrias, mas existiam comércio e desenvolvimento, a infiltração também era estimulada, independentemente do ramo da atuação. A partir da análise das Tabelas 2 e 3, podemos concluir que os setores selecionados pelos comunistas (ver Quadro 13) correspondem às áreas de franco crescimento dos ramos mineração e metalúrgicas que tinham ampla concentração de operários.

Na Tabela 3, também são apresentados dados compilados por Delgado que informam a quantidade de estabelecimentos que se dedicavam aos ramos de extração mineral e metalúrgica. Estes segmentos foram prioritários na definição das estratégias de inserção e articulação dos trabalhadores comunistas nos anos 1950. Os estabelecimento relacionados à extração mineral, metalurgia e têxteis, nesse período constituíam 550 unidades. Sobre tal aspecto, vale ressaltar a sólida atuação de comunistas em cidades como Belo Horizonte e região metropolitana, Juiz de Fora, São João Del Rey, Ouro Preto e Itabira, sobre as quais nos aprofundaremos adiante. Com exceção de São João Del Rey, todas as referidas cidades são indicadas no Quadro 13, em que expomos as empresas que deveriam ter primazia no trabalho dos comunistas, segundo o manuscrito de um dos dirigentes da divisão mineira, Elson Costa. Na Tabela 3 apresentamos dados que confirmam quantitativamente a participação dos estabelecimentos que se dedicavam à metalurgia, extração mineral e a produção têxtil. Estes ramos correspondiam a 46,2% do total em todo o estado, e 38,6% do total de operários, levando em conta os ramos analisados por Delgado em sua pesquisa e perfilados a seguir.

Tabela 3 Estabelecimentos e produção industrial em Minas Gerais na década de 1950

Classe	Estabelecimento	%	Operários	%	Salários %	Produção %	Capital Aplicado
Extração Mineral	226	1,9	8.495	7,6	8,2	2,8	6,7
Metalúrgica	186	1,6	14.823	13,3	20,4	11,7	23,6
Têxtil	138	1,2	28.188	25,3	20,6	14,4	12,6
Alimentos	5.672	47,4	15.185	13,6	11,5	45,4	19,9
Outras	5.728	47,9	44.822	40,2	39,3	25,7	37,2
Total	11.950	100	111.513	100	100	100	100

Fonte: Adaptado de: DELGADO. 1997. op.cit. p.55.

No Mapa 2, como veremos adiante, apresentamos uma relação de 113 cidades que detinham núcleos, partidos, células comunistas, militantes avulsos (que não eram vinculados a um partido na cidade onde residiam) e simpatizantes. Tais cidades integravam as dez regiões

de atuação estabelecidas pelo PCB em Minas Gerais, na década de 1950. Os dados deste mapa foram compilados a partir das informações presentes nos documentos do acervo do DOPS de Minas Gerais. As cidades em que foi possível identificar a presença do comunismo são majoritariamente ligadas às que detinham franco desenvolvimento econômico voltado para os ramos industriais, extração mineral, têxtil e metalúrgica. Cumpre ressaltar que algumas das cidades assinaladas na Figura 6 correspondem àquelas em que havia postos da Estrada de Ferro Central do Brasil, aspecto que demonstra o interesse dos pecebistas em estabelecer ligação com os ferroviários mineiros. No capítulo seguinte trataremos da participação de trabalhadores comunistas na dinâmica de lutas dos ferroviários no estado.

Sobre as informações expressas na Figura 6, ressalvamos que, muito embora o recorte deste estudo seja os anos de 1945 a 1964, os dados coletados abarcam um período maior (1930-1970). Dada a fragmentação das fontes relativas à experiência comunista no estado, há pastas que contêm informações sobre o início da experiência comunista em determinada cidade alguns anos ou poucos meses antes do ano de 1945. Dessa forma, optamos por incluir todos os registros coletados acerca da presença do PCB em Minas a fim de evitar incorrer em imprecisões.²⁷⁷

²⁷⁷ Todas as cidades identificadas foram listas no Anexo 01 desta tese.

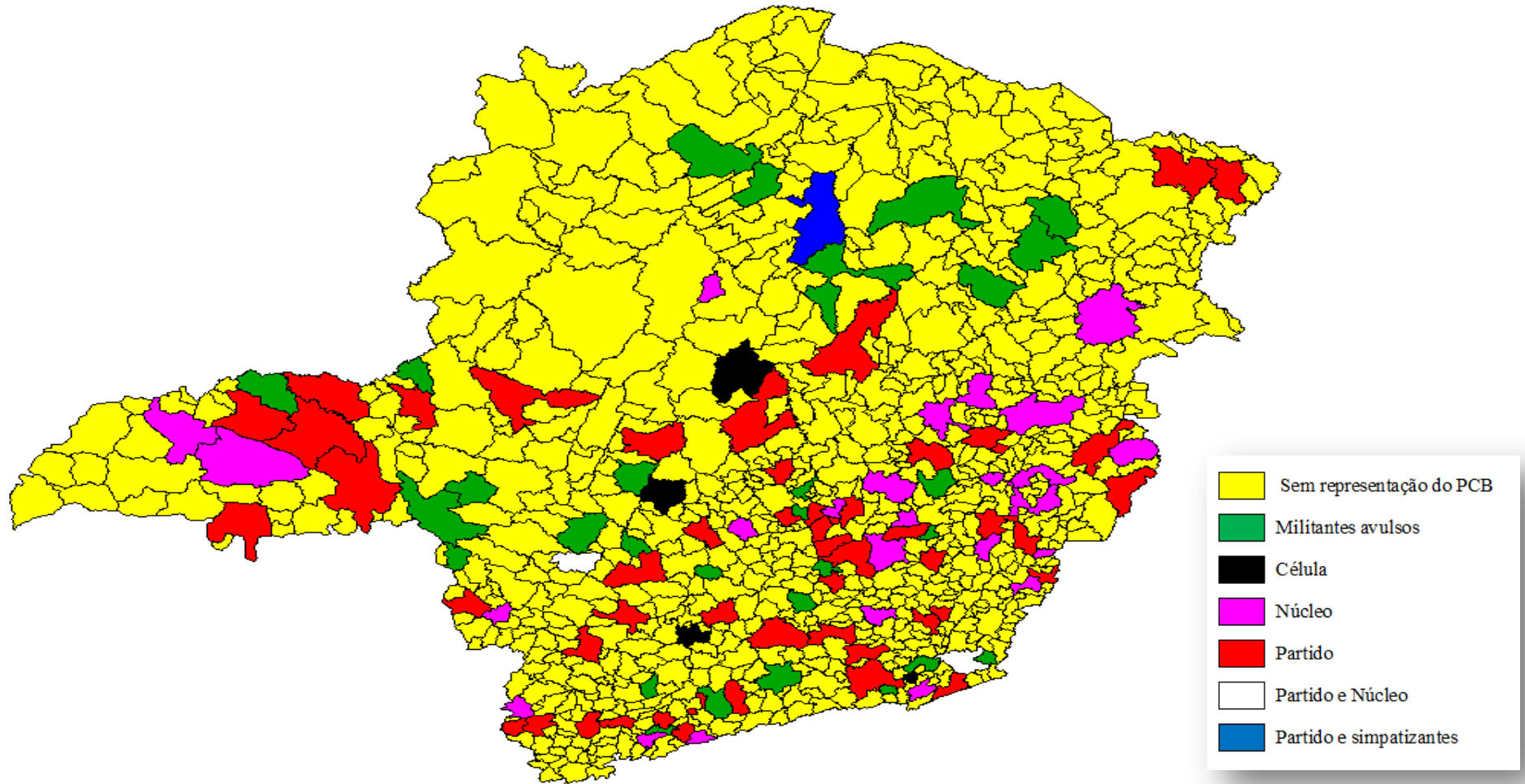


Figura 6 Presença do comunismo em cidades de Minas Gerais (1930 a 1970)

Fonte: Mapa elaborado pela autora mediante o uso do programa DATASUS. Dados coletados a partir da consulta a documentação do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Arquivo Público Mineiro. Instrumento de pesquisa: “comunismo”.

É importante salientar que os dados apresentados no mapa trazem como período de atuação o recorte temporal utilizado pelo sistema de arranjo do acervo consultado (1930-1970)²⁷⁸ Nesse sentido, ressaltamos que o PCB pode ter prosseguido na condução das ações do partido nas cidades indicadas para além do recorte temporal especificado no sistema de pesquisa do acervo. O acervo do DOPS não contempla a trajetória integral de cada localidade até as experiências mais recentes. Apesar deste limite do acervo, não podemos desconsiderar que as informações revelam que, apesar da ilegalidade, o PCB prosseguiu sua expansão e atuação em várias cidades do interior de Minas Gerais. Ao quantificarmos o número de cidades por regiões de atuação do PCB em Minas Gerais, a partir dos referidos registros, conferimos as regiões de maior atuação. Esta quantificação está expressa na Tabela 4 e está em consonância as cidades assinaladas no mapa apresentado na Figura 06.

Tabela 4 Áreas de atuação do PCB por regiões em Minas Gerais (1930-1960)

Região	Nº de cidades	Classificação
Norte	6	7º
Capital e Região Metropolitana	19	3º
Centro Oeste	1	º
Oeste	8	6º
Sul	24	1º
Noroeste	1	11º
Zona da Mata	21	2º
Vale do Rio Doce	9	5º
Campo das Vertentes	3	9º
Vale do Jequitinhonha	5	8º
Vale do Mucuri	2	10º
Vale do Aço	1	11º
Triângulo Mineiro	13	4º
Total	113	

Fonte: Dados compilados pela autora. Fundo: Departamento de Ordem Política e Social. Dops, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php> > acesso em maio de 2015. Relação integral das cidades ver Anexo 01 da tese.

A Tabela 4 indica, em termos quantitativos, as áreas de atuação do PCB no estado de Minas no período compreendido entre 1930 e 1960. As localidades situadas nas regiões Sul, Centro e Zona da Mata são as áreas em que houve maior concentração de núcleos, células e comitês do PCB. As regiões Sul, Centro e Zona da Mata abarcam um número de 24, 19 e 21

²⁷⁸ Dados compilados a partir da consulta ao Departamento de Ordem Política e Social. Dops, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php> > Acesso em: maio de 2015.

cidades respectivamente, e, contemplam, dessa maneira, um total de 64 cidades das 113 listadas. Outras regiões tiveram um número importante, como o Triângulo Mineiro (13), e Vale do Rio do Doce (9). Não obstante, das treze regiões listadas na Tabela 4, se excluirmos as três regiões em evidência, teremos dez áreas que aglutinam um total de 49 cidades. Nesse sentido, podemos concluir que o PCB mineiro concentrou maior atenção, em termos quantitativos, nas localidades situadas nas regiões do Centro, Sul e Zona da Mata.

Estas regiões estão relacionadas aos segmentos econômicos do estado em que o PCB destinou maior atenção, conforme mencionamos anteriormente, ou seja, os ramos de mineração, siderurgia, indústrias e empresas ligadas a estes segmentos, além das cidades ligadas à ferrovia. Ao compilar as fontes e identificarmos as localidades que os pecebistas concentraram maior atenção quando se tratou da atuação juntos os trabalhadores urbanos, observamos a preocupação em constituir núcleos e sedes próximas a linha férrea da Estrada de Ferro Central do Brasil/EFCB. Nos manuscritos do comunista Elson Costa existe a menção a realização do trabalho de propaganda e “agitação” entre os ferroviários da Rede Mineira de Viação.²⁷⁹ Todavia, ao compilar dos dados do acervo do DOPS e compararmos com o mapa ferroviários de Minas Gerais podemos identificar a importância da EFCB para o planos de atuação do PCB no estado. Na Figura 07 apresentamos o comparativo entre mapa xxx e a Figura 06:

²⁷⁹ “Material Apreendido do comunista Elson Costa.” Pasta 0096, imagem 21. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0096> > acesso em set. de 2014.

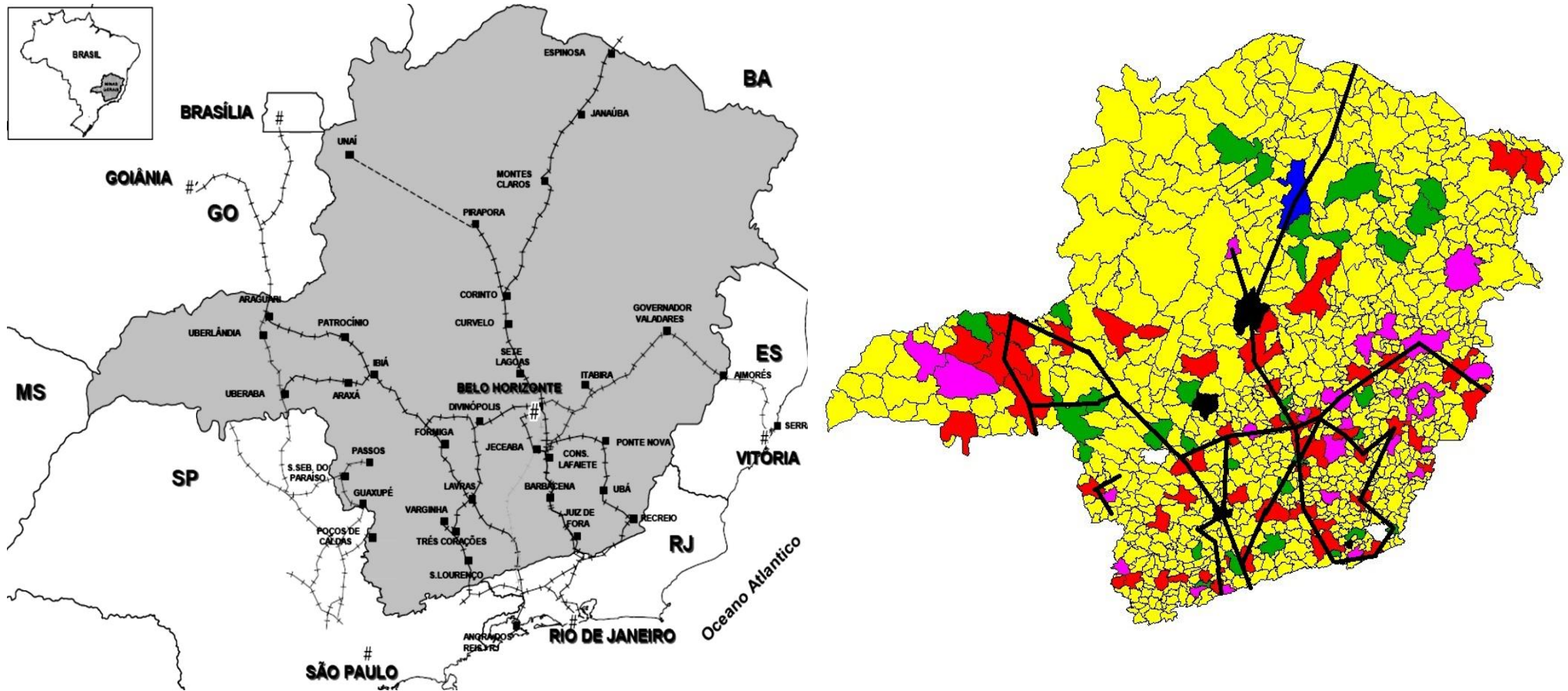


Figura 7 Comparativo entre os mapas ferroviário e da distribuição do PCB em Minas Gerais (1930-1970)

Fonte: Mapa à esquerda adaptado de: INSTITUTO de Geociências Aplicadas de Minas Gerais. **Mapa do sistema ferroviário mineiro atual**. Apud. FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3058/1/vitorfonsecafigueiredo.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017. P.170. Mapa à direita elaborado pela autora mediante o uso do programa DATASUS. Dados coletados a partir da consulta a documentação do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Arquivo Público Mineiro. Instrumento de pesquisa: 'comun

No processo de organização das ações do partido, além da escolha das cidades de atuação, havia a definição dos mecanismos de instrução dos membros. A par da identificação das estratégias utilizadas pelos pecebistas para definir quais cidades teriam maior atenção, ao cruzar com outras fontes, dentre as quais as entrevistas com ex-militantes, observamos que à medida que esse processo era realizado, a prática de instruir os filiados também era desenvolvida. Uma das estratégias utilizadas pelas lideranças do PCB para instruir os filiados em todo estado, consistia na elaboração de planejamentos com vistas ao ensino, por meio de estudos dirigidos e seminários, tanto das concepções ideológicas quanto táticas. Em entrevista, Armando Ziller cita que o processo de instrução dos novos militantes não era algo novo, sendo feito desde os anos de 1930. Em seu relato, faz menção ao trabalho desenvolvido por Luiz Zudio, comunista da cidade de Juiz de Fora, que exercia a função de instruir os operários. No fragmento adiante expomos a título de exemplo que a instrução aos operários era feita desde a década de 1930:

Luiz Zudio. Luiz Zudio. Esse nome, esse rapaz tinha... era, era contador, é contabilista. E dava, toda noite dava aulas de marxismo na União Operária, [...] trabalhava nas portas de fábrica, era uma coisa tremenda. [...] Jovem e com uma perspectiva extraordinária ali, com uma consciência assim da... do futuro, do movimento social, muito interessante. Porque, você calcula, que em vez dele estar ensinando o pessoal a fazer greve, ele está fazendo uma coisa que Marx fazia: era reunir um grupo de operários e ensinar Economia Política. O Marx é... Lê a vida de Marx. Eu, eu estava querendo ressaltar esse... essa fase ... do Marx, que é muito... ninguém nota porque não é combativa, não é... num... não é espetacular. Então, quando vem a greve, o sujeito se põe à frente de uma greve, eles entram aí, fica bonito, vai pro jornal e tal. Mas quando o sujeito reúne 8, 10 pessoas aí dentro de uma sala, começa a ensinar Economia Política para o operário, o operário ficava compreendendo como é que ele é explorado, através do quê, a mais-valia, que foi o Marx que descobriu isso, não é? Ele começou a ensinar essas coisas. Aí, o operário, dá a consciência de classe ao operário, e ele vai embora, porque o Marx descobriu, o... o... ou foi outro que descobriu? Ele começou a ensinar essas coisas. Aí, o operário, dá a consciência de classe ao operário, e ele vai embora, porque o Marx descobriu, o... o... ou foi outro que descobriu? Chegou a conclusão que assim como a burguesia destruiu a nobreza, o capital... o... o... se sucedeu a nobreza, o... o operário vai suceder a burguesia no poder. As idéias proletárias vão ser... vão, vão, vão...²⁸⁰

No decorrer da entrevista, Ziller afirma que o trabalho de instrução que os comunistas realizavam foi vigiado pela polícia política e, muitos dos que estavam diretamente envolvidos na atividade foram perseguidos. Zúdio, por exemplo, comunista citado por Ziller

²⁸⁰ ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 10, 1985. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015

na entrevista, foi assassinado em 1936. Segundo Ziller, Zudio foi morto por militares na ocasião em que fazia pichações em muros em Juiz de Fora. Apesar da constante repressão, o trabalho de instrução aos operários e aos novos militantes foi realizado em todo o estado nos anos seguintes.

Na década de 1950, como forma de aperfeiçoar a formação dos militantes foram implantados os chamados “Plano de Estudos” que continham temáticas relacionadas tanto à ideologia, quanto ao objetivo central do partido: tornar-se a “vanguarda revolucionária” das massas trabalhadoras. Essa foi uma das estratégias para que os militantes pudessem compreender a dinâmica das ações e quais setores deveriam ser foco do trabalho dos comunistas. No “Plano de Estudos” do PCB de 1956, apresentado no Quadro 18 identificamos as principais temáticas selecionadas pela agremiação e os referenciais teóricos naquele ano.

Destacamos os temas 01, 02 e 08, em razão de estarem relacionados a nossa proposta de compreensão das táticas de articulação entre a classe trabalhadora urbana. Interessante ressaltar que, os eixos 1 e 2 são temáticas ligadas à discussão sobre o desenvolvimento econômico de Minas, conforme suas características e relação com a economia do país. Tal aspecto revela o interesse do partido em refletir sobre a importância de Minas Gerais para a economia nacional e local. O tema 8 está ligado à condição dos trabalhadores no estado. De acordo com os pecebistas, compreender a realidade em que o trabalhador está inserido é um passo importante para elevar a sua consciência de classe. Nesse sentido, conhecer o território e as condições de vida dos trabalhadores mineiros estava ligado a um projeto mais amplo, ou seja, ao interesse de fomentar a consciência de classe para, por conseguinte, realizar a transformação social.

Quadro 14 Plano de Estudos do PCB

Temas	
1	Produção do estado: sua relação com o país
2	Produção industrial: desenvolvimento, características, que setor se desenvolve mais, capitalismo de estado, desenvolvimento independente, relação com a produção agropecuária: problemas e soluções.
3	Produção pecuária: desenvolvimento, características, relação com a produção agrícola e industrial: problemas e soluções.
4	Produção agrícola: desenvolvimento, características, relação com a produção agrícola e industrial: problemas e soluções.
5	Monopólio da terra: Tendências, características, problemas e soluções. (Projetos de Reforma agrária, imposto territorial.
6	Penetração do capitalismo na agro-pecuária: emprego de máquinas, emprego de capital, a luta pelo financiamento e suas consequências, restos feudais.
7	Classes e camadas sociais - sobretudo, no campo: desenvolvimento e características.
8	Empobrecimento absoluto e relativo da população, sobretudo do proletariado.
9	Preços dos produtos industriais e agrícolas.
10	Produção pecuária do café, arroz, milho, feijão e outra cultura. Como se produz cada uma? Relações econômicas e sociais na produção de cada uma.
11	Fatores históricos sociais que teriam levado a modificação na predominância de uma ou de outra classe. (A revolução de 1930). Classes e partidos Políticos.
Bibliografia fornecida pelo PCB	
Lenin: A questão Agrária Manual de Economia Política. Problemas 64 e 73 e outros relativos a XX Congressos das PUCS Caio Prado Júnior: História Econômica do Brasil Roberto Simonsen: Desenvolvimento industrial no Brasil Luiz Amaral: História Geral da Agricultura Brasileira Plano de Eletrificação de Minas Gerais Censos Agrícolas e industriais de 1940 e 1950 Anuários Estatísticos e outros materiais Diogo Vasconcelos: História Antiga e Média de Minas Gerais	

Fonte: Elaboração própria. Fonte: Dados compilados pela autora mediante a consulta ao documento intitulado: "Plano de Estudos do Comitê Regional". Outubro de 1956. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX9ESIM,ACP3/8.p.01.

Os temas arrolados no Quadro 18 remetem ao trabalho de orientação de filiados e simpatizantes do campo e da cidade. Nesta seção, nos dedicamos a identificar como era o PCB “teórico” e como foi feito o planejamento das estratégias com vistas a articular as ações junto às massas urbanas. Tendo em vista o foco desta pesquisa, analisaremos no capítulo posterior alguns exemplos significativos do trabalho de influência dos comunistas junto à classe trabalhadora urbana em Minas Gerais na década de 1950.

Este capítulo teve como objetivo analisar a influência do IV e V Congressos do Partido Comunista Brasileiro na dinâmica de ações e estratégias dos militantes em Minas Gerais. Estes eventos foram realizados em 1954 e 1960, respectivamente. Para isso, recorreremos tanto aos informes produzidos a partir desses eventos, quanto à "Resolução" que foi utilizada como documento orientador das ações do partido. Dessa maneira, vimos que linha política do PCB foi alterada durante os anos de 1950 e 1960 em função da influência dos referidos eventos.

Apesar do IV e V Congressos terem sido conduzidos pelos dirigentes nacionais, as decisões oficiais promulgadas através das chamadas "Resoluções Políticas" foram seguidas pelos integrantes do partido em Minas Gerais. Após o fim do IV Congresso em 1954, a adoção do centralismo democrático como instrumento para reduzir o problema do "sectarismo" foi uma das propostas que passaram a vigorar a partir da divulgação da "Resolução". A preocupação em relação à preparação teórica dos membros do partido foi reforçada. Isso porque muitos dos "desvios" identificados eram resultantes da falta de preparo dos indivíduos para lidar com a dinâmica das questões partidárias.

No capítulo anterior, destacamos que após a avaliação negativa acerca do desempenho do PCB mineiro feito pelo Comitê Nacional, houve modificações substanciais na dinâmica interna do partido. A principal delas consistiu na perda de autonomia dos comitês regionais, que passaram a ter suas ações conduzidas pelas instâncias da facção de outros estados, com destaque para o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Esta perda de autonomia reforçou os elos de origem e formação histórica do PCB mineiro. Sendo assim, neste capítulo apresentamos quais ações foram implantadas pelos dirigentes a fim de suplantar os entraves que dificultavam a evolução da divisão mineira. Dentre as ações, destacamos a criação dos chamados "Planos de Ação" que, basicamente, consistiram na adesão das demandas imediatas da classe trabalhadora como causas próprias do partido. A ideia era tornar o PCB uma agremiação vinculada às necessidades dos trabalhadores e demonstrar resultados práticos dos "benefícios" que essa aliança poderia resultar.

Várias foram as ações que permitiram ao partido aprofundar o envolvimento com as camadas trabalhadoras no estado, com destaque para o estímulo à criação de células. Embora as células historicamente já fizessem parte da constituição da estrutura do partido, de acordo com os dirigentes, a expansão desse trabalho devia ser estimulada para além dos espaços de atuação oficial (como as sedes de comitês regionais e municipais). Ou seja, novas células

foram criadas nos espaços de sociabilidade dos trabalhadores, como nos bairros, nas empresas e indústrias. Além disso, os trabalhadores comunistas foram orientados a promover as reuniões das células nas residências dos operários no intuito de tornar as ocasiões de socialização momentos mais próximos da realidade vivida e estabelecer laços de confiança e amizade.

À medida que destacamos as alterações na estrutura orgânica e na linha política adotada, aferimos quais foram as regiões e categorias profissionais a que os comunistas destinaram maior ênfase no desenvolvimento do trabalho de articulação. Farta parcela dos exemplos de participação dos comunistas nas ações da classe trabalhadora em Minas Gerais esteve relacionada à reivindicações de aumento salarial, apoio e estímulo à realização de greves e na mobilização para que os trabalhadores se organizassem através da criação de sindicatos.

Dessa forma, em cidades que contavam com maior desenvolvimento econômico e industrial, e, em vista disso já possuíam sindicatos, a orientação das lideranças da divisão estadual era para que fosse efetiva a participação nas ações destas instâncias. Os trabalhadores comunistas foram instruídos quanto à necessidade de participar ativamente das assembleias nos sindicatos correspondentes a sua categoria, criar células e difundir material de propaganda do partido. Por meio da compilação dos dados extraídos do DOPS/MG, identificamos as principais regiões de atuação do PCB em Minas Gerais, na década de 1950: as localidades situadas no centro do estado, incluindo a capital, e as regiões Sul e Zona da Mata. Não por acaso, como vimos no decurso deste capítulo, tratam-se das regiões importantes economicamente no estado e com o maior número de trabalhadores urbanos. Cabe pontuar que não consideramos apenas o viés econômico como critério para escolha das localidades de atuação. Apesar das fontes terem apontado principalmente para este fator, sobretudo, manuscritos de membros do partido nesse período, foi possível averiguar que tais regiões também foram as pioneiras na criação de sedes partidárias. Daí terem melhor estrutura e experiência no processo de consolidação das ações no estado.

Ademais, o desenvolvimento das estratégias que marcaram o processo de articulação entre trabalhadores comunistas e indivíduos sem qualquer ligação com o partido não ficou restrito a um único segmento profissional. Muito pelo contrário, a partir da análise das fontes, podemos afirmar que os setores escolhidos pela agremiação foram múltiplos, como os profissionais ligados ao serviço público, comércio, ramo mineração e transportes, tais como os ferroviários.

As reflexões realizadas neste capítulo reforçam a concepção de que, para compreender o papel do PCB, é necessário de ir além do interesse do partido em participar das disputas eleitorais. Ao longo da década de 1950 e começo dos anos 1960, a agremiação realizou congressos, publicou resoluções, constituiu planos de ação e traçou estratégias para que as atividades junto aos movimentos dos trabalhadores prosseguissem, a despeito da clandestinidade. Como afirmamos nos capítulos anteriores, o objetivo da atuação dos comunistas vai além da disputa por cargos representativos. Dada a importância das concepções ideológicas, sobretudo, do objetivo de transformar o sistema capitalista em socialista, o trabalho das bases, entre as massas, é destaque. Para que a agremiação pudesse conquistar condições que permitissem no futuro a realização da “revolução”, seria preciso formar um grande número de adeptos aos seus desígnios. Quando o partido se autointituiu com o único capaz de guiar as grandes massas, de se tornar a “vanguarda revolucionária”, estabeleceu que o seu papel social estava além da representação política nas instâncias liberais.

O PCB almejava realizar a revolução, romper com o sistema econômico vigente, para isso independentemente da clandestinidade ou monitoramento da polícia política, elaborou planos e estratégias para se manter “vivo”, apesar da conjuntura desfavorável. Parafraseando alguns trechos de discursos dos dirigentes, “um partido de poucos e bons não faz uma revolução”, é necessário, pois formar um partido de muitos e bons. Dessa forma, vimos que aperfeiçoar a formação dos militantes e selecionar quais as regiões que deveriam receber maior atenção, foram as principais estratégias adotadas ao longo do processo de reestruturação do partido no período analisado. Após a identificação das regiões de franca atuação do PCB e suas estratégias para reestruturar e manter o partido “vivo”, apresentaremos, no capítulo seguinte, exemplos de como o processo de articulação foi realizado. Isto é, o PCB na prática.

4 ENTRE LUTAS E AÇÕES: CONTRIBUIÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

No capítulo anterior, analisamos as concepções teóricas e o processo de reestruturação do PCB mineiro nas décadas de 1945 a 1960. Vários documentos apontam que os pecebistas direcionaram suas estratégias de interação, especialmente nas áreas industrializadas e desenvolvidas economicamente do estado, como as ligadas aos setores da mineração e ferrovias. A análise das fontes revelou ainda que o foco dos trabalhadores comunistas deveria ser a criação e participação nos sindicatos com vistas à elevação da consciência de classe e união das massas. Estes aspectos são exemplificados nos fragmentos expostos adiante:

[...] o Comitê Regional de Minas Gerais tem sobre seus ombros a maior responsabilidade no que se refere às zonas industriais, metalúrgicas, etc.²⁸¹

Em primeiro lugar, é importante este ativo, porque ele representa novo método de trabalho da direção. É através de reuniões como esta que nós do C.R tomamos contato mais estreito e mais vivo com os camaradas responsáveis pela execução de nossa tarefa política de unir e organizar a classe operária da região.²⁸² (Grifo nosso)

A opção pela ênfase nas regiões Centro, Sul e Zona da Mata não foi por acaso. Conforme dissemos, no que se refere ao perímetro urbano, o objetivo do partido era introduzir a influência comunista nos setores de maior destaque da economia mineira, sobretudo naquelas que tinham maior relevância no mercado internacional, tais como os ramos relacionados à mineração. Ademais, estes setores tinham maior quantitativo de trabalhadores no estado, daí a importância para um partido que desejava se consolidar como “vanguarda revolucionária”.

Após compreender as concepções teóricas do PCB, este capítulo possui como objetivo central a exposição de casos representativos em que é possível perceber como se deram as ações do partido na prática. Farta parcela dos exemplos de participação dos comunistas nas lutas da classe trabalhadora em Minas Gerais esteve relacionada a reivindicações de aumento salarial, apoio e estímulo à realização de greves e mobilização para que os trabalhadores se organizassem por meio de sindicatos. Não obstante, em cidades que

²⁸¹ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

²⁸² “Discussão Sindical”. Coleção Informante do Regime Militar. 27/02/1995. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.

contavam com maior desenvolvimento econômico e industrial e, em vista disso, já possuíam sindicatos, a orientação das lideranças do PCB era para que fosse realizado o trabalho de comando das instâncias de representação oficiais. Dessa forma, o trabalhador comunista deveria, no labor cotidiano, realizar as ações de “agitação” e “propaganda” no intuito de estimular os demais operários a ingressarem na mesma luta em que o partido acreditava.

Nas fontes consultadas, referentes aos materiais que foram apreendidos nas sedes do partido e nas residências dos militantes, é comum encontrarmos o termo “infiltrado” ou “infiltrações” para indicar as ações que deveriam culminar na interação entre trabalhadores que não tinham vinculação com a agremiação. Os comunistas consideravam como atividades de “infiltração” aquelas em que são feitas o trabalho de “agitação” e “propaganda”, - isto é, as atividades de difusão dos princípios do comunismo e do partido - sejam elas no local de trabalho ou em qualquer outro espaço de socialização dos trabalhadores.

Cidades como, por exemplo, Nova Lima, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, receberam instruções para que os filiados do partido participassem ativamente das atividades nos sindicatos dos trabalhadores, principalmente nas funções de representação e chefia, no intuito de facilitar a realização de paralisações e greves quando julgasse necessário. Nos fragmentos a seguir, expomos alguns relatos de agentes da polícia política acerca do diagnóstico da atuação de membros de trabalhadores comunistas nas cidades citadas:

[**Nova Lima**] [...] Tratando-se de um Sindicato muito unido, em razão mesmo da natureza do trabalho e levando em conta que o trabalho exercido é há mais de milhares de metros no fundo da terra, onde não imperava nem a disciplina da Empresa e, nem a Polícia podia manter vigilância, os comunistas tinham plena liberdade de ação.

[...][**Conselheiro Lafaiete**] Ali, 03 comunistas dominam inteiramente o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e outros Metais, sendo que são comunistas o Presidente do Sindicato, José Batista Fernandes e o seu Secretário, José Severiano, este tendo até tomado parte, no ano passado, no Congresso da Federação Sindical Mundial de Viena.

[**Ouro Preto**] Na Companhia Brasileira de Pirita S.A., com a presença dos dois elementos comunistas dirigidos por José Visarue, duas paralisações de serviço foram feitas, em 1952 e 1955.²⁸³

Apesar da tom alarmante expresso pelo agente que elaborou o relatório, os dados apresentados nessas fontes nos dão mostras de que, de fato os comunistas participaram ativamente das atividades em associações de ferroviários em várias cidades mineiras. Entre os

²⁸³ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ferroviários foi frequente a organização e realização de greves lideradas por comunistas. Do mesmo modo, pecebistas operaram em cidades com certo desenvolvimento industrial nos anos 1950, como Uberlândia:

Os comunistas conseguiram em agosto de 1952 fazer deflagrar uma greve entre os ferroviários das oficinas da Rede Mineira de Viação, em Divinópolis, sendo seus dirigentes três comunistas de fora. Em janeiro de 1953, em Passa Quatro, elementos comunistas conseguiram a paralisação do serviço de Fábrica de Vidros. Em maio do mesmo ano, em Uberlândia, elementos comunistas conseguiram levar à greve trabalhadores da Prefeitura Local. Ferroviários associados à estrada de ferro de Leopoldina assessorados por elementos comunistas tentaram por mais de uma vez paralisar o trabalho nas oficinas de Além Paraíba e Porto Novo da Cunha, fazendo ainda muitas agitações.²⁸⁴ (Grifo nosso)

Nos informes e boletins de monitoramento provenientes do DOPS de Belo Horizonte, também encontramos diversos relatos de agentes que registraram a participação de membros do PCB em ações da classe trabalhadora em várias cidades de Minas Gerais. O crescimento da atuação dos comunistas em todo o estado, na década de 1950, foi feito de modo paulatino, sobretudo entre os trabalhadores de siderúrgicas, ferrovias, metalúrgicas, transportes e indústrias têxteis. Outras categorias também foram contempladas pelo processo de articulação comunista, como entre os funcionários públicos, bancários e comerciantes.

Cabe frisar que, por meio do exame dos documentos partidários, essas ações foram processuais, ou seja, à medida que era feito o processo de alterações na estrutura orgânica e na linha política adotada pelo partido, as orientações eram executadas pelos seus membros. Tal apreciação foi realizada nos capítulos anteriores, em que examinamos o progressivo trabalho dos dirigentes para melhorar o desempenho do partido no estado, bem como as estratégias para romper com os entraves para consolidação.

Em razão da expansão da *performance* dos comunistas em Minas Gerais, o trabalho de vigilância do DOPS foi intensificado nos anos 1950, em especial nas cidades e regiões com maior contingente de trabalhadores dos ramos industrial e empresarial e, em especial, entre os segmentos mencionados. Não por acaso, como afirmarmos, os pecebistas concederam maior ênfase às regiões com maior contingente de trabalhadores urbanos no transcurso da década de 1950, isto é, as localidades situadas nas regiões Centro, Sul e Zona da Mata. Assim sendo, neste capítulo propomos analisar alguns exemplos da articulação dos comunistas entre a

²⁸⁴ LIGEIRAS considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Arquivo Nacional. (BR AN, RIO X9.0 ESI, ACL. 3/5). Disponível em: <<http://www.memorias.reveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

classe trabalhadora urbana e identificar quais as estratégias utilizadas. Para empreender tal exame, utilizamos dois critérios na escolha dos casos apresentados.

Primeiro, a constatação de maior incidência quantitativa e qualitativa do monitoramento das ações feito pelo Serviço Público do Estado de Minas Gerais, setor vinculado ao aparato do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS. O intenso intercâmbio de informações (como informes, telegramas e boletins) efetuado pelos agentes infiltrados em indústrias e empresas em movimento de maior repercussão, resultou na produção de muitos registros que contêm relevantes dados para a nossa proposta analítica. A partir de 1947, o partido retornou à clandestinidade, em vista disso, além do monitoramento, a polícia política realizou inúmeras apreensões de documentos nas sedes PCB e em residências de suas lideranças. O trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela polícia política foi responsável pela constituição de um acervo que, embora fragmentado, é importante para compreender parte da história da facção. Assim, a escassez de registros históricos sobre o PCB torna o uso deste tipo de documento fundamental para a nossa proposta analítica.

Sobre este fator, em alguns casos, os informes elaborados pelos agentes da polícia política, infiltrados nos movimentos ou à paisana, revelaram detalhes da rotina e as principais estratégias aplicadas pelos membros do PCB junto à classe trabalhadora. Estas fontes, embora detenham o olhar do órgão repressor possui riqueza de detalhes que não podemos desconsiderar como significativa para compreender a dinâmica de atuação dos trabalhadores. Em consonância aos dados coletados, temos como segundo critério a seleção por casos representativos em que podemos examinar as práticas e as variadas estratégias adotadas pelos pecebistas nas localidades em que os mesmos concentraram maiores esforços. Isto é, nas regiões de maior desenvolvimento industrial na década de 1950. Para além de tal aspecto, temos nos depoimentos orais, que igualmente foram utilizados nesta pesquisa. Assim, recorreremos às experiências de indivíduos que eram membros da divisão mineira e atuaram nestas localidades, ou seja, o olhar dos partícipes do processo. As memórias daqueles que eram militantes do partido são fundamentais em nossa pesquisa, pois apresentam informações que, quando cruzadas com outros aportes documentais, nos possibilitam um melhor entendimento das táticas de interação dos trabalhadores comunistas e seus demais companheiros.

Em Minas Gerais, os comunistas participaram de variadas lutas que tiveram repercussão estadual e nacional. Este foi o caso do movimento grevista realizado em 1950 pelos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil/EFGB, que analisaremos na seção 4.1, intitulada “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil: a luta pelo abono de natal!”. Este

movimento contou com a participação de pecebistas que atuaram na organização e planejamento das ações. A greve abarcou as cidades de Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Corinto e Sete Lagoas. A reivindicação central consistiu na conquista pelo abono de natal, benefício que em 1949 passou a ser concedido aos funcionários públicos federais. Examinaremos como a participação dos comunistas, enquanto funcionários da EFCB, foi significativa para a dinâmica e execução do movimento.

Estimulados pela repercussão do movimento dos ferroviários, trabalhadores de outras categorias profissionais constituíram suas próprias mobilizações, igualmente no intuito de conquistar o benefício do abono de natal. Analisaremos na seção 4.2, intitulada "Carris Urbanos, trabalhadores da Companhia de Força e Luz: Pelo abono uni-vos!" como os funcionários da empresa de bondes Carris Urbanos e os eletricitários da Companhia Força e Luz de Minas Gerais se mobilizaram para reivindicar o abono de natal no começo de 1950. Ambas as empresas possuíam trabalhadores ligados ao partido, dessa forma o PCB estrategicamente absorveu as demandas dos demais trabalhadores e as apoiou como causa própria. Comunistas participaram ativamente, através da organização de comissões independentes do sindicato. Ademais, a partir da distribuição de panfletos e impressos, forneciam orientações sobre como o movimento deveria ser conduzido.

Dando prosseguimento às análises sobre as estratégias adotadas pelos membros do PCB para promover a articulação com os trabalhadores, destacamos na seção 4.3, denominada "Infiltração dos comunistas entre os trabalhadores no interior do estado", ocorrências em variadas cidades mineiras. Dentre os quais, as localidades de Nova Era, João Monlevade, Uberlândia e Juiz de Fora. Nesta seção objetivamos enumerar situações em que a repressão prejudicou a atuação dos comunistas. Não obstante, apesar da repressão, encabeçada principalmente pelo Serviço de Segurança de Minas Gerais, trabalhadores pecebistas prosseguiram desenvolvendo ações com vistas à expansão da interação entre várias categorias profissionais.

Na seção 4.4 denominada "As lutas trabalhistas na Saint Johnn D'el Rey Mining Company Limited" examinaremos a participação de trabalhadores que eram membros do PCB nas greves realizadas na empresa, que operava nas cidades de Nova Lima e Raposos. Ao contrário dos casos anteriores, as greves realizadas pelos trabalhadores da Saint John não detinham como meta apenas a demanda do abono de natal, mas também aumento de salário e melhorias na segurança para o labor nas minas. Para desenvolvimento de nossas análises, utilizamos, sobretudo, os exemplares do "Impresso Popular", periódico comunista que

noticiou com pormenores a rotina do movimento. Também recorremos aos relatos dos trabalhadores comunistas que participaram do referido movimento grevista.

Para concluir as reflexões neste capítulo, destacaremos os aspectos que os pecebistas identificaram como deficitários no trabalho de articulação entre a classe trabalhadora. Essa discussão será apresentada na seção 4.5, nomeada como "Uma análise sobre as deficiências na articulação". Consideramos pertinente abarcar em nosso estudo não somente o êxito no processo de articulação, mas também localizar e compreender quais fatores dificultaram a interação junto à classe trabalhadora, a julgar que os problemas igualmente fizeram parte do processo de articulação.

4. 1 Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil: a luta pelo abono de natal!

Nesta primeira seção deste capítulo, analisaremos as estratégias utilizadas pelos comunistas para articulação entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil-EFCB, no começo da década de 1950. A EFCB foi construída durante o Império e no ano de 1858 foi inaugurada a primeira parte da obra, que fazia a ligação da Estação Aclamação, localizada na capital do Rio de Janeiro, à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pirarucu. O objetivo da construção da EFCB era realizar a ligação entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1895 os trilhos passaram a percorrer o estado de Minas Gerais, abrangendo as cidades de Belo Horizonte e Sete Lagoas. No decurso do século XX a ferrovia foi progressivamente ampliada e na década de 1950 chegou ao estado da Bahia.

Durante o ano de 1950 foram realizadas várias paralisações e greves pelos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, nas cidades de Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Corinto e Sete Lagoas. Esse movimento grevista não teve início em 1950. A documentação examinada traz registros a respeito de greves realizadas pelos ferroviários desde o ano de 1947. As greves não apresentavam um objetivo único, ou seja, vários interesses eram difundidos em meio às reivindicações, tais como, aumento salarial, pagamento de salários atrasados e distintas melhorias das condições de trabalho. Estes movimentos foram difusos e de acordo com as fontes não tiveram êxitos significativos. O período de realização destes movimentos refere-se ao governo Dutra (1946-1951), contexto de maior vigilância e repressão em relação aos movimentos sindicais.

Marco Aurélio Santana em sua pesquisa sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro faz menção à realização da

intervenção ministerial entre os anos de 1947 a 1950. Comunistas se viram impelidos a buscar táticas para manter o trabalho entre os metalúrgicos cariocas tendo em vista a ocorrência da introdução de um interventor no sindicato e o maior monitoramento da polícia. Além disso, nesse período o PCB estava na ilegalidade política e diante desse contexto desfavorável passou a concentrar suas ações nos recintos fabris,

Neste quadro, o PCB encontrou uma situação difícil no que diz respeito à implantação de sua linha política no seio da categoria metalúrgica do Rio de Janeiro. As restrições promovidas pelo governo Dutra ao processo de redemocratização em curso produziram no campo sindical o cerceamento da atuação da militância comunista. Proibida de transitar no espaço sindical, a militância do PCB na base metalúrgica passa a atuar “por fora” do sindicato, elegendo o interior da fábrica como local central de sua atividade.²⁸⁵

Conforme desenvolve em sua pesquisa, Santana demonstra que a intervenção ministerial limitou, mas não eliminou a atuação dos movimentos dos trabalhadores. Este foi o caso dos trabalhadores da EFCB. Várias pastas do acervo do DOPS mineiro contêm relatórios emitidos pelos agentes da Delegacia de Ordem Pública em que descrevem informações a respeito do planejamento de paralisações dos funcionários da EFCB no intuito de reivindicar melhores condições de trabalho, entre os anos de 1947 a 1950. No texto dos relatórios os agentes apresentam um tom alarmante quanto à existência de um bom nível de organização dos movimentos dos ferroviários mineiros ainda em 1947. Todavia, através do exame detalhado das fontes verificamos que as greves não detinham um foco central que pudesse unificar as demandas e fortalecer o movimento. Este aspecto pode ter dificultado o alcance das reivindicações, já que eram numerosas e difusas as demandas dos trabalhadores.²⁸⁶ Nas fontes consultadas sobre o período, apenas em 1948 foi que os trabalhadores conseguiram aumento de salário, não sendo observados por meio dos dados disponíveis, outros ganhos do movimento.

As greves realizadas no período estão relacionadas a movimentos dos trabalhadores de várias categorias em âmbito nacional. De acordo com Salvador Sandoval, entre os anos de 1945 a 1980 observa-se no Brasil o aumento progressivo dos setores da economia que o autor denomina como “dinâmicos”, isto é relacionados à indústria, transporte, comércio e prestação de serviços. O crescimento do uso da mão de obra no perímetro urbano, sobretudo, a partir de 1945, após o fim Segunda Guerra, resultou no aumento das organizações do proletariado em prol de melhores condições de trabalho e salário. Nesse ínterim, Sandoval observa que entre

²⁸⁵ SANTANA. 2001. op.cit. p.170.

²⁸⁶ “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil.” Pasta 5128. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

os anos de 1946 a 1968 ocorreram inúmeras flutuações salariais, crises econômicas e aumento do custo de vida, o que estimulou a organização de inúmeras categorias profissionais a buscarem melhores condições. Além disso, apesar da Consolidação das Leis Trabalhistas aprovada em 1943, durante a vigência do primeiro mandato de Vargas, havia em muitos casos discrepância entre o que estava expresso na lei e o que de fato era cumprido pelo patronato. Dessa forma, não era incomum a realização de greves para reivindicar a aplicabilidade da legislação trabalhista em vigor, conforme destaca Negro e Silva em suas pesquisas.²⁸⁷

Sandoval relaciona três fatores como principais responsáveis pela correlação entre greves e variáveis econômicas no período de 1946 a 1968, são elas: o crescimento da industrialização nacional e por consequência o produto industrial real; a flutuação dos salários reais e a variação dos produtos da cesta básica com relação ao salário.²⁸⁸ No entanto, conforme Sandoval, houve redução dos movimentos dos trabalhadores, sobretudo, durante o governo Dutra em razão da intervenção do Ministério do Trabalho em Sindicatos. Controlar a participação dos membros do Partido Comunista, bem como garantir um ambiente “propício” ao desenvolvimento econômico foram as razões para constante interferência do estado na dinâmica dos trabalhadores. Ainda, nas palavras do autor,

[...] o dramático declínio das greves é resultado da crescente intolerância do governo Dutra, à medida que procurava impor sua política trabalhista da guerra fria visando reduzir a influência do Partido Comunista no movimento sindical, através de maior intervenção do governo nos sindicatos. A partir dessa época, a ameaça da repressão estatal pairava sobre o movimento trabalhista. [...] A contínua ascensão do produto industrial real, como medida do crescimento industrial, foi parcialmente resultante da habilidade do governo em manter em níveis mínimos a agitação da classe trabalhadora, através da repressão, como no caso do governo Dutra (1946-1950), ou da cooptação dos líderes trabalhistas, como aconteceu com frequência durante o governo de Getúlio Vargas.²⁸⁹

Apesar do intenso controle estatal para frear os movimentos grevistas em âmbito nacional e da vigilância dos agentes da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, os ferroviários realizaram várias greves a partir de 1947, mas percebemos uma organização mais acentuada a partir do início do ano de 1950. A partir do referido ano, observamos a definição a respeito do objetivo central da greve, fator que fortaleceu e unificou o movimento. Analisaremos a série de greves realizadas pelos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1950. A vasta análise sobre o ano foi favorecida em razão da maior organização do

²⁸⁷ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores, sindicatos e política** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003a.

²⁸⁸ SANDOVAL. 1994. op.cit. p.67.

²⁸⁹ SANDOVAL. 1994. op.cit. p.69-72.

movimento a partir desse período e, em consequência disto, gerou abundante número de materiais produzidos, que foram coletadas para o exame. Boa parcela do material consultado está relacionada aos relatórios elaborados pelo Serviço de Segurança Pública, tais como relatórios de monitoramento e correspondências policiais. Tal aspecto também revela a frequente vigilância que os trabalhadores vivenciaram neste período.

Na pesquisa desenvolvida por Marco Aurélio Santana verificamos a tese de que as greves em prol do abono de natal estavam atreladas a outros movimentos dos trabalhadores em âmbito nacional. A ocorrência de greves com o objetivo de reivindicar a conquista do abono de natal já havia sido realizada em vários momentos na década de 1940. Santana ressalta que, em 1945, por exemplo, embora o PCB estivesse na legalidade política e apregoasse a tática política de “ordem e tranquilidade” e “apertar os cintos” em apoio ao governo Vargas, foram registradas inúmeras greves com participação de membros do PCB com o objetivo de lutar pela aprovação do abono de natal para todas as categorias profissionais, fossem elas de trabalhadores públicos ou de empregados em empresas privadas. Este aspecto revela que, além das bases do PCB não terem abandonado o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelos militantes junto aos trabalhadores, a demanda pelo abono de natal não era uma novidade na década de 1950, pois já fazia parte da trajetória dos movimentos trabalhistas. Santana cita a greve dos trabalhadores da empresa de energia elétrica Light em São Paulo, realizada em 1945 e ressalta a preocupação dos dirigentes pecebistas quanto à participação das bases no movimento, já que este foi o período de recomendação para que os membros do partido “apertassem os cintos”.²⁹⁰

Em pesquisa sobre a atuação de membros do PCB no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro Santana também faz menção ao descompasso entre bases e dirigentes. Enquanto as bases desejavam prosseguir militando em prol de conquistas trabalhistas junto aos demais trabalhadores, os dirigentes estavam mais preocupados em manter boa relação com o governo. No caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, o autor faz menção à sugestão dos dirigentes para apoiarem a reeleição do interventor no pleito eleitoral do sindicato para mostrar que os trabalhadores eram confiáveis e demonstrar que a presença de um interventor não era mais necessária.²⁹¹ Tal orientação não foi seguida pelos trabalhadores do sindicato e o interventor permaneceu durante os anos de 1947 a 1950. Em âmbito nacional, a luta dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, entre o período de 1950-1954 também esteve integrada às reivindicações pelo abono de natal. A direção do sindicato fazia parte junto com outras

²⁹⁰ SANTANA. 2001. op.cit. p.45.

²⁹¹ RAMALHO, SANTANA. 2001. op.cit. p.165-211.

intersindicais da Comissão Intersindical pelo abono de natal, além de também fazerem parte da Comissão intersindical pró-salário mínimo. A partir da saída do interventor do sindicato, paulatinamente o PCB retomou as relações de modo mais dinâmico junto aos trabalhadores, passou a constituir organizações nos locais de trabalho no intuito de aumentar sua influência junto aos movimentos dos trabalhadores, além de promover uma maior conformidade entre bases e dirigentes,

Pode-se dizer que no período de 1950-1954, na categoria metalúrgica, o PCB vai consolidando o controle sobre suas bases partidárias, reduzindo os espaços de práticas autônomas. O mesmo processo ocorre na relação entre militância comunista e a base de trabalhadores. O sentido do crescimento da influência comunista na categoria se dá, nesse momento, de forma orgânica. A liberação do espaço sindical e a ocupação do mesmo pelos comunistas facilitaram o acesso aos conselhos sindicais. Estas organizações no local de trabalho foram utilizadas como canal de irradiação política, garantindo o início do controle sobre os setores organizados dos trabalhadores metalúrgicos e transformando a militância comunista em uma força nada desprezível em relação aos grupos políticos atuantes na categoria.²⁹²

As greves realizadas pelos ferroviários da Central em Minas Gerais em 1950 fizeram parte dos vários movimentos encabeçados pelos trabalhadores neste período que reivindicaram a legalização do abono de natal. Nas ações realizadas pelos ferroviários mineiros, a participação dos trabalhadores pecebistas foi importante para auxiliar o planejamento e execução do movimento. Naquele período, o benefício do abono de natal passou a ser concedido aos funcionários públicos municipais e estaduais em algumas cidades no país. Este foi o caso da prefeitura de Recife, que em 1948, através da lei nº 195, concedeu o "a título de abono de Natal, uma gratificação calculada sobre a importância recebida como vencimento, remuneração, salário ou provento".²⁹³ A temática da concessão do abono aos servidores públicos também foi foco de discussão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1949, no qual foi aprovado.²⁹⁴

Em 1949, a União aprovou a concessão do benefício a todos os funcionários públicos federais: "O abono será concedido a todo servidor público federal, civil ou militar, inclusive o

²⁹² RAMALHO, SANTANA. 2001. op.cit. p.180.

²⁹³ RECIFE. **Lei Ordinária n.195. Concede o Abono de Natal.** 28 de dezembro de 1948. Recife. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1948/20/195/lei-ordinaria-n-195-1948-concede-abono-de-natal-1948-12-28-versao-original>>. Acesso em: 5 de jan. 2015.

²⁹⁴ A Lei concedia abono de cr\$ 1.000,00, no exercício de 1949, aos servidores públicos que percebem até cr\$ 4.000,00 mensais (abono de natal). SÃO PAULO. Lei nº 571, de 29/12/1949. Dispõe sobre concessão de abono aos servidores públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 dez. 1949. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?numero=571&tipo=lei&ano=1949>>. Acesso em: 5 jan. 2015. p.1.

do Poder Judiciário e do Legislativo, bem como aos inativos e pensionistas."²⁹⁵ Embora fossem servidores públicos federais, os ferroviários não foram contemplados com o benefício quando da aprovação da concessão em 1949. Diante deste panorama, ou seja, a concessão do abono de natal por parte da União, e a propagação de que alguns estados e municípios conferiram aos trabalhadores o benefício, isso estimulou o interesse dos ferroviários mineiros em igualmente obter o abono. Era a oportunidade de reivindicarem renda extra a fim de melhorar suas condições no final do ano. Nesta pesquisa não localizamos informações que pudessem explicar o motivo de o governo federal não ter expandido o benefício aos ferroviários. O comunista Dimas Perrin, ao ser questionado sobre as razões que motivaram os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil a terem realizado várias greves no ano de 1950, fez menção ainda como demanda dos movimentos grevistas do período, os atrasos de salários:

Bem, a greve de 1950 teve como motivação os atrasos no pagamento que naquela época ocorreram em quase todas as empresas. Então, os trabalhadores resolveram paralisar o trabalho em toda a extensão da Estrada de Ferro Central do Brasil. Agora, em Minas Gerais, o foco principal era no Horto, onde havia a maior concentração de trabalhadores. Os nossos companheiros do Horto tinham uma boa liderança. Infelizmente, quase todos já são, hoje, falecidos.

A questão dos salários atrasados era uma demanda presente de modo corriqueiro nos movimentos dos ferroviários mineiros deste período. Conforme ressaltamos anteriormente, apesar da vigência da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, nem sempre o patronato cumpria com os ditames expressos na legislação, assim, a aplicabilidade das leis trabalhistas ainda era um desafio. Entretanto, através das demais fontes identificadas, o abono de natal foi central no movimento de 1950, embora também estivesse incluso nas reivindicações o recebimento dos salários atrasados. Mediante a leitura de manuscritos e informes da Delegacia de Ordem Pública, averiguamos que houve algumas tentativas para que o movimento na Central do Brasil, no estado de Minas, estabelecesse ligações com as greves que estavam sendo efetuadas no estado de São Paulo, no mesmo período. Isso porque os grevistas paulistas mantiveram contato com os mineiros no intuito de articular o movimento.

Alguns exemplares do jornal intitulado *O articulador da greve*, impresso do movimento ferroviário paulista de Sorocaba, foram apreendidos pela Delegacia de Ordem Social em meio aos materiais utilizados pelos ferroviários de Minas. Estes jornais afirmavam

²⁹⁵ BRASIL. Lei n.974, de 17 de dezembro de 1949. Concede abono de natal aos servidores da União. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17 dez. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0974.htm>. Acesso em: 5 jan. 2015.

que os ferroviários deveriam constituir comissões em toda Central do Brasil. A criação de comissões paralelas aos sindicatos oficiais foi uma prática significativa para contornar a vigilância de interventores ou mesmo para estimular a dinâmica de lutas dos trabalhadores quando havia na liderança dos sindicatos sujeitos passivos ou indivíduos que não eram aliados confiáveis do partido. Na ocasião dos movimentos grevistas de 1950 as comissões foram importantes no sentido de fortalecer o movimento grevista através da articulação com ferroviários de outras cidades. Nesse período também foi utilizado um jornal elaborado pela comissão como estratégia para difundir as informações e auxiliar na organização das ações: "Está claro que a Comissão Central não pode se deslocar toda para fazer este trabalho. O jornal age por isso, no lugar dela."²⁹⁶ Assim, o impresso "O articulador da greve" foi um instrumento que visava fomentar a realização do intercâmbio entre os vários movimentos reivindicatórios dos trabalhadores da Central do Brasil nas várias cidades onde a ferrovia passava.

O interesse em expandir o raio de vigência da greve se dava também em função da repressão a que os grevistas vinham sendo sujeitos. Isto é, muitos ferroviários no estado de São Paulo, que participavam de greves pelo abono de natal haviam sido presos e, diante dessa situação, existia forte preocupação com a possibilidade de desmantelar a organização do movimento. Os impressos traziam, sobretudo, instruções para que os ferroviários organizassem as comissões de representação e usassem o jornal como veículo orientador das ações,²⁹⁷ conforme exemplificamos no fragmento seguinte:

A greve precisa ser organizada. É preciso que haja a direção da greve. [...]
 Como fazer a greve dos ferroviários
 1º) Em cada seção da oficina ou depósito, em cada pátio, armazem, estação, os companheiros ferroviários dão uma pequena reunião ou fazem uma pequena assembléia com os seus companheiros de serviço.
 2º) Um companheiro com este jornal na mão abre a assembléia e pede que sejam eleitos cinco companheiros para a comissão da oficina, do depósito, do armazém, pátio, estação, etc. [...]
 3º) Estas pequenas comissões são a direção da greve em cada seção de trabalho. [...]²⁹⁸

²⁹⁶ "Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil". Pasta 5128, imagem 20. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

²⁹⁷ "Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil". Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

²⁹⁸ "Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil". Pasta 5128, imagem 20. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

A utilização dos exemplares do "O articulador" foi importante para a difusão dos ideais grevistas em ambos os estados. A luta pela conquista do abono de natal era uma demanda nacional na categoria e contou com paralisações em várias regiões. Assim, além do contato com o movimento paulista, os ferroviários mineiros puderam receber informações sobre a repressão às greves dos funcionários da Central do Brasil no Distrito Federal. Munidos dessas informações, ferroviários de outras cidades se preparam para possíveis retaliações do aparato repressor, encabeçado pela Polícia Militar e pelo Serviço de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Ademais, informações sobre as ações da greve vieram também a partir dos panfletos distribuídos pela Comissão que organizava as greves na capital. O panfleto de 12 de janeiro do corrente ano ressaltava a necessidade de articulação entre os ferroviários de toda a Central no sentido de solidarizar-se perante a situação de repressão a que os colegas estavam vivenciando.

Companheiros Ferroviários

Acabamos de receber a notícia de que o governo federal mandou ocupar militarmente a estrada do Distrito Federal. Sabemos também que a polícia está cometendo as maiores violências contra os companheiros, espancando e prendendo. (...)Por esse motivo, em solidariedade aos nossos companheiros do Rio, como único meio de conseguirmos o abono, resolvemos declarar a greve imediatamente. [...]Todos a luta! Tudo pelo abono! Unidos Venceremos!²⁹⁹

Fazer menção ao uso tanto dos panfletos distribuídos pela comissão que organizou as ações da greve dos ferroviários da Central, quanto do impresso o "O articulador" é pertinente em nossa pesquisa. Isto porque, como aprofundaremos adiante, a "Comissão", ou seja, o grupo que organizou e dirigiu as ações grevistas era formada por membros do Partido Comunista. Muito embora não seja possível precisar em termos numéricos a quantidade de trabalhadores comunistas que lideram o movimento grevista de 1950 da EFCB em Minas Gerais, o fato de estas ações serem orquestradas e geridas por membros da base do PCB, atuantes em seus locais de trabalho, é significativo para que possamos compreender as táticas utilizadas pelo partido para promover a interação junto às classes trabalhadoras. Sobre a importância das organizações nos locais de trabalho como uma base fundamental para a dinâmica do PCB, assim como para os próprios movimentos trabalhistas, Santana afirma em seu trabalho que estas também foram fundamentais para reconhecimento da luta dos metalúrgicos cariocas pelos próprios empresários³⁰⁰. Em Minas, a necessidade de estruturação

²⁹⁹ "Panfleto Companheiros Ferroviários". Pasta 5128, imagem 70. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan 2015.

³⁰⁰ RAMALHO, SANTANA. 2001. op.cit.

de comissões foi fundamental para eclosão das greves pelo abono em 1950. Nas fontes coletadas, não foi possível identificar se no sindicato dos ferroviários havia um interventor do governo no comando que justificasse a criação de uma comissão paralela à oficial para realizar o movimento. Todavia, os indícios demonstram que a criação da comissão foi essencial para que o movimento pudesse se organizar e torna-se efetivo.

Como afirmamos, as greves da Central do Brasil que ocorreram em 1950 em Minas centralizaram como meta a reivindicação pelo pagamento do abono de natal, isto é, o 13º salário. A definição do objetivo da greve foi importante para que o movimento ganhasse um discurso unificador e, por conseguinte, se fortalecesse. A participação de comunistas entre a classe ferroviária de Minas se deu, a priori, mediante a interação junto aos demais funcionários da Central do Brasil em várias cidades como, Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Corinto e Sete Lagoas. Ou seja, antes do início do movimento, os comunistas já eram funcionários regulares da Central. Como examinamos no capítulo anterior, nestas cidades os militantes do PCB efetuavam ações significativas desde 1945, por meio da prática da militância entre os trabalhadores a fim de fortalecer a interação entre as classes e próprio movimento. Também era corriqueiro a militância comunista discutir com os demais companheiros de trabalho sobre a necessidade de lutar por melhorias salariais através do estímulo a paralisações ou greves.

Não foi possível localizar com exatidão o término das greves na Central do Brasil durante o ano de 1950. As greves iniciaram no começo de janeiro, por volta do dia 7, conforme especificam alguns exemplares do jornal *Estado de Minas*, e contou com a adesão inicial dos funcionários da EFCB das cidades de Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete.³⁰¹ Mediante a consulta aos exemplares do *Estado de Minas*, podemos afirmar que ocorreram várias paralisações ao longo do ano, e greves que duravam várias semanas. A documentação sobre as ações grevistas no ano de 1950 na Central do Brasil destacam que, à medida que a participação dos trabalhadores era fortalecida e se destacava a presença de líderes ligados ao PCB, ocasionava o crescimento das ações de monitoramento pelos órgãos de segurança pública de Minas Gerais.

Em matéria veiculada no dia 15 de janeiro do referido ano, pelo jornal *Estado de Minas* há informações sobre a adesão à greve no começo do ano pelos ferroviários da cidade de Corinto. A matéria sugere que os trabalhadores que não tinham vínculos com o PCB foram

³⁰¹ “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil”. Pasta 5128, imagem 20. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

forçados pelos demais funcionários comunistas de Sete Lagoas a paralisarem as atividades. Este dado traz a hipótese de que muitos ferroviários não eram favoráveis à execução do movimento grevista. O movimento não foi homogêneo, mas, apesar disso, devido a pressões da Associação dos Ferroviários, órgão que representava a categoria, os ferroviários de Sete Lagoas aderiram à greve no começo do ano. De acordo com as informações divulgadas pelo jornal *Estado de Minas*, o número total de trabalhadores que aderiram ao movimento nas cidades mencionadas (Belo Horizonte, Corinto, Sete de Lagoas e Conselheiro Lafaiete), chegou a 8.000.³⁰²

Em depoimento, Dimas Perrin explica que recebeu orientação dos dirigentes do partido para que fosse feita a mobilização entre os ferroviários das várias cidades em que a ferrovia passava para que houvesse adesão à greve por todos os funcionários. Nesta época Perrin era membro da Comissão Sindical do Comitê Estadual, e foi orientado a auxiliar o movimento na cidade de Juiz de Fora:

[...] lá, procurei logo contato com os companheiros de lá, principalmente o Lindolfo [Hill], que morava em Juiz de Fora, ele era filho de Juiz de Fora. E começamos a entrar em contato com os companheiros da Estrada de Ferro e dos companheiros tecelões, buscando a solidariedade para o movimento grevista. Bom, mas então nós verificamos uma coisa, é que o movimento grevista de Juiz de Fora estava tendo muita dificuldade para conseguir uma paralisação total porque dependia de Três Rios, no Estado do Rio, de onde saíam os trens. Os trens saíam de Três Rios, eles acabavam furando a greve em Lafaiete, em Juiz de Fora. Acabava passando por lá e o pessoal lá não tinha condições, então, de impedir esse movimento. Enquanto isso, as companheiras de Juiz de Fora ficaram encarregadas de tentar tudo que podiam para interromper a passagem dos trens.³⁰³

No trecho exposto temos a fala de Perrin que cita a participação de mulheres no movimento grevista em Juiz de Fora. De acordo com ele, trata-se da participação das esposas dos ferroviários. Embora não faça menção a datas, Perrin afirma que as esposas dos ferroviários da Rede Mineira de Viação, em movimentos grevistas anteriores, deitaram na malha ferroviária, no intuito de parar completamente a circulação de trens. Assim, esta opção foi cogitada pelos grevistas em Juiz de Fora em 1950, em caso de não conseguirem a adesão dos ferroviários da cidade de Três Rios, no Rio de Janeiro. No intuito de negociar com os

³⁰² Jornal "Estado de Minas". Ferroviários de Corinto aderem a greve. Pasta 5128. 15 de janeiro de 1950. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan 2015.

³⁰³ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 07. p. 2, 1995. Arquivo Disponível em: <
<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

ferroviários do Rio de Janeiro a adesão à greve, Perrin viajou a fim de dialogar com os membros do sindicato local:

Então eu fui para Juiz de Fora. Eu fui para Juiz de Fora, para Três Rios no carro de um amigo nosso, motorista de praça. E chegando lá, procurei, comecei a procurar o pessoal do comando da greve. Muito depois, anos depois, eu fui examinar, verifiquei que as pessoas pertencentes ao partido naquele tempo eram dotadas de uma dose muito grande de disposição, de coragem, de audácia. Porque eu achei que era uma aventura eu chegar em Três Rios sem ter nenhum conhecido. Procurar logo o comando de uma greve tão importante como aquela. [...] E foi realmente o que aconteceu. Eu vi que havia um estado de expectativa em toda a estação de Três Rios, na linhas e tudo. E eu então, cheguei perto de um ferroviário – porque eu fui sem ligação nenhuma – cheguei perto de um ferroviário e falei com ele: “ - Olha, eu sou de Belo Horizonte. Estou aqui para dar solidariedade a vocês. Passei em Juiz de Fora, o pessoal lá está apelando para que vocês façam a greve aqui, porque está difícil para eles lá sozinhos”³⁰⁴. (grifo nosso)

Ao chegar em Três Rios e conversar com os representantes do comando local, Perrin reuniu-se com os ferroviários fluminenses e eles definiram que também iriam aderir ao movimento. Todavia, em virtude da repressão policial, o pecebista teve que receber ajuda dos demais trabalhadores para voltar a Juiz de Fora. Isto porque foi feita uma denúncia de que comunistas estariam na cidade para estimular greves. Dessa forma, os companheiros de ferrovia sugeriram: “Você vai nessa máquina. Ele vai fazer de conta que vai fazer uma viagem até Juiz de Fora e você vai escondido na máquina”.³⁰⁵ E foi dessa forma que Perrin conseguiu regressar para Minas Gerais.

Tendo em vista o fortalecimento do movimento grevista dos ferroviários, foi criada inclusive uma Comissão de Inquérito para a Estrada de Ferro Central do Brasil pela Delegacia Especializada em Ordem Pública. Esta comissão ficou a cargo de acompanhar exclusivamente o andamento do movimento. Em ofício enviado ao Delegado de Ordem Pública de Minas Gerais, em janeiro de 1950, o presidente da referida Comissão de Inquérito solicitou a realização de investigações para identificar quem eram os trabalhadores da Central do Brasil que tinham ligação com o PCB e que estavam, em suas palavras “agitando” os ferroviários:

Ofício nº 9

Estrada de Ferro Central do Brasil

Belo Horizonte, 30 de Janeiro de 1950.

Sr. Delegado

A fim de bem esclarecer as causas determinantes do movimento grevista levado a efeito recentemente pelos servidores da Central do Brasil, sediados em Belo Horizonte, Lafaiete, Sete Lagoas e outras localidades, solicitamos a V. S. a fineza de mandar fornecer à Comissão de Inquérito designada para apurar as causas e responsabilidades pelo aludido movimento, uma relação

³⁰⁴ PERRIN. 1995. op.cit. p.3.

³⁰⁵ PERRIN. 1995. op.cit. p.4.

completa de todos os servidores da Central, registrado nesta Delegacia, como adeptos ou simpatizantes das ideias propaladas pelo extinto Partido Comunista Brasileiro.

Ao ensejo, apresento a V.S os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Ernani Bittencourt Contrim.

Presidente da Comissão de Inquérito

Exmo. Sr. Delegado de Ordem Pública do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte.³⁰⁶

A averiguação dos funcionários da Central com a finalidade de identificar quais eram ligados ao PCB, foi realizada pelos agentes, que fizeram vários levantamentos. Ao realizarem a investigação em uma oficina localizada no bairro Horto Florestal, em Belo Horizonte, foram identificados 22 membros filiados oficialmente ao partido e três que haviam declarado serem simpatizantes. Dentre eles, havia além de maquinistas, pintores, pedreiros, foguistas, carpinteiros, graxeiros, funcionários do escritório e agentes de estação. Embora não seja o foco desta análise, cumpre destacar a maneira pela qual os agentes de monitoramento do Serviço Público do Estado descreveram os trabalhadores que possuíam ligação com o PCB. Em alguns casos eram envoltos por descrições de características ou acunhas pejorativas, conforme exemplificamos no fragmento a seguir:

Relação de pessoas comunistas da Estrada de Ferro Central do Brasil
Velha oficina E.FC. 6 - Horto Florestal.

[...]

Sr. Joaquim Bernardino - dá ataques

Um senhor de alcunha "general" é pedreiro e ficou barbado quando da ocasião da cassação dos mandados.

Um guarda-freios da cidade de Sabará que anda com o distintivo do PCB debaixo do braço. [...]

Sr. Afrázio, é inválido, fanático, tocou o seu próprio filho por causa de o mesmo não simpatizar com o comunismo.

Sr. Miguel Mendes, irmão de José Mendes, da E. F. C., tira discurso de dentro da camisa.

Um agente que usa o cabelo tipo buscapé, este é fanático. [...]³⁰⁷

A greve teve seu início no começo de janeiro, em poucos dias de duração causou transtornos econômicos para o estado. Em função da paralisação contar com a adesão dos vários setores, desde os maquinistas aos funcionários do escritório, a empresa ficou

³⁰⁶ “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil”. Pasta 5128, imagem 28. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

³⁰⁷ “Relação de pessoas comunistas na Estrada de Ferro Central do Brasil”. Pasta 5128, imagens 72, 73 e 74. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

completamente parada. Em edição de 15 de janeiro, com 6 dias de greve, o jornal *Estado de Minas* destacou problemas referentes ao abastecimento: "Surgem dificuldades para o comércio e indústria. Mercadorias retidas. [...] os paredistas estão em articulação com o interior."³⁰⁸ Outra matéria do referido jornal ressaltou os entraves causados pela sobrecarga das rodovias: "Congestionadas as rodovias. Animais estão morrendo a míngua".³⁰⁹ As manchetes destacaram, ainda, a preocupação com a continuidade do movimento grevista em função da importância que as estradas de ferro tinham para a economia do estado.

Dois dias depois, o *Estado de Minas*, na edição de 17 de janeiro, que acompanhou de maneira contínua o andamento da greve, divulgou a realização da assembleia dos ferroviários, no dia 16 de janeiro em Belo Horizonte. A assembleia, que contou com mais de cinco mil trabalhadores, teve como objetivo a discussão e definição dos termos que seriam encaminhados à direção da Central do Brasil. No recorte da matéria do jornal *Estado de Minas*, exposto adiante, vemos trabalhadores comemorando a decisão da assembleia dos grevistas em prosseguir com a greve até a concessão do abono de natal.



Figura 8 Trabalhadores comemoram decisão para realização de greve

Fonte: Jornal Estado de Minas, edição de 17 de janeiro de 1950. Pasta 5128. Imagem 53. Imagens da Assembleia dos ferroviários realizada em 16 de janeiro de 1950. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128>> acesso em jan de 2015.

³⁰⁸ "Jornal Estado de Minas, 15 de janeiro de 1950". Pasta 5128, imagem 51. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

³⁰⁹ Jornal Estado de Minas. 15 de janeiro de 1950. Pasta 5128, imagem 51. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

É importante destacar que o movimento não foi organizado e executado somente pelos trabalhadores comunistas, a adesão de ferroviários de várias cidades foi fundamental para as estratégias do movimento obtivessem êxito. Em Juiz de Fora, por exemplo, Perrin explica que foram feitas ações de solidariedade à greve, isto é, o estímulo à adesão por parte de outras categorias profissionais. Dessa forma, membros do partido organizaram comícios na porta de uma importante fábrica de tecidos na cidade, no intuito de convocar os trabalhadores a aderirem às greves. Apesar de terem conseguido apoio dos trabalhadores de outras categorias que pararam suas atividades em Juiz de Fora, após alguns dias, os comunistas foram presos. Dimas foi levado para a prisão em Belo Horizonte e, apenas foi solto após o término da greve:

Agora, nós, de Juiz de Fora, pensamos que seria muito bom que parássemos, também, toda parte de tecelagem que era a concentração mais importante em Juiz de Fora era a tecelagem nessa época. E começamos a trabalhar nesse sentido, fazendo comícios nas portas de fábrica e tudo. E em Juiz de Fora, nós tínhamos um grande número de companheiros em Juiz de Fora nessa ocasião. Sempre tivemos. O partido nasceu em Juiz de Fora, então nós sempre tivemos um bom número de companheiros lá. E começamos a trabalhar nesse sentido. Eu fiquei destacado para fazer o comício na porta de fábrica. Eu, o Afonso, Afonso Pereira, que era secretário sindical em Juiz de Fora. Um outro companheiro que chamava Jesus também. O Raimundinho, Raimundo Alfaiate, também era outro líder em Juiz de Fora. E alguns outros companheiros. Mas nós ficávamos tentando obter a solidariedade. Outros companheiros trabalhavam recuados, mas nós trabalhávamos expostos. Conseguimos em alguns lugares pequenas paralisações. Agora, ocorreu, dias depois ocorreu o seguinte: a polícia de Juiz de Fora, já bastante preocupada com o movimento, aumentou a repressão e eu, o Afonso e o Jesus fomos presos na porta de uma fábrica.³¹⁰

Localizamos vários panfletos que eram distribuídos aos ferroviários com a função de orientá-los e informar sobre o andamento das ações. Estes panfletos apresentavam frases de ordem, comumente utilizadas como mecanismos de mobilização nos materiais de propaganda do PCB, bem como o uso do termo “companheiro”, acunha própria dos militantes e simpatizantes da agremiação. Em um dos panfletos, do qual reproduzimos no fragmento a seguir, cujo título “Aos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil”, temos um exemplo de material que foi distribuído entre os ferroviários. O texto expõe críticas ao gasto do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, durante a participação do Brasil na Guerra da Coreia, bem como a concessão de aumento do salário dos deputados que havia sido aprovado neste período. O texto é uma resposta diante da negativa de pagamento do abono de natal. O governo havia comunicado aos ferroviários que não poderia estender o abono de natal devido

³¹⁰ PERRIN. 1995. op.cit. p.5.

à falta de recursos. O panfleto faz menção ainda à necessidade da classe ferroviária se aparelhar através das organizações sindicais para obter o abono de natal.

Aos Ferroviários da E. F. C. B.

Companheiros, não podemos perder um só minuto em nosso esforço para conquistar um mês de salário em abono. Não devemos aceitar as desculpas de alguns políticos safados, de que não existe dinheiro [...] Não podemos permitir que em nossos lares passem o natal sem os presentes para nossos filhos. Devemos confiar em nossas formas. Criemos as organizações de local de trabalho, e assim nós estaremos em condições de enfrentar a luta para receber o abono, caso ele não nos seja pago até 24-12-50. [...]

A Comissão³¹¹.

Este panfleto nos parece expressivo, para os objetivos dessa tese, haja vista que foi assinado pela "Comissão". O documento contém orientações sobre a necessidade de constituir organizações no ambiente de trabalho para que o movimento pudesse se fortalecer. A participação dos trabalhadores comunistas nas organizações sindicais dos ferroviários em Minas Gerais foi registrada em vários documentos referentes às ações de monitoramento efetuado pela Delegacia Especializada em Ordem Pública. A confirmação da presença ativa dos comunistas se dava, principalmente, através da infiltração de agentes entre os trabalhadores, durante as reuniões da Associação ou em manifestações públicas da categoria. A "Comissão" que assina o panfleto refere-se à Associação dos ferroviários, órgão constituído e presidido por membros do PCB.

Em relatório de monitoramento de fevereiro de 1950, enviado para o Presidente da Comissão de Inquérito da Estrada de Ferro Central do Brasil, o delegado Américo Barreto de Barros apresentou informações a respeito do andamento das ações dos ferroviários em Belo Horizonte. As reuniões realizadas pela associação na capital eram presididas pelo engenheiro Aldair Ferreira Coelho, membro do PCB desde 1935. Aldair, em 1947, havia sido eleito presidente da Associação Profissional dos Ferroviários da Central do Brasil (Seção de Minas Gerais). Em alguns relatórios de monitoramento o nome de Aldair é citado pelos agentes, como no fragmento exposto adiante:

Belo Horizonte, 2 de fevereiro de 1950
 Presta informações do interior,
 Departamento de investigações
 Delegacia Especializada em Ordem Pública
 Senhor Presidente da Comissão de Inquérito
 Em resposta ao vosso ofício 2CPA, de 29 do mês passado, informo-vos o seguinte:

³¹¹ Panfleto: Aos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Pasta 5128, imagem 07. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > acesso jan 2015.

a) Reuniões dos ferroviários do Horto Florestal vêm se realizando publicamente, em caráter pacífico, visando reivindicações de interesse da classe. Somente nas vésperas do início da greve, foram desejosos de receber o abono de natal, já então recebido pelos funcionários públicos federais. [...]

e) Aldair Ferreira Coêlho está prouvariado como comunista desde 1935, quando residia nesta Capital, à rua Baturité, nº 89, por pertencer, então, ao Centro de Cultura Popular, associação que acobertavam, no momento, os soviéticos desta Capital. Foi candidato a deputado federal pelo extinto P.C.B em 2-12-45, não logrando ser eleito. Tem presidido reuniões dos ferroviários do Horto, instigando-os a greve. Em 4-12-46 foi eleito presidente da Associação Profissional dos Ferroviários da Central do Brasil (Secção de Minas Gerais. A referida agremiação, segundo informações reservadas, obedecia à orientação do P.C.B, sendo dirigida pelo dr. Adalberto Saboia, Pita Pinheiro e o advogado Heitor Rocha Faria. [...]

Cordiais saudações,

O Delegado e Especializado em Ordem Pública.

João Luiz Alves Valadão.

Exmº Snr. Dr. Américo Barreto de Barros.

Presidente da Comissão de Inquérito da E.F. Central do Brasil.³¹²

No início do referido relatório, o agente de monitoramento informa que as reuniões dos ferroviários, além de serem realizadas publicamente, ocorriam sem quaisquer tumultos. Apesar da informação preliminar de que os trabalhadores eram pacíficos em suas ações, vários ofícios foram enviados pelos diretores da Central ao Chefe de Polícia da capital no intuito de solicitar guarnições policiais para realizar vigilância dos ferroviários em ocasiões públicas. A principal preocupação dos administradores da Estrada de Ferro Central do Brasil era a realização de tumultos ou manifestações, que, de acordo com a empresa, era responsabilidade dos “infiltrados” comunistas. Interessante ressaltar o contato dos dirigentes da EFCB com a polícia da capital, ou seja, eles recorreram ao uso do aparato policial para inibir manifestação dos trabalhadores, fossem eles comunistas ou não. Do mesmo modo, a utilização do argumento de que a culpa de qualquer manifestação dos trabalhadores era dos comunistas foi corriqueiro. Em um contexto marcado pela Guerra Fria, o discurso anticomunista foi comumente utilizado para respaldar ações de repressão. Em outras ocasiões que trabalhadores iriam se reunir publicamente, a empresa não poupou esforços no sentido de solicitar proteção policial para coibir possíveis organizações e lutas do proletariado. Um exemplo do contato próximo que havia entre os administradores da EFCB e polícia política ficou registrado no Ofício nº 33, enviado na ocasião dos dias antecedentes ao domingo de

³¹² Relatório de monitoramento das reuniões dos ferroviários. Pasta 5128. Imagem 30. 02 de fevereiro de 1950. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > acesso jan de 2015.

Páscoa, em 1950. Tradicionalmente era realizada uma missa com a participação dos trabalhadores:

Ofício nº 33

Assunto: Pedido de guarnição policial

Devendo realizar-se no dia primeiro de maio próximo, como se tem feito todos os anos, a Páscoa dos Ferroviários, com a celebração de missa e distribuição de comunhão aos ferroviários, solenidades estas levadas a efeito no recinto das oficinas, tomo a liberdade de levar tal ocorrência ao vosso conhecimento, bem como pôr-vos a par de murmúrios sôbre a possível infiltração de elementos extremistas por ocasião deste ato religioso, com o fim de estabelecer confusão no seio da massa ferroviária.

Seria pois aconselhável nêsse dia fossem as oficinas guarnecidas por policiais a fim de garantir a boa ordem da solenidade. [...]

Saudações,

Sólon Castro.

Ao Exmo. Sr.

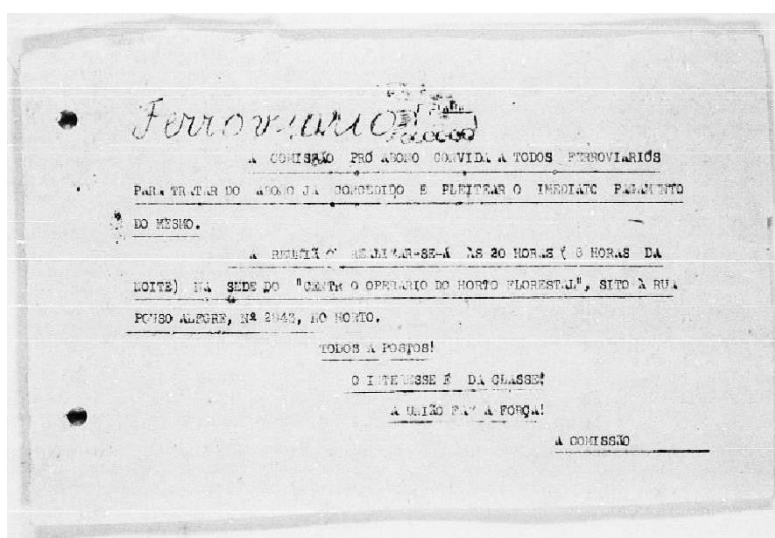
Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais

Capital.³¹³ (Grifo nosso)

As fontes referentes ao monitoramento dos ferroviários revelam que, além de ter um comunista na representação da categoria no sindicato, o receio em torno deles influenciarem manifestações violentas em ocasiões públicas era uma das principais preocupações dos administradores da Central do Brasil. Não é demais ressaltar que, embora a greve tenha sido liderada e organizada principalmente pelos comunistas, a sua realização também contou com a adesão da maioria dos trabalhadores que não eram vinculados ao partido, dentre eles sujeitos ligados e simpatizantes do PDT, os trabalhistas. Apesar de o nosso enfoque ser o *modus operandi* do proletariado pecebista junto aos demais trabalhadores, o interesse em receber o abono de natal, bem como os salários atrasados, era demanda de todos os trabalhadores, independentemente de ter orientação ideológica ou não. Da mesma forma, não podemos compreender a dinâmica de relação entre trabalhadores comunistas e trabalhadores não vinculados ao partido, como uma interação entre dominador/dominado. Isto é, como se os indivíduos sem orientação ideológica estivessem suscetíveis à mera manipulação dos comunistas. Aspecto que não é verídico. Tanto os pecebistas, quanto os demais trabalhadores que não manifestavam interesse ideológico partidário logravam dessa relação. Comunistas tiveram a oportunidade de ampliar o diálogo e interação e, por ventura, conseguir engrossar as fileiras do partido e os demais ferroviários puderam usufruir das técnicas de organização e militância que os comunistas dispunham em sua formação.

³¹³ Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Pasta 5128, imagem 15. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > acesso jan 2015.

Na ocasião da missa para celebração da Páscoa, organizada pelos ferroviários, foi enviado o aparato policial solicitado pela EFCB, no entanto, não foram registradas quaisquer ocorrências. Nos dias seguintes, várias reuniões foram realizadas pela Comissão de greve em Belo Horizonte, com o objetivo de planejar e organizar as ações do movimento. Eram distribuídos convites entre os ferroviários que continham informações sobre horário e local das reuniões. O tema das reuniões era a concessão do abono de natal. Este benefício já era concedido aos trabalhadores do funcionalismo público, não obstante, como salientamos, a Comissão lutava pela implementação do benefício do abono de natal aos ferroviários.



Ferroviários,

A comissão pró-abono convida a todos ferroviários para tratar do abono já concedido e pleitear o imediato pagamento do mesmo. A reunião realizar-se às 20 horas (horas da noite) na sede do "Centro Operário do Horto Florestal"[...] Todos a postos! O Interesse é da classe! A união faz a força!

A Comissão.

Figura 9 Convite elaborado pela Comissão da greve e distribuído aos ferroviários da Central do Brasil

Fonte: "Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil." Pasta 5128, imagem 71. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> >

Apesar das fontes revelarem que o movimento grevista foi em sua maioria pacífico, para pressionar os diretores da Central os ferroviários não utilizaram apenas o recurso das greves, em algumas ocasiões a empresa foi sabotada como forma de forçar a paralisar o seu funcionamento. Adiante, apresentaremos alguns exemplos destas ações. A prática da sabotagem teve dois objetivos, o primeiro consistia em forçar todos os trabalhadores a aderirem ao movimento e o segundo em pressionar a empresa. Como mencionamos, havia informações de que adesão à greve não foi uma decisão homogênea entre todos os funcionários da empresa. Ou seja, alguns ferroviários não concordavam com a paralisação dos trabalhos e prosseguiram com o cumprimento das atividades. Dessa forma, táticas que visassem forçar a paralisação integral foram adotadas.

Quando os funcionários não acatavam as ordens da Comissão para efetuar as paralisações, o uso de piquetes era praticado a fim de forçar os chamados “fura greves” a aderirem ao movimento. Para isso, os grevistas colocavam pedras nos trilhos para evitar que o trem prosseguisse viagem. Não identificamos instruções para que o uso de violência fosse praticado a fim de pressionar a adesão à greve àqueles ferroviários que não concordavam com o movimento. Não obstante, localizamos exemplos em que os ferroviários sabotaram a comunicação entre as estações ferroviárias. Este foi o caso da ocorrência registrada no município de Caeté, em 15 de janeiro, onde grevistas cortaram os fios de telégrafos da estação:

Delegacia de Polícia do Município de Caeté, em 18/01/1950

Snr. Dr. Chefe de Polícia,

Comunico-vos para os devidos fins que passaram por esta cidade umas trinta pessoas, conduzidas em caminhão, e tendo como chefe o Snr. Antônio Laporte Júnior, que agia em comissão dos grevistas, e deixaram registrados no livro de registros da Estação os seguintes nomes: Chefe, Antônio Laporte Júnior, José Augusto dos Santos e José Deloi Braga, que cortaram os fios dos telégrafos, desta estação dia 15 deste, às 14 horas, e justamente neste período os praças deste destacamento achavam-se em outros setores, a serviço desta delegacia, não sendo os grevistas citados surpreendidos pelos policiais deste destacamento. Na ocasião conduzia eles a Bandeira Nacional, a frente da turma.

Atenciosamente,

Danilo Macedo. Major Delegado espc.

Ao Snr. D. J. Campos Cristo.

D.D Chefe de Polícia,

Belo Horizonte.³¹⁴

Em correspondência enviada pelo chefe da estação da cidade de Conselheiro Lafaiete, em 28 de junho de 1950, também temos o relato sobre a colocação de pedras nos trilhos da linha férrea no intuito de forçar a paralisação do trem. Nesta ocasião não foi possível parar o trem a tempo, e por isso houve o descarrilamento da locomotiva. O chefe da estação solicitou a realização de investigação para apurar a responsabilidade pela ação.

Estação de Lafaiete, 28 de junho de 1950

Sr. Dr. Delegado Policial do 3º Distrito da Capital

Por este venho solicitar a V.S. as devidas providências, no sentido de que seja apurada a responsabilidade da colocação de pedras nos trilhos dessa via férrea, situada no Km 63578,00 próximo à rua Extrema (Bairro de Calafate). Aquela ação criminoza ocasionou o descarrilamento da locomotiva do trem 1 de hoje (noturno do Rio) às 10:00 hrs, que por pouco ocasionaria acidente de grandes proporções, vista tratar-se de trem conduzindo grande número de passageiros. Urge, pois, vossas enérgicas diligências para que seja

³¹⁴ “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil.” Pasta 5128, imagem 27. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

encontrado o responsável ou responsáveis passivos de funções dando-me por gentileza, os resultados respectivos.

Chefe da Estação,
Godofredo Leite Soares³¹⁵

Apesar da realização de investigações com vistas à apuração da responsabilidade pelo descarrilamento da locomotiva, o delegado não obteve êxito. A investigação não reuniu provas suficientes que pudessem comprovar o envolvimento de ferroviários comunistas na condução ou na orientação para que fosse realizada a referida sabotagem. Na concepção dos agentes da Secretaria de Segurança Pública, a responsabilidade de atos desse porte estaria a cargo de comunistas, considerados como a “causa” da desordem social. Mediante a nossa investigação procuramos informações sobre os membros que faziam parte da direção do sindicato. Todavia, os documentos consultados não trazem informação nominal dos membros do sindicato, nem tampouco, como afirmamos anteriormente, se este órgão passou por algum tipo de intervenção estatal diante da crescente mobilização da categoria. O que fica claro é que a organização e execução das greves pelo abono de 1950 foram realizadas pela comissão paralela ao sindicato oficial. Tantos os documentos do partido quanto, o material elaborado pelos agentes não há menção da interferência ou participação do sindicato na liderança e condução das greves.

As fontes disponíveis apontam que, à medida que a greve avançava, as ações de repressão ao movimento eram efetuadas. Relatos sobre prisões de ferroviários que participaram da greve de 1950 foram identificados. Indivíduos acusados de serem comunistas “incitadores” tiveram suas vidas investigadas. Interessante pontuar que a linha de investigação era conduzida a partir da necessidade de identificar a participação dos comunistas nos movimentos. Na visão da polícia política e dos administradores da EFCB, os trabalhadores que não tinham ligação com o partido dificilmente teriam condições de conduzir sozinhos um movimento de expressão, tal como foi feito. No entanto, é forçoso ponderar que, em termos quantitativos o número de ferroviários que não detinham qualquer ligação com a agremiação era inevitavelmente superior. Dos 8.000 ferroviários que aderiram a greve, a investigação feita pela Secretaria de Segurança Pública, confirmou que apenas 22 eram de fato vinculados ao PCB. Os pecebistas lideraram a comissão, e, é possível que muitos outros tenham conseguido ocultar suas relações com o partido, todavia, sozinhos não teriam condições de deflagrar as paralizações.

³¹⁵ “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil.” Pasta 5128, imagem 12. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: jan de 2015.

A repressão aos envolvidos na greve provocou a revolta dos ferroviários e inúmeros protestos. Manifestações de solidariedade ao movimento vieram de outros estados. Neste caso, podemos fazer menção a um panfleto que registra o apoio dos ferroviários do estado Rio de Janeiro aos mineiros que estavam sendo presos. No fragmento seguinte, apresentamos o texto de um dos panfletos distribuídos. Nele, além da Comissão do movimento de greve fluminense expor seu apoio, teceram duras críticas às prisões realizadas aos ferroviários de Minas. O panfleto foi distribuído aos ferroviários fluminenses, igualmente reproduzido também nos jornais da capital do estado do Rio de Janeiro:

Tudo pelo abono! Companheiros ferroviários! Paremos de vez o trabalho nas oficinas e no tráfego. Não nos deixamos iludir por manobras. O aparato policial não nos deve impressionar. Tenhamos confiança na fôrça de nossa unidade e de nosso e da solidariedade dos trabalhadores e do povo carioca. É um dever de honra marcharmos com os companheiros de Belo Horizonte e Cruzeiro. Ampliemos nossas comissões para conduzir a luta até a vitória final. [...] Nada de mandados de segurança: que sejam criadas comissões nas seccções, para impedir os fura greves e a prisão de qualquer companheiro! Só voltaremos ao trabalho com o abono no bolso, com todos os companheiros livres e as transferências revogadas, começando desde já pelo companheiro Jair do Engenho Duarte, transferido para Corinto. Exigimos a desocupação das oficinas pela Polícia! Tudo pela vitória! Pela união dos ferroviários! Viva o Brasil! A Comissão.³¹⁶

A greve dos trabalhadores da EFCB recebeu apoio de membros do PCB de outras cidades, como, Uberlândia. Integrantes do partido distribuíram panfletos com o intuito de informar os trabalhadores sobre o andamento e o objetivo da greve. Por meio do acesso a esse panfleto, foi possível aferir que em 20 de janeiro de 1950, a greve já contava com nove dias de duração e com a adesão de 8.000 ferroviários, situados nas cidades de Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas, Corinto e Cristiano Ottoni.

Prossegue a greve dos ferroviários da Central

Dispostos a prosseguirem lutando até a vitória, os ferroviários da central do Brasil, entram hoje no seu 9º dia de greve, enfrentando com altivez e coragem o terror policial implantado por Dutra e o udenista Milton Campos. [...] Uberlândia cujo povo soube compreender e ajudar moral e materialmente a greve de Lafaiete, saberá ajudar os heróicos ferroviários da Central que souberam colocar nos mais altos cumes das montanhas de Minas

³¹⁶ “Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil.” Pasta 5128, imagem 49 Matéria: "Promete-se alastrar a greve dos ferroviários: O pessoal do Cruzeiro aderiu ao movimento - Esperada a decisão da turma de Três Rios. - Convocada uma reunião na capital federal. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > acesso jan 2015.

Gerais a bandeira de luta contra a reação policial lutando na prática pela liberdade sindical [...] Uberlândia, 20 de janeiro de 1950³¹⁷.

Neste panfleto, também foi possível identificar informações referentes à repressão a que os grevistas estiveram sujeitos, bem como ao fato de a organização do movimento ter se mobilizado para angariar recursos para prosseguir com as suas ações. O trabalho de coerção ao movimento da greve foi orquestrado tanto pela polícia quanto pelo exército, que cumpriram ordens efetuadas pelos governos estadual e federal.

A par das questões que envolvem o desenvolvimento da greve dos ferroviários no decurso de 1950, cumpre ressaltar o reconhecimento do papel dos comunistas. Aferimos que o movimento grevista dos ferroviários em Minas Gerais contou com a participação de integrantes do PCB, que, inseridos como funcionários da Central do Brasil, contribuíram na organização do movimento e coordenaram ações junto com os demais trabalhadores para que estes participassem de greves desde o ano 1947, mas suas ações foram intensificadas e fortalecidas no ano de 1950. O próprio presidente da Associação dos Ferroviários, engenheiro da Central, era membro do PCB desde o ano de 1935.

No intuito de informar e instruir os ferroviários, foram utilizados panfletos elaborados pelos comunistas do estado, assim como foi difundido o impresso “Articulador da greve” elaborado pelos ferroviários de São Paulo. O uso de panfletos e impressos foram os principais mecanismos de interlocução e articulação do partido junto aos ferroviários. Material de propaganda comunista foi apreendido em posse dos ferroviários nas principais cidades que aderiram ao movimento: Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas e Corinto. O uso destes materiais com vistas à orientação era um dos motes essenciais de atuação do militante comunista, sobretudo, para difundir a ideia de que os trabalhadores tinham direito de lutar por melhorias das condições de trabalho. A aceitação da participação dos comunistas pelos ferroviários não foi homogênea. Encontramos alguns indícios de que muitos trabalhadores não eram favoráveis à inserção de membros do PCB em suas dinâmicas de reivindicação. Embora tenham existido sujeitos contrários, não foi o suficiente para impedir que os comunistas avançassem na articulação junto aos ferroviários e, sobretudo, coordenassem o movimento.

Nas fontes consultadas, que tratam das greves na Central do Brasil no ano de 1950, não foi possível localizar o desfecho das ações impetradas pelos ferroviários para alcançar o

³¹⁷ “Panfleto: Prossegue a greve dos ferroviários da Central”. Pasta 5059, imagem 27. Uberlândia. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5059> > acesso jan 2015.

abono de natal e o recebimento dos salários atrasados. Em relação ao abono de natal, apenas no ano de 1962, durante a vigência do governo do presidente João Goulart é que o benefício foi estendido a todos os trabalhadores com carteira assinada.³¹⁸ Alguns fragmentos de matérias do jornal *Estado de Minas* salientam que a primeira greve realizada no ano, no início de janeiro, foi encerrada por volta do dia 22. Manifestantes entregaram suas reivindicações ao Ministério Público mediante acordo feito com os diretores da Central. Os diretores haviam prometido avaliar as solicitações. Outras paralisações foram feitas ao longo do ano com o mesmo objetivo, pois no primeiro bimestre o abono não foi alcançado. Informes emitidos pela Secretaria de Segurança Pública indicam que outras greves foram realizadas nos meses de abril e junho, por exemplo.

Nesta seção, apresentamos as estratégias utilizadas para a articulação das ações entre os trabalhadores comunistas e demais funcionários da EFCB. Vimos que esta interação resultou no fortalecimento e na organização do movimento. Localizamos registros que possibilitaram confirmar que a interação dos comunistas entre as ações dos ferroviários estendeu-se nos anos seguintes, sobretudo, na realização de greves, com foco principal nas reivindicações de aumento salarial. O jornal carioca *Imprensa Popular* possui inúmeras matérias que abordam a continuidade do movimento no ano de 1951³¹⁹. Nos anos seguintes, o movimento pelo abono teve continuidade em âmbito nacional e ganhou adesão dos ferroviários de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No decorrer deste texto, apontamos que uma das orientações da Comissão de greve era para que os trabalhadores criassem pequenas comissões nos vários setores dos locais de trabalho. Assim, as reivindicações deveriam ser preparadas e aplicadas mediante planejamento. Encontramos indícios que confirmam que comunistas criaram células nos locais de trabalho dos ferroviários nos anos seguintes. No capítulo anterior, apontamos que a criação de células nos espaços de sociabilidade da classe trabalhadora era uma das instruções repassadas pelos dirigentes do PCB para que fosse realizada a interação junto às classes trabalhadoras.

As células eram parte integrante da estrutura orgânica do PCB, mas, durante o processo de reestruturação do partido, realizado a partir de 1945, os dirigentes estabeleceram

³¹⁸ BRASIL. Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

³¹⁹ REUNIÃO da Comissão Central pró-abono. **Jornal Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, Ano IV, n.592. p.1, 9 jan. 1951. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&PagFis=31&Pesq=central%20do%20brasil>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

como meta a criação de células para além dos espaços institucionais do partido. A ideia era realizar o processo de recrutamento a partir do contato contíguo ao trabalhador, no intuito de conhecer a sua realidade, suas demandas e, através desse contato, compreender a realidade e absorvê-la ao próprio discurso do partido. Em meio às fontes, nos deparamos com um panfleto distribuído entre os ferroviários que endossa a existência de células do PCB na Central do Brasil, em 1952. O fragmento do panfleto exposto a seguir trata da repressão aos trabalhadores da Central que participaram de movimentos grevistas no estado.

Getúlio manda fuzilar os operários que não querem morrer de fome
Companheiros ferroviários, está chegando a nossa hora. A fome ronda
nossos lares! Não podemos suportar tamanha miséria, nossa situação piora a
cada dia! Nossas famílias mal alimentadas e a mercê de tudo! As nossas
reivindicações são reprimidas com violência e fuzilamentos! [...]
Organizados seremos invencíveis. Só um governo democrático e popular,
nos garantirá liberdade, terra e pão.
Setembro de 52
A célula da E.F.C.B do PCB.³²⁰

Além da crítica em torno da repressão imposta pelo governo, o panfleto faz menção às temáticas centrais de questionamento dos comunistas, ou seja, os dizeres que ressaltam a luta contra a exploração imperialista. Por fim, enfatiza a necessidade fortalecimento dos trabalhadores através da organização. Importante ressaltar a assinatura do panfleto, "A célula da E.F.C.B do P.C.B", exemplifica que o PCB realizou esforços para a aplicabilidade prática das orientações relativas a constituição de células no interior das Central do Brasil. Ademais, estas células foram importantes para o processo de orientação ideológica dos trabalhadores.

4.2 Carris Urbanos, trabalhadores da Companhia de Força e Luz e Acesita: “Pelo abono uni-vos!”

Nesta seção, examinaremos as greves realizadas pelos trabalhadores da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, que contaram com a participação de indivíduos ligados ao PCB. A referida companhia foi criada em 1946, com a finalidade de fornecer energia para as empresas de bondes das cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito. A Companhia, também foi responsável pela administração e funcionamento da empresa de bondes Carris

³²⁰ Panfleto: Getúlio manda fuzilar os operários que não querem morrer de fome. Pasta 5128, imagem 06. Panfleto. Greves na Estrada de Ferro Central do Brasil. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5128> > Acesso em: fev de 2016.

Urbano até o ano de 1949. Não obstante, após o ano de 1949, a prefeitura de Belo Horizonte se tornou a responsável pela gestão da Carris Urbanos. As empresas tinham uma relação articulada, já que a Companhia de Força e Luz fornecia a energia para o funcionamento da operação da Carris.³²¹

A atuação de trabalhadores comunistas em ambas as empresas atendia o interesse do partido em participar das ingerências de setores importantes na capital, ou seja, energia e transporte. Na seção anterior, vimos que a interação entre comunistas e ferroviários foi relevante para organizar e realizar greves, no decurso do ano de 1950, em prol da conquista do abono de natal. Vimos também que a partir de 1949, a União passou a garantir o abono de natal aos funcionários públicos federais. Na década de 1950 cresceu vertiginosamente o anseio para que este benefício também se estendesse a todos os trabalhadores do estado em diversas categorias, sendo demanda central de diversos movimentos que eclodiram em todo o país nesse período. Os comunistas incorporaram esta demanda em seu discurso de ações como se esta fosse uma causa própria do partido, como uma oportunidade estratégica para impulsionar o diálogo e a articulação junto com os demais trabalhadores. Era conveniente apoiar e se articular os interesses do PCB com as demandas dos trabalhadores como uma possibilidade estratégica para aumentar o interesse em filiar-se ao partido. Alcançar o benefício do abono de natal foi, igualmente, a demanda central das greves dos funcionários das Empresas Carris Urbanos e Força e Luz³²². No entanto, as condições dos trabalhadores não eram favoráveis, e em vista disso, outras demandas foram incluídas em razão dos problemas vivenciados cotidianamente pelos trabalhadores, com destaque para baixos salários, riscos de acidentes elétricos, devido à falta de treinamento e excesso de horas extras não remuneradas. Tais problemas atingiam os funcionários de ambas as empresas.

Havia trabalhadores que eram membros do PCB e que trabalhavam nas duas empresas. Além do contato no cotidiano das empresas, o intercâmbio de informações entre comunistas e os funcionários não filiados se deu, também por meio da distribuição de boletins e panfletos. A identificação destes registros foi significativa para compreender as razões pelas quais a greve foi iniciada, o desenrolar dos fatos e como o partido se posicionou durante o movimento. Este é o caso do boletim veiculado entre os trabalhadores da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, em maio de 1950, em que verificamos a solicitação para que todos os trabalhadores aderissem à greve que estava em curso entre os ferroviários que reivindicavam

³²¹ No transcorrer da pesquisa não identificamos, nos registros disponíveis, dados sobre origem da empresa Carris Urbanos em Belo Horizonte.

³²² A documentação consultada para desenvolvimento dessas análises aglutina documentos de ambas as empresas em uma mesma pasta, sobretudo, em razão da articulação do funcionamento entre ambas as empresas.

o abono de natal. No discurso do texto do boletim, os comunistas chamam a atenção dos trabalhadores da Companhia Força e Luz para se solidarizarem quanto ao movimento no intuito de fortalecê-lo. Os eletricitários, igualmente, veem nesta ação a possibilidade de participar das demandas de outras categorias e fortalecer as lutas, conforme destacamos no fragmento a seguir:

Companheiros da Força e Luz

Os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil entraram hoje em greve!

Apelam para essa poderosa arma de luta depois de sofrerem toda a sorte de traições por parte do governo Dutra, do Ministro do Trabalho e dos "pelêgos" que estão à testa dos sindicatos. O motivo dessa greve é a negativa por parte da Estrada do pagamento do ABONO DE NATAL que aqueles trabalhadores contavam como certo a fim de com esse dinheiro comprar gêneros de primeira necessidade. [...]

Companheiros da Força e Luz!

A luta dos grevista da Estrada de Ferro Central do Brasil é a mesma luta de vocês. É em resumo a luta de toda a classe operária que não quer morrer de fome e viver ludibriada e explorada impiedosamente pela camarilha de patrões gananciosos de super-lucros. Por isto, é um dever de vocês, ajudá-los nessa luta grevista contra a forma e a miséria. [...] O exemplo de vocês poderá ser imitado por trabalhadores de outras empresas deste ou de outros municípios ou Estados, que em solidariedade desencadearão ao mesmo tempo em que lutarão pelo ABONO DE NATAL!

[...]

PARA FRENTE COMPANHEIROS!

PELA CONQUISTA DO ABONO DE NATAL!

PELA SOLIDARIEDADE AOS VOSSOS IRMÃOS FERROVIÁRIOS!

PELA UNIÃO DA CLASSE OPERÁRIA!

TODOS À GREVE!³²³ (Grifo nosso)

Assim como no exemplo da greve dos ferroviários, o movimento realizado pelos funcionários da Companhia Força e Luz teve seu início no começo de 1950. Neste ano, foram criadas comissões para organização de greves em ambas as empresas. Em panfleto veiculado em janeiro do referido ano, identificamos que a orientação sobre a necessidade de constituir uma comissão para gerir o movimento esteve presente nos objetivos dos eletricitários, conforme podemos verificar:

Manifesto dos Trabalhadores da Força e Luz

Nós os trabalhadores da Força e Luz estamos empenhados na luta por ABONO DE NATAL que é um direito nosso, o pagamento do abono, já discutimos o abono no sindicato e o mesmo foi aprovado por todos nós, e dessa assembléia deliberamos que o sindicato tomasse providencias para o pagamento do abono em 15 dias. Até hoje não recebemos reposta nem do

³²³ “Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista.” Pasta 5132, imagem 13. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5132&imagem=2320> Acesso em: jan 2015.

sindicato nem dos patrões, porque confiamos no sindicato enves de termos organizados e unido em comissões e subcomissões indo exigir dos patrões o pagamento do abono para melhorar um pouco nosso padrão de vida. [...] Todo apoio a greve dos ferroviários da central. Viva os heróicos ferroviários. [...] A comissão.³²⁴ (Grifo nosso)

Neste panfleto, que foi distribuído entre os funcionários da Força e Luz, averiguamos o anseio pelo pagamento do abono em caráter retroativo, ou seja, o valor que não foi pago no final de 1949. Os trabalhadores apresentaram em seu discurso a concepção de que o abono é um direito de todos, e não fizeram menção ao fato de que, em termos legais, a União apenas ter conferido a obrigatoriedade quanto ao pagamento aos funcionários públicos: "Mas, queremos o abono porque é um direito nosso. Direito nosso e de todos os trabalhadores de Belo Horizonte."³²⁵ De todo modo, os ferroviários também eram servidores públicos e não receberam o benefício. Ademais, como mencionamos anteriormente, profissionais de categorias diversas pertencentes a empresas privadas, e não apenas vinculados ao setor público, realizaram greves no intuito de reivindicar o pagamento do abono de natal. Esta era uma demanda que fazia parte das reivindicações dos trabalhadores em todo o país.

Assim como no caso dos ferroviários, a participação de comunistas em meio aos trabalhadores da Companhia de Força e Luz teve seu início a partir de meados de dos anos 40, juntamente com a fundação da empresa. Indivíduos ligados ao partido ocupavam variadas funções na empresa. Compreendemos que o trabalho desenvolvido pelos funcionários ligados ao partido nestas categorias profissionais cumpriu a aplicabilidade das concepções teóricas e ideológicas, definidas no processo de reestruturação orgânica do PCB iniciada neste mesmo período. A orientação para expandir as ações em vários segmentos no estado foi cumprida e verificamos que, ao longo do decurso da década de 1950, o papel dos comunistas nas ações com vistas à mobilização de várias categorias foi significativo para o fortalecimento das demandas dos trabalhadores de vários segmentos. De todo modo, o pecebista precisava ter uma fonte de renda, então na medida em que se integrava ao mercado de trabalho deveria buscar aplicar as orientações estipuladas pelo PCB, sobretudo, em relação a se tornar um proletário atuante.

³²⁴ Panfleto: Manifesto dos Trabalhadores da Força e Luz. Pasta 5132, imagem 28. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > Acesso em: jan de 2015.

³²⁵ Panfleto: Manifesto dos Trabalhadores da Força e Luz. Pasta 5132, imagem 28. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > Acesso em: jan de 2015.

Identificamos dezenas de documentos que comprovam a participação dos comunistas na condução de várias greves dos trabalhadores da Companhia desde 1946, e, inclusive, inquéritos policiais instaurados com o intuito de identificar quais funcionários eram filiados ao PCB, sobretudo após a ilegalidade política do partido. Para exemplificar, podemos fazer menção ao inquérito instaurado pela Chefia de Polícia do estado de Minas Gerais, em 1946, que ao interrogar o engenheiro Celso Cardão, confirmou a existência de funcionários filiados ao PCB e que estes eram os principais responsáveis pela incitação à realização de greves. A meta era alcançar melhorias salariais:

[...] vem o perguntado notando, no seio dos operários da organização de que é funcionário, um ambiente de descontentamento; não tendo, entretanto, elemento para informar à autoridade as razões desse descontentamento; que entre os referidos funcionários, há elementos declaradamente comunistas, pelo menos, tem chegado ao conhecimento dos diretores da Cia Força e Luz que alguns funcionários comentam na Praça Sete, pertencerem ao Partido Comunista [...] que por ouvir dizer, o respondente comunica a autoridade que alguns elementos da mencionada companhia estão a fazer irromper uma greve na empresa em que trabalham, visando a majoração dos vencimentos [...].³²⁶

As informações obtidas durante o interrogatório feito com o engenheiro Celso Cardão foram confirmadas. Ao longo de 1946, os funcionários da Companhia realizaram várias greves com a finalidade de conquistar aumento salarial. Nesse sentido, a participação do PCB nas greves da referida empresa em 1950 são consequência de um processo paulatino de participação de membros do partido enquanto funcionários desde meados da década de 1940, quando a empresa foi criada. Em 1946, as reivindicações pelo aumento dos salários foram alcançadas. Todavia, outras paralisações foram realizadas nos anos seguintes com vistas ao recebimento de salários atrasados, bem como pela reposição das perdas salariais. Sobre este aspecto, o comunista Arthur Dianini, funcionário da Carris Urbanos, que filiou-se ao partido em 1951, afirmou em entrevista que a participação dos comunistas nos movimentos de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho na empresa foi frequente. Embora não tenha citado uma data específica, mesmo antes de se filiar ao partido, entre os anos de 1949 e 1950 houve paralisações lideradas por indivíduos ligados ao partido. Neste período ele fazia parte da diretoria do sindicato, em suas palavras:

Tivemos duas paralisações. Uma foi por aumento de salário, aquela foi o seguinte, além de nós parar os bondes, ainda conseguimos trazer outros sindicatos para fazer a solidariedade com a nossa luta, porque a luta é de

³²⁶ Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Pasta 5132, imagens 130 e 131. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > Acesso em: jan de 2015.

aumento de salário. [...] Afetava porque não tinha outro transporte. Mais os passageiros andava à pé, em homenagem a nossa luta, os passageiros andava tudo à pé³²⁷.

Sobre a participação dos pecebistas, tanto no sindicato, quanto no cotidiano da empresa, Dianini explica que foi comum trabalhadores recorrerem aos pecebistas para que estes pudessem instruir trabalhadores a reivindicarem seus direitos. Esta foi a situação de um funcionário da empresa que não havia recebido a sua indenização após ter tido o contrato de trabalho rompido. Os contratos de trabalho entre os funcionários da Carris Urbanos foram rompidos em 1949, quando a companhia passou a ser gerida pela prefeitura. No entanto, muitos trabalhadores não receberam suas indenizações. De acordo com Dianini, os advogados da cidade estavam com receio de representar os trabalhadores na justiça do trabalho. Em vista disso, o comunista e advogado Tomás Bernardino foi indicado e um dos poucos a aceitar representar os trabalhadores que estavam na mesma situação.

Foi justamente quando a Cia Mineira, estava o bonde para a Prefeitura e que os advogados de Juiz de Fora, não queriam pegar a causa, porque achava que ela era uma empresa poderosa, que ia perder. Então tinha um condutor de bonde, que tinha apelido de vovô, e que chamou o Tomás Bernardino para tocar a causa dele, então ele foi e falou assim, procurou, não sei quem que ele procurou aqui do bonde e falou assim: “Porque que vocês não chamam o Tomás Bernardino, que é um bom advogado e ele é comunista”. [...] E nessa altura que o Partido, que esse Afonso foi pegando um, pegando outro, pegando outro, nós então começamos a entrar no partido e a receber orientação como tinha que lutar para a indenização não é, e dali depois da indenização que demorou 03 anos, ai veio outras reivindicações que era aumento de salário e saber o quê que era, explicava, o quê que é o Partido Comunista, o quê que não é.³²⁸

A relação dos trabalhadores de bonde com colegas comunistas foi frequentemente monitorada pela polícia. Durante as entrevistas, Dianini destaca a existência de pessoas infiltradas no cotidiano de trabalho e que efetuaram denúncias sobre a presença de comunistas. Ao ser questionado sobre a presença de pessoas “infiltradas”, Dianini exemplifica uma ocasião em foi convocado no quartel da capital no intuito de prestar esclarecimentos:

Tinham. Porque no eu descer, no dia que eu fui lá no quartel, só de eu descer de ônibus e conversar com um companheiro, não do serviço de bonde, mais que era comunista também e teve gente que viu dentro do ônibus, telefonou para o quartel. E no dia que eu fui fazer o meu depoimento, ele então me

³²⁷ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 16, 1992. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan de 2015.

³²⁸ DIANINI. 1992. op.cit. p.16.

falou: “Você ontem quando desceu de bonde, desceu conversando com um comunista. O quê que vocês estavam conversando?” Eu falei: “Não, nós não estávamos conversando assunto político, ele foi na casa de um parente dele e aconteceu que nós descemos no mesmo ônibus, desci mesmo, mais não conversamos o assunto político não.” Ai eu fiquei sabendo que tinha dedo duro tomando conta de nós.³²⁹

Apesar do contínuo monitoramento, trabalhadores, fossem eles vinculados ao PCB ou não, prosseguiram suas lutas por melhores condições. Em relação às greves de 1950, tiveram como demanda central o recebimento do abono de natal. A repercussão do movimento dos ferroviários estimulou os funcionários da Força e Luz a também reivindicarem este benefício. Em consonância, farta parcela dos panfletos e boletins comunistas distribuídos entre os trabalhadores fazem menção à necessidade de unificar a demanda pelo abono juntamente com outras categorias profissionais, no sentido de fortalecer os movimentos e fazer uma maior pressão junto ao empresariado.

A cobrança pelo recebimento do abono de natal também foi uma requisição dos trabalhadores da empresa Carris Urbanos da capital em 1950. Cabe salientar que, de certa maneira, a Companhia de Força e Luz e a Companhia de Bondes da capital eram empresas que possuíam relações contíguas. Isso porque a Companhia Força e Luz foi criada, sobretudo, para fornecer energia elétrica para a empresa de bondes da capital. Além de possuírem sede na mesma cidade, as demandas de ambas as categorias, eletricitários e carris, eram semelhantes, como a questão dos salários atrasados e a falta de treinamento adequado para os funcionários. A condição de trabalho dos eletricitários era, conforme os relatos, precária. Muitos se queixavam dos constantes acidentes e da falta de suporte da empresa nestes casos. Queimaduras, por exemplo, durante os serviços de manutenção das redes não eram situações incomuns. Os registros examinados indicam que a greve em ambas as empresas eclodiu no mês de janeiro. Outras paralisações foram realizadas em fevereiro e março. Todavia, não localizamos informações sobre o período de duração.

Para organização do movimento grevista dos trabalhadores de bondes da capital, foi criado um jornal intitulado *Carris Urbanos*. O impresso teve seu primeiro exemplar veiculado em janeiro de 1950, conforme informações emitidas pelo investigador da Delegacia Especializada de Ordem Pública, Thieri João Batista de Paula:

Serviço Público do Estado de Minas Gerais
Delegacia Especializada de Ordem Pública

³²⁹ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 16, 1992. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan de 2015.

ORDEM DE SERVIÇO VERBAL

Apurar a procedência de boletins e jornal "Carris Urbanos", que foram jogados na sede do Sindicato de Empregados em Carris Urbanos desta capital.

Senhor Dr. Delegado:

Os boletins e o jornal "Carris Urbanos", que teve seu primeiro número de 3 de janeiro, aniversários de Prestes, são de caráter subversivo, comunista, concitam à greve os funcionários do Departamento de Bondes e Ônibus, atacam o Governo Central e fomentam a greve na Estrada de Ferro Central do Brasil. Nota-se no "Carris Urbanos" o retrato de Prestes idêntico ao do recorte anexo da edição do "Jornal do Povo" impressa na gráfica de Mario Cursinho de Castro em 16-5-948. Fui informado do de que o rapaz que em janeiro distribuiu este jornal se parecia com o comunista Carlos Olavo da Cunha Pereira.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1950.

Thieri João Batista de Paula. - Inv. 205.³³⁰ (Grifo nosso)

Nesse sentido, o impresso "Carris Urbanos" surgiu em um período em que outras classes trabalhadoras aderiram à demanda do abono de natal, tanto em âmbito nacional quanto estadual e em sua primeira edição afirmava ter como finalidade orientar os trabalhadores acerca das demandas da categoria: "O aparecimento de 'Carris Urbanos' dá-se em boa hora, no raiar do ano de 1950, no instante mesmo que os trabalhadores do tráfego e das oficinas mais necessitam de um órgão capaz de orientá-los."³³¹ Os exemplares aos quais nós tivemos acesso para o desenvolvimento desta pesquisa, possuem, além do uso de palavras e expressões que são comumente utilizadas pelos comunistas,³³² ilustrações que retratam a figura de Luiz Carlos Prestes. A figura de Prestes foi utilizada para respaldar e legitimar o trabalho realizado pelos responsáveis pela divulgação do jornal. A imagem dele foi veiculada na primeira edição, de 03 de janeiro de 1950, não por mero acaso, esta era a data de aniversário de Prestes.

³³⁰ "Boletim de monitoramento. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista". Pasta 5132, imagem 18. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > Acesso em: jan de 2015.

³³¹ "Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista". Pasta 5132, imagem 14. Jornal Carris Urbano, 3 de janeiro de 1950. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > Acesso em: jan 2015.

³³² Uso de expressões tais como: companheiros, comunismo, política do partido.

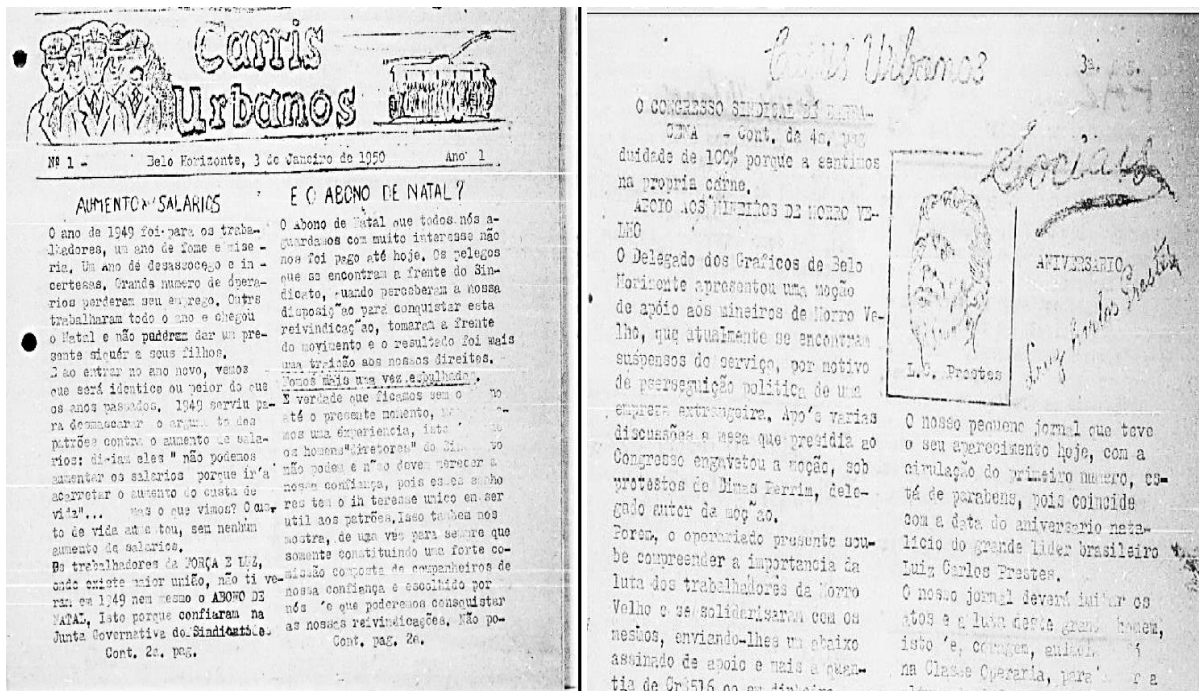


Figura 10 Exemplar do Jornal Carris Urbanos.

Fonte: Primeiro exemplar do jornal "Carris Urbanos". Pasta 5132, imagem 14 e 16. Belo Horizonte, 3 de janeiro de 1950. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > acesso em jan de 2015

O jornal *Carris Urbano* foi instrumento importante para a luta pelo abono de natal entre os carris urbanos da capital, serviu tanto para instruir quanto para informar o desenrolar do movimento. Na greve de 1950, além do uso do impresso citado, comunistas, que eram trabalhadores de bondes na capital, também distribuíram vários panfletos que, assim com era realizado entre ferroviários e dos eletricitários da Companhia de Força e Luz, tinham a função de orientar, informar e estimular a realização de greves.

Identificamos alguns panfletos que, além de trazerem informações sobre a situação do movimento, fazem menção à forte repressão que os funcionários dos bondes sofreram em represália às reivindicações. O texto do panfleto, que apresentamos adiante, contém informações sobre a ocorrência de agressões aos trabalhadores de bondes por soldados do exército, que não aceitavam pagar o valor das passagens. Naquele período, apenas dois soldados por bonde eram liberados do pagamento passagens. Embora o fato não tenha relação direta com o movimento grevista, a violência praticada pelos soldados era vista pelos grevistas como uma forma de pressionar os trabalhadores, em razão do descontentamento diante da paralisação dos bondes. O episódio ocorreu em meio às greves pelo abono de natal em 1950.

Companheiros,

Todos nós ficamos indignados com a agressão e companheiros nossos por soldados do exército. Todos concordamos imediatamente em suspender o tráfego de bondes em sinal de protesto. Tudo estava bem claro: era nosso dever protestar contra os abusos cometidos pelos soldados. [...] de modo que há mais de uma semana repetiam-se diariamente fatos revoltantes nos bondes principalmente os das linhas que passam perto dos quartéis, pois os militares se negavam a pagar as passagens exigidas. [...] A atitude revoltante de alguns soldados indisciplinados, agredindo covardemente nossos companheiros, não reflete, de forma alguma, as tradições do PCB. Dada a brutalidade com que se deu o incidente, devemos nos solidarizar com os agredidos e tomar enérgicas providências para a punição dos culpados [...]³³³

Em meio à luta pela conquista do abono de natal, o jornal *Carris Urbanos* também foi significativo para a exposição do andamento do movimento. Isto é, tanto a diretoria da Companhia de Força e Luz quanto a Companhia de Bondes não eram favoráveis ao aumento de salário, tampouco pela concessão do abono de natal, principal demanda do movimento grevista. Diretores da Companhia de Bondes da capital divulgaram notas à imprensa ressaltando que, caso fosse concedido o aumento, as passagens sofreriam reajustes. Dessa maneira, indiretamente, os empresários intentaram colocar a população contra o movimento. A repercussão sobre a possibilidade de aumento das passagens causou descontentamento da população. No começo da década de 1950 o transporte público de Belo Horizonte já contava com o uso de ônibus, todavia, ainda era comum o uso de bondes em vários bairros da cidade, tido ainda como um importante meio de transporte na capital. O jornal *Carris Urbanos* condenou a manobra dos empresários de ambas as empresas.

Ademais, alguns boletins comunistas veiculados fizeram menção ao fato de que, na constituição dos sindicatos dos trabalhadores de bondes, havia indivíduos atrelados à empresa que não eram favoráveis a realização do movimento, estes receberam a alcunha de pelegos. Em virtude desse aspecto, tanto os boletins quanto o jornal *Carris* foram veículos que estimularam a criação de comissões de representação dos grevistas desvinculados das ingerências do sindicato oficial. Não localizamos registros que comprovem que o sindicato era constituído por indivíduos atrelados à empresa, todavia, a formação dessas comissões independentes do aparato sindical oficial foi essencial para organizar as greves e mobilizar os trabalhadores. Além de reforçar a hipótese de que os trabalhadores não confiavam na gestão do sindicato oficial.

³³³ Panfleto comunista de apoio ao movimento dos trabalhadores dos bondes da capital. 1950. Pasta 5132, imagem 154. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > Acesso em: jan 2015.

Muito embora as greves não tenham sido almeçadas apenas pelos indivíduos ligados ao PCB mineiro, mas também por todos os trabalhadores desejosos pelo reajuste de salário e pelo abono de natal, através da análise das fontes podemos afirmar que a participação dos comunistas foi expressiva para que o movimento fosse fortalecido. O uso de recursos possibilitou o intercâmbio de informações e a influência a organização do movimento grevista cumpriram com as diretrizes estabelecidas pelo partido, em seu intento de ampliar as áreas de extensão, participar e estimular ações entre as diversas classes trabalhadoras.

Os registros não nos permitem precisar se os trabalhadores da Companhia de Força e Luz e da Carris Urbanos obtiveram êxito em sua reivindicação pelo abono, dada a fragmentação e incompletude do acervo. Apenas podemos afirmar que as ações em prol da luta por este benefício prosseguiu no decurso do ano. Não obstante, ao apresentar os casos de greves dos trabalhadores de ambas as empresas, não objetivamos concentrar nossas análises no êxito ou no fracasso do movimento. Pelo contrário, nessa seção objetivamos compreender quais foram os métodos e táticas utilizadas pelos comunistas para integrarem o movimento e articularem junto às categorias de trabalhadores.

4.3 A interação dos comunistas entre os trabalhadores no interior do estado

O cumprimento das diretrizes relativas à expansão das estratégias para estabelecer a articulação comunista entre a classe operária em Minas Gerais nem sempre foi bem sucedida. Apesar das fontes indicarem a profícua receptividade entre boa parte dos trabalhadores de diversos segmentos da capital, em algumas localidades os esforços nem sempre obtiveram o mesmo resultado. Nesta pesquisa, não almejamos apenas analisar casos representativos em que o PCB obteve êxito no processo de interação juntos às variadas categorias profissionais. Consideramos relevante compreender os casos em que a articulação não foi profícua, para que, dessa forma, possamos conhecer a multiplicidade de condições e experiências a que os integrantes do partido estiveram sujeitos. Mediante a socialização, sobretudo em locais de trabalho, os trabalhadores comunistas propunham a divulgação das suas concepções ideológicas a fim de atrair simpatizantes. Esta atividade, conforme dissemos, nem sempre foi bem sucedido.

Dimas Perrin, por exemplo, em entrevista, afirma que havia dificuldade em realizar as ações de propaganda e interação entre os trabalhadores no campo e na cidade, devido ao

receio do comunismo e à repressão a que os militantes eram comumente sujeitos. Em suas palavras:

Comunista para eles era coisa do diabo. E lá ainda era pior ainda, porque lá existia o capitão Pedro, Pedro Ferreira dos Santos, um cara que foi delegado em Raposos e que em Raposos ele obrigava os nossos companheiros - porque o Anélio morava em Raposos. Anélio, Policarpo, Benigno, todos moravam em Raposos - então, ele obrigava os nossos companheiros a comer, a engolir jornal. Pegava, prendia os nossos companheiros e obrigava a comer jornal, e torturava os companheiros, torturava brutalmente [...]³³⁴

Para Dimas, muitas vezes as pessoas comuns conheciam o comunismo mais pela vertente do anticomunismo e seus preconceitos e estereótipos do que a ideologia em si. Panorama que dificultava o desenvolvimento da expansão das ações de ampliação do número de filiados. Sobre este fato, podemos citar o trabalho que foi desenvolvido nas cidades de Ouro Preto e Mariana, no ano de 1953, pelos comunistas Benvindo de Souza e Joaquim Marcos da Silva. Ambos eram responsáveis pela distribuição do impresso comunista *Jornal do Povo*³³⁵. Eles trabalhavam em uma empresa de Ouro Preto, conhecida como "Companhia de Cima" e residiam na vila operária da cidade de Mariana.

Benvindo de Souza foi indiciado em 1953 por descumprir o artigo 11 da lei nº 1.802³³⁶. Esta lei definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social por meio da criminalização de ações que visassem disseminar propaganda subversiva. Nesse período, o PCB operava ilegalmente, sendo assim, toda e qualquer ação impetrada pelo partido era considerada clandestina e subversiva à ordem política. No relatório de investigações, o agente de monitoramento apresentou algumas informações sobre o histórico de militância do indiciado:

[...] o indiciado Benvindo de Souza, residente em Passagem de Mariana, mas que trabalha na Companhia "Cima", sediada na cidade de Ouro Preto, desde o dia 17 de dezembro de 1952, vinha recebendo dos chefes comunistas Dr. Orlando Bonfim e Adauto Alves vários exemplares do "Jornal do Povo", editado na capital do estado. b) que os exemplares do dito jornal se destinavam à distribuição entre os operários das Minas de Passagem, distribuição que o indiciado realizou várias vezes. [...] d) que Joaquim Marcos da Silva, residente em Ouro Preto, onde trabalha na mesma Cia 'de

³³⁴ PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 14, 1995. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/pr/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso jan em 2015.

³³⁵ "Jornal do Povo" foi um periódico de orientação comunista, produzido provavelmente na capital do estado e distribuído nas cidades do interior. Em razão da fragmentação do acervo não foi possível precisar o período de início e término da circulação deste jornal nas cidades de Ouro Preto e Mariana.

³³⁶ BRASIL. Lei nº 1.802 de 5 de janeiro 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro. 7 jan. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm>. Acesso em: 2 de jan. 2015.

cima', tornou igualmente indiciado não só em face as declarações do indiciado Benvindo como, as suas próprias [...] que foi seu colega de serviço, Joaquim Marcos da Silva, também comunista, quem indicou o indiciado Benvindo ao Dr. Orlando Bonfim, para fazer a distribuição em aprêço aos operários das Minas e Passagem.³³⁷

As investigações realizadas concluíram que, apesar do trabalho de propaganda sistemático realizado pelos trabalhadores comunistas da Companhia, eles não alcançaram o resultado esperado, por dois motivos. Primeiro, embora a distribuição de jornais estivesse sendo realizada há algum tempo, os trabalhadores de Ouro Preto e Mariana não demonstraram qualquer interesse em aderir ou conhecer as concepções ideológicas do comunismo. Segundo, devido às ações de ambos terem sido frequentemente monitoradas e, em vista disso, foram repreendidos e um processo foi instaurado contra ambos.

Em relatório de monitoramento, o agente afirma que apesar dos demais trabalhadores terem tido acesso aos materiais comunistas eles não se tornaram "nem ao menos simpatizantes do credo vermelho".³³⁸ O Delegado Regional de Ouro Preto informou no relatório das investigações que, em razão de não ter obtido êxito no processo de agitação comunista na Vila de Passagem de Mariana, e em diversas empresas de Ouro Preto, as investigações foram encerradas.

Grande parte das dificuldades enfrentadas pelos comunistas no intento de expandir seu raio de atuação entre os trabalhadores no estado esteve relacionada não somente ao fato de estarem na ilegalidade política, mas, sobretudo devido ao uso de forte aparato repressor. O Departamento de Ordem Política e Social, articulado com as delegacias regionais e municipais, acompanhou de maneira contígua as ações do PCB e efetuaram centenas de investigações com a meta de coibir o desempenho dos comunistas. A apreensão de material utilizado para disseminar as concepções ideológicas do comunismo foram ações recorrentes tanto na capital quanto no interior.

Em relatório direcionado à Secretaria de Segurança Pública, o delegado da cidade de Uberlândia, informou que, apesar das inúmeras apreensões de materiais comunistas, como jornais e boletins, eram crescentes, no ano de 1951, a interação de membros do PCB na classe operária da cidade, sendo necessário, pois, maior reforço e investimento nas ações de repressão. De acordo com o relatório, a existência do comunismo no seio operário em

³³⁷ "Relatórios Policiais - assuntos diversos." Pasta 0227, imagem 3. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0227> > Acesso em: jan de 2015;

³³⁸ "Relatórios Policiais - assuntos diversos." Pasta 0227, imagem 4. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0227> > Acesso em: jan de 2015.

Uberlândia era responsável pela redução de empreendimentos industriais na cidade, haja vista o risco de aumento de greves.

A propaganda em Uberlândia era a pequena Moscou brasileira, afugentou os capitais e ninguém quer vir afrontar os perigos nesta cidade. Sabemos que dois grandes empreendimentos desviaram-se de Uberlândia e tudo por causa do receio do comunismo aqui.³³⁹

Não encontramos dados que pudessem confirmar que a presença de comunistas no meio operário desestimulou a criação de empreendimentos em Uberlândia nos anos 1950. Todavia, os primeiros anos da década de 1950, não apenas na capital, mas vários segmentos de trabalhadores em Minas Gerais sofreram algum tipo de influência, em maior ou em menor medida, resultante da atuação de militantes comunistas na condução das suas ações. Dentre eles, a criação de sindicatos, comissões e eclosão de greves em todo estado. Nesse ínterim, em meio a Guerra Fria e a difusão dos ideais anticomunistas no país, não desconsideramos a possibilidade de que muitos empresários e possíveis investidores possam ter tido receio quanto ao crescimento da militância em todo o estado.

Em Juiz de Fora, o comitê municipal atuou no sentido de estimular os trabalhadores a questionarem as suas condições salariais. A documentação que trata do serviço de monitoramento na cidade detém centenas de relatórios e fichas de indivíduos que tiveram suas vidas investigadas por serem ligados ao PCB.³⁴⁰ Muitos indivíduos que não eram filiados de fato ao PCB também tiveram suas vidas investigadas em razão de deterem ideias que, para os agentes eram consideradas de natureza de esquerda. Foram monitorados professores, funcionários públicos e, principalmente, trabalhadores de indústrias e empresas têxteis, como, por exemplo, os funcionários da Companhia Bernardo Mascarenhas.

Nome identificado de maneira recorrente na documentação consultada de Juiz de Fora, Lindolfo Hill foi um dos comunistas mais ativos na cidade. Hill atuou na divulgação de panfletos com orientações claras direcionadas a classe trabalhadora para organizar-se em prol da constituição de sindicatos críticos. Em outubro de 1950 teve prisão decretada, juntamente com outros comunistas, devido ao seu trabalho de agitação e propaganda na cidade.

Serviço Radiotelegráfico de Minas Gerais
Secretario Segurança Pública. Belo Horizonte.

³³⁹ “Relatórios Policiais - assuntos diversos.” Pasta 0227, imagem 3. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0227> > Acesso em: jan de 2015.

³⁴⁰ “Juiz de Fora - comunismo.” Pasta 4706. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: jan de 2015.

Em no Sr. General Chefe de Polícia, comunico vossaencia que Supremo Tribunal Federla decretou prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes bem como seguintes líderes comunistas: Lindolfo Hill, Hermes de Caires, Agostinho Das de Oliveira, Astrogildo pereira Duarte, Álvaro Soares Ventura [...] ³⁴¹ (Grifo nosso)

Além dos trabalhos de articulação e propaganda realizados no decurso dos anos 1950 em todo o estado, as comemorações relativas ao 1º de maio, dia do trabalhador, possuíam forte relevância simbólica para o PCB. Nessas ocasiões era comum a realização de festividades que reuniam em locais públicos centenas de trabalhadores. O momento era propício para angariar possíveis adeptos e para efetuar a distribuição de propaganda, como panfletos e jornais. Não obstante, muitas vezes, tais ações eram obstadas pelo trabalho de monitoramento. Esta foi a situação vivenciada pelos militantes de Juiz de Fora na ocasião em que foi apreendido em uma gráfica local o material que o PCB local divulgaria nas festividades do 1º maio. As ações realizadas pelos membros do partido vinham sendo acompanhadas por investigadores à paisana, conforme exemplificamos em uma das comunicações identificadas em nossa pesquisa:

Serviço Público do Estado de Minas Gerais - cópia de comunicação –

Comunico a V. Excia. que consegui depois de várias investigações apurar que os comunistas pretendiam fazer um grande derrame de boletins comunistas que seriam espalhados nesta cidade, em comemoração a passagem do 1º de maio do ano em curso. Apurei que êsses boletins seriam confeccionados na rua Batista de Oliveira e, entrando em contato com o proprietário da mencionada tipografia, pude verificar tratar-se de pêssoa idônea e de confiança, combinando com ele, em face das investigações efetuar a prisão da pêssoa que fosse buscar aquele material, o que se verificou na data desta ordem de serviço, por volta das dezessete horas, quando efetuei a prisão do comunista Aulo Moreira Ramos, no momento em que colocava em um automóvel dois grandes embrulhos com farta quantidade de boletins [...] assinados pelo conhecido comunista Lindolfo Hill, foragido desta cidade e contra quem existe mando de prisão da polícia, digo da Justiça do Rio de Janeiro [...]

Juiz de Fora, 2 de maio de 1952

José Braga, investigador nº 31 ³⁴²

Adiante, apresentamos o panfleto que seria distribuído entre os trabalhadores de Juiz de Fora na ocasião das comemorações do 1º de maio de 1952, citado pelo investigador José

³⁴¹ “Telegrama que informa a prisão do comunista juizforano Lindolfo Hill”. Pasta 4111, imagem 4. Investigações diversas. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4111> >. Acesso em: jan de 2015.

³⁴² “Juiz de Fora - comunismo.” Pasta 4706, imagem 16. Juiz de Fora, 2 de maio de 1952. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: jan de 2015.

Braga. No texto, o comunista Lindolfo Hill faz menção à necessidade de luta da classe trabalhadora, pois somente a partir da melhoria das condições de trabalho, seria possível reduzir as desigualdades sociais. Grande parte dos materiais elaborados pelo partido trazem consigo a concepção segundo a qual dependia da união das classes trabalhadores a realização da transformação social. Ainda, de acordo com o panfleto, a luta deveria se dar mediante a organização de sindicatos e através da realização de reuniões e assembleias, para que os movimentos da classe trabalhadora fosse planejados e organizados. De acordo com os pecebistas, somente a partir da constituição de órgãos de representação e liderança é que o trabalhador teria condições reivindicar as suas demandas.

Aos operários e aos trabalhadores de Juiz de Fora

Aproveitando a oportunidade das comemorações do 1º de maio - data magna dos trabalhadores de todo o mundo - me dirijo a todos os operários da minha terra natal, possuído da maior alegria e cheio de entusiasmo - apesar de todas as perseguições policiais - para lhe enviar a minha saudação proletária e amiga. [...] Os operários de Juiz de Fora podem confiar em suas próprias forças, organizando-se cada vez mais nos seus sindicatos, realizando assembleias [...] A organização da classe operária será fator inicial e importante para a conquista das suas reivindicações econômicas e políticas.

[...]

Juiz de Fora, 1º de Maio de 1952

ass - Lindolfo Hill.³⁴³

Os registros sobre as comemorações do 1º maio possibilitam extrair informações relevantes sobre como os comunistas expuseram, nos textos dos boletins e panfletos, as orientações para a necessidade de organização da classe trabalhadora. Em contrapartida, nos deparamos com circulares emitidas pelo PCB também durante a ocasião do 1º de maio de 1952. Estas circulares foram elaboradas pelo Comitê Estadual do partido e apresentam em seu texto instruções para que a classe trabalhadora organizasse comissões nos locais de trabalho, dessa forma, seria possível reivindicar melhores condições.

Aos trabalhadores de Minas Gerais.

[...]

As lutas da classe operária em Minas Gerais são uma prova de que o proletariado não está disposto a se submeter à política de guerra de um governo inteiramente a serviço dos latifundiários e do imperialismo americano. É assim que os ferroviários da Central e Rêde Mineira que instam contra os baixos salários e contra o atraso no pagamento são alvo do ódio desses inimigos do proletariado. [...] Então este 1º de Maio será de luta dos trabalhadores contra a fome, a miséria, contra a opressão, contra a guerra e pela Paz, por aumento de salários e pela Soberania Nacional. Torna-se necessária a organização de comissões nos locais de trabalho e comissões

³⁴³ “Panfleto: Aos operários e trabalhadores de Juiz de Fora”. Pasta 4706, imagem 18. Juiz de Fora - comunismo. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: mai de 2015.

municipais amplas, de massa para dirigirem as comemorações do 1º de Maio, ao mesmo tempo que levantem as reivindicações mais sentidas do proletariado de cada empresa. [...] O Comitê Estadual do PCB conclama a classe operária, o povo de Minas Gerais a comemorar a festa internacional do proletariado lutando vigorosamente com manifestações públicas de massa e por meio de greves pelas suas reivindicações [...].

Tudo por aumento de salários:

Os trabalhadores do Brasil jamais farão guerra à União Soviética.

Abaixo o Imperialismo Americano e seus lacaios no Brasil.

Minas Gerais, abril de 1952.

Comitê Estadual do PCB³⁴⁴. (Grifo nosso)

Apesar da constante repressão a que os membros do partido estiveram sujeitos, em várias localidades do estado, os comunistas juizforanos buscaram aplicar na prática as orientações do comitê estadual para participar da composição dos sindicatos. Podemos fazer menção à tentativa dos pecebistas de interferirem na escolha para presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil, durante a eleição realizada em 1952. Duas chapas estavam na disputa, uma delas incluía indivíduos ligados ao PCB. A agremiação distribuiu uma circular na qual enfatizou o quão deveria ser criteriosa a escolha por representantes que atuassem de maneira ativa para alcançar melhorias salariais, e, desvinculados dos posicionamentos favoráveis à empresa e ao Ministério do Trabalho. Para isso, fazia alusão ao apoio à chapa que era encabeçada por Brasilino Ferreira de Oliveira, que possuía relação contígua com o partido, conforme destacamos no fragmento a seguir:

Opinião do Partido Comunista do Brasil sobre as eleições no sindicato dos trabalhadores na indústria têxtil.

[...] Companheiros textéis! O Partido Comunista acha que a principal coisa que devemos conseguir é defender a nossa união. Precisamos defender com unhas e dentes a nossa amizade, não só a que existe entre os textéis mas a que existe entre todos os operários de Juiz de Fora, de Minas, do Brasil e também todo os nossos irmãos operários do mundo inteiro. O Partido Comunista está ao lado de todos aqueles que desejam união entre os trabalhadores, tenham a ideia política que tiverem. Mas o Partido também combate com energia todos aqueles que desejam a divisão entre os trabalhadores, a todos os que estão a serviço dos patrões e do maior divisionista que é o Ministério do Trabalho. Esta é a razão porque os comunistas textéis deixaram de apresentar uma chapa própria para darem apoio à chapa do Sr. Brasilino Ferreira de Oliveira e outros operários, que embora não sendo comunistas, apresentaram um programa com algumas reivindicações mínimas a principalmente tendo em vista libertar o Sindicato dos elementos do Ministério e conquistar a união entre os textéis. [...] (Grifo nosso)

Juiz de Fora, 13 de agosto de 1952.

Comitê Municipal de Juiz de Fora, PCB.³⁴⁵

³⁴⁴ “Juiz de Fora - comunismo.” Pasta 4706, imagem 16. Juiz de Fora, 2 de maio de 1952. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: mai de 2015.

A eleição para o sindicato dos trabalhadores têxteis de Juiz de Fora foi acompanhada de perto pelo departamento de investigações da cidade. De acordo com o relatório encaminhado para o Delegado Geral de Juiz de Fora, apesar dos esforços dos comunistas, a chapa ganhadora não foi a encabeçada pelo operário Brasilino Ferreira de Oliveira. O investigador expressou com tom de contentamento em seu relatório que o resultado das eleições do sindicato resultou na vitória daqueles que "[...] reconhecidamente são contrários aos vermelhos."³⁴⁶

No decurso da década de 1950, ao analisar os documentos referentes ao trabalho de investigação e monitoramento da polícia política do estado, verificamos que, apesar das constantes apreensões de materiais ligados ao PCB, os militantes prosseguiram com o intento de ampliar o número de adeptos. Foi por meio da análise dos relatórios de monitoramento produzidos pelo investigador Bolívar Carneiro Vasconcelos, elaborados quando ele trabalhou disfarçado como funcionário do distrito industrial de Juiz de Fora em 1957, que nos deparamos com a informação de que muitos comunistas atuavam ativamente na cidade³⁴⁷.

Ademais, o trabalho de articulação entre os comunistas no interior do estado na década de 1950 manteve-se intenso. Viagens eram frequentemente realizadas pelos comunistas a fim de efetuarem visitas às residências de outros pecebistas em várias cidades. Essas visitas tinham como finalidade a prestação de instruções sobre como deveria ser feito o planejamento e a execução de greves, inserção de trabalhadores comunistas nos sindicatos, além de serem ocasiões propícias à obtenção de informações a respeito do trabalho que vinha sendo realizado. Munido destes objetivos, em 1957, o comunista Gil Simões Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Conselheiro Lafaiete, realizou visitas às residências dos trabalhadores da cidade de Nova Era e de João Monlevade. Embora o comunista Gil Gomes não tivesse conhecimento naquele momento, as visitas realizadas por ele foram acompanhadas por um agente infiltrado do Serviço Público do Estado de Minas Gerais, conforme comprovamos em fragmentos de dois relatórios:

Serviço Público do Estado de Minas Gerais

³⁴⁵ “Juiz de Fora - comunismo.” Pasta 4706, imagem 29. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: jan de 2015.

³⁴⁶ “Juiz de Fora - comunismo.” Pasta 4706, imagem 29. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: jan de 2015.

³⁴⁷ “Juiz de Fora - comunismo.” Pasta 4706, imagem 29. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> > Acesso em: jan de 2015.

Exm^o. Sr. Dr. Chefe do Departamento de Ordem Política e Social do estado de Minas Gerais.

Levo ao conhecimento de V. Exa, que em prosseguimento com as minhas atividades na cidade industrial de João Monlevade, tenho a informa-vos o seguinte: Fui juntamente com o Sr. Odílio Ribeiro dos Santos visitar algumas secções da Usina da C.S. Belgo Mineira, onde fui apresentado a diversos operários, dentro os quais o Sr. Virgílio Flaustino Salomão, sôbre quem recai suspeita de comunista e agitador. [...]³⁴⁸

Serviço Público do Estado de Minas Gerais

Exm^o. Sr. Dr. Chefe do Departamento de Ordem Política e Social do estado de Minas Gerais.

Por absoluta coincidência, pode o signatário dêste relatório se colocar ao lado de um elemento de destaque nos meios sindicalistas, sendo um dos ardorosos divulgadores da Reforma Agrária que é assunto que mais empolga atualmente os elementos ligados ao extinto Partido Comunista Brasileiro.

A pessoa em questão é o Sr. Gil Simões Martins, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Conselheiro Lafaiete e secretário de uma das comissões da Frente Nacionalista. [...] Visitei com ele a vizinha cidade de Nora Era. [...] Ocasião esta em que visitamos as residências dos seguintes operários: Odílio Ribeiro dos Santos, Raimundo Matilde de Miranda e João Henrique Bitai, de assuntos referentes ao sindicato, como sejam: preparação de greves e ensinou também como poderão os operários descontentes com a atual diretoria do Sindicato de Monlevade, reconquistarem os postos de mando, do Sindicato em aprêço. [...]

João Monlevade, 8 de setembro de 1957.

Bolívar Carneiro de Vasconcelos. (Grifo nosso)³⁴⁹

Outra maneira dos comunistas interagirem junto às ações dos trabalhadores consistiu na participação de congressos e eventos realizados pelas várias categorias profissionais. O comunista Gil Gomes, ainda no ano de 1957, participou do II Congresso dos trabalhadores metalúrgicos de Minas Gerais na cidade de João Monlevade.³⁵⁰

Periodicamente, o Serviço Público do Estado de Minas Gerais, a partir do trabalho de monitoramento realizado aos membros do PCB, elaborava relatórios com a descrição a respeito do raio de atuação e intensidade das ações desenvolvidas pelos membros da agremiação. Vários são os relatórios elaborados por distintos agentes que caracterizam a década de 1950 como um período de vigoroso crescimento de atuação e influência do PCB entre a classe trabalhadora em Minas Gerais. As principais áreas de atuação do partido estiveram relacionadas às regiões central, incluindo a capital, sul e zona da mata. Os acervos

³⁴⁸ “Metalúrgicos”. Pasta 0164, imagem 29. Metalúrgicos. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0164> > Acesso em: jan 2015.

³⁴⁹ “Metalúrgicos”. Pasta 0164, imagem 6 e 7. Metalúrgicos. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0164> > Acesso em: jan 2015.

³⁵⁰ “Metalúrgicos”. Pasta 0164, imagem 9. Metalúrgicos. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0164> > Acesso em: jan 2015.

consultados e, por conseguinte, os casos examinados, confirmam essas informações. São inúmeros os relatórios que contêm informações sobre o aumento da participação de funcionários comunistas que exerceram interferência na realização de greves e paralisações em várias empresas do estado no decurso dos anos 50.³⁵¹

Alguns destes relatórios salientavam inclusive a necessidade de aumento do aparato repressor, haja vista que, apesar do monitoramento realizado que resultava nas constantes apreensões de materiais de propaganda e em prisões de centenas militantes, os comunistas persistiam na condução das ações no estado. Para exemplificar, podemos tomar como referência o relatório do inquérito policial instaurado contra o comunista Belisário Ferreira Rodrigues, indiciado devido a sua atuação militante entre os trabalhadores do distrito industrial de Belo Horizonte. Neste, o investigador trata da presença assídua dos comunistas na capital.

Relatório de Inquérito Policial.

Chefia de Polícia.

Delegacia Especializada em Ordem Pública.

Relatório

Indiciado: Belisário Ferreira Rodrigues.

Local da infração: Vila "Cidade industrial" em território do município e comarca da capital.

[...] Conforme vem constando em vários outros inquéritos policiais enviados à justiça, não só desta comarca como de outras no interior do Estado, nunca deixaram os adeptos do comunismo de perturbar a ordem pública, econômica e social, em permanente burla à Lei de Segurança Nacional e à Lei de Imprensa, como se os dispositivos consignados nestes dois diplomas, e ainda no Código Penal Pátrio, não lhes dissesse respeito. [...] Não obstante tão peremptórias decisões de um alto Tribunal pátrio, forçoso é reconhecer que a maléfica instituição política - o P.C.B. - jamais deixou de funcionar no país, através de uma existência de fato e clandestina, servida por agentes [...]
Belo Horizonte, 27 de setembro de 1954³⁵² (Grifo nosso)

Neste inquérito o investigador aponta, ainda, as principais estratégias utilizadas pelos membros do PCB a fim de manterem em funcionamento as diligências do partido, apesar da ilegalidade política. Dentre as estratégias citadas no relatório, está o processo de reorganização política do partido no tocante à ampliação dos serviços de recrutamento de novos filiados e doutrinação. Alterar a estrutura para adaptar a realidade clandestina, de acordo com a perspectiva dos agentes de monitoramento, foi tido como basilar para a

³⁵¹ “Relatórios Policiais”. Pasta 0227. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0227> > Acesso em: jan 2015.

³⁵² “Relatórios Policiais – assuntos diversos”. Pasta 0227, imagem 61. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0227> > Acesso em: jan de 2015.

sobrevivência do partido, não somente nas cidades contíguas à capital, como também nas cidades do interior. Essas informações tratam da perspectiva dos agentes, isto é, o olhar destes para as ações que estavam sendo realizadas pelos comunistas.

De outra forma, ao examinarmos os depoimentos concedidos por Armando Ziller, Artur Rianini, Anélio Marques, José Dazinho Gomes e Dimas Perrin podemos compreender que foi feito um esforço no sentido de tentar aplicar, na prática, as orientações dos dirigentes. Ou seja, interagir com os trabalhadores, participar da organização dos sindicatos e contribuir para a formação de uma classe operária que reivindicasse seus direitos e lutasse por melhores condições. Este era o objetivo basilar do Partido Comunista, união das classes trabalhadoras em prol da transformação social. Em sua entrevista, José Dazinho Gomes, que trabalhou na mineração na cidade de Nova Lima, assevera que, apesar do PCB ter contribuído para a criação do sindicato da categoria na cidade, a perseguição era frequente. Uma das práticas consistiu na demissão de funcionários que estivessem relacionados ao partido. Ademais, faz menção ao fato de que, em razão dos comunistas terem criado o sindicato da categoria, a empresa mineradora da cidade constituiu um sindicato atrelado as suas decisões:

Bom, no início da criação do Sindicato foram os comunistas que realmente lutaram e fizeram com que fosse criado o Sindicato em Nova Lima. E tanto é que nessa ocasião, por ocasião da fundação do Sindicato, dezessete companheiros foram postos na rua, porque foram os ideólogos da criação do Sindicato. E... a Companhia tinha tanto poder que apesar do Sindicato... ser criado o Sindicato dos Trabalhadores por orientação do pessoal do Partido Comunista ela [a empresa] criou também um Sindicato dos Trabalhadores com orientação dela. [...] O que circulava lá - e nesse ponto eu acho que eles foram muito inteligente -, o que circulava lá era simplesmente a idéia da defesa do direito dos trabalhadores. [...] E então, durante algum tempo ela manteve um sindi... um sindicato lá, que era só de fachada e tal tal, mas que, de qualquer maneira, lançava uma certa divisão entre os companheiros. E esse sindicato combatia ostensivamente os companheiros do Partido Comunista.³⁵³

O cruzamento das informações expressas nos relatos orais com os documentos produzidos pela polícia política e com os materiais apreendidos do partido, confirmam que, no que diz respeito às ações de propaganda e participação das demandas dos trabalhadores, foram ações elementares para estreitar a relação entre pecebistas e diversas categorias profissionais. De modo geral, as principais ações para efetivar o contato com os trabalhadores

³⁵³ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 23, 1995. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

no interior do estado consistiram na participação das demandas cotidianas, na organização de sindicatos e na distribuição de material de propaganda. Os materiais distribuídos eram, sobretudo, jornais de elaboração local e panfletos. Mesmo nas ocasiões em que os impressos locais eram apreendidos, ou ainda, quando as gráficas responsáveis pela impressão eram destruídas, os comunistas prosseguiram com a distribuição de periódicos produzidos em outros estados, como *Novos Rumos*, *Classe operária* e *Jornal do Povo*. Centenas de exemplares dos respectivos jornais foram apreendidos em meio aos materiais dos comitês em todo o estado³⁵⁴. Sendo assim, a cada tentativa de supressão das ações dos comunistas, estratégias eram criadas a fim de manterem vivas as ações do PCB.

4.4 As lutas trabalhistas na Saint John D'el Rey Mining Company Limited

As análises efetuadas neste capítulo até o momento, revelaram que foram duas as principais reivindicações que impulsionaram a realização de greves entre os trabalhadores urbanos comuns e trabalhadores comunistas em Minas Gerais, no decurso dos anos 1950. A conquista pelo abono de natal e o aumento de salários foram reclamações presentes entre várias categorias profissionais no estado nesse período. Esta não era uma realidade da qual os comunistas estivessem desvinculados. Enquanto trabalhadores, independentemente do vínculo ideológico, desejavam tanto melhorias nas condições de trabalho quanto aumento de salários. No cotidiano de suas ações, os comunistas absorveram essas demandas em seus discursos, apoiaram esta causa como demanda do partido, como tática para angariar novos adeptos as suas concepções. Dessa forma, as demandas foram prontamente propaladas no decurso do trabalho de interação e propaganda, nos ambientes de trabalho e em espaços de socialização dos trabalhadores, como nos bairros, associações e sindicatos.

Entre os anos de 1952 e 1953, houve o crescimento de movimentos grevistas em torno dessas demandas mencionadas também entre os trabalhadores da empresa de mineração Saint John Del Rey Mining Company Limited³⁵⁵. Empresa de origem inglesa, que chegou ao Brasil ainda em 1834, a Saint John também ficou conhecida no Brasil sob a alcunha de Morro Velho, em razão de o seu terreno ter ocupado uma antiga fazenda da região, que detinha este

³⁵⁴ PIMENTA. 1995. op.cit. p.23.

³⁵⁵ Centro de Memória da Mina Morro Velho. Disponível em < <http://www.anglogoldashanti.com.br/QuemSomos/Historia/Paginas/CentroMemoria.aspx> > Acesso em: jan de 2015.

nome. O seu perímetro de atuação na década de 1950 correspondia às cidades de Nova Lima e Raposos, região central do estado.

Antes de prosseguirmos, é necessário fazer uma apreciação. Para desenvolver as análises contidas neste tópico, consultamos, além dos documentos provenientes do Serviço de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, exemplares do jornal de orientação comunista intitulado *Imprensa Popular*. Este jornal foi significativo para subsidiar as análises sobre ações dos trabalhadores da Saint John durante os anos de 1952 e 1953. O *Imprensa Popular* era editado e veiculado na cidade do Rio de Janeiro e acompanhou diversos movimentos dos trabalhadores do estado de Minas Gerais nesse período.

De orientação comunista, o periódico apresentou informações detalhadas sobre o andamento do movimento dos trabalhadores na Saint John, conhecida com Morro Velho. O jornal detinha uma coluna intitulada “Assuntos Sindicais”, na qual correspondentes acompanharam os movimentos e as ações de comunistas entre as classes trabalhadoras em Minas. Como havia membros do PCB entre os trabalhadores da Saint John, as informações sobre o andamento das reivindicações da referida empresa resultaram na veiculação de matérias contínuas em seus exemplares.

Dentre as entrevistas coletadas para esta pesquisa, temos no relato de José Dazinho Gomes Pimenta e de Anélio Marques, funcionários da Saint John, informações substanciais a respeito da relação entre trabalhadores comunistas e os demais funcionários da empresa. José Dazinho Gomes Pimenta, era trabalhador da Morro Velho desde o ano de 1941, filiou-se ao partido apenas na década de 1950, após suas experiências no grupo Juventude Operária Comunista. A sua entrevista é para nós fundamental, pois ele apresenta as condições de trabalho na empresa e as estratégias adotadas pelos membros do partido para contribuir com as mobilizações grevistas.

Anélio Marques não indicou de modo preciso o ano em que se tornou filiado ao PCB. No entanto, o mesmo afirma que suas primeiras experiências como militante se deram ainda nos anos de 1930, período em que também se tornou funcionário da Saint John. Marques participou das pioneiras experiências sindicais na empresa e nas eleições de 1947 se candidatou ao cargo de deputado estadual pelo PSD, legenda escolhida como opção estratégica em razão da ilegalidade do PCB.

Marques e Pimenta atribuem como fatores que impulsionaram o crescimento das demandas relativas ao aumento de salário e abono de natal entre os funcionários da empresa Saint John, a propagação das discussões sobre essas temáticas no interior do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Extração de Ouro e outros materiais preciosos da cidade de Nova

Lima. A repercussão sobre o êxito alcançado pelos mineiros de outras empresas de Nova Lima, em relação ao aumento de salário em meados de 1952, impulsionou a realização de reuniões, nos meses seguintes, entre os operários da Saint John, a fim de organizarem suas ações reivindicatórias. Em consulta ao jornal *Imprensa popular* foi possível apurar que a Saint John detinha aproximadamente cinco mil funcionários entre os anos de 1952 e 1953. As assembleias do sindicato ocorreram na maior parte das vezes em Nova Lima, com farta presença dos funcionários. De igual maneira, como examinamos nas seções anteriores deste, nos primeiros anos da década de 1950 tornou-se recorrente a realização de movimentos em prol da conquista do abono de natal não apenas em Minas Gerais, mas em todo o país. Nesse sentido, a mobilização dos trabalhadores da Saint John pode ser compreendida como parte integrante de uma série de movimentos que foram empreendidos pela classe trabalhadora no período.

As assembleias sindicais contaram com a participação de funcionários da empresa ligados ao Partido Comunista que viam nestas ocasiões a oportunidade de estimularem a franca atuação dos trabalhadores em prol das suas conquistas e, ao mesmo tempo, o PCB via a oportunidade para angariar novos filiados. Isto é, integrantes do partido participaram ativamente das assembleias e reuniões dos trabalhadores e puderam, dessa forma, estimulá-los e orientá-los a alcançarem melhorias. José Dazinho explica que havia trabalhadores comunistas na mineradora e eles em sua maioria coordenavam as reivindicações durante as assembleias. Ao ser questionado sobre as condições de trabalho a que estavam submetidos e se tais condições mobilizavam reivindicações, ele ressalta que a maioria dos trabalhadores preocupava-se com manutenção de seus empregos. Em vista disso, havia certa dificuldade para mobilizar os trabalhadores a realizarem greves ou paralisações, pois o receio de perder o emprego era constante. Com o partido na ilegalidade, as ações dos trabalhadores que tinham ligações com o PCB eram constantemente monitoradas pela Secretaria de Segurança Pública do estado. De acordo com José Dazinho, o envolvimento dos trabalhadores comunistas no sindicato não era radical. No intuito de evitar a repressão dos diretores da empresa, os comunistas evitavam radicalismo em suas ações:

É... é possível que isso passasse pela cabeça de alguns trabalhadores, principalmente o pessoal mais ativo lá, que era o pessoal do Partido Comunista. Quanto nós outros, enquanto você tinha trabalho, salário e estava vivendo eu não lembro que a gente questionasse não. Pode ter sido um erro mas...³⁵⁶

³⁵⁶ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 23, 1995. Arquivo Disponível em : <

[...] fim de manter a... a hegemonia. Então eles pa... entravam lá eh... mascarados, não é?, e faziam parte, às vezes, da diretoria, mas nunca se apresentavam como membros do Partido Comunista e nem davam uma tônica muito pesada na diretoria, para a evitar divisão, não é?, ali no meio dos trabalhadores. Na... na... Mas eles eram muito inteligentes Hum, hum... e foram realmente os baluartes do grande sindicato que foi o Sindicato Nova...dos Trabalhadores...³⁵⁷

Sobre a participação dos trabalhadores nas ingerências sindicais que não possuíam vínculo partidário, José Dazinho afirma que, muito embora não houvesse conflitos, havia receio em participar do partido. O discurso anticomunista era muito forte e prejudicava a atuação dos membros. Além disso, em sua concepção, faltava entre os trabalhadores a formação de uma consciência de classe, isto é, compreender que era necessária a união de todos para reivindicar e obter melhorias nas condições de trabalho. Em diversos momentos da sua entrevista, Dazinho faz menção ao receio dos demais trabalhadores em perderem o emprego. Ele ressalta ainda que foi a partir da participação em reuniões da Juventude Operária Comunista, desde 1947, que ele mesmo passou a conhecer melhor as concepções do PCB ao participar das reuniões, realizar leituras e discutir sobre questões que envolviam a formação e atuação da classe operária. Segundo ele, esta base foi importante para que pudesse compreender a importância de participar ativamente nas reuniões sindicais e, posteriormente, entre os anos de 1950 e 1951, filiar-se ao PCB:

Bom, quando eu comecei a descobrir essa verdade sobre a necessidade da... da unidade de todos os trabalhadores independente da sua ideologia política, eu passei também então a ter mais é, é... personalidade dentro do... das assembleias do Sindicato passei a atuar com mais é... com mais frequência e a atuar assim com mais conhecimento, porque eu passei também a ler um pouco mais, a estudar um pouco mais, e procurar me informar é... das questões políticas que envolvia o interesse do... dos donos do poder, e dos interesses da classe operária. Então passei a participar mais efetivamente e cheguei, a partir desse momento, cheguei a ter um... uma certa... uma certa liderança no meio, principalmente, dos companheiros da Igreja, não é?

Em entrevista, Anélio Marques afirma que a orientação dos dirigentes nacionais, que foi repassada aos pioneiros membros do PCB, funcionários na empresa Saint John, foi para criação do sindicato dos trabalhadores da mina de Morro Velho, ainda em meados dos anos de

<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

³⁵⁷ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 05. p. 5, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

1930. Além do sindicato, os trabalhadores vinculados ao partido também criaram jornais com intuito de difundir as concepções da agremiação.

[...] primeira coisa foi, uma das tarefas primeiras que o Partido lá, recebeu, através dele, e depois de outros companheiros, foi trabalhar para a criação do Sindicato. Tarefa do Partido era a tarefa da formação do Sindicato dos Operários da Mina de Morro Velho. Aprendi, não é? [Risos] Quer dizer, sindicato é uma organização de trabalhadores, para defender os interesses do trabalhador. Estudava livros, lia livros. Igual esse, e outros. [...] Depois, logo imediatamente começa a surgir elementos, assim, com jornais, já com alguma coisa, movimento. [...] Nós fizemos aqui um jornal nosso, "União", "Jornal União". Não sei se o Toninho chegou a ver algum "Jornal União". "Jornal União" o diretor dele era David Jardim Júnior, jornalista, filho de Diamantina, irmão de [Sérgio Alves]. Isso já foi no período de trinta e quatro, trinta e cinco, por aí.³⁵⁸

A presença de comunistas na empresa Morro Velho foi vigiada de modo contínuo pelo serviço de monitoramento do estado de Minas Gerais. Na citação a seguir, proveniente de um dos relatórios de monitoramento, podemos exemplificar a realização deste trabalho. Temos a descrição do agente que informa como procedeu a participação dos comunistas em reunião realizada no dia 27 de dezembro de 1952 pelos funcionários da Saint John:

No dia seguinte, isto é, a 27 de dezembro, já os trabalhadores se reuniam para discutir o seu programa de reivindicações para o ano de 1953, ficando decidido que lutariam por um aumento de 50%, pelo abono de família para esposa, filhos ou dependentes. Ainda nêsse dia, os comunistas Militão Ferreira Dias e João Pequeno da Silva, procuraram a insistir na organização dos movimentos de agitação para 1953, tendo Militão dito, a certa altura, que "é preciso que os trabalhadores organizem uma greve geral em 1953, pois somente assim, lograremos aproximar do poder, mais cedo ou mais tarde, estará em nossas mãos."³⁵⁹ (Grifo nosso)

No início de 1953, os trabalhadores da Saint John solicitaram junto à Delegacia Regional do Trabalho a realização de uma assembleia com caráter oficial, ocasião em que deveriam decidir se realizariam a greve ou se utilizariam de meios jurídicos para obter o aumento de salário. De acordo com o documento consultado³⁶⁰, os trabalhadores cogitaram a possibilidade de utilizar como recurso o dissídio coletivo, ou seja, impetrar ações ajuizadas no Tribunal, direcionadas a Justiça do Trabalho, em caso de não haver diálogo entre os representantes dos trabalhadores e os diretores da Saint John. Desde a criação da Justiça do

³⁵⁸ GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 6-7, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

³⁵⁹ "Problemas sociais e trabalhistas na Saint John Del Rey Mining Company Limited". Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRARIX90ESIACL3/4 p.01

³⁶⁰ "Problemas sociais e trabalhistas na Saint John Del Rey Mining Company Limited". Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRARIX90ESIACL3/4 p.01.

Trabalho, em 1934, que foi posteriormente regulamentada em 1941, era usual resolver as pendências entre trabalhador e empregador através dos dissídios coletivos, que são ações conjuntas em que os trabalhadores com demandas comuns recorrem a justiça especializada quando não conseguiam realizar negociação por meio da intermediação dos sindicatos. O dissídio coletivo é, pois uma forma de solucionar conflitos coletivos de trabalho. O recurso da Justiça do Trabalho era uma forma do Estado controlar as tensões entre patrões e empregados e, ao mesmo tempo, considerado uma estratégia para controlar e reduzir a frequência de greves e paralisações consideradas como prejudiciais para a economia.

A reunião do sindicato foi realizada no dia 18 de janeiro de 1953 e contou com a presença de agentes da Delegacia de Ordem Pública. Nesse ínterim, trabalhadores de carvoarias e mineradoras do Rio Grande do Sul e de São Paulo, ligados ao Partido Comunista, iniciaram contato com membros do sindicato de Nova Lima a fim de articularem a realização de uma greve geral entre os segmentos de Minas Gerais e dos referidos estados. As cidades mineiras que fariam parte do movimento de articulação seriam Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Sabará e João Monlevade. Dessa forma, o movimento poderia se fortalecer.

Os agentes da Delegacia de Ordem Pública conseguiram interceptar o movimento de articulação, mas não puderam impedir outras ações dos trabalhadores das minas da Saint John. No interior da empresa começaram a circular listas de abaixo assinado no intuito de angariar apoio para diversas reivindicações. As ações para mobilização feita pelos comunistas ganharam apoio após a atitude da empresa em ampliar as obrigações de trabalho de seus funcionários. A empresa divulgou interesse em ampliar as atividades sem a contrapartida de aumento do salário, por isso, foi dado início a um movimento de redução da produção entre os trabalhadores. Na citação seguinte, podemos verificar não apenas o aumento das ações dos trabalhadores, como também o descontentamento frente à atitude da empresa:

A permanente existência de 'abaixo-assinados' que percorrem os diferentes sectores de trabalho, sôbre os mais diferentes motivos. A diminuição de produção na mina de Raposos, teve início com a exploração por parte dos elementos comunistas a política da resolução da direção da Mina em dar aos maquinistas, além de suas tradicionais tarefas, mais a tarefa de alimentarem as mangueiras de ar e de água, o que foi percebido, no início geral da insatisfação. Os já mencionados elementos comunistas e políticos não perderam a oportunidade e iniciaram um trabalho de repúdio, dentro e fôra da Mina, contra essa determinação da Empresa.³⁶¹

³⁶¹“Problemas sociais e trabalhistas na Saint John Del Rey Mining Company Limited”. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRARIX90ESIACL3/4. p.03

Em assembleia realizada pelo sindicato, os trabalhadores optaram inicialmente por reivindicarem suas demandas através do dissídio coletivo, com o foco central na obtenção de 50% de aumento de salário. Todavia, em resposta, a empresa ofereceu apenas 20%. Os trabalhadores não aceitaram a oferta e deram continuidade ao processo na Justiça do Trabalho. Mas, a demora em obter uma resposta do judiciário, gerou um impasse, pois os trabalhadores queriam uma decisão definitiva e rápida. Em virtude desse aspecto, um clima de desconfiança em relação ao alcance do aumento salarial desejado se instaurou entre os trabalhadores. Tais fatores impulsionaram a eclosão da primeira greve do ano, iniciada em 2 de maio de 1953. Aderiram à greve todos os trabalhadores de ambas as cidades em que a empresa Saint John operava, Nova Lima e Raposos. Com a paralisação das atividades, o movimento divulgou a pauta de reivindicações:

- Obtenção de 50% de aumento do salário.
- Abono de CR\$ 100,00 para a esposa e CR\$50,00 para cada dependente.
- Estabelecimento de taxa de insalubridade.
- Fixação de pagamento de salário noturno diferenciado.
- Fiscalização das leis de segurança e higiene.
- Ser o sindicato recebido pela empresa para diálogo relativo às temáticas da classe.

De acordo com o relatório dos agentes da Delegacia de Ordem pública³⁶² os trabalhadores mais ativos no movimento grevista possuíam relação com o Partido Comunista. Para os agentes, tais indivíduos eram os principais responsáveis pela eclosão da greve, muito embora a adesão à greve tenha contado também com a parcela dos empregados que não detinham relação com o PCB. Para o agente que estava acompanhando o movimento, a persuasão dos argumentos dos comunistas nas reuniões foi essencial para estimular os trabalhadores. No relatório, três nomes ligados ao PCB mineiro foram mencionados como “líderes da turma”, ou seja, os líderes do movimento grevista, são eles: Eugênio Monteiro, que trabalhava como fiscal da mina, Geraldo Jorge da Silva, conhecido como “34” e Gentil Lúcio, que recebia popularmente a alcunha de o “encarregado da turma”. De acordo com o agente que investigava o movimento, os comunistas não apenas estimularam as ações dos grevistas, mas auxiliaram *a priori* na organização e, posteriormente, na execução.

Para além das informações disponíveis nos relatórios de monitoramento da polícia política, o depoimento de José Dazinho, que trabalhou nas minas de Morro Velho, esclarece

³⁶² “Problemas sociais e trabalhistas na Saint John Del Rey Mining Company Limited”. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRARIX90ESIACL3/4 p.01

outras questões. As condições de trabalho a que os funcionários da mineradora estavam submetidos eram alvo de reclamações entre todos, independentemente da relação ou vínculo partidário. José Dazinho atuou na empresa entre os anos de 1941 a 1955, neste período, a situação do trabalhador era penosa. A primeira vez em que realizou a descida da mina, José relata que não havia instrumentos de segurança, o trabalhador descia apenas com a roupa do corpo, não havia sequer capacete.

Quase morri de medo, porque o primeiro poço lá tem mais ou menos 700 metros de profundidade, o primeiro, e a velocidade mais ou menos, você gasta mais ou menos uns 40 segundos. É... para descer 700 metros. Então é um susto terrível, mas você conseguiu a primeira semana... [...]É... para descer 700 metros. Então é um susto terrível, mas você conseguiu a primeira semana... A gente saía de lá todo molhado. [roupa] Camisa e calça... e uma chinela e o capacete... não, nesta ocasião não tinha capacete não. Não, nessa ocasião você entrava com um boné ou alguma coisa que você tivesse e lampião de gás. Não, não. Roupas era da gente, ela fornecia lampião com carbureto... É, colocava perto para lumiar, não... lá dentro tinha luz elétrica, então onde podia ia luz elétrica, onde não podia ir em diante ia luz de carbureto... com lampião... iluminação era muito restrita. Onde tinha luz elétrica não, tudo bem, mas onde a luz elétrica parava para adiante era muito restrita era com lampião de carbureto, posteriormente 1946 por aí adiante ou 48 que vieram as lanternas elétricas que era também já um processo muito adiantado mas de sacrifício porque as baterias pesava muito, não é?, no... currião e fazia muito peso na... na cintura da gente, não é?³⁶³

Mesmo com o passar dos anos, as condições dos trabalhadores da mina, sobretudo dos funcionários responsáveis pelo trabalho no subsolo, eram difíceis. As altas temperaturas e o contato com resíduos da mineração em longo prazo resultavam em trabalhadores mortos e doentes. A situação variava de acordo com a função exercida e conforme a mina na qual o trabalhador atuava. Anélio Marques, que atuou na mineração em Raposos por volta do ano de 1925 e permaneceu na empresa por quase vinte anos, ressalta que o subsolo era úmido e frio.

É... tinha o tubo de ar comprimido que movimentava as máquinas e tinha o ar... o ar de... ventilação que o ventilador ficava no... em uma área mais limpa lá atrás e você ia com os tubos de lona de mais ou menos uns 50 cm de diâmetro que jogava o ar lá na frente, não só para tirar a... a poeira que era muito grande como também para refrigerar um pouco, não é?, porque o calor, como eu já falei no início ali, o calor lá na mina, nas partes mais no fundo da mina, lá nos 3.700 metros de profundidade onde nos estávamos nesta ocasião, do começo desta história, era entre 45 e 60° C, então a ventilação era controlada por portas, ela é jogada lá para dentro através de um equipamento... para fora que refrigera o ar e joga e ele vai esquentando

³⁶³ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 05. p. 5, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

na medida em que ele vai descendo, não é?, ele vai esquentando e ele é controlado lá dentro por portas.³⁶⁴

Eu quando entrei para a mina de Raposos, nós chegávamos a trabalhar lá 12 horas por dia, na mina. Nós costumávamos entrar com o escuro e sair com o escuro na mina. Quando eu entrei. Depois fui... não é? Já tinha a lei de 8 horas, quando eu entrei já tinha a lei de 8 horas. [...]Não, na mina que eu trabalhava não era// tinha muita água fria, a Mina de Raposos era muita água.³⁶⁵

A rotina de trabalho pesado era de oito horas diárias, com intervalos de quinze minutos para almoçar ou jantar. Havia intervalos de quinze minutos a cada três horas em razão do cansaço do trabalho no interior das minas, no subsolo que era um ambiente pouco ventilado. José Dazinho cita a silicose como uma das enfermidades que os trabalhadores da mina mais sofriam. Para Anélio Marques, acidentes eram recorrentes e acometiam os trabalhadores com regularidade, mesmo após a criação do sindicato, que contribuiu para a organização das demandas e reivindicações. De acordo com Marques, a empresa detinha um hospital para tratar dos feridos, no entanto, dada a precariedade das condições laborais, doenças e acidentes eram frequentes, conforme fragmentos das entrevistas de ambos:

Pois é, com relação a essas faltas havia muito motivo de falta no trabalho por doença... por... porque essa coisa do pulmão era gravemente afetado lá. É, mas ela... no meu caso, ela até hoje não tem... apesar de eu ter um índice grande de silicose, poeira no pulmão, não me afeta muito não, a não ser o cansaço da voz ou se eu fizer um exercício mais puxado, porque eu nunca bebi, nunca fumei, nunca fiz muita extravagância, então a... a... a progressão dela em mim foi muito lenta, tanto é que na minha idade, a maioria dos colegas lá que tiveram a vida um pouco mais desregrada já não estavam vivos ou se estava não eram nem capazes de falar assim como eu falo³⁶⁶.

O problema é que não tinha segurança de trabalho. Antes do Sindicato. Depois do Sindicato é que começou a luta para mais segurança no trabalho. Operário morria, saía aos pedaços da mina, quase que diariamente, quase todos os dias tinha uma morte. Tinha um problema na Mina de Morro Velho, especialmente, em Raposos dava menos, que era raro o dia em que não saía quatro, cinco, até seis macas com operários desfalecidos, de dentro da mina. Lá nós falávamos: “Fulano saiu da mina, vai para o hospital. Ia para o hospital. Fulano saiu sambado”. Sambado quer dizer, que é o cara que

³⁶⁴ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 2, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

³⁶⁵ GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p. 14-15, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

³⁶⁶ PIMENTA. 1991. op.cit. p.18.

chegava lá, perdia tudo quanto era líquido que tinha no corpo, devido ao calor da mina. E a má alimentação também.³⁶⁷

De modo geral, havia descontentamento em torno dos baixos salários e em relação às difíceis condições de trabalho. No entanto, o receio quanto ao desemprego e a falta de conhecimento acerca dos direitos trabalhistas eram, para José Dazinho, fatores que coíbiam a realização de protestos. Apesar disso, durante o período em que foi funcionário da Saint John, ele afirma que várias paralisações e greves foram realizadas e, muitas delas, com a participação de trabalhadores comunistas. Sobre a presença de informações sobre comunismo selecionamos um pequeno trecho de um texto elaborado por um trabalhador das minas da empresa Saint John que foi enviado ao jornal carioca *Imprensa popular*. O jornal publicava cartas e textos enviados pelos leitores que traziam relatos sobre o cotidiano de trabalho e suas reflexões sobre o contexto político. Este texto faz menção à ligação de alguns mineiros da Saint John com a ideologia comunista. O texto, que foi veiculado na edição do dia 11 de abril de 1953, dentre outras informações, traz o relato de um mineiro que acompanhou via rádio durante o expediente a transmissão do velório de Stalin, morto em 5 de março do corrente ano:

Stalin está no coração de todos os trabalhadores

Aurélio Marques Guimarães (mineiro)

Todo operariado sentiu o desaparecimento seu grande chefe e amigo o General Stalin. Milhares de trabalhadores do mundo inteiro, choraram ao saber que o coração do grande Stalin tinha cessado de bater. A estação de rádio de Moscou era sintonizada por mãos calosas dos mineiros de Morro Velho e Morro da Mina por saber como estava sendo velado o corpo daquele que foi o inspirador das suas lutas contra os imperialistas gananciosos das companhias de Morro Velho e Meridional que sugam o sangue e a vida dos mineiros. [...] O nome de Stalin está escrito nas paredes de pedra das minas mais profundas de Morro Velho [...].³⁶⁸

O relato do funcionário da empresa Saint John é relevante por conter considerações sobre a presença do comunismo no cotidiano dos trabalhadores. Esta constatação foi expressa em diversos relatórios disponíveis no acervo do DOPS elaborados pelos agentes de monitoramento. O funcionário Aurélio Marques Guimarães, em seu relato, cita o uso do rádio para acompanhar as informações do PCB. De acordo com a historiadora Raquel Aparecida

³⁶⁷ GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 13, 1991. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

³⁶⁸ “Jornal Imprensa Popular: Carta do Leitor”. Edição 01393, p. 02. 15/10/1953 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: jan de 2015.

Pereira, o uso do rádio foi fundamental para divulgação das demandas e ações sociais do partido. Muitos simpatizantes, por acompanharem as transmissões dos comunicados e discussões do partido através do rádio, se tornaram, posteriormente, militantes. Isso porque, através do rádio tiveram a possibilidade de conhecer a dinâmica da agremiação e alguns puderam se identificar com as suas concepções.

De acordo com Pereira, o rádio foi um instrumento utilizado de modo recorrente pelos comitês municipais e pelas células como forma de instruir os militantes a partir de uma linguagem contígua à realidade do trabalhador³⁶⁹. A adesão ao comunismo pelos trabalhadores nem sempre vinha seguida de exposição clara da filiação político-partidária. Era através das relações e das experiências de luta que, progressivamente, os comunistas conseguiram obter adeptos e simpatizantes que passavam a acompanhar a rotina nacional e internacional das questões que envolviam o comunismo.

O material consultado sobre a greve não possui maiores informações a respeito do número de paralisações realizadas pelos funcionários da Saint John ao longo de 1952-1953, período em que intensificaram as ações com vistas à conquista do abono de natal. Todavia, de acordo com o as informações apresentadas pelo *Imprensa Popular*, a primeira greve foi iniciada no dia 02 de maio de 1953 e teve duração de nove dias, tempo suficiente para resultar em prejuízos significativos para a empresa mineradora. Em agosto do mesmo ano, a Justiça do Trabalho fixou o pagamento do valor de CR\$ 900,00 como salário mínimo, mas a empresa recorreu à determinação, recusando-se a efetuar o pagamento³⁷⁰. Nesse período, o *Imprensa Popular*, que acompanhou o andamento da greve, veiculou algumas notas, nas quais informava sobre a possibilidade de uma nova greve dos trabalhadores, caso a empresa não atendesse à reivindicação de aumento salarial, conforme podemos exemplificar no fragmento adiante:

Lutam por aumento os mineiros de Morro Velho. Belo Horizonte, 18 (IP) - Cinco mil trabalhadores das minas de Morro Velho, em Nova Lima, declararam-se dispostos a recorrer à greve, caso não seja julgado favorável o dissídio coletivo que suscitaram para conquistar 50 por cento de aumentos nos salários. Por outro lado, os ingleses da St. John Del Rey Mining C. ameaçaram cessar suas atividades caso a Justiça do Trabalho decida a favor dos operários. Sabe-se, no entanto, que a empresa tem auferido lucros fabulosos nos últimos anos.³⁷¹

³⁶⁹ PEREIRA. 2007. op.cit.

³⁷⁰ Jornal "Impresso Popular". Seção: Vida sindical. 07/04/1953. Edição 01389, p.06. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: jan 2015.

³⁷¹ "Lutam por aumento os mineiros de Morro Velho". Jornal Imprensa Popular. 19 de agosto de 1952. Disponível em: <

Os diretores da Saint John não aceitaram conceder o aumento de salário aos funcionários e, inclusive, divulgaram informações através da imprensa, a respeito da possibilidade de cessar os trabalhos no estado, a partir do fechamento da mineradora, em razão do crescimento do movimento grevista. Nesse período, a empresa contava com cerca de cinco mil trabalhadores, oriundos, principalmente, das cidades de Nova Lima, Raposos e localidades próximas. Muito embora a divulgação dessa informação tenha sido com o intuito de pressionar os trabalhadores a recuarem as ações reivindicatórias, a saída da empresa traria de fato prejuízos econômicos significativos para a região em que operava.

Apesar da ameaça feita pela empresa, em pesquisa ao acervo do jornal *Imprensa Popular* foi possível verificar que ocorreram outras paralisações no decurso do ano. Esta informação revela que, apesar da pressão sofrida, o movimento não se deu por vencido. A despeito da pressão dos trabalhadores, a edição do *Imprensa Popular* veiculada no dia 15 de outubro de 1953, apresentou a indicação de uma nova greve geral, em razão da negativa da empresa em conceder o aumento salarial e também como forma de reivindicar o pagamento dos salários atrasados. A Saint John alegou que os salários atrasados justificavam-se em razão das perdas econômicas sofridas pela empresa em função das paralisações dos funcionários ao longo do ano.

Em Greve 5 mil Mineiros de Morro Velho
Repeliram as propostas do Ministério do Trabalho e decretaram a paralização - Juscelino manda a polícia coagir os grevistas. [...] Esta decisão foi tomada em assembléia geral no Sindicato, após terem sido repelidas duas propostas conciliatórias: uma do Delegado Regional do Trabalho e outra do Sr. Hugo Ramos de Faria, ministro interino do Trabalho que lhes havia pedido aguardar o julgamento da questão pelo TST, dentro de 8 dias. Os trabalhadores não se deixaram enganar pelas manobras protelatórias dos agentes da Saint John Del Rey e resolveram conquistar com sua unidade o que a empresa vinha lhes negando cinicamente. INTENSO MONITORAMENTO. Logo que soube da deflagração da greve, o governador Juscelino Kubitschek fez seguir para Nova Lima e Raposos um contingente de nada menos de 200 homens do Batalhão de Polícia Militar para aterrorizar e coagir os grevistas [...]³⁷²

Embora o texto da matéria seja pequeno, por meio dele podemos extrair algumas informações significativas para compreender a dinâmica dos trabalhadores da Saint John. O

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 19 de jan de 2015.

³⁷² EM GREVE 5 mil mineiros de Morro Velho repeliram as propostas do Ministério do Trabalho e decretaram a paralização – Juscelino manda a polícia coagir os grevistas. **Jornal Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, Ano VI, n.1.629, p.5. 15 out. 1953. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

uso do aparato do judiciário, através do dissídio coletivo, para solucionar os conflitos de interesse entre os diretores da empresa e trabalhadores, prosseguiu sendo utilizado em consonância à realização das greves. O fato de terem recorrido à Justiça do Trabalho não significou que os trabalhadores deixariam de utilizar a greve para pressionar a empresa. Pelo contrário, ambas as estratégias foram utilizadas, senão simultaneamente. O atraso nos salários insuflou a adesão de 5 mil funcionários das cidades de Nova Lima e Raposos, a uma paralisação em massa. Tal número revela que o movimento foi expressivo.

Ademais, assim como relatamos a ocorrência em outras cidades no estado, as greves eram acompanhadas de maneira contínua pelos agentes da Delegacia de Ordem Pública. Tal ação foi reforçada quando da paralisação iniciada no dia 14 de outubro, em que 200 Policiais Militares foram encaminhados em cumprimento da ordem emitida pelo governador mineiro em exercício no período, Juscelino Kubitschek. Apesar da repressão, a greve prosseguiu.

Além da demanda pelo aumento de salário e o pagamento dos atrasados, no transcurso do movimento outra reivindicação ganhou força nas propostas apregoadas. Isto é, a questão da melhoria das condições de trabalho. Vários são os relatos expressos no "Imprensa popular" que descreviam as péssimas condições de trabalho e higiene a que os mineiros das minas de Saint John estavam submetidos. As doenças que mais acometiam os trabalhadores eram a tuberculose e a silicose. Os relatos dão conta de que a empresa não oferecia qualquer assistência médica aos trabalhadores, e, embora houvesse um hospital, o atendimento era precário. Ainda podemos mencionar os relatos de ausência de equipamentos de segurança adequados às funções exercidas, sobretudo, no subsolo. José Dazinho esclarece que, dentre as reivindicações das greves realizadas na década de 1950, uma importante demanda esteve em pauta: o pagamento da taxa de insalubridade. De acordo com José, o pagamento da taxa era regulamentado pela legislação, no entanto, a empresa não efetuava o pagamento. Em 1953, por exemplo, houve uma greve que durou trinta e três dias no intuito de lutar pelo recebimento deste direito.

É, eu num... Tem muito tempo, não é? De jeito que eu não me lembro todas não. Mas me lembro, por exemplo [d'um?] em 1953 nós tivemos a luta para conquista da taxa de insalubridade, porque apesar da Companhia ser já taxada de periculosidade, por causa da poeira no pulmão dos trabalhadores, não é?, que é doença profissional que tem lá, a silicose, a empresa nunca tinha pago nem um tostão da taxa de insalubridade. E essa insalubridade estava prevista na legislação, mas ela nunca tinha pago. E o Sindicato tinha muitas lutas, não é?, e nunca tinha enveredado nesse tipo de luta de... da, da... do pagamento da taxa de insalubridade. Então nós entramos nessa luta

aí e fizemos uma greve que durou 33 dias, com 90% dos trabalhadores na greve³⁷³.

A historiadora Andrea Casa Nova Maia em seu trabalho "Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas"³⁷⁴ analisou as estratégias de monitoramento e coerção realizadas contra os trabalhadores das Minas de Morro Velho. Assim como foi feito em outras categorias profissionais, as greves realizadas pelos trabalhadores da Saint John foram monitoradas pela polícia política. A partir do uso de depoimentos de ex-funcionários da empresa que atuaram no decorrer das décadas de 1940 e 1950, a autora descreve as péssimas condições de trabalho e os mecanismos que a empresa utilizou para burlar os direitos trabalhistas que foram regulamentados por meio do decreto lei nº 5.452, relativo à Consolidação das Leis Trabalhistas³⁷⁵, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. Nas entrevistas realizadas com os ex-funcionários da Morro Velho, eles afirmaram que a maioria das mortes foi em razão da silicose, conforme exemplificamos no fragmento a seguir:

Outra doença muito frequente nos operários da Morro Velho, principalmente nos mineiros, era a já mencionada silicose, que, até recentemente, atingia os trabalhadores da minas de Morro Velho, como, por exemplo, o senhor Gentil Lúcio de Jesus e o senhor Dazinho, ambos já falecidos.¹⁷ De acordo com o relatório de 1943 (Serviço..., 1943, p.87) – ano da promulgação do decreto-lei que formalizou a CLT – “nos exames procedidos em 908 mineiros, 304 (33,4%) apresentam casos positivos de silicose”. Nova Lima era sacudida pela tosse. Essa expressão que ressalta as condições de saúde dos mineiros de Nova Lima aparece na explicação detalhada de Michel Le Ven (1998, p.62) sobre a tosse de Dazinho: “A entrevista foi pontuada de tosse, que além de encurtar a vida e a capacidade de respiração, é crônica, oca, ressoante, provocando sofrimento e angústia”³⁷⁶

Os movimentos grevistas sofriam interferência da repressão da empresa ou do monitoramento da polícia política. Além das demissões dos envolvidos, não era incomum, conforme depoimento de José Dazinho, a atuação de indivíduos ligados à empresa que, mediante o uso de ameaças, tentaram minar os movimentos. No fragmento adiante, José faz menção aos “jagunços”, que eram sujeitos ligados à empresa e que oprimiam os trabalhadores

³⁷³ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 18, 1995. Arquivo Disponível em : <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

³⁷⁴ MAIA, Andrea Casa Nova. **Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas**: Nova Lima, Minas Gerais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.21, n.4, out.-dez. 2014, p.1197-1214. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n4/0104-5970-hcsm-21-4-1197.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

³⁷⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 3 fev. 2015.

³⁷⁶ MAIA. 2014. op.cit. p.1207.

envolvidos em greves. No entanto, para ele, a firmeza quanto à atuação dos líderes do sindicato da categoria foi relevante para continuidade dos movimentos.

É. ...muito violenta, não é? Teve muita... muito confronto entre os jagunço da empresa e os trabalhadores em greve principalmente com o presidente do Sindicato que [é? / era?] esse rapaz que eu falei aí, que é de uma coragem pessoal assim muito grande. E enfrentamos o Ministério do Trabalho, que tinha uma penetração muito grande nos sindicatos, naquela época, não é? Enfrentamos o Ministério, e o Ministro do Trabalho acabou tendo que deslocar uma comissão para ir para lá para tratar do assunto lá.³⁷⁷

A demanda pela melhoria das condições de trabalho foi um dos temas discutidos no IV Congresso dos Trabalhadores da América Latina, que contou com a presença do mineiro Anélio Marques, o qual mencionamos, trabalhador da empresa Saint John, enviado como representante da classe do estado mineiro. Nesse evento, que ocorreu em Santiago, no Chile, estiveram presentes representantes de diversas categorias de trabalhadores da América Latina. Na ocasião, Marques, em sua fala durante o evento, destacou que as greves realizadas tinham como meta essencial a discussão em torno da necessidade da empresa oferecer uma melhor qualidade de vida ao trabalhador. As condições de trabalho não eram satisfatórias, por isso, as reivindicações permeavam tanto o objetivo de aumento de salário, como o benefício do abono natal e o recebimento dos atrasados. Além das resoluções relacionadas à melhoria das condições para o cumprimento das atividades laborais: "A aplicação de suas resoluções trará para nós melhores condições de vida e trabalho."³⁷⁸

³⁷⁷ PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 18, 1995. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

³⁷⁸ Jornal "Imprensa popular". 21/01/1953. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> > Acesso em: 19 de janeiro de 2015.



Figura 11 "Um marco em nossas lutas o IV Congresso da C.T.A.L"

Fonte: Jornal "Imprensa popular". 21/01/1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> acesso em 19 de janeiro de 2015.

A greve dos trabalhadores da Morro Velho abarcou todo o mês outubro de 1953. No dia 18, o sindicato realizou uma assembleia, ocasião em que os trabalhadores aprovaram a continuidade do movimento e protestaram contra a intransigência dos diretores da empresa em não cumprir com a determinação do pagamento do salário mínimo e dos atrasados. A falta de diálogo entre os representantes do sindicato e diretores, somava-se a ausência de apoio do governo federal e estadual, que apenas orientavam a repressão à greve. Este panorama contribuiu para a manutenção da paralisação.

Em assembleia realizada no dia 18, o movimento organizou uma passeata que deveria ser realizada no dia 31 de outubro com a presença de todos os trabalhadores da empresa. Nesta ocasião, a orientação era para que todos os funcionários percorressem a pé o trajeto da cidade de Nova Lima a Belo Horizonte. Apesar de a polícia ter sido avisada com o intuito de impedir a passeata, houve apenas uma alteração na data, sendo realizada no dia 03 de novembro.

De acordo com o jornal *Imprensa Popular*³⁷⁹ a passeata que, deveria contar com a presença dos cinco mil trabalhadores, resultou na participação de cerca de oito mil pessoas,

³⁷⁹ Jornal Imprensa Popular. 18 de outubro de 1953. Matéria: Prossegue greve em Morro Velho. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 19 de janeiro de 2015.

em razão da adesão da população de Nova Lima e da capital.³⁸⁰ Em edição publicada no dia seguinte à passeata, momento em que a greve contabilizava vinte e dois dias, o correspondente do jornal salientou a importante demonstração de apoio da população ao movimento, fortalecendo-o:

Enorme massa de mais de 8.000 pessoas desfilou pelas ruas centrais de Belo Horizonte. O povo aderiu francamente a passeata dos cinco mil mineiros, em viva demonstração de protesto contra as miseráveis condições a que Getúlio levou o país. [...] onde manifestaram sua revolta diante da criminoso intransigência da Saint John Del Rey Mining Company em cumprir tanto as promessas como as próprias sentenças da Justiça do Trabalho. [...] Nenhum incidente se verificou apesar das anunciadas e repetidas proibições da passeata.³⁸¹



Figura 12 Povo e mineiros de Morro Velho Confraternizam em Belo Horizonte

Fonte: Jornal Imprensa Popular. 4 de novembro de 1953. Matéria: Passeata dos Grevistas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> acesso em 20 de janeiro de 2015.

A repercussão do movimento ganhou o país e forçou o Ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart, a se oferecer enquanto mediador em uma possível conferência com os representantes dos trabalhadores e diretores da empresa a fim de chegarem a um

³⁸⁰ Jornal Imprensa Popular. 31 de outubro de 1953. Matéria: No dia 03 passeata dos mineiros de Morro Velho. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: jan de 2015.

³⁸¹ Jornal Imprensa Popular. 4 de novembro de 1953. Matéria: Passeata dos Grevistas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 20 de jan. de 2015.

acordo. A crise financeira abateu a empresa, e as minas da Saint John foram interditadas pela justiça até o pagamento das dívidas aos operários.³⁸²

De acordo com as publicações do "Impresso Popular", a empresa não cumpria com as determinações da Justiça do Trabalho, no tocante ao pagamento do salário mínimo e os atrasados, por estar respaldada pelo apoio do presidente Getúlio Vargas e pelo próprio governador de Minas, Juscelino Kubistchek. Determinações quanto à possibilidade de uso do aparato policial foram emitidas pelo governador, em diversos momentos durante a greve, para encerrar o movimento. Em resposta às solicitações da justiça para que a empresa pagasse os débitos aos trabalhadores, a empresa divulgava notas na imprensa alertando que estava impossibilitada de realizar aumentos devido às perdas com a greve.

As informações obtidas através do periódico *Imprensa Popular* ressaltam que os ganhos da empresa em 1952 passaram de treze milhões de cruzeiros.³⁸³ Todavia, conforme mencionamos anteriormente, a empresa alegava que, em virtude da greve, passava por dificuldades e poderia deixar da região. Não obstante, o movimento ganhou força e repercussão nacional, apoio da população e, em farta medida, das esposas e dos familiares dos mineiros que realizaram várias manifestações no intuito de obter êxito nas reivindicações.

A possibilidade do fim da greve despontou ainda no dia dez de novembro de 1953, a partir da aprovação do acordo, em assembleia do Sindicato dos Mineiros, das bases para o retorno às atividades. Dentre as determinações expressas pelo documento, que continha as propostas que iriam ser encaminhadas ao representante da empresa, estavam: o pagamento dos atrasados, a criação de uma constituição médica para averiguar a situação de trabalho e propor melhorias, o pagamento do abono de natal a vigorar no ano seguinte, pagamento de 80% dos dias de greve e a garantia de não punição dos grevistas e líderes do movimento. A reunião entre o representante da empresa e do Sindicato aconteceu na cidade do Rio de Janeiro e foi noticiada pelo *Imprensa Popular*:

Tremem os gringos

Abalados com a firmeza dos grevistas, que não estão se deixando envolver em suas manobras, os diretores da Saint John Del Rey Mining Company mandaram chamar em Londres seu superintendente geral, um tal de Mr. L.F. Langley, que era aguardado ontem à noite no Rio, onde já se encontra também o presidente do Sindicato dos mineiros, Sr. José Nilo Rosário. Mr. Langley dará a palavra oficial da empresa sobre a proposta apresentada pelos

³⁸² Jornal Imprensa Popular. Matéria: Firme a greve em Morro Velho. 6 de novembro de 1953. Disponível em : <

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: jan de 2015

³⁸³ Jornal Imprensa Popular. Matéria: Solidariedade aos heróicos mineiros de Morro Velho. 6 novembro de 1953. <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: jan de 2015

mineiros no último domingo. Em caso de assinatura do acordo nas bases desta proposta, a greve terminará hoje mesmo.³⁸⁴

Apesar de a matéria ressaltar o receio da companhia estrangeira caso houvesse continuidade do movimento grevista, na prática, não foi isso o que aconteceu. A reunião que, foi realizada no hotel Copacana Palace, resultou na exposição da contraproposta da empresa. Não houve o comprometimento do pagamento dos dias de greve, nem tampouco a garantia de não perseguição aos grevistas. Em relação ao pagamento do aumento de salário, o superintendente da empresa informou que seriam pagos CR\$1,000 aos trabalhadores da superfície e CR\$800,00 aos trabalhadores do sub-solo. Valores que não agradaram ao Sindicato³⁸⁵, mas que foram encaminhados para discussão em assembleia.

Apesar de não terem obtido êxito em todas as demandas propostas pelo movimento, após a deliberação em assembleia, os trabalhadores decidiram pelo encerramento da greve e o retorno às atividades, entre os dias 11 e 12 de novembro. Durante a realização da referida assembleia, o representante do Ministério do Trabalho chegou a proferir algumas ameaças aos trabalhadores caso a greve fosse adiante. Situação que foi narrada pelo *Imprensa Popular* como um caso anedótico: "[...] enviado de Jango desmaiou em pleno salão do Teatro Municipal de Nova Lima. Além de fazer inúmeras promessas aos grevistas, tais como salário família a partir do 1º de maio, [...] chegou ao ponto de encenar uma intervenção do Ministério da Guerra".³⁸⁶

Houve comoção em torno dos poucos ganhos, que foi reforçada através da realização de uma nova manifestação em apoio aos trabalhadores da Saint John, que contou novamente com o apoio e participação da população. Na edição do dia 15 de novembro, o "*Imprensa Popular*", veiculou uma matéria em que destacou que, apesar do retorno às atividades, os trabalhadores saíram fortalecidos e demonstraram sua força ao percorrer a pé a cidade de Nova Lima a Belo Horizonte. De modo geral, os trabalhadores da Mina permaneceram

³⁸⁴ Jornal Imprensa Popular. Matéria: Prossegue ainda a greve dos mineiros de Morro Velho. 28 de outubro de 1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: jan de 2015.

³⁸⁵ Jornal Imprensa Popular. Matéria. "Proposta irrisória aos mineiros de morro velho". 12 de novembro de 1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 20 de jan. de 2015.

³⁸⁶ Jornal Imprensa Popular. Matéria. Terminou após um mês de duração a Greve de Morro Velho. 15 de novembro de 1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 20 de jan. de 2015.

dispostos a prosseguirem reivindicando melhorias nas condições de trabalho, conforme fragmento a seguir:

Esta semana que passou foi caracterizada por uma das mais belas demonstrações da combatividade e do espírito de decisão da classe operária: a marcha dos grevistas da Morro Velho, de Nova Lima até Belo Horizonte. 13 km a pé, escalando as serras e sob chuva, 3.000 mineiros, acompanhados de suas famílias vieram a capital do estado lançar protesto mais veemente contra a exploração de que são vítimas nas galerias e na superfície das minas de ouro dos ingleses. A polícia de Vargas e Juscelino ameaçava: não haverá passeata. Assentaram-se metralhadoras. Tudo em defesa da rapinagem dos ingleses na mina. [...] A greve obrigou Vargas e Jango, acumplicados com os imperialistas da Morro Velho a manobrar. O Ministério do Trabalho fêz propostas incluindo algumas reivindicações dos grevistas. De Londres viajou de avião para o Rio o superintendente da Companhia estrangeira. Fizeram um acôrdo para acabar com a greve, acôrdo esse firmado no Copacabana Palace porque o patrão inglês mandou dizer que não compareceria ao Ministério do Trabalho. O govêrno para este acôrdo prometeu dar ainda a Companhia imperialista 10 milhões de cruzeiros.³⁸⁷



Figura 13 Marcha o povo com os mineiros

Fonte: Jornal Imprensa Popular, 15 de novembro de 1953. Matéria: Marcha o povo com os mineiros. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em 20 de janeiro de 2015.

As ações reivindicatórias realizadas pelos trabalhadores da Saint John são um exemplo expressivo da importância da articulação dos comunistas para a constituição e

³⁸⁷Jornal Imprensa Popular, 15 de novembro de 1953. Matéria: Marcha o povo com os mineiros. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em 20 de janeiro de 2015.

realização das greves. Ponderamos que não consideramos apenas o trabalho dos comunistas como o único responsável pela eclosão do movimento em si, haja vista que, várias são as razões que influenciaram os demais funcionários da mineradora a praticarem ações que pudessem pressionar a diretoria da empresa a melhorar as condições de trabalho. Os relatos de Anélio Marques, que iniciou o trabalho na mineiradora ainda nos anos de 1930 e, posteriormente de José Dazinho que trabalhou nas décadas de 1941 a 1955, revelam que, problemas como acidentes e insalubridade do ambiente de trabalho eram uma constante na empresa e impulsionavam a realização de movimentos. Todavia, uma das estratégias adotadas pelos comunistas consistiu na absorção das demandas dos trabalhadores como uma causa própria do partido para conquistar a confiança dos demais trabalhadores. A nossa perspectiva analítica leva em consideração o fato de que trabalhadores comunistas e trabalhadores sem qualquer filiação partidária se apoiaram mutuamente no sentido de alcançar conquistas trabalhistas. Foi uma relação de ganho mútuo, à medida que os pecebistas conquistavam a confiança dos demais trabalhadores, ampliava-se a possibilidade de aumentar as fileiras do partido. Do mesmo modo, os trabalhadores que não possuíam instrução acerca dos seus direitos, tinham na figura do comunista alguém que poderia auxiliá-lo quando fosse necessário.

Em seu estudo, Andrea Casa Nova Maia³⁸⁸, faz menção à participação de membros do Partido Comunista que, historicamente contribuíram não apenas para a criação de sindicatos, mas também para o fortalecimento destes, o que resultou em maior amplitude no que se refere à reivindicação de direitos pelos trabalhadores: "com a fundação do sindicato dos mineiros, começou uma nova fase para as relações trabalhistas na Morro Velho, com reivindicações aguerridas que, como já foi dito, na década de 1940 sofreram influência marcante do Partido Comunista."³⁸⁹ Dessa forma, os pecebistas expuseram interesse em contribuir com a organização do movimento e nas ações de interação e propaganda entre os demais funcionários da Saint John. Tal medida foi fundamental para coesão dos trabalhadores em prol das causas comuns da categoria. Uma das táticas de interação utilizadas pelos comunistas da Saint John consistiu na participação ativa nas assembleias e reuniões do sindicato da categoria. Integrantes do Partido Comunista eram trabalhadores da mineradora, aspecto que oportunizou a prática das ações de difusão dos seus ideais no cotidiano de trabalho.

As greves dos trabalhadores da Saint John realizadas no ano de 1953 apresentaram um aspecto diverso dos outros exemplos destacados neste capítulo: o apoio não somente dos

³⁸⁸ MAIA. 2014. op.cit. p.1205.

³⁸⁹ MAIA. 2014. op.cit. p.1205.

familiares, mas também da população de Nova Lima (mina de Morro Velho) e Raposos. Nas greves da Saint John, em duas ocasiões, a população marchou junto com os trabalhadores, percorrendo o trajeto de Nova Lima a Belo Horizonte, num total de 13 quilômetros, no intuito de reforçar e contribuir com as reivindicações. Para os integrantes do Partido Comunista, a participação em um movimento onde ocorre a articulação dos trabalhadores e das pessoas sem vínculo partidário, isto é, das “massas”, é basilar para o fortalecimento das lutas sociais.

4.5 Uma análise sobre as dificuldades para efetuar a articulação junto aos trabalhadores

No decurso deste capítulo, selecionamos exemplos representativos da participação de trabalhadores comunistas em movimentos grevistas na década de 1950. No decurso deste período, paulatinamente, a agremiação realizava alterações tanto na estrutura orgânica, quanto na linha política adotada. A aplicação de estratégias que visassem o estreitamento das relações entre a classe trabalhadora foi tido como fundamental. Dentre as ações comumente realizadas, podemos afirmar que a participação na criação de sindicatos, organização e realização de movimentos grevistas foram algumas das práticas implementadas pelos comunistas para se articularem com os demais proletários que não tinham ligações com a agremiação. De acordo com as concepções ideológicas do partido, a interação em sindicatos e o desenvolvimento de práticas com vistas à organização das “massas” era fundamental para cumprimento do objetivo de transformação social. A partir da orientação e condução da classe trabalhadora, em prol da luta pelos seus direitos, o partido esperava ocupar um lugar de destaque no cenário nacional. Dessa forma, os pecebistas esperavam conseguir constituir-se enquanto “vanguarda revolucionária” e ser capaz de realizar a sonhada revolução socialista no Brasil. Um dos relatórios elaborados pela Secretaria Regional do PCB, em 1955, destaca algumas informações a respeito dos êxitos alcançados pelo partido no interior do estado, conforme podemos evidenciar no trecho a seguir:³⁹⁰

Em T. Otoni o Sindicato da C. Civil entra em nova fase de desenvolvimento enquanto os ferroviários da Baía-Minas, através da União dos Servidores Públicos de T. Otoni, engajam na luta pelo pagamento dos atrasados aos provisórios e pela criação de sua Associação [...] Pequenas lutas, reveladoras do estado de ânimo da classe operária, surgiram com os 40 operários na Serraria de Cuité e os 19 operários da Serraria Sta. Helena de T. Otoni, que foram a greve pelo pagamento do salário mínimo. Elementos da massa

³⁹⁰ “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.

procuraram espontaneamente os comunistas para se orientarem na defesa de seus direitos, como aconteceu em Cuité, em Governador Valadares com os trabalhadores da ponte e em T. Otoni com os ferroviários. Enfim, camaradas, desenvolve-se a organização sindical em nossa região; muitos sindicatos tomam posição de defesa dos direitos dos trabalhadores e aceitam francamente a orientação de nosso partido.³⁹¹ (Grifo nosso)

Na citação anterior, são apresentadas, além das informações sobre êxito na articulação com os trabalhadores em Teófilo Otoni, relatos de indivíduos que procuravam, por contra própria, membros do partido no intuito de solicitar orientação sobre questões relativas aos direitos trabalhistas. Tal fato revela a possibilidade dos integrantes do PCB mineiro terem sido vistos como referência para fornecer instruções sobre a legislação trabalhista ou assuntos de natureza jurídica. Este fato não foi incomum, pois muitos comunistas se disponibilizaram para instruir aqueles que não conheciam as especificações da CLT a participarem das discussões nas reuniões das células. Era senão uma significativa oportunidade para estreitar os laços com aqueles que não eram ligados ao partido. Ademais, fazia parte do interesse dos pecebistas no decorrer do processo de reestruturação orgânica, conhecer a realidade vivenciada pelos trabalhadores para incluir suas demandas à própria dinâmica partidária.

Em consonância, as ações no interior dos sindicatos eram tidas pela agremiação como elementares para a consolidação da organização da classe operária. Para os dirigentes, o trabalho nos sindicatos consistia na fixação de dois pontos principais. Primeiro, a definição dos caminhos que os trabalhadores deveriam percorrer, ou seja, os objetivos a serem alcançados. A definição dos objetivos deveria ser acompanhada da união da classe em prol de uma causa comum. A unidade da classe era considerada pelos dirigentes, a segunda condição indispensável para que as reivindicações transitassem do campo teórico para o campo prático e político. E está vinculada a ideia do partido em elevar a consciência de classe dos trabalhadores. De acordo com a perspectiva dos comunistas, elevar a consciência de classe significava participar ativamente das lutas por melhores condições de trabalho, aumento de salários, enfim, atuar nos assuntos que lhes diziam respeito. Este era um desafio, pois muitas vezes o trabalhador comunista se via diante da preocupação dos demais companheiros de ofício em participar de ações reivindicativas com receio de perder o emprego. Quando não havia o medo, havia o desinteresse em meramente participar da dinâmica dos sindicatos, aspecto que prejudicava o objetivo maior do PCB, que é senão realizar a transformação social

³⁹¹ “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.

mediante o envolvimento das “massas” trabalhadoras nos processos. Neste ponto, é preciso ressaltar o que o PCB compreendia como sua tarefa principal, isto é a realização da revolução brasileira: "Sim, camaradas, é fundamental e decisiva esta nossa tarefa política, porque a revolução brasileira só será vitoriosa se fôr dirigida politicamente pela classe operária."³⁹² Mas, esta classe operária, de acordo com as concepções dos pecebistas, deveria ser dirigida e orientada tão somente pelo Partido Comunista Brasileiro.

Muito embora o partido estivesse certo do progressivo crescimento da sua influência entre as classes trabalhadoras em Minas Gerais, no mesmo documento em que aponta os avanços alcançados, igualmente expõe algumas fragilidades ainda presentes. Antes de citá-las, não podemos deixar de fazer menção à franca atuação em determinadas regiões do estado, como centro, sul, capital e zona da mata. Na região do triângulo mineiro, a cidade de Uberlândia foi pioneira no surgimento do comunismo e permaneceu atuante ao longo dos anos. Todavia, para ambos os acervos consultados,³⁹³ as outras localidades do estado, como a região do Norte de Minas, ainda detinham, durante a década de 1950, tímida influência dos comunistas. Havia comunistas e núcleos do partido na região, todavia, não localizamos fontes que respaldem a existência de uma articulação mais densa tal como ocorreu nas outras regiões no mesmo período.

Isso se deve em grande medida à forte influência econômica das regiões do centro e sul do estado no tocante às empresas ligadas a mineração, siderurgias, ferrovias e indústrias. Mediante o exame das fontes selecionadas para esta pesquisa, tal como examinamos no Capítulo 3, a ênfase do PCB era de fato concentrar suas atenções nas áreas economicamente mais significativas para o desenvolvimento do estado. Este panorama refletiu na ocorrência dos casos eleitos para estudo no transcurso deste capítulo, ou seja, os exemplos analisados concentraram-se, sobretudo, no centro do estado, principal entreposto de ações do partido. De todo modo, a rarefeita localização de exemplos de articulação em outras regiões do estado que, no período de 1945 a 1960, eram economicamente menos desenvolvidas, contribui para confirmar nossas conclusões.

No capítulo anterior, afirmamos que, no decurso da década de 1950, as regiões de franco desempenho do PCB em Minas Gerais foram: Central incluindo a capital, Sul e Zona da Mata. Localidades situadas no norte do estado, por exemplo, não obtiveram, devido a sua

³⁹² “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.01. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.

³⁹³ Coleção Informante do Regime Militar, Arquivo Nacional-RJ e Fundo do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS, Arquivo Público Mineiro-Belo Horizonte.

dinâmica econômica, densa interação entre os comunistas e trabalhadores urbanos, nas décadas de 1940 e 1950. Este panorama revela que o partido não conseguiu irradiar o processo de articulação entre os trabalhadores urbanos em todas as regiões do estado. Isso se deve tanto à própria definição das estratégias do partido, que consistia em concentrar nas áreas de maior projeção econômica do estado, quanto à ineficiência adequar a dinâmica de interação de acordo com a diversidade socioeconômica das outras regiões do estado.

Afora essas questões, o PCB detinha outras fraquezas que emperravam suas ações no meio sindical. Uma delas refere-se à dificuldade em inserir a linha política e o programa do partido no cotidiano dos trabalhadores que não tinham ligações com a agremiação ou muitas vezes sequer detinham interesse em estabelecer qualquer ligação com um partido ilegal. Ou seja, os chamados “obstáculos presentes na tarefa de doutrinação”, conforme é expresso nos documentos do partido. De acordo com um dos documentos consultados³⁹⁴, os pecebistas tinham dificuldades para desenvolver o estudo teórico das concepções do partido entre os sujeitos comuns, ou seja, os trabalhadores. Muitos operários frequentavam os sindicatos em busca de orientações a respeito dos seus direitos sob a ótica da legislação em vigor, e, posteriormente, se sentiam estimulados a participar das lutas reivindicatórias e se engajar nas ações do partido. Todavia, o interesse declinava quando era demonstrado que, para se tornar um filiado do PCB, era necessário passar por um longo processo de formação, a partir do estudo da literatura comunista. Dessa forma, um dos desafios da articulação entre trabalhadores comuns e trabalhadores comunistas, na década de 1950, era a consolidação da formação teórica do militante. Existiam muitos trabalhadores simpatizantes das concepções do PCB, porém poucos queriam, na prática, desenvolver sua formação ideológica. Aliás, ser um militante não era uma tarefa fácil. Depois de uma longa jornada de trabalho, o sujeito deveria participar de reuniões, realizar leituras, exercer atividades senão burocráticas do partido, àquelas destinadas a propaganda e elaboração de materiais.

Sobre este aspecto, em entrevista, Dimas Perrin explica que ao tornar-se um membro do PCB, ao filiado era exigido total comprometimento, mesmo que isso significasse sacrificar a vida pessoal e familiar. Conforme as orientações da agremiação, para que fosse feita a transformação social era necessário dedicação:

Em princípio, o partido procurava fazer com que os militantes tivessem uma existência familiar tranqüila para que ele pudesse desempenhar suas tarefas. Agora, se houvesse um choque entre as responsabilidades, entre os deveres familiares com as necessidades do partido, prevalecia os interesses do

³⁹⁴ “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.

partido. E nós todos fomos educados dentro disso, aí você encara as coisas não como uma imposição, mas é que é preciso, para entender isso é preciso compreender que todos nós estávamos lutando pela vitória do socialismo com a esperança de que isso não demorasse muito tempo. Nós queríamos... estávamos nos preparando para fazer uma revolução socialista no nosso país, que era a melhor forma que nós tínhamos de contribuir com toda a classe operária do mundo. Cada um no seu país travar essa batalha e realizar a revolução. Então, se você está se preparando para uma revolução, você está disposto a sacrificar tudo. E muitas vezes a gente chegava a ponto de sacrificar até as famílias, não é?³⁹⁵

No decurso das suas entrevistas, Dimas Perrin ressalta que sacrificar a família em prol dos objetivos do partido não era uma tarefa fácil. Em seu caso, ele salienta a compreensão da sua esposa, haja vista que, quando se conheceram, ele já fazia parte do partido. Podemos inferir que não eram todos os trabalhadores que estariam dispostos a realizar esta escolha. Dentre as situações mencionadas por Perrin, selecionamos o fragmento em que ele relata a ocasião do nascimento de sua filha, que coincidiu com a data de uma reunião importante do partido.

Eu me lembro do caso dele. [corte] Sobre esse caso, sobre essa situação no partido, é o seguinte, nós fazíamos isso tudo com a melhor das intenções. O nosso problema, a nossa compreensão naquele tempo era que nós tínhamos que dar tudo que nós possuíamos, inclusive a nossa vida, pela causa socialista. Pela causa, a construção do socialismo que iria libertar a classe operária, libertar todas as pessoas da miséria, da ignorância e tudo e criar um mundo novo, um mundo de paz, um mundo fraterno. Então a gente estava disposto a sacrificar tudo. [...] Eu me lembro um caso uma vez, a minha primeira filha quando nasceu, a Regina, nasceu no Hospital São Francisco, e eu tinha sido chamado para uma reunião no Rio de Janeiro. Então, eu estava no hospital esperando que ela nascesse para sair correndo para pegar um avião para ir para a reunião. E foi um parto difícil porque foi cesariana, primeiro filho, e isso deixou marcas porque eu deixei a minha mulher totalmente dopada lá na cama. Acabou de nascer a criança, foi nascendo e eu saí fora, fui correndo para o campo pegar o avião. Meus parentes, os parentes da minha mulher ficaram até muito... durante um certo tempo meio magoados comigo porque acharam que eu não esperei nem que ela acordasse, e fui correndo. Era isso que a gente fazia. Mas o que nos salva é que a nossa intenção era boa... (Grifo nosso)³⁹⁶

Soma-se a este fator a existência de trabalhadores que desconheciam as razões de ser do sindicato ou mesmo apenas enxergava a instituição como uma entidade assistencialista. Como dissemos participar das ingerências sindicais era uma das orientações para interagir com os trabalhadores que não tinham orientação ideológica definida. Dessa forma, ampliava-se a possibilidade de outros trabalhadores aderirem à causa do partido. Era corriqueira a procura por auxílio assistencial nos *locus* sindicais e nas associações. Ou, ainda, no intuito de

³⁹⁵ PERRIN. 1995. op.cit. p.8.

³⁹⁶ PERRIN. 1995. op.cit. p.8.

angariar um maior número de interessados na participação da vida sindical, alguns membros do próprio partido disseminavam informações sobre a possibilidade de resoluções de problemas de natureza assistencial. Apesar dos sindicatos também deterem a função de orientar os trabalhadores em relação a questões legais e ajudá-los em seus problemas, o foco apenas no assistencialismo era visto pelos dirigentes comunistas como um fator que poderia prejudicar a formação de trabalhadores militantes.

De acordo com as diretrizes políticas do PCB, o sindicato possuía como: "principal característica a organização de massas para lutar em defesa das mesmas, das reivindicações e direitos das massas que representa, criando, no processo dessas lutas a unidade sindical."³⁹⁷ Por isso, para os dirigentes era necessário que os trabalhadores não enfocassem apenas no papel dos sindicatos no auxílio as demandas assistenciais. Isso porque alguns trabalhadores manifestavam desinteresse pelas lutas sindicais já que em algumas circunstâncias o sindicato supria suas necessidades imediatas. Dessa forma, os trabalhadores comunistas se viam no desafio de mobilizar aqueles que não tinham interesse em participar das reivindicações trabalhistas ou mesmo apoiar aqueles que tinham medo de perder o emprego a atuarem junto com os demais nos movimentos. É preciso ressaltar que não eram apenas os indivíduos ligados ao PCB que detinham consciência de classe e compreendiam a necessidade das lutas para a melhoria das condições laborais. Trabalhadores ligados ao PDT, os trabalhistas e, funcionários de variadas empresas e ramos profissionais - que não tinham quaisquer ligações partidárias -, participavam da dinâmica sindical.

Outro entrave enfrentado pelos comunistas para o avanço entre a classe trabalhadora estava relacionado à existência dos que eles denominavam como "sectarismo". Documentos do partido revelam que, apesar dos esforços no sentido de coibir este problema, esta ainda era uma realidade. Alguns integrantes não tinham interesse em atuar de maneira articulada junto aos trabalhadores, sobretudo, por considerarem que muitos não tinham uma formação intelectual definida. Para estes comunistas, o trabalho junto às massas era algo inferior quando comparado às ações políticas ou burocráticas desenvolvidas no interior do partido. Nesse sentido, os dirigentes estaduais tiveram dificuldades para conscientizar os próprios pecebistas a compreenderem que para constituição de uma facção voltada para as grandes massas, era imprescindível se relacionar com elas. Trata-se de um paradoxo que havia sido identificado quando da ocasião do processo de reestruturação orgânica do PCB, efetuado em meados da

³⁹⁷ "Discussão sobre a situação sindical". Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.p. 4.

década de 1940, mas que ainda estava imerso no cotidiano na década seguinte, no principal espaço de sociabilidade dos comunistas, os sindicatos dos trabalhadores.

Ainda havia outras dificuldades relacionais entre os comunistas e líderes sindicais. Quando o dirigente do sindicato não era membro do PCB, o empecilho reverberava na dificuldade em estabelecer uma relação cordial com a liderança. Para os comunistas, este problema se relacionava com o “sectarismo”, pois o embaraço em algumas ocasiões se dava em razão o trabalhador, que era ligado ao partido, considerar o líder sindical inadequado à função. Dessa forma, intervinha nas reuniões de maneira rude ou trabalhava separadamente, ignorando aqueles que não concordavam com os seus posicionamentos. Situação que prejudicava o objetivo de união da classe. Este foi considerado pelo partido um obstáculo significativo para articulação entre os trabalhadores, que também havia sido identificado desde o final da década de 1940, conforme podemos aferir no trecho subsequente:

Entre 1948 e 1952, adotávamos uma linha sectaria em relação aos dirigentes sindicais, taxando-os todos de 'pelegos' traidores, agentes do Ministério do Trabalho e etc; após a Resolução Sindical de nosso Comitê Central, melhoramos nossas relações com os dirigentes sindicais. Mas, ficou em nossas cabeças que relações amistosas com os dirigentes sindicais era o centro da luta contra o sectarismo. Não reduzamos, camaradas, o sectarismo a uma coisa simplista. O sectarismo criou todo um sistema de pensamentos, é a ideia de que os comunistas bastam a se mesmos, de que podem realizar sem as massas as suas tarefas de que só devemos trabalhar com os que tem simpatia por nós, de que nós somos os 'iluminados', os sabe-tudo frente às massas ignorantes e atrasadas; é o desprezo pela unidade que nos leva a quebrar lanças nas questões secundárias em prejuízo da unidade no fundamental.³⁹⁸ (Grifo nosso)

Uma das estratégias utilizadas para interromper a relação tensa entre comunistas e dirigentes sindicais, consistia na aproximação contígua e paulatina dos militantes do partido. Isto é, em vez de confrontar diretamente, a tática deveria consistir no estalecimento de relações próximas com vistas à unidade sindical, apesar das diferenças de posicionamento entre ambos: "Nosso dever é trabalhar de maneira abnegada e paciente, utilizando sempre a arma da persuasão. [...] Nossa posição no trabalho sindical é a de servidores da classe operária e que, para servi-las, precisamos nos colocar como lutadores intransigentes pela unidade e organização."³⁹⁹ Em entrevista, Anélio Marques relata as estratégias adotadas pelos

³⁹⁸ “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.p. 4.

³⁹⁹ “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de

militantes, para tentar influenciar as decisões e, sobretudo, se tornarem líderes sindicais. Durante o governo Dutra era proibida a participação de comunistas na direção dos sindicatos. Assim, Marques enquanto funcionário da mineradora Morro Velho, narra a estratégia para participar das eleições e ocultar a ligação com o partido. Segundo ele, diante do monitoramento e da proibição era necessário evitar a todo custo que outras pessoas soubessem da sua relação dos demais colegas de ofício com o partido. Além disso, os pecebistas sentavam separadamente na sala onde eram feitas as reuniões. Em suas palavras:

(...) Vai ter assembléia, vai escolher direito a comissão, que vai elaborar o estatuto, então vocês já vão preparados, e prepara alguém aí porque a Companhia vai mandar os seus elementos lá, para ser escolhido, para elaborar os estatutos. E isso é coisa importante do Sindicato. Então, quando teve assembléia estava tudo preparado. Fulano fica lá, já era mais ou menos uns seis, por aí. **Então fulano fica em tal lugar, cicrano em tal, espalhados na assembléia. E quando saiu o problema do estatuto, da comissão, um comunista levanta e fala. Comunista, mas lá ninguém sabia que a gente era comunista, não é? Era ilegal, não precisava, não tinha obrigação nenhuma de falar. Então, o sujeito de lá: "Eu proponho o fulano de tal". Aí, antes do outro sentar, o outro: "Eu proponho o fulano de tal".**⁴⁰⁰
(grifo nosso)

A entrevista de Anélio Marques também é importante para entender os posicionamentos políticos adotados pela agremiação durante as eleições para governador do estado, mas que não tiveram bom êxito. Na campanha eleitoral de 1946 o PCB mineiro optou por apoiar a candidatura de Milton Campos. À época os dirigentes estaduais esperaram que, ter uma boa relação com o político poderia ser útil como uma aliança para o partido. Ademais, o candidato opositor à Campos, Bias Fortes se recusou a realizar declarações públicas de apoio a manutenção da legalidade do PCB. Marques destaca que, posteriormente, acabou sendo um equívoco o apoio a Milton Campos. Vitorioso nas eleições, durante o seu mandato o governador contribuiu com a repressão à movimentos grevistas no estado. Além disso, quando o partido foi posto na ilegalidade, em 1947, e teve os mandatos de todos os eleitos cassados, o governador se recusou a tomar qualquer atitude favorável ao partido:

Chegou o Dutra [] governo, para mandar gente lá da... para o Rio ali, para fazer pressão no Tribunal, e o Milton Campos... O Milton era um homem muito direito e tudo, mas incapaz de... de tomar uma medida, uma posição

fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305p.04

⁴⁰⁰ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 19-20, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

que... Ele era contra a cassação, mas foi inca... nós não podemos sacar do Milton uma... uma declaração que ele era contra a cassação. Não, mais... [] Isso é coisa lá da Câmara dos Deputados. – “Bom, isso... se o senhor fosse deputado?” – “Bom, isso eu não sou.” - “Mas o senhor já foi” ... – “Bom, agora eu sou governador”. []⁴⁰¹

Sobre as dificuldades em atuar no sindicato e o papel do estado como inibidor dos movimentos dos trabalhadores Marques cita a ocasião em que, no ano de 1949, 51 trabalhadores da mina de Raposos, situada na cidade de Nova Lima, foram processados pelo Estado, acusados de sabotadores. A atuação dos trabalhadores da Morro Velho era importante, em vista disso, a referida empresa utilizou-se dos mecanismos jurídicos e do apoio do Estado para coibir e reprimir possíveis movimentos grevistas. Esse fato ocorreu durante o governo Milton Campos:

(...) anos depois, em 1949 - que nós vamos chegar lá - um dos capitães de mina, da mina de Raposos, foi posto na rua como sabotador da produção. Esse cara, que foi posto, foi posto junto comigo e mais quarenta e nove. São cinquenta e um trabalhadores, que houve um processo dirigido pelo Estado, promovido pelo Estado de Minas contra os trabalhadores da Morro Velho. **Quer dizer, o Estado se transformou em instrumento da Companhia de Morro Velho. (...) Nesse período, foi em 49, nós já tínhamos eleito quatro vereadores, vice-prefeito da cidade de Nova Lima, mais juiz de paz, que era um comerciante que tinha lá, e o movimento estava muito grande, até 49. Além de outras coisas, essa era a medida fundamental.** Era jogar o Estado, em vez de ser a Companhia, jogar o Estado contra os mineiros da Morro Velho. Nesse sentido, tiraram, fizeram um processo fácil, de cinquenta e um operários, sabotador da produção. No governo de Minas, por incrível, o Partido Comunista tinha apoiado esse governador⁴⁰². (grifo nosso)

No fragmento adiante, igualmente extraído da entrevista de Marques, identificamos que o Estado utilizou do argumento de que, além dos trabalhadores terem praticado sabotagem, receberam a alcunha de “subversivos” por supostamente estarem ligados ao PCB. No entanto, conforme Marques destaca em sua fala, entre os listados como comunistas havia muitos que não tinham ligações com a agremiação. Alguns faziam parte do Partido Trabalhista Brasileiro/PTD ou, inclusive não tinham nenhum vínculo partidário. Para ele, a ideia era transformar as lutas por melhores condições em algo associado à desordem, em práticas nocivas para a sociedade. O anticomunismo, isto é, depreciar a imagem do militante,

⁴⁰¹ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 21, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

⁴⁰² GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 21, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

seja ele ou não ligado ao PCB, foi uma estratégia comumente utilizada para coibir os movimentos. Ainda, conforme Marques, os comunistas eram bons trabalhadores, dependiam do ofício para manter suas famílias e demonstraram responsabilidade com o emprego. Sendo assim para justificar as demissões foi necessário depreciar a luta e acusar qualquer um que estivesse ligado a movimentos grevistas:

A Companhia de Morro Velho usou o Estado para um processo contra os operários de Nova Lima. Nesse processo, foram incluídos 51 operários. Fomos postos na rua como sabotadores da produção, e como comunistas. Agora, alguns deles não eram comunistas, eram elementos do PTB que davam um trabalho à gente muito grande, porque era um cara assim muito individualista, e eles queriam transformar determinadas lutas lá, contra a vontade da orientação do Partido. Quer dizer, isso deu margem a que eles então colocassem um, porque dá margem de mandar um comunista embora eles não tinham, porque os comunistas eram os homens - não é porque eu sou comunista - mas eram os melhores trabalhadores que tinha na Companhia de Morro Velho, os que mais cumpriam o dever.⁴⁰³

Marques relata que os trabalhadores recorreram à Justiça do Trabalho para evitar tanto o processo quanto as demissões. Mas, foi em vão. Além das demissões foi montado um esquema de repressão para retirar os funcionários do local de trabalho, inclusive com o envio de tropas do Batalhão da Polícia Militar de Belo Horizonte para a cidade de Nova Lima:

Eles colocaram 51 pais de família; desses 51, quatro eram aqueles caras que procuraram fazer greve branca em Nova Lima. Quer dizer, para colocar os 51 operários na rua, isso eu quero que fica bem claro; eu já coloquei mas vou repetir: para colocar esses 51 operários na rua, eles tiveram de transferir de Belo Horizonte para Nova Lima e Raposos, quase que o Batalhão inteiro da Cavalaria que existia aqui, para amedrontar o povo. Encheu Nova Lima de polícia, de "tira"; Nova Lima ficou cheia de tira, acintosamente, para amedrontar a massa, para evitar uma... um terror, foi um terror imenso na população⁴⁰⁴.

Apesar dos esforços no sentido de participar das decisões do sindicato dos mineiros, conforme o depoimento de Marques, não havia nenhum trabalhista ou comunista em seu comando que pudesse apoiar os trabalhadores demitidos. De modo geral não houve amparo do sindicato ao processo contra os 51 mineiros de Raposos:

⁴⁰³ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 05. p. 8, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

⁴⁰⁴ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 05. p. 6, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

O Sindicato, eu já disse e vou repetir: o Sindicato nosso, e eu sou fundador, um dos primeiros fundadores do Sindicato, as portas do Sindicato fecharam para os 51 operários. O Sindicato não deu nenhuma cobertura no começo, nenhuma cobertura de colocar advogado do Sindicato a favor dos 51; as portas foram fechadas. Mas a gente não é órfão, nós não éramos órfãos. Além de uma gente muito boa, nós tínhamos o Partido Comunista. Esse Partido nos ajudou.⁴⁰⁵

Os mineiros perderam o processo em Nova Lima, no entanto, Marques destaca o empenho do PCB. Membros do partido contactaram um advogado do Rio de Janeiro, Francisco Schermont, filho do senador Abel Schermont, que assumiu a defesa e recorreu à instância do Tribunal Regional do Trabalho/TRT em Belo Horizonte. Posteriormente, dada a repercussão quanto a falta de apoio, o sindicato dos mineradores de Nova Lima resolveu destacar um advogado para acompanhar o processo. Embora nenhum dos funcionários tenha sido reintegrado ao trabalho na mina de Raposos, os trabalhadores conseguiram obter seus direitos recisórios através das decisões finais no TRT da capital. Em entrevista, Marques ressalta que, apesar do entrave nas lutas e da repressão efetuada pela empresa a partir do uso e apoio do Estado, a vitória no processo em Belo Horizonte foi importante para demonstrar que o movimento dos trabalhadores estava vivo e não iria desistir. Aliás, os trabalhadores suspeitavam de corrupção entre os membros do Fórum de Nova Lima, responsáveis pelo julgamento do processo, dada a relação de proximidade de alguns indivíduos da Morro Velho com os mesmos.

Nós perdemos a causa em Nova Lima, mas ficou bem clara, a nossa atividade ficou clara para o nosso povo, para o povo de Nova Lima, que foi a maior barbaridade que o governo poderia cometer, o governo de Milton Campos. Foi desmascarado mesmo, desmascarado que estava a serviço da Companhia. Foi o processo mais vergonhoso que, me parece, já surgiu, já passou no Fórum de Nova Lima. Veio para cá. Nós perdemos lá porque o juiz era um sujeito que foi comprado. Ele chegou lá com um paletozinho curto, manguinha aqui, porque não tinha nem roupa para vestir. E quando ele saiu de lá, ele tinha feito uma casa para a amante aqui na Cachoeirinha. Eu vim aqui investigar a casa que ele estava fazendo para a amante na Cachoeirinha... Isso tudo nós pusemos na rua, então perdemos a causa lá. Aqui em Belo Horizonte, no Tribunal Regional do Trabalho nós fomos vitoriosos.⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 05. p. 6, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

⁴⁰⁶ GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 05. p. 8, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

Nas entrevistas consultadas durante a realização desta pesquisa não encontramos outros relatos de repressão durante o governo de Juscelino Kubitschek (1951-1955). Quando questionados sobre a atuação do estado durante o governo estadual de JK os relatos são de relativa liberdade. Apesar disso, em razão do partido estar na clandestinidade, o acervo do DOPS contém extenso quantitativo de relatórios de monitoramento aos movimentos dos trabalhadores em todo o estado nesse período. Ou seja, talvez os comunistas e trabalhistas não tivessem conhecimento, mas por trás da aparência democrática, paralizações e greves estavam sendo acompanhadas pelos agentes da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Sobre este período, Armando Ziller, que foi um dos principais dirigentes do PCB no estado no período do governo JK, afirmou que os pecebistas gozavam “(...) de uma certa liberdade, é, digamos, tolerada. Não tínhamos a legalidade do... o Partido não era legal, não era nada, mas nós tínhamos uma vida normal, política “normal.”⁴⁰⁷ Em contrapartida, o comunista Dimas Perrin aponta outros problemas enfrentados para efetuar a articulação junto a classe trabalhadora urbana. Ao lembrar que durante o período em que JK era governador do estado, os comunistas já haviam difundido o discurso com teor mais radical, concepção de que os membros do partido deveriam se preparar para a luta armada. Segundo ele, esta postura se tornou um entrave para a expansão do partido, pois isolou os pecebistas da população, que passou a ficar temerosa em, inclusive, de se relacionar com um indivíduo comunista. Tal postura apenas foi paulatinamente sendo revista e alterada, a partir de meados da década de 1950, e percebida quando JK estava na presidência da República. Conforme apresentamos nos fragmentos adiante:

[sobre a postura radical] Isso nos prejudicou muito. Nos isolou do povo. Então aí, a gente teve que aprender isso, você isolar do povo não vale nada. Então ficamos isolados, o povo, não é que o povo estivesse contra nós, não. O povo tinha até às vezes vontade de derrubar o governo, porque a situação [], o povo tinha era medo de andar atrás da gente: “*Eu vou andar atrás desse cara, ele leva um tiro aí, eu levo também outro tiro*”⁴⁰⁸.

(...)

O Juscelino, na Presidência, mudou a situação, uma atenção do Brasil mais e aquilo tudo, fazendo [] muito trabalho. Porque mudou muita coisa, porque a correlação de forças era outra. O partido começou também a mudar, a linha do partido também começou a modificar. O partido estava numa linha, ainda então Juscelino Governador, o partido ainda estava numa linha de luta

⁴⁰⁷ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. 1985. Fita 04, p.06. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>> acesso em 2015.

⁴⁰⁸PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p.10, 1995. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

armada, de preparação para a luta armada. Então nessa ocasião, ele já começou a compreender que esse era o caminho errado, que ele não tinha condições naquele momento de fazer isso. Aí ele começou a voltar para os sindicatos, as organizações comunitárias, ele começou a reorganizar tudo isso, voltar a ter entendimentos políticos.⁴⁰⁹

O comunista Arthur Dianini ao ser questionado sobre o panorama de greves e participação dos pecebistas nos movimentos trabalhistas durante o governo JK, deu enfoque em sua resposta a sua atuação no período em que foi presidente. O mesmo afirmou que, dada a postura democrática, embora a agremiação estivesse na clandestinidade não houve perseguições abertas. Assim como Ziller, Dianini entende como postura “democrata” a concepção de que embora o PCB estivesse impedido de participar das disputas eleitorais, seus militantes não eram presos e perseguidos. Podiam exercer as demais atividades do partido conforme eles definem como “certa liberdade”. No entanto, é importante ponderar o exemplo das greves na mineradora Morro Velho nos anos de 1950 e 1951, quando JK era governador do estado, aparato policial foi liberado para reprimir greves realizadas pelos mineiros. Situações nesse sentido também foram vivenciadas pelos ferroviários que foram monitorados pela polícia militar e pelos agentes do DOPS em suas atividades ao longo da década de 1950. Apesar disso, Dianini, cita que durante os anos em que JK foi presidente as atividades de distribuição dos jornais e materiais de propaganda do partido entre os trabalhadores foi mantida e feita normalmente:

Então como Juscelino era democrata, foi um governo que não houve perseguição ao Partido, o Jango também não houve perseguição ao Partido. Quer dizer, eles faziam vista escura, e nós como trabalhava com o público, então nós trabalhava quase que abertamente. Eu por exemplo, vendi muito jornal na feira, para os companheiros do serviço de bonde, que era o “*Jornal do Povo*”.⁴¹⁰

Não obstante, ao consultar outros depoimentos foi possível identificar que, as dificuldades enfrentadas pelos pecebistas não estavam restritas a interferência do estado, repressão policial e a clandestinidade. A atuação de membros do partido nos movimentos junto com os demais trabalhadores nem sempre foi aceita. Além disso, houveram situações em que greves foram deflagradas e a perseguição foi feita pelos próprios colegas de trabalho que não concordavam com a paralisação. Arthur Dianini citou como exemplo dessa situação uma greve, que foi realizada pelos trabalhadores de bonde da capital no ano de 1949. Durante

⁴⁰⁹ PERRIN, Dimas. Op. Cit. p.10.

⁴¹⁰ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01, p.15. 1992. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

a greve o chefe de tráfego, no começo da paralização, passou a perseguir e hostilizar alguns participantes.

Tivemos duas paralisações. Uma foi por aumento de salário, aquela foi o seguinte, além de nós pararmos os bondes, ainda conseguimos trazer outros sindicatos para fazer a solidariedade com a nossa luta, porque a luta é de aumento de salário. [a greve] Afetava porque não tinha outro transporte. Mais os passageiros andava à pé, em homenagem a nossa luta, os passageiros andava tudo à pé. Tinha um, tinha um elemento aí que quis perseguir, mais não conseguiu não. Quando viu que não adiantava, ele não perseguiu. (...) Ele era, passou a ser o chefe do tráfego, quando o que era chefe do tráfego aposentou, passou para o lugar dele.⁴¹¹

A fim de evitar esse tipo de problema, os dirigentes recomendavam que os trabalhadores que eram vinculados ao partido procurassem estabelecer relações mais cordiais no sindicato e no cotidiano das empresas e fábricas. Em documentos que abordam o cotidiano da militância nos sindicatos, os relatos das dificuldades são acompanhados de instruções sobre quais esforços deveriam ser adotados. A orientação para mudança de postura dos pecebistas nas relações com os trabalhadores, que de acordo com os relatos, em alguns casos beirava a arrogância da parte dos comunistas, foi significativa para impulsionar a participação nas decisões do sindicato. Ademais, contribuiu para que os pecebistas pudessem criar sindicatos em empresas e categorias nas quais não havia órgãos de representação. Esta foi a situação vivenciada pelos comunistas que atuavam no trecho da estrada de ferro que ligava Minas Gerais a Bahia que, após a mudança de postura junto aos companheiros de ofício que não eram ligados ao partido, conseguiram organizar as assembleias realizadas com os trabalhadores. Foi também em meio a uma conjuntura semelhante que os comunistas que agiam entre os trabalhadores do distrito de Pedra Corrida conseguiram criar um sindicato, conforme podemos acompanhar nos trechos seguintes:

Os camaradas de T. Otoni, um particularmente, viviam afirmando que a massa da Baía-Minas não queria nada, não comparecia às assembleias, que era impossível organizá-los e outras coisas que tais. No entanto, assim que os camaradas foram mais modestos, que ao invés de ficarem esbravejando contra as massas, levantaram a reivindicação de pagamento dos atrasados aos provisórios, a massa mostrou que quer alguma coisa, as assembleias ficaram concorridas, os camaradas foram desmentidos pela própria vida.

[...]

Os camaradas do antigo C.Z do Vale do Rio Doce, diziam que era impossível criar o Sindicato entre os camponeses de P. Corrida, porque ele faziam confusão entre Partido e Sindicato e que, assim, não daria certo. No entanto, o C.R achou justo criar o Sindicato, impulsionou o trabalho nesse

⁴¹¹ DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01, p.27, 1992. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

sentido e o resultado esta aí, estás o sindicato se desenvolveu rapidamente, os companheiros de P. Corrida estão fazendo o trabalho de maneira justa, a vida está desmentindo aqueles que se julgavam os únicos possuidores do segredo de fazer o Partido funcionar junto com o Sindicato em P. Corrida.⁴¹²

De acordo com a leitura dos fragmentos anteriores, podemos inferir que o discurso dos dirigentes do PCB, por meio das deliberações do Comitê Regional, desejava demonstrar que o papel dos militantes comunistas era organizar as massas trabalhadoras em sindicatos para que essas pudessem alcançar melhores condições. A articulação entre os trabalhadores e membros do PCB era considerada como condição indispensável para que os comunistas pudessem alçar a alcunha de partido de grandes massas. Em outras palavras, de acordo com as orientações, era necessário que cada membro tivesse inteira disponibilidade para interagir com as massas a fim de: "uni-las e organizá-las, elevando sua consciência até a compreensão dos objetivos do Programa do Partido que é a liberdade do povo brasileiro."⁴¹³ Elevar a consciência, para os comunistas, significa levar aos trabalhadores os conhecimentos relativos à ideologia socialista e comunista.

Não obstante, para eles a revolução brasileira deveria ser articulada com os trabalhadores não por uma questão meramente estratégica, mas em função dos princípios ideológicos. Ou seja, para o PCB, a classe trabalhadora é quem deveria dirigir a revolução brasileira, mas, para isso era preciso que ela estivesse unida e coesa em seus objetivos. Importante salientar que a unidade que o partido almejava para a classe operária referia-se à profícua articulação entre a classe trabalhadora e o Partido Comunista, comandando-a e conduzindo-a. Para isso, os dirigentes enfatizavam que era preciso que ambos estivessem em plena sintonia, tanto em torno da definição das reivindicações em um primeiro momento, quanto na aplicabilidade das ações de luta em um segundo momento.

No decurso deste capítulo, analisamos alguns exemplos em que esta articulação foi profícua. Destacamos que a presença dos comunistas foi fundamental para que os trabalhadores pudessem estabelecer seus objetivos reivindicatórios e organização sindical. Contudo, houve situações em que os esforços em promover a articulação não foram suficientes, sobretudo, em razão da falta de percepção dos reais anseios dos trabalhadores. Uma das orientações para realização do trabalho de articulação no meio operário consistia na análise da realidade dos trabalhadores, ou seja, identificar, compreender e absorver seus

⁴¹² "Discussão sobre a situação sindical". Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.5-6. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305.p. 4.

⁴¹³ "Discussão sobre a situação sindical". *Op. Cit.* p. 05.

anseios a fim de integrá-los na dinâmica da interação do partido. A falta de percepção, ou seja, de leitura da realidade dos trabalhadores, resultou na ineficiência das ações de infiltração em algumas empresas do estado. Na Serraria Santa Helena, empresa situada na cidade de Teófilo Otoni, funcionários realizaram uma greve em 1955 com a participação de apenas 19 trabalhadores. A greve além de desarticulada, com pouco adeptos não surtiu o efeito esperado. Em documento, o partido realizou uma autocrítica a respeito do fracasso dessa greve em função da pouca adesão quantitativa dos trabalhadores e também da desorganização:

Nesta greve ficou patenteada a nossa inabilidade como organizadores da ações da classe operária, nossa pouca preocupação com esse aspecto de nosso trabalho sindical. Os 19 operários que lutavam pelo pagamento do salário mínimo, foram levados à greve de maneira irresponsável, aventureira mesmo.⁴¹⁴

Em sua autocrítica sobre este caso, o partido revelou ainda que faltava aos seus membros o desenvolvimento de articulações junto a outros trabalhadores de outras serrarias na cidade de Teófilo Otoni. Dessa forma, além da ampliação do número de adeptos, ocorreria a unificação da demanda pelo salário mínimo, pois, de acordo com o documento, em Teófilo Otoni, poucas eram as empresas que cumpriam com as determinações da CLT e executavam as notificações emitidas pelo Ministério do Trabalho que expressava a necessidade em pagar salário mínimo a todos os trabalhadores. Situação semelhante foi vivenciado pelos trabalhadores de uma Serraria no distrito de Cuieté, próximo a Conselheiro Pena, que realizaram uma greve⁴¹⁵. Estimulados a reivindicarem o pagamento do salário mínimo, quarenta trabalhadores realizaram movimento de greve. A ausência de preparo resultou na demissão dos líderes do movimento:

Foi um movimento feito sem a mínima preparação, na base de agitação apenas, sem qualquer medida de organização. E o resultado foi fracasso parcial do movimento com a dispensa dos melhores lutadores. Por nossa culpa, levamos a classe operária pequena, mas destemida de Cuieté a dar um exemplo de falta de organização ao povo daquele distrito, o que muito pouco contribue para que a classe operária ganhe perante as massas a autoridade de dirigente política da luta revolucionária do nosso povo⁴¹⁶.

⁴¹⁴ “Discussão sobre a situação sindical”. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305p.08

⁴¹⁵ O documento não traz informação precisa a respeito do ano de realização da greve dos trabalhadores da Serraria de Cuieté. O documento consultado foi elaborado em fevereiro de 1955. Como os Comitês Regionais elaboravam relatórios periodicamente, esta greve pode ter sido realizada entre o ano de 1954 e 1955.

⁴¹⁶ Discussão sobre a situação sindical. Elaborado pela secretaria do comitê regional. (de acordo com as informações do documento, o mesmo pode ter sido elaborado pela secretaria do PCB de Belo Horizonte.) 27 de fevereiro de 1955. p.03. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90ESIACP305 p.09

O que intentamos demonstrar através dos relatos de insucesso e dificuldade das ações de interação entre os militantes pecebistas e trabalhadores, é que a articulação foi um processo de avanços e recuos. Nem sempre as estratégias traçadas obtiveram os resultados esperados. Houve êxitos e erros na implementação das ações previstas pelo Programa do Partido Comunista relativos à necessidade de expansão das ações da agremiação junto às classes trabalhadoras. Através da análise das fontes compreendemos que a interação não foi uma tarefa homogênea, houve dificuldades referentes às ações de “conquistar” a adesão dos trabalhadores, a realização das tarefas de doutrinação dos preceitos ideológicos e, inclusive, existiram entraves relacionais. Compreendemos que mesmo essas dificuldades foram importantes para o amadurecimento dos militantes no projeto de conduzir as lutas e ações dos trabalhadores.

Neste capítulo, apresentamos sobremaneira o PCB na prática. Para isso, selecionamos casos que exemplificam as estratégias empregadas pelos comunistas para realizarem o processo de articulação com as classes trabalhadoras. Uma das táticas utilizadas consistiu na orientação para que membros do partido fossem inseridos como funcionários regulares de indústrias e empresas. Feita esta inserção, a partir das relações cotidianas, os pecebistas deveriam igualmente contribuir para a criação de instâncias de representação, tais como sindicatos e associações ou, participar das decisões nestes espaços. Esta estratégia era fundamental para o objetivo dos pecebistas de orientar e participar da condução das ações dos trabalhadores em prol da transformação social. Ainda, por meio da relação contígua, deveriam estimular os trabalhadores a reivindicarem o cumprimento dos seus direitos e a pressionarem os patrões a satisfazerem suas demandas. Para estabelecer essa relação, o uso de impressos, como jornais e panfletos, foi fundamental para o contato e orientação dos trabalhos. Estas estratégias, que foram aplicadas pelos comunistas com vistas à articulação das suas ações junto às classes trabalhadoras, tinham como objetivo central a ampliação do número de filiados ao partido. A meta era ampliar a relevância e projeção estadual e, por conseguinte nacional, entre as massas trabalhadoras urbanas de variadas categorias, no intuito de se fortalecer e engrossar as lutas pela conquista da legalidade política. Ao mesmo tempo, os pecebistas consideravam que era o PCB o único partido que tinha condições de promover a transformação social a partir da orientação e condução das massas.

Analizamos alguns casos de interação entre comunistas e trabalhadores em Minas Gerais, na década de 1950, nos quais utilizamos dois critérios para a seleção dos casos. O primeiro deles refere-se à disponibilidade de fontes que permitiram acompanhar o processo de articulação e as ações realizadas com este intento. O segundo critério consistiu no interesse em examinar como foi feita as ações em distintos segmentos profissionais. Membros do partido procuraram integrar entre as organizações oficiais seja nos cargos de liderança, seja entre os trabalhadores comuns e não apenas em organizações paralelas.

As regiões cuja articulação entre as camadas trabalhadoras urbanas foi mais intensa no caso mineiro, nas décadas de 1950 a 1960 foram as localidades situadas no centro do estado, incluindo a capital, e as regiões sul e zona da mata. Não por acaso, tratam-se de regiões com forte desempenho econômico no estado e relevantes em setores relativos à siderurgia, mineração, metalurgias e indústrias diversificadas. Por também concentrar maior número de trabalhadores no estado, esses segmentos econômicos igualmente foram de destaque na introdução de trabalhadores comunistas. O processo de interação teve como mote não apenas a mera interação entre membro do partido e trabalhadores, mas, como já foi dito, deveria resultar na conseqüente transformação do trabalhador em membro filiado ao PCB. Dessa forma, a integração de novos militantes também deveria ser resultado dessa articulação.

Nesse sentido, a fim de investigar como a interação entre comunistas e trabalhadores foi realizada e quais os reflexos desta ação, analisamos a ocorrência de greves nas cidades de Belo Horizonte, Nova Lima, Sete Lagoas, Cristiano Ottoni, Corinto, Raposos e Conselheiro Lafaiete. A interferência dos comunistas no interior do estado foi examinada a partir do exemplo da participação destes nas diligências sindicais dos trabalhadores metalúrgicos na cidade de João Monlevade e, por meio de algumas experiências dos pecebistas entre os trabalhadores das cidades de Ouro Preto e Mariana.

Trabalhadores comunistas enquanto funcionários de indústrias e empresas, idealizaram, estimularam e concretizaram greves e, através dessas ações motivaram trabalhadores de distintos segmentos a reivindicarem melhorias nas condições de trabalho e salário. Para os comunistas, a interação realizada com os demais trabalhadores tinha como finalidade promover o fortalecimento da consciência de classe por meio do estímulo e prática da luta coletiva. A aliança entre comunistas e trabalhadores era considerada como ação indispensável não apenas para que o PCB pudesse se tornar um partido de grandes massas, mas, sobretudo, para que o partido realizasse a revolução social no país. Para que a revolução se concretizasse, era necessário que as classes trabalhadoras estivessem organizadas e bem

orientadas. Para o PCB, estar “bem orientado” significava que os trabalhadores deveriam ser guiados pelas concepções da agremiação.

Por meio dos exemplos selecionados, foi possível verificar que a demanda cardinal da década de 1950, esteve relacionada à conquista do abono de natal e ao aumento de salário. A articulação entre os proletários comunistas e demais trabalhadores que não tinham vínculo com o partido foi feita a partir da adesão dessas demandas como demandas próprias do PCB. Foi assim que os trabalhadores corroboraram e compactuaram com o discurso e as práticas do partido e, dessa forma, permitiram a participação dos membros do PCB na organização e realização de greves e paralisações.

Não obstante, o processo foi paulatino e enfrentou uma série de dificuldades. Mediante as fontes consultadas, sobretudo documentos partidários, verificamos que os dirigentes estaduais realizaram uma autocrítica em torno dos trabalhos efetuados no transcorrer da década de 1950. Nesses documentos entendemos a visão que os comunistas tinham em torno dos empecilhos que prejudicavam a realização da articulação. Os obstáculos para a articulação estiveram relacionados ao “sectarismo” e também aos problemas relacionais dos membros do partido com os trabalhadores comuns. A identificação dos entraves foi fundamental para que os dirigentes pudessem elaborar orientações estratégicas a respeito da maneira pela qual os filiados deveriam exercer suas funções no intuito de rescindir os empecilhos para a articulação.

Um dos entraves vivenciados pelos comunistas era a resistência do trabalhador em compreender a necessidade de formação ideológica para vir a se tornar um membro do partido e até mesmo para participar de maneira ativa nas reuniões e assembleias nos sindicatos. As fontes analisadas revelaram que, muito embora, os trabalhadores tivessem significativo interesse em lutar pelos seus direitos, paradoxalmente não tinham a mesma estima em realizar as leituras indicadas pelos preceptores comunistas. Além disso, alguns trabalhadores meramente não estavam interessados em participar da militância e apenas frequentavam os espaços de representação a fim de conseguir algum benefício assistencial, sem quaisquer interesses em se envolverem com as lutas. Eram apenas trabalhadores desejosos de se manter vinculados a um labor. Em contrapartida, alguns membros do partido, na ânsia pelo aumento do número de militantes, davam maior enfoque as atividades assistenciais do sindicato, relegando para segundo plano as demandas reivindicativas. Tal postura foi condenada pelos dirigentes. Em suma, neste capítulo almejamos examinar algumas experiências dos comunistas entre os trabalhadores. O nosso olhar investigativo procurou destacar o processo não apenas em seus êxitos, mas nas suas demandas, interesses e dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese analisamos as estratégias utilizadas pelo Partido Comunista Brasileiro para estabelecer sua interação junto às massas trabalhadoras urbanas no estado de Minas Gerais, entre os anos de 1945 a 1964. A nossa principal hipótese esteve circunscrita ao entendimento de que, apesar da maior parte da sua trajetória ter sido na clandestinidade, o partido buscou alternativas para se manter “vivo”. No recorte temporal determinado para este estudo (1945-1964) em apenas dois anos o PCB pôde participar das disputas eleitorais (1945-1947). Além da clandestinidade, os comunistas estiveram a mercê do monitoramento feito pelos agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, resultado, sobretudo, do anticomunismo presente no país.

No Brasil os comunistas optaram pela inserção nas instâncias liberais como alternativa para chegar ao poder. Assim como qualquer instituição partidária, o PCB atuou no sentido de obter a legalidade e eleger representantes. No entanto, devido a sua constituição ideológica, não possuía como único objetivo a participação nas disputas eleitorais. Isso porque, historicamente, os comunistas se auto intitulavam como o único segmento capaz de representar e conduzir as classes trabalhadoras na luta pela transformação social mediante a substituição do sistema capitalista pelo socialismo. Dessa forma, não foi apenas nas instâncias liberais que os pecebistas exerceram o poder, mas, sobretudo nos espaços ocupados pelas massas trabalhadoras. Ao compreender que a transformação social somente aconteceria a partir do momento em que o operariado constituísse a sua consciência de classe, os pecebistas almejavam participar das suas lutas a fim de mobilizá-los em torno da causa socialista. Assim, o poder da agremiação também foi exercido cotidianamente junto ao operariado em sindicatos, empresas e indústrias e não apenas nas instâncias partidárias (células e sedes do partido, por exemplo). Nesses espaços de socialização os comunistas procuraram criar estratégias para se manterem “vivos” apesar da clandestinidade e da repressão. Por isso, examinar a atuação do PCB perpassou a necessidade de ir além da sua performance na política. Em razão da importância que a ideologia socialista exerceu na constituição da agremiação, também foi fundamental na condução deste estudo examinar as táticas junto à classe trabalhadora e as consequências dessa relação.

Para os pecebistas a experiência cotidiana com o proletariado era a base que constituía a facção. Os trabalhadores vinculados ao partido, denominados como militantes, eram imbuídos da responsabilidade de realizar as atividades de “agitação” e “propaganda”. Estas tarefas consistiam em tentar integrar os trabalhadores que não tinham vínculos

ideológicos ou interesses políticos à dinâmica do PCB. Ao articular suas ações junto ao proletariado, o partido esperava fortalecer os movimentos e as lutas pela melhoria das condições de trabalho e por fim unir as massas em prol de uma futura revolução socialista.

Sobre este aspecto, de acordo com os documentos do PCB consultados para a realização deste estudo, a construção de uma agremiação revolucionária se daria a partir do poder político exercido pelos trabalhadores e segmentos interessados na constituição de uma sociedade socialista. Mesmo sob uma conjuntura desfavorável o partido não deixou de atuar, esteve atuante em meio ao proletariado nacional. Com o objetivo de examinar quais foram as estratégias e ações adotadas pelos pecebistas para se manterem “vivos” concentramos nosso estudo no caso mineiro.⁴¹⁷

A escolha por Minas Gerais como foco para desenvolvimento desta proposta justifica-se pela diversidade e qualidade das fontes identificadas, porém ainda pouco exploradas em pesquisas historiográficas, a exemplo dos documentos do acervo do DOPS mineiro. Ademais, farta parcela das produções que se dedicam ao exame do PCB e sua articulação com os trabalhadores estão voltados para o âmbito nacional, e, sobretudo, como o eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Nesse sentido, esta tese contribui para a difusão de estudos voltados a compreensão dos movimentos sociais protagonizados pelos trabalhadores no estado de Minas Gerais e pelos integrantes do Partido Comunista Brasileiro. Apesar desta pesquisa não ter tido a pretensão de realizar um exame profundo sobre a história do PCB mineiro, por meio da farta documentação consultada foi possível compreender como se deu as suas pioneiras experiências, bem como a trajetória correspondente ao processo de estruturação nas terras mineiras.

No intuito de contextualizar o nosso objeto de estudo, apresentamos no primeiro capítulo marcos do percurso histórico do PCB em âmbito nacional e, posteriormente estadual. Ao longo desse processo nos dedicamos a discussão sobre as produções historiográficas existentes que possuem enfoque na trajetória do partido e a sua relação com as classes trabalhadoras urbanas. Assim, apresentamos nossa base argumentativa bem como o viés historiográfico ao qual este estudo integra. Compreendemos que a perspectiva da nossa proposta está associada aos estudos voltados aos campos da História Política e História Social. À medida que compreendemos o exercício do poder para além das instâncias liberais, mas também no cotidiano das relações de classe, enfocamos nossas análises nas concepções

⁴¹⁷ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Manual de Organização Partidária**. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

apregoadas pela história “vista de baixo”. Isto é, nosso olhar se concentrou nos sujeitos comuns que protagonizaram as lutas nos movimentos dos trabalhadores.

Em âmbito estadual são poucas as produções que se dedicaram ao exame do PCB, à exemplo dos estudos produzidos pelas historiadoras Raquel Aparecida Pereira,⁴¹⁸ Idalice Ribeiro Silva Lima⁴¹⁹ e Rosângela Aparecida Abreu⁴²⁰. A existência de poucos trabalhos sobre o PCB mineiro nos impôs um importante desafio. Para compreender quais e como foram constituídas as estratégias para promover a articulação junto aos trabalhadores urbanos foi necessário examinar como estava disposta a estrutura organizacional do partido e quais eram as concepções teóricas que determinavam a condução das suas práticas.

Dessa forma, no segundo capítulo deste estudo identificamos a disposição da estrutura orgânica, a linha política adotada e, por conseguinte mapeamos o raio de atuação da agremiação no estado de Minas Gerais, no período correspondente aos anos de 1945 a 1960. Nesse ínterim identificamos as dificuldades para a consolidação da agremiação, com destaque para a constante presença do anticomunismo e para as dificuldades impostas pela clandestinidade. No decorrer desse processo foi possível localizar quais eram as áreas de maior atividade quando se tratou da interação dos pecebistas junto à classe trabalhadora urbana.

Cumpramos ressaltar que, compreendemos que era importante entender o partido em seu viés teórico para em seguida averiguar como se deu suas ações na prática. Sobre este aspecto, analisamos a influência de eventos importantes para o PCB em âmbito nacional, tais como o IV e V Congressos na realização da reestruturação política e seus impactos na dinâmica estadual. Por meio dos dados compilados concluímos que em relação às ações desenvolvidas no perímetro urbano no estado, o PCB concentrou sua atenção nas regiões com maior desenvolvimento industrial e econômico. No período correspondente aos anos de 1945 a 1964 a agremiação dedicou maior ênfase nas regiões Central, Sul e Zona da Mata e nas cidades por onde circulava a Estrada de Ferro Central do Brasil (ver Figura 6 e Figura 7)⁴²¹. Não por acaso foram localidades onde o setor público e o setor privado conferiu maior investimento nas áreas de energia e criação de indústrias e empresas. As demais regiões do estado não deixaram de receber atenção dos pecebistas, todavia, o olhar se intensificou para as cidades com maior número de trabalhadores.

⁴¹⁸ PEREIRA. 2007. op.cit.

⁴¹⁹ LIMA. 2000. op.cit.

⁴²⁰ ABREU. 2006. op. cit.

⁴²¹ Páginas 165 e 168 respectivamente.

Após esse momento da pesquisa analisamos alguns casos que exemplificaram o trabalho efetivo entre as massas trabalhadoras. Seleccionamos exemplos ligados a interação dos pecebistas tanto no interior quanto na capital do estado. Nosso objetivo esteve circunscrito a percepção da diversidade das estratégias utilizadas pelo partido para articular e se aproximar de trabalhadores sem vínculo ideológico. Ao longo do processo de consolidação das ações do PCB nas terras mineiras, os militantes procuraram absorver as demandas gerais do proletariado como causa própria do partido. Esperava-se que mediante este processo o proletariado que não possuía vínculo ideológico se sentisse representado pelo partido. A estratégia principal era senão estreitar a relação dos militantes com os demais trabalhadores nos espaços onde eram definidos os interesses profissionais e as lutas por melhores condições. Até meados da década de 1940 os pecebistas realizaram as atividades de “agitação” e “propaganda” voltadas para trazer para o interior das organizações partidárias simpatizantes e, posteriormente torná-los militantes oficiais. Na medida em que era realizado o processo de reestruturação tanto da linha política quanto da própria estrutura orgânica, os dirigentes consideravam que as atividades voltadas ao crescimento de militantes deveria ser realizado principalmente nos espaços de sociabilidade das classes trabalhadoras, isto é, os sindicatos e comissões de fábrica. Este tipo de trabalho já era desenvolvido pelo PCB, no entanto, observamos, por meio dos registros examinados, que foi intensificado a partir de 1945, quando retoma a legalidade política. A partir desse período passou a ser estimulada a ampliação de células existentes não somente nas instâncias de representação das massas trabalhadoras oficiais (como sindicatos e comissões), como também em bairros e entre segmentos variados da sociedade. Dentre as táticas utilizadas para estreitar a relação, além das células, os comunistas buscaram criar formas de difusão de informações, tais como a partir da distribuição de panfletos e jornais. Além disso, no interior dos sindicatos, trabalhadores ligados ao partido procuraram exercer papéis de liderança em assembleias e se esforçaram para ocupar cargos de comando. Mesmo quando não conseguiram liderar os sindicatos os trabalhadores comunistas procuraram participar ativamente da dinâmica sindical.

Em âmbito nacional, quando foi relegado novamente à clandestinidade (1947) durante o governo Dutra (1946-1951) e proibido de participar da direção dos sindicatos, os trabalhadores comunistas optaram pela criação de comissões paralelas para prosseguirem as atividades nos movimentos trabalhistas. Em Minas Gerais, apesar da proibição os pecebistas não deixaram de participar das deliberações sindicais, e ainda criaram várias comissões. Nesse ínterim, junto com os demais trabalhadores protagonizaram greves importantes, a exemplo dos movimentos pelo abono de natal conduzidos pelos mineiros da Mina de Morro

Velho e das greves dos carris e eletricitários em Belo Horizonte, ambos em 1950, analisadas no quarto capítulo. No intuito de compreender como se deu as ações do PCB na prática analisamos movimentos grevistas que eclodiram em várias cidades mineiras nos primeiros anos da década de 1950.

Ademais, no decurso deste estudo não nos concentramos em entender apenas como se processou a dinâmica de interação e as contribuições para os movimentos dos trabalhadores. Com o mesmo empenho procuramos investigar as relações de resistência quanto ao envolvimento de membros do PCB na dinâmica de lutas dos trabalhadores, suas dificuldades e deficiências resultantes desse processo. Dessa forma, examinamos exemplos em que membros do PCB mineiro contribuíram para a transformação da classe operária assim como elencamos algumas situações em que pecebistas vivenciaram situações em que os demais trabalhadores foram resistentes em interagir com os membros da agremiação. No decorrer deste estudo, compreendemos que a interação entre trabalhadores comunistas junto àqueles que não tinham qualquer ligação com o partido não foi homogênea e, quando aceita foi importante para ambos os lados. Houve situações em que muitos trabalhadores não concordavam com a participação de comunistas nos movimentos e na dinâmica cotidiana. No entanto, quando a atuação dos membros do partido era aceita a agremiação vislumbrava a possibilidade de ampliar o número de adeptos e fortalecer um possível levante em prol da transformação da sociedade capitalista em socialista. Os trabalhadores sem vínculo ideológico, por outro lado, usufruíam do conhecimento sobre a organização de comissões e sindicatos, o que fortalecia seus movimentos. Como vimos ao longo do quarto capítulo, muitos viam nos membros do PCB como sujeitos que poderiam auxiliar e orientar nas reivindicações sobre as melhorias das condições de trabalho. Dessa forma, compreendemos que o processo de interação foi importante para ambos os lados, muito embora não tenha sido homogêneo.

Posto dessa forma, acreditamos que esta tese contribui para o alargamento não apenas dos estudos acerca da história e atuação do PCB mineiro, mas também da própria história de lutas classe trabalhadora, à medida em que identificamos a natureza das suas reivindicações, suas estratégias e práticas. Entender como se processou a dinâmica social e histórica de um partido de esquerda e dos trabalhadores, é fundamental, haja vista que, tais pesquisas contribuem para a difusão sobre a importância dos movimentos sociais para a melhoria das condições de vida da sociedade. Conhecer a história do nosso país é primoroso, sobremaneira, no contexto contemporâneo em que nossa sociedade carece de valorizar as conquistas que foram arduamente alcançadas por meio de inúmeras lutas.

FONTES

Acervos documentais:

MINEIRO, Arquivo Público. Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php> >

NACIONAL, Arquivo Nacional. Documentação do Inventário Coleção Informante do Regime Militar. Disponível em: < <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/Informante%20do%20regime%20militar.pdf> >

Núcleo de História Oral vinculado ao Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas> > acesso em 2015-2016.

Entrevistas

DIANINI, Arthur. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. 1992. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

GREGO, HELENA. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. 1995. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015

GUIMARÃES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

OLIVEIRA, José Henrique. **Entrevista realizada Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. 1992. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01. p.16, 1995. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 18 out. 2015.

PIMENTA, José Dazinho. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG.** Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. 1995. Disponível em:

<<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos., 1985. Arquivo Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015

Jornal

Acervo Hemeroteca Digital

Imprensa Popular (1951-1958)

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. Partido Comunista Brasileiro. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.1-31. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2016.

ABREU, Rosângela Pereira. **DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)** 2006. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006, p.30.

AQUINO, Maria Aparecida: **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1967-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência**. O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. REMOND, René. (org) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BRASIL, Constituição de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm > acesso em agosto de 2017.

BRASIL, **Lei de Segurança Nacional**. Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 publicada durante a vigência do governo Vargas define crimes contra a ordem política e social. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral. **Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, que definiu o cancelamento do registro do PCB**. Rio de Janeiro, 1947a. Disponível em:

<<http://www.tre-sp.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/view>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BRASIL. Decreto N. 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9070.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 3 fev. 2015.

BRASIL. Lei n.974, de 17 de dezembro de 1949. Concede abono de natal aos servidores da União. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17 dez. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0974.htm>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 1.802 de 5 de janeiro 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro. 7 jan. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm>. Acesso em: 2 de jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. **Minas Gerais: Crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da região**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002. Diamantina. Sessão Temática XIII – Mobilidade Espacial e Urbanização. **Anais...** Diamantina: CEDEPLAR/UFMG. Disponível em: <<http://www.cedeplar.face.ufmg.br/diamantina2002/textos/D56.PDF>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

BUONICORE, Augusto César. **Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

CALVACANTI, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UFF, 1986. (Tempo brasileiro).

CARONE, Edgar (Org). **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p.130-135.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro, 1982.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo 1943-1953**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história, historiografia. **Tempo**, n. 28, p.123-143, 2009.

DELGADO, Márcio. **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa (1949-1964). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Juiz de Fora, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1983.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2. 2003b.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003a.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**. v. 5, n.10, p. 265-271. 1992.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FUCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros**: organização e função política. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Movimento Operário**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoOperario>>. Acesso em: 3 marc. 2016.

GARCIA, Fernando Coutinho. A lei de ferro da oligarquia e o discurso da participação. **Revista de Administração de Empresas**. v.28, n.2, São Paulo, Abr./Jun, p.55-58, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901988000200007>. Acesso em: 1 mai. 2017.

GOMES, Ângela de Castro (Org). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Revista Estudos Históricos**. v.9, n.17, p.59-84. 1996.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. História Operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 a Constituição de 1988**. São Paulo: Boi Tempo, 2004

LIMA, Idalice Ribeiro Silva. **"Flores do Mal" na "Cidade Jardim": comunismo e anticomunismo em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Edgalt, 1962. LINHARES, Hermínio. **Memórias de um exilado**. São Paulo: s.n, 1977.

MAHAFOUD, Miguel; SHIMIDT, Maria Luíza Sandoval. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v.4, p.288. 1993.

MARANHÃO, Ricardo. As greves de 1948 a 1950. In: **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil: Rio de Janeiro (1955/1988)**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Fapesp, 2002.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEGRO, Luigi Antônio; SILVA, Sérgio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

PANDOLFI, Dulci. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.** Rio de Janeiro, 1995, p.51.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **A estratégia e a tática do PCB.** Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/estrategia.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB. 7 a 11 de novembro de 1954. Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. **Problemas:** revista mensal de cultura política. n.64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/cap02.htm#ii4>>. Acesso em: 11 set. 2014.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB. 7 a 11 de novembro de 1954. Aprovados por unanimidade os Informes de Prestes, Arruda e Amazonas — O Programa e os Estatutos do P.C.B. aprovados em meio a grande entusiasmo — Eleito o novo Comitê Central do Partido — Mensagens dos Partidos Comunistas e Operários de 40 países. **Problemas:** revista mensal de cultura política. n.64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm>. Acesso em: 11 set. 2014.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Manual de Organização Partidária.** Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Resolução política do V Congresso. In: **Problemas políticos do movimento comunista e operário internacional.** n.9; Editorial Avante!: Lisboa, 1976, p.9-41. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

PEREIRA, Astrojildo. **A Greve de Leopoldina.** Rio de Janeiro: Editora Spartacus, 1920.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB.** Vitória: Anita Garibaldi, 1962.

PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade!** Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

PERES, Paulo. Revisitando a teoria geral dos partidos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais – BIB,** n.69, v.2, p.17-58, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15. 1989.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):** Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas e a constituinte de 1946**. Fundação Dinarco dos Reis, 2016. Disponível em <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=125:os-comunistas-e-a-constituinte> acesso em outubro de 2017.

PRESTES, Luís Carlos. **Manifesto de Agosto de 1950**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/view>. Acesso em: maio de 2015.

PRESTES, Luís Carlos. O nosso partido. **Revista Problemas**, n.9, junho-julho, p.65-72, 1949.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs). **Trabalho e Tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2001.

RECIFE. **Lei Ordinária n.195. Concede o Abono de Natal**. 28 de dezembro de 1948. Recife. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1948/20/195/lei-ordinaria-n-195-1948-concede-abono-de-natal-1948-12-28-versao-original>>. Acesso em: 5 de jan. 2015.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 248.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 7-19. 1994.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sociedade industrial no Brasil: Introdução. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p, 88.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sociedade industrial no Brasil: Introdução. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p, 91-92.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Ática, 1994, p.27.

SANTANA, Marco Aurélio. **Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945/1964)**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012, p.70-74.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo, 2001.

SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda:** elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura em Montes Claros (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da; GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua História:** os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, v.1, 2013.

SIMÕES, Teotônio. **Anarquismo:** pequena introdução às ideias libertárias. 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/anarquismo.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

THOMPSON, Edward Paul. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)